

Gêneros, diversidades, tecnologias e smart city

*Paulo Celso da Silva
Mara Rovida
Felipe Tavares Paes Lopes
Wilton Garcia
(Orgs.)*



Gêneros,
diversidades,
tecnologias e
smart city

Reitor

Rogério Augusto Profeta

**Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis -
Progad**

Fernando de Sá Del Fiol

**Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e
Inovação - Propein**

José Martins de Oliveira Jr.

Direção Editorial

Rafael Angelo Bunhi Pinto

Editoras Assistentes

Silmara Pereira da Silva Martins; Vilma Franzoni

Conselho Editorial

Adilson Rocha

Alexandre da Silva Simões

Daniel Bertoli Gonçalves

Filipe Moreira Vasconcelos

Guilherme Augusto Caruso Profeta

José Martins de Oliveira Junior

Marcos Vinicius Chaud

Maria Ogécia Drigo

Roberto Samuel Sanches

EDUNISO**Editora da Universidade de Sorocaba**

Biblioteca "Aluísio de Almeida"

Rodovia Raposo Tavares KM 92,5

18023-000 - Jardim Novo Eldorado

Sorocaba | SP | Brasil

Fone: 15-21017018

Site: <http://uniso.br/eduniso>

E-mail: edunisoeditorauniso@gmail.com

Paulo Celso da Silva
Mara Roviada
Felipe Tavares Paes Lopes
Wilton Garcia
(Orgs.)

Gêneros, diversidades, tecnologias e smart city



EDUNISO
Sorocaba/SP
2018

Gêneros, diversidades, tecnologias e smart city

Copyright ©2018 Eduniso.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte. Todos os direitos desta publicação reservados à Eduniso.



Obra originária dos trabalhos do Grupo de Pesquisa Mídia, Cidade e Práticas socioculturais – MidCid

Ficha técnica

Capa: Gilberto Caserta

Normalização: Vilma Franzoni

Projeto gráfico e Diagramação: Gilberto Caserta

Secretaria: Silmara Pereira da Silva Martins

Ficha catalográfica

G29 Gêneros, diversidades, tecnologias e smart city / Paulo Celso da Silva, Mara Roviada, Felipe Tavares Paes Lopes, Wilton Garcia, organizadores. – Sorocaba, SP : Eduniso, 2018. 338p.

ISBN: 978-85-61289-41-6

Obra originária dos trabalhos do Grupo de Pesquisa Mídia, Cidade e Práticas socioculturais (MidCid).

Vários autores

1. Identidade de gênero. 2. Diversidade cultural. 3. Violência sexual. 4. Desigualdade social. 5. Sociedade da informação. I. Silva, Paulo Celso da. II. Roviada, Mara. III. Lopes, Felipe Tavares Paes. IV. Garcia, Wilton.

Elaborada por: Vilma Franzoni (Bibliotecária CRB 8/4485).

Sumário

Prefácio 10

O feminino e a literatura

Matriarcado e Patriarcado n' O Homem e n'
A Mulher do Povo: Teorias e práticas 15

Paulo Celso da Silva

Das galerias parisienses à literatura
brasileira: a condição feminina entre
devaneios e lucidez 27

Telma Maria Vieira

Relações de dominação, a cidadania em
construção dentro do presídio feminino
paulistano 40

Rachel Alves de Aguiar

A generificação do empreendedor criativo
em territórios inteligentes 50

Diego Santos Vieira de Jesus

Do gênero ao jornalismo

Narrativas periféricas: protagonismo
feminino promovido pelo trabalho de
mulheres jornalistas 62

Mara Rovida

Alteridade de gênero: o compromisso da
ciência e do jornalismo com a escrita sobre o
outro 76

Gean Oliveira Gonçalves

Experimentações contemporâneas

Os medos corpóreos, o cansaço físico e o
corpo metafórico: Kim Joon, a body art sem
body 92

Júlia Rinaldi e Tarcisio Torres Silva

It's all about that bricks: utopia performativa nas videoperformances de Saullo Berck 102

Aroldo Santos Fernandes Júnior

A 21ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo: opressão e resistência no contexto midiático contemporâneo 112

Débora Mestre e Paula Parra

Youtubers: a busca pela identificação do público jovem por meio de estratégias hipermidiáticas 123

Felipe Parra

Perspectiva trans

A democratização da mídia ao representar travestis e transexuais 135

Deborah Ramos da Silva e Paula Keiko Iwamoto Poloni

Trans, ideologia da violência, criando personagens de direitos no Brasil 151

Renan Antônio da Silva

Por uma política da diversidade

Gênero e esporte: análise da campanha Invisible Players 159

Felipe Tavares Paes Lopes e Tarcyanie Cajueiro dos Santos

Do Coletivo Vaporetto à presidência: reflexões sobre a diversidade de gênero em uma organização sindical 171

Michel Mott Machado e Darcy Mitiko Mori Hanashiro

A cidade, a comunicação e as mulheres: atuação de coletivos feministas no Rio de Janeiro 188

Mariah Christine Rafael Guedes da Silva

Outros olhares

Questões de gênero, mudanças sociais e
adequação dos modelos de habitação das
últimas décadas 202

*Laís Santana Falcão, Renata Jimenez de Almeida-
Scabbia e Luci Mendes de Melo Bonini*

Articulação de políticas públicas para a
autonomia e o protagonismo feminino 218

*Anderson Almeida da Silva, Daniel Marcelino dos
Santos, Rosália Maria Netto Prados e Luci Mendes
de Melo Bonini*

Velhice:
reflexões a respeito da diversidade 230

Roger dos Santos e André Luiz Sueiro

Do rap ao hip-hop: imagem e som

Mulheres em rede e a reconfiguração da cena
rap porto-alegrense 243

Dulce Mazer e Paula Schwambach Moizes

Era para ser sobre hip hop, mas tornou-se o
espetáculo do popular: uma análise do
documentário Fala Tu 259

Thífani Postali

Do gênero à etnia/raça

Igualdade de gênero em Ruanda 273

Domingos Sávio Gonçalves

Afoxé, vivência e tecnologia: um modo de
viver e um modo de dançar 286

Renata Rocha Ferraz

Uma leitura sobre o homem negro 296

Jefferson Monteiro

Bonus track

Ensaio

Desigualdade, diversidade e direitos
humanos na pesquisa em comunicação e
cultura 308

Wilton Garcia

Entrevista

Corrado Levi entrevista Carol Rama	321
Sobre os autores	332

Prefácio

Esta edição do e-book do Grupo de Pesquisa Mídia, Cidade e Práticas Socioculturais (GPMidCid) tem como tema **GÊNEROS, DIVERSIDADES, TECNOLOGIAS E SMART CITY**, com a proposta de oferecer indicações das várias frentes teóricas, metodológicas e práticas com que seus integrantes tem trabalhado ao largo dos 5 anos que o grupo completa em 2017.

Conscientes de que nos últimos anos na realidade, que se apresenta como o concreto da sociedade brasileira e sua participação no contexto global, parece haver mais embate que debates, quando analisadas as notícias, agora com possibilidade de serem *fakes* e *no-fakes*; das redes sociais serem ambientes de socialização e anti-socialização, em que, algumas vezes, muitos querem falar com e por todos e argumentos são trocados por verdades dogmáticas, doutrinárias. Assim, propor um tema que apresenta, em seu título, o conceito de diversidade abre caminhos para que os pesquisadores possam expor suas propostas e trabalhos, confrontando convenções e posições hegemônicas, sejam elas acadêmicas, religiosas, sociais.

Os pesquisadores de várias temáticas e universidades responderam positivamente à chamada. Ao todo são 25 artigos, distribuídos em 8 seções que se complementam: O feminino e a Literatura, Do Gênero ao Jornalismo, Experimentações Contemporâneas, Perspectiva Trans, Por uma política da diversidade, Outros Olhares, Do rap ao hip-hop: Imagem e Som, Do Gênero à Etnia/Raça. A reforçar, ainda mais, a necessidade do debate consistente e aberto, que marca posições, mas está aberto para outras formas de exprimir os temas.

De início, *O Feminino e a literatura*, Paulo Celso da Silva oferece uma possibilidade de pensar o Matriarcado e Patriarcado n' O Homem e n' A Mulher do Povo: Teorias e práticas' acompanhados de Oswald de Andrade e Patrícia Galvão nos anos 1930. Telma Maria Vieira trata 'Das galerias parisienses à literatura brasileira: o tempo do agora', comparando narrativas de Clarice Lispector e Walter Benjamin acerca das transformações na cidade luz. O tema das 'Relações de dominação, a cidadania em construção dentro do presídio feminino paulistano' é tratado por Rachel Alves Aguiar provocado pela obra *Prisioneiras* (2017).

Do *Gênero ao Jornalismo* traz os artigos da pesquisadora Mara Rovida e Gean Oliveira Gonçalves. A primeira, 'Narrativas periféricas: protagonismo feminino promovido pelo trabalho de mulheres jornalistas'. discute a identidade feminina apresentando ao leitor o coletivo *Nós, mulheres da periferia* e a luta das participantes para se fazer ouvir em uma mídia hegemônica que não reconhece essas protagonistas como sujeito de suas histórias. O segundo trabalho da seção, 'Alteridade de gênero: o compromisso da ciência e do jornalismo com a escrita sobre

o outro' é um ensaio no qual ciência e jornalismo tentam encontrar uma maneira de representar o tema do gênero.

A secção *Experimentações Contemporâneas* oferece quatro temáticas, em que, de alguma forma, o corpo aparece como protagonista das experimentações. A dupla Júlia Rinaldi e Tarcisio Torres Silva analisam 'Os medos corpóreos, o cansaço físico e o corpo metafórico: Kim Joon, a body art sem body' no qual o corpo é humanizado pelas suas "limitações" físicas (fome, frio, calor etc.) e, ao mesmo tempo, elevado ao status de arte pela body art. Os tijolos do gênero e a utopia são visualizados e analisados por Aroldo Santos Fernandes Júnior em *It's all about that bricks: utopia performativa nas videoperformances de Saullo Berck*. Outra dupla, Débora Mestre e Paula Parra militam nas ruas de São Paulo em plena '21ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo: opressão e resistência no contexto midiático contemporâneo' para questionar o além-festa da parada e a contradição entre a invisibilidade do movimento e a capitalização da Parada como megaevento turístico. O público jovem é investigado por Felipe Parra no universo 'Youtubers: a busca pela identificação do público jovem por meio de estratégias hipermidiáticas', tendo como base os estudos contemporâneos.

Em *Perspectiva Trans*, a comunicação política é posta em cheque em dois temas que se imbricam na reflexão global contemporânea: 'A democratização da mídia ao representar travestis e transexuais' da parceira Deborah Ramos da Silva e Paula Keiko Iwamoto Poloni; e 'Trans, ideologia da violência, criando personagens de direitos no Brasil', de Renan Antônio da Silva. O primeiro título, cobra socialmente as mídias hegemônicas a dar voz e imagem adequadas aos grupos e pessoas travestis e transexuais e, o segundo título propõe pensar desde a subjetividade Transexual até um mapa cultural da sexualidade e gênero.

As pesquisadoras e pesquisadores de *Por uma política da diversidade* oferecem visões heterogêneas em suas temáticas. Felipe Tavares Paes Lopes, Tarcyanie Cajueiro dos Santos tratam da invisibilidade do esporte feminino em 'Gênero e esporte: análise da campanha Invisible Players'. Michel Mott Machado e Darcy Mitiko Mori Hanashiro, com base na trajetória de vida de Rosa L. discute 'Do Coletivo Vaporetto à presidência: reflexões sobre a diversidade de gênero em uma organização sindical'. A anormalidade que parte da sociedade encara os que estão fora do padrão heteronormativo é tratada por Rafael Bazo Junior no trabalho 'A violência cultural presente no discurso heteronormativo que se desdobra em violência estrutural direta'. Como a propaganda urbana trata o devir mulher na sociedade capitalista é a questão que Mariah Christine Rafael Guedes da Silva nos oferece em 'A cidade, a comunicação e as mulheres: atuação de coletivos feministas contra violência simbólica sobre corpos femininos no Rio de Janeiro'.

Os necessários *Outros Olhares* nos trazem quatro artigos em que mudanças sociais e autonomia indicam os caminhos para pensar a diversidade proposta. 'Questões de

gênero, mudanças sociais e adequação dos modelos de habitação das últimas décadas’ do trio de pesquisadoras Laís Santana Falcão, Renata Jimenez de Almeida-Scabbia e Luci Mendes de Melo Bonini percorrem as habitações da cidade de São Paulo para demonstrar a mudança dos lugares das mulheres nesses espaços. A mulher como protagonista social é a proposta do quarteto Anderson Almeida da Silva, Daniel Marcelino dos Santos, Rosália Maria Netto Prados e Luci Mendes de Melo Bonini quando fazem a ‘Articulação de políticas públicas para a autonomia e o protagonismo feminino’. Territórios inteligentes mas reprodutor da ideologia de gênero é o que a pesquisa de Diego Santos Vieira de Jesus revela em ‘A generificação do empreendedor criativo em territórios inteligentes’. Encerrando esta secção Roger dos Santos e André Luiz Sueiro percorrem de Platão a Simone de Beauvoir e Heidegger para pensar a velhice, com base em suas experiências docentes na Universidade da Terceira idade oferecida pela Universidade de Sorocaba, em ‘Velhice: reflexões a respeito da diversidade’.

A diversidade também foi abordada na arte com *Do rap ao hip-hop: Imagem e Som*. Dulce Mazer e Paula S. Moizes, utilizando da etnografia na música nos apresentam as práticas e estratégias de resistência das rapeiras do sul do Brasil. Na mesma trilha, Thífani Postali sugere que ‘Era para ser sobre hip hop, mas tornou-se o espetáculo do popular: uma análise do documentário Fala Tu!’ utilizando bases dos Estudos Culturais para mostrar a espetacularização do gênero musical.

A última secção oferece a temática que abarca *Do Gênero à Etnia/Raça*. De volta ao continente originário da espécie humana, Domingos S. Gonçalves reflete acerca da ‘Igualdade de Gênero em Ruanda’ que mostra, ao mundo globalizado e eurocêntrico a construção e reconstrução de uma sociedade, por longo período, representada pela imagem do genocídio. Da Mama África aos descendentes brasileiros, ‘Afoxé, vivência e tecnologia: um modo de viver e um modo de dançar’ de Renata Rocha Ferraz apresenta os aspectos originários, tendo como locus os terreiros na cidade de Sorocaba. A música 8 ,do rapper Emicida, dá o tom para Jefferson Monteiro fazer ‘Uma leitura sobre o homem negro’ e questionar a identidade em um país com graves problemas de exclusão social e desigualdades. No ritmo de Emicida, o ensaio ‘Desigualdade, diversidade e direitos humanos na pesquisa em comunicação e cultura’, Wilton Garcia dialoga com a música *Boa Esperança*, construindo uma poética – que é sempre reflexiva – das ações afirmativas que devem levar à diversidade em constructo.

Ao final do e-book, o *bonus track* da diversidade é a Entrevista com a artista italiana Carol Rama (1918-2015) concedida para o crítico de arte Filippo Fossati, (Impresa per l’Arte Contemporanea, Torino and Esso Gallery, New York, 1996) e ilustrada por uma fotografia de Pino Dell’Aquila e do Archivio Carol Rama, Torino, os quais agradecemos a gentileza de permitirem a reprodução da fotografia e a tradução da entrevista da Artista. Alertamos que a vida-obra obra-vida de Carol Rama exige que

padrões e valores sejam relativizados ao máximo. Por isso, leitora/leitor, muito cuidado intelectual nessa hora.

Esperamos que os leitores dessa obra coletiva, de múltiplas temáticas e facetas, sejam levados à observar, refletir, questionar, teimar acerca da diversidade.

Boas leituras.

Os Organizadores

O feminino e a literatura

Matriarcado e Patriarcado n' O Homem e n' A Mulher do Povo: Teorias e práticas

Paulo Celso da Silva

O Matriarcado, enquanto organização social mais igualitária em oposição ao patriarcado, em que o poder é dominado pelos homens, é uma construção permanente. Aqui tratamos esses processos relacionados com o patrimonialismo e tendo como personagens Patrícia Galvão e Oswald de Andrade nos anos 1930. Ao abordarmos o patriarcado ainda dominante, temos ciência de que, o fazemos inseridos nesse contexto construído socialmente, no Brasil, desde, pelo menos, o século XIX, na escravidão indígena e negra para, finalmente, adentrar ao modo de produção capitalista urbano.

OSWALD DE ANDRADE

**Dom Quixote de la Mancha
permanece um marco na história do homem.
É a epopeia do equívoco.
Oswald de Andrade (1970, p. 172).**

No início do modernismo brasileiro, considerando as contribuições do grupo paulista, no qual Oswald de Andrade é um dos expoentes, o tema do Patriarcado aparece em seus escritos, mesclado ao humor, à crítica e à rapidez dos Manifestos, principalmente no Manifesto Antropófago (1928), no qual o autor indica o “Matriarcado de Pindorama” (ANDRADE, 1970, p. 18) e, em 1950, é retomado n’A Crise da filosofia Messiânica, em que a cultura e sociedade ocidentais são analisadas no binômio Matriarcado e Patriarcado, este último *locus* do messianismo. Ainda que não seja considerada como uma obra do Matriarcado e da Antropofagia, o jornal panfletário O Homem do Povo oferece indicações desses dois recortes. “A ruptura histórica com o mundo matriarcal produziu-se quando o homem deixou de devorar o homem para fazê-lo seu escravo” (ANDRADE, 1970, p. 81).

Assim, anteriormente, o mundo do matriarcado estava organizado sem classes, a herança para os filhos era a de sangue de suas mães e não de bens, a terra pertencia a todos, era de uso coletivo e comum, e o Estado inexistia.

No desenvolvimento do Estado, a organização passa às mãos de quem alcança o maior poder e sobrepõe-se às demais classes, conforme Oswald de Andrade, essa foi a classe predominante foi a Sacerdotal: “a um mundo sem compromissos com Deus, sucedeu um mundo dependente de um Ser supremo... Sem a ideia de uma vida futura, seria difícil ao homem suportar a sua condição de escravo” (ANDRADE, 1970, p. 81). Esse fato justificaria o messianismo na base do patriarcado.

O modernista faz previsões para uma sociedade na qual a tecnologia suplantaria o cotidiano. Em tal sociedade, o patriarcado teria acabado:

No mundo supertecnizado que se anuncia, quando caírem as barreiras finais do Patriarcado, o homem poderá cevar a sua preguiça inata, mãe da fantasia, da invenção e do amor. E restituir a si mesmo, no fim do seu longo estado de negatividade, na síntese, enfim, da técnica que é civilização e da vida natural que é a cultura, o seu instinto lúdico. Sobre a Faber, o Viator e o Sapiens, prevalecerá então o Homo Ludens. A espera serena da devoração do planeta pelo imperativo de seu destino cósmico (ANDRADE, 1970, p. 83).

Além da tecnologia, outros temas são desenvolvidos em suas Teses para apontar que a crise da filosofia ocidental se encontra em curso, considerada então messiânica: o homem, o amor, a servidão, a Grécia antiga com Sócrates, o qual acusa da perda “do caráter lúdico do homem evoluído” (ANDRADE, 1970, p. 95). Passa pelos filósofos escolásticos, os modernos, e por Marx, que, para Andrade (1970, p. 95), cria “dogmas” para a classe trabalhadora, reforçando, mais ainda, um novo messianismo. Na visão de Oswald de Andrade, as teorias e práticas que a URSS tomou, atualizando o pensamento de Karl Marx, reforçavam a essência do Patriarcado, visto que, tudo fluía e emanava do *Komintern* ou Terceira Internacional, que foi a organização criada por Lenin para reunir os Partidos Comunistas de vários países.

Exemplo dessa intromissão política nas ciências e nas artes ocorreu contra as teorias da genética, consideradas como teorias idealistas e reacionárias, foram postas em questão por Trofim Denisovich Lysenko (1898 -1976), contrário às teorias de Thomas Hunt Morgan, Prêmio Nobel de 1933 por sua teoria cromossômica da hereditariedade. Lysenko, ao contrário dos estudos ocidentais da genética, afirmava que “os caracteres hereditários são transmitidos por meio de «sucos» ou «humores» e que as transformações operadas se mantêm perfeitamente estáveis nas gerações sucessivas” (SACARRÃO, 1989, p. 48). O resultado prático foi a genética ter sido proibida na URSS de 1948 a 1964, inclusive com a prisão-exílio, na Sibéria, em 1940, de Nikolai Ivanovich Vavilov, grande nome dos estudos genéticos, que viria a morrer em 1943.

Para Oswald de Andrade, a questão é que a essência do patriarcado está posta, ou seja, quando Lysenko afirma que pela teoria genética os pais não são pais de seus filhos, mas irmãos, ele afirma que o “Pai tem que comparecer mesmo. Quando o mendelismo vem formular a identidade existencial e biológica do parentesco humano, Lissencko, brigadeiro da genética paternalista, cora e reage” (ANDRADE, 1970, p. 121).

A Crise da Filosofia Messiânica termina com um resumo de 13 teses que definem a obra antimessiânica/patriarcal, que pode ser sintetizada na tese número quatro, que afirma: “um novo Matriarcado se anuncia com suas formas de expressão e realidade social que são: o filho do direito materno, a propriedade comum do solo e o Estado sem classes, ou a ausência de Estado” (ANDRADE, 1970, p. 128).

O novo matriarcado não viria, então, apenas como uma estrutura familiar modificada, mas, sim, de uma revolução social mais ampla e abrangente, alterando a maneira como a sociedade se organiza.

Além das teorizações do patriarcado e matriarcado, Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a PAGU, no jornal *O Homem do Povo* criado por eles e outros intelectuais, em 1931, traziam o contraponto entre o masculino e o feminino, com PAGU responsável pela coluna Mulher do Povo. Assim, Oswald e Pagu indicavam qual

seriam a masculinidade e a feminilidade necessárias para as transformações pelas quais a sociedade passava. No ano anterior, 1930, Mário de Andrade afirmava:

e foi a vez do salão de Tarsila se acabar, 1930 [...]. Tudo estourava, políticas, famílias, casais de artistas, estéticas, amizades profundas. O período destrutivo e festeiro do movimento modernista já não tinha mais razão de ser. Na rua o povo amotinado gritava: Getúlio! Getúlio! [...] Na sombra de Plínio Salgado pintava de verde a sua megalomania de Esperado (ANDRADE, 2002, p. 135).

Foram oito números lançados em 1931: em março nos dias 27/28/31, e abril os dias 2/4/7/9, ao cabo do qual ocorre o empastelamento do jornal em decorrência da briga de Oswald com os estudantes da Faculdade de Direito, à qual ele havia denominado, junto com o café brasileiro, de “Cancro que mina nosso estado”.

Figura 1 - Maltus Além

O HOMEM DO POVO

2



MULHER DO POVO

Mulher Mulher

Maltus Além

Excluída a grande maioria de pequenas burguezas cuja instrução é feita nos livros de beleza, nas palavras estudadas dos meninos de baratinha, nos gestos das artistas de cinema mais em voga ou no ambiente semi-familiar dos cocktails modernos — temos a atrapalhar o movimento revolucionário do Brasil uma ejtezinha de «João Pessoa» que sustentada pelo nome de vanguardistas e feministas berra a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente, do direito do voto para «mulheres cultas» achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo.

Estas feministas de elite, que negam o voto aos operários e trabalhadores sem instrução, porque, não lhes sobra tempo do trabalho forçado a que se têm que entregar para a manutenção dos seus filhos, se esquece que a limitação de natalidade quasi que já existe mesmo nas classes mais pobres e que os problemas todos da vida

economica e social ainda estão para ser resolvidos. Seria muito engraçado que a illustre poetisa D. Maria Lacerda de Moura fosse ensinar a lei de Maltus ao sr. Briand, para que elle evitasse a guerra mundial atirando a bocca avida dos imperialistas gananciosos, um punhado de livros sobre maternidade consciente. Marx já passou um sabão no celibatario Maltus, que desviava o sentido da revolução para um detalhe que a Russia por exemplo já resolveu. O materialismo solucionando problemas maiores faz com que esse problema desapareça por si. O batalhão «João Pessoa» do feminismo ideologico tem em D. Maria Lacerda de Moura um simples sargento reformista que precisa extender a sua visão para horizontes mais vastos afim de melhor actuar no proximo Congresso de Sexo.

Pagú

Confissionario burguez

—o—

O teu divertimento predilecto? — Dansar.

O que é o ciúme? — Sem ciúme não

Fonte: Jornal O Homem do Povo, Sexta-feira, 27 de Março de 1931.

No primeiro número do jornal, lançado na sexta-feira, 27 de março de 1931, Oswald de Andrade trata do tema ordem e progresso na sua coluna/editorial, e prognosticava: “Dum paiz que possui a maior reserva de ferro e o mais alto potencial hydraulico, fizeram um paiz de sobremesa. Café assucar, fumo bananas. Que nos sobrem ao menos as bananas!” (O HOMEM DO... 1984, p.1). Na mesma edição, Patrícia Galvão incisiva e direta na coluna Mulher do Povo dialoga diretamente com as “feministas de elite” a negar o voto livre das operárias, já que propunham o voto das mulheres cultas. PAGU nomina a militante anarquista Maria Lacerda de Moura (1887-1945), afirmando que ela era apenas um “simples sargento reformista que precisa estender a sua visão para horizontes mais vastos afim de atuar melhor no próximo congresso de Sexo” (O HOMEM DO... 1984, p. 2).

Vale lembrar que PAGU simpatizava com o comunismo e Maria Lacerda de Moura era anarquista, ou seja, suas ideias, ideais e formas de ver o mundo não coadunavam, sem dizer que a primeira contava com 20 anos e a segunda com 58 anos, em 1930, o que implicou em vivências e experiências sociais distintas.

Exemplificando as posições de Maria Lacerda de Moura, em 1928 ela escreveu:

a palavra "feminismo", de significação elástica, deturpada, corrompida, mal interpretada, já não diz nada das reivindicações feministas. Resvalou para o ridículo, numa concepção vaga, adaptada incondicionalmente a tudo quanto se refere à mulher. Em qualquer gazeta, a cada passo, vemos a expressão "vitórias do feminismo" – referente, às vezes, a uma simples questão de modas! Ocupar uma posição de destaque em qualquer repartição pública, cortar os cabelos "à la garçonne", viajar só, estudar em academias, publicar um livro de versos, ser "diseuse", divorciar-se três ou quatro vezes, pelas colunas do "Para Todos", atravessar a nado o Canal da Mancha, ser campeã de qualquer esporte. – tudo isso consiste "nas vitórias do feminismo", vitórias que nada significam perante o problema da emancipação integral da mulher... É uma tática bem manejada. Enquanto as mulheres se contentam com essas "vitórias", a sua emancipação é posta de lado ou nem chega a ser descoberta pelos tais reivindicadores de direitos adquiridos... (MOURA).

A diferença que se apresenta entre o tom utilizado por Pagu e o usado por Lacerda é que a primeira, como ela mesma, afirmou posteriormente, “emitia opiniões sobre as coisas pressentidas, arriscando críticas *pour épater*” (GALVÃO, 2005, p. 70), enquanto a segunda criticava inclusive os anarquistas, quando eles negavam práticas educacionais, políticas, teóricas, que ela considerava de sucesso, apenas porque haviam sido feitas ou propostas por socialistas, liberais ou conservadores.

Patrícia Galvão, na página dois da edição da terça-feira, 7 de abril de 1931, que na sua coluna havia utilizado o título ‘saibam ser maricons’, bradava:

Meninas que nasceram errado mas que não querem se conformar em seguir a lei da natureza. Querem continuar meninas... Botam atrás da porta a masculinidade, lambuzam a voz, celibatarizam-se... São católicos e dizem-se comunistas. Como se essa corja de pederastas militantes tivesse a coragem de uma ideologia... Corja para uma surra, que nem serve a forca (O HOMEM DO... 1984).

O tema da homossexualidade também foi tratado por Oswald de Andrade de modo dúbio e mordaz, algumas notas abaixo do texto de PAGU:

As vítimas do golf.

Sua Alteza é mais infeliz com o golf do que o poeta Mario de Andrade com a Guarda Civil. É batido, fatalmente. Não ha meio de acertar na cova dos parceiros. Os parceiros é que acertam sempre no buraco do Príncipe. Foi o que se deu em Santo Amaro, segundo sussurrou discretamente a nossa reportagem conhecido chronista elegante que é também uma vítima go golf, como Sua Alteza (O HOMEM DO... 1984).

Na edição da quinta-feira, 9 de abril de 1931, no editorial, na primeira página, ‘a cidade, o paiz, o planeta’ e assinando como ‘o homem do povo’, Oswald de Andrade ataca:

Precioso e ridículo, como literatura política, nullo de visão social, fechado no mais estreito e píffio provincianismo, vertendo o puz que brota dos dois cancros de São Paulo – a faculdade de direito e o café – o manifesto do Partido Democrático fixa bem para os olhos ingênuos dos que acreditam nas meias-revoluções, de que tamanho é aquela ambiciosa e hypocrita dos exploradores que depois de ter erguido palácios e fazendas, a chicote e a tronco de escravos – pretendem continuar a sugar o suôr dos que trabalham, a troco de represental-os na comedia dos cargos públicos... (O HOMEM DO... 1984).

PAGU, assinando com seu próprio nome a coluna na página dois, também provoca, esbraveja e termina, praticamente, ameaçando os estudantes da faculdade de direito, participantes do Partido Democrático: “Isso tudo será recommendado com carinho e

culminado no Santíssimo Sacramento de uma metralhadora” (O HOMEM DO... 1984).

Figura 2 - Guris patri-opas

2 O HOMEM



MULHER DO POVO



guris patri-opas

Garnizezinhos esganiçados e petulantes-ovelhas, empanturradas do leite democratico que escorre das tetas amorfas de uma duzia de cães de fila.

Imbecis, alcaiotos aguilhoados e amestrados por essa corja de coroneis civis, que lhes entope de patrias e opas para que elles com a faixa auri-verde esganicem vivas a terra dos paes. E tudo em nome de Deus.

Filhinhos dos papaes ricos, entufados de orgulho porque agrupados num pelotão de mil, enterram-se quando acusados, por uma redação de jornal desprevenida e cacarejando empafia, quebram meia duzia de cadeiras vazias, numa formidavel valentia guerreira.

Cretinos das matinées que se aventuram em farranchos meninaes a gastar gazolinas inuteis

E na cegueira das suas façanhas só comprehendem boquiabertos e boçaes a situação economica escangalhada, na quebradeira do pae suicida.

Continuem a gritar em nome de Deus cherubins enriquecidos a custa de espoliação.

Que coragem têm ainda estes cachopos da opa, de fazer farras beneficentes para tirar do luero liquido de uma bagunça cara, uma maquina de escrever para milhares de fomes operarias.

Isto é decididamente o cumulo da pouca vergonha. Dar ao operario um atomo apodrecido do que já tiraram do seu suor numa esmola fundida em corações repletos de sensibilidade e bons sentimentos. Oh! Oh! Oh!

Guris idiotas. Não sabem nada do rumor que se levanta deante delles. Protegem os democraticos usurpadores em nome da egreja e não percebem o tumulto esfomeado que se levanta com mãos descarnadas pelo soffrimento, mas fortalecidas por uma ideologia.

✱

Farranchinhos infantis que gritam clamores revolucionarios, prontinhos pr'a gente enganar.

Vem impingir na gente a tapição da Eucharistia e o respeito pelas pias das tradições do seculo.

Isso tudo será recommendado com carinho e culminado no Santissimo Sacramento de uma metralhadora.

p a g ú

Fonte: Jornal O Homem do Povo, Quinta-feira, 9 de Abril de 1

Faz-se necessário aqui dizer que O Homem do Povo é pensado no contexto do retorno da viagem de Patrícia Galvão para Buenos Aires, com a intenção de conhecer Luiz Carlos Prestes e entregar-lhe uma carta. A autora conta:

pensei com certeza no que faria em Buenos Aires, no tempo que ali permaneceria, no protesto literário de minha viagem. Havia uma coisa de maior vulto. Levava uma carta para Prestes. Não era apenas curiosidade pela personalidade revolucionária.

Prestes era a interrogação. E talvez fosse uma resposta. Ele já havia publicado o seu apoio ao Partido Comunista. Eu sabia dos ataques que Prestes recebia e aceitava estoicamente dos comunistas. Teoricamente, eu ignorava inteiramente a doutrina marxista. Considerava ridículos os comunistas que conhecia (GALVÃO, 2005, p. 71).

Ao final, volta para São Paulo sem ter falado com Prestes, e com muitos livros acerca do comunismo e do socialismo. “Uma manhã, Astrogildo Pereira foi nos procurar. Foi ver os livros que eu havia trazido de Buenos Aires, que, aliás, estavam ainda fechados” (GALVÃO, 2005, p. 74). Do contato inicial com Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista em 1922, vem a oportunidade de traduzir documentos e panfletos, estreitando a amizade e o conhecimento do comunismo. Nesse interim, em conversa com amigos, dos quais Patrícia destaca Oswaldo Costa, um dos pilares do pensamento antropofágico, nasce O Homem do Povo. Conta PAGU:

A ocupação era absorvente. Não havia muita convicção. Mas muito entusiasmo. Entusiasmo sem discrição, mas de revolta acintosa. Vontade de adesão exibicionista de minha parte por uma causa revolucionário. Necessidade. Sem grande conhecimento de causa, atirei-me um pouco cegamente, no trabalho do Homem do Povo. O que sucedeu com o homem do Povo não preciso contar... Voltei para minha vida antiga com as críticas do que me tinham levado à aventura do Homem do Povo (GALVÃO, 2005, p. 74-75).

Assim, Patrícia Galvão em sua perspectiva teórica marxista com várias deficiências, tinha o entusiasmo e a esperança de querer fazer algo de grande valor, tanto para si quanto para as massas de trabalhadores. Do lado de Oswald, conforme relato de Geraldo Ferraz, a perspectiva comunista e de revolta social, também não parecia mais aprofundada. Relata o secretário da Revista Antropofágica:

A revista teve a função de popularizarão das forças revoltadas antes de 1930. Porque havia esta coisa de revolta. Oswald era um revoltoso muito esquisito. Até 1930 era adepto do PRP. No livro de poemas encontram-se poemas dedicados a Washington Luís (presidente do Estado e da República), poemas com o nome de Júlio Prestes, que era seu amigo. Todas essas coisas ficavam muito incongruentes. Oswald era um tipo volúvel, com uma certa revolta. Tanto que depois disso abraçou a linha marxista. Mas ninguém acreditava, porque sempre foi um

sujeito bem abonado, rico, da classe alta de São Paulo. Ninguém acreditava que pudesse fazer revolução. Oswald morava com Tarsila numa casa muito bonita na Barão de Piracicaba, a dois passos do palácio dos Campos Elísios. Eu tenho uma fotografia. Em 1931, ele foi morar numa casinha, no fim da linha do bonde do Bosque da Saúde, pra lá da Vila Mariana. Era um disfarce, coisa assim [...]. Enfim, foi um elemento muito interessante, porque tinha uma linha literária de posição antiburguesa, embora fosse burguês, mas de uma sinceridade meio duvidosa. Mário de Andrade fez mais para abrir o campo. Mário tinha mais base (eu era vizinho de Mário de Andrade), Mário pertencia ao Partido Democrático, era em tudo contrário ao Oswald. Eles foram amigos apenas pela Semana de Arte Moderna. Eu não participei da Semana (FERRAZ, 1977).

No jornal *O Homem do Povo*, longe da criatividade que marcou uma geração de artistas plásticos, poetas, músicos russos, o casal parece atender apenas à exigência de ser revolucionário, no sentido de transformar o modo de produção capitalista, o qual Oswald, em vários momentos, decreta estar agonizando no Brasil. Contudo, neste artigo, interessa-nos mais a relação Matriarcado - Patriarcado que ambos parecem debater sem combater, em nenhum momento, o patrimonialismo que marcou o patriarcado brasileiro.

No contexto em que se desenvolveram os dois, ambos criados fora da classe dos operários industriais, que naquele momento eram de classe baixa, seria difícil que fizessem tal reflexão acerca do patrimonialismo, mesmo que criticando a formação da sociedade brasileira do século XIX a qual, no entendimento sociológico de “Silvio Romero, Nísia Floresta, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido, entre outros... vêm analisando o patriarcado como uma herança do sistema escravista” (AGUIAR, 2000, p. 304).

O escravismo, como sistema, é indicado e criticado por Oswald de Andrade na ‘Crise da Filosofia Messiânica’, pretensiosamente de cunho dialético, em que o matriarcado seria a síntese, porém, é uma síntese ideal e não um resultado do movimento social. Inclusive com críticas à religião, no caso de Oswald, recaem mais aos religiosos que à própria instituição religiosa católica.

Analisando os autores que trataram do tema no Brasil, Aguiar destaca que Gilberto Freyre foi o que mais se deteve no tema do patriarcado, o qual demonstra que

[...] o patriarcalismo se estabeleceu no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de

população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo. Padres portugueses por vezes abandonam o ascetismo religioso e aderem ao patriarcado (AGUIAR, 2000, p. 308).

A autora destaca também que Joaquim Nabuco chama atenção para o fato de que aos escravos brasileiros, a religião católica negou os sacramentos, diferente do que ocorreu nos EUA, onde a religião defendia os direitos civis e acolheu, de certa forma, os negros. Fora de um suposto racionalismo religioso, os escravos brasileiros respondem com seus rituais de resistência. Violentadas, as mulheres negras rejeitam o filho do senhor, do capataz usando abortivos e enterrando o feto no mato e, assim, “danificando a propriedade do senhor” que era o feto já escravo (AGUIAR, 200, p. 310-311).

Do mundo rural para o urbano, nas análises de Antônio Cândido, ocorre uma transformação da família patriarcal que, agora, também se compõe por filhos ilegítimos. A ocupação dos espaços urbanos ocorre com as famílias mais abastadas no centro e as periferias atendendo às classes trabalhadoras e baixas. E é na periferia que se encontram os filhos ilegítimos, os escravos:

O autor (Cândido, 1951, p. 293-294) analisa a presença de filhos ilegítimos desde o início da colonização portuguesa, quando há grave desequilíbrio entre os sexos. Os portugueses mesclam-se com as filhas de chefes indígenas em uma política de alianças destinada a manter a paz social. Filhos bastardos, dependendo do arbítrio dos pais, são legitimamente reconhecidos e dotados de herança. Isto é aceito pela esposa quando os filhos do marido nascem antes do seu casamento (AGUIAR, 2000, p. 311-312).

Aceita-se socialmente a formação de uma moral dupla com “permissividade para a poliginia e interdições para a poliandria” (AGUIAR, 2000, p. 312).

Outro fator importante é a relação urbanização-industrialização, processos que no Brasil caminharam juntos, com cidades surgindo no entorno da criação de fábricas e bairros operários. Ambos os processos se apoiam na desigualdade social entre homens e mulheres, desenvolvendo e aprovando juridicamente o direito paterno e a monogamia, além da criação de normas sociais e mesmo leis que determinavam como deveria ser, agir e atuar “a mulher de família”.

Durante as décadas de 1920 e 1930, em busca de esteios para a ordem, a racionalidade, a “evolução” e o “progresso”, a comunidade profissional e intelectual urbana do Brasil lutava para “regenerar” a família e elevá-la (com as mulheres em seu centro) como a instituição social primordial e essencial, capaz de promover a modernização econômica preservando a ordem social. Dispondo de diplomas de formação educacional de prestígio, os membros dessa comunidade desafiavam as tradições “arcaicas” do passado oligárgico agrário do Brasil e, ao mesmo tempo, procuravam estabelecer sua própria autoridade sobre as massas brasileiras (que consideravam) “indisciplinadas” e “bárbaras”... Casamento, sexualidade, maternidade e educação feminina assumiam, a seus olhos, enorme importância (BESSE, 1999, p. 3).

O trabalho feminino passa a ser visto como resignação, quando por motivos de sustento da família, mas deveria ser evitado ao máximo, cabendo à mulher seu “trabalho natural” de dona de casa. Dessa forma, o Estado deveria: “amparar, uma vez que é impossível impedir que a mulher trabalhe [...] Seria agradável se se pudesse riscar do vocabulário humano a palavra operária [...] como é impossível, resta aos governos [...] minorar o sofrimento” (CULTURA Política, p. 36-37, ago. 1942 apud OSTOS, 2012, p. 14).

Do exposto, parece acertado afirmar que, tanto PAGU quanto Oswald, desde seu local de fala, a saber, a classe alta paulista, apresenta uma visão romantizada do movimento operário, ainda que o façam imbuídos de um entusiasmo proletário, do qual não conseguiram engajar-se totalmente. Vale lembrar que PAGU empregou-se no Rio de Janeiro, em 1932, em uma tentativa de proletarizar-se, como exigia o Partido Comunista Brasileiro, ao qual ela seguia inquestionavelmente, mas que em diversas ocasiões demonstrou seu messianismo e patriarcalismo, somente percebido por ela quando presa em 1940. Oswald de Andrade, por seu turno, nunca proletarizou-se em uma fábrica, manteve até o final seu papel de intelectual.

No que concerne ao tema do matriarcado e do patriarcado e, por extensão, o patrimonialismo, tanto o Homem quanto a Mulher do Povo, por mais que fiéis ao seu espírito de liberdade, não deixaram de cair nas armadilhas do patriarcado, na sociedade capitalista urbana, que tanto denunciavam. Armadilhas que estavam em atender e obedecer, cegamente, ao Partido Comunista, como é o caso de Patrícia Galvão, que pagou caro o preço de ter ideais e não os poder pôr em prática. Oswald de Andrade, no emaranhado de relações sociais e políticas que possuía, relacionava-se com todos – ou quase todos – praticando e reproduzindo o patriarcalismo em que viveu com seus pais e parentes.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>.
- ANDRADE, Mário. O movimento modernista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2002. p. 135.
- ANDRADE, Oswald. **Obras completas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil: 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FERRAZ, Geraldo. Entrevista concedida a Maria Eugenia Boaventura. Abr. 1977. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~boaventu/page10c.htm>> Acesso em: 18 ago. 2017.
- GALVÃO, Patrícia. **Paixão Pagu**: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- MOURA, Maria Lacerda de. Feminismo? Caridade? **Revista Utopia** #9. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/mulher/10feminismocaridade.htm>> Acesso em: 15 ago. 2017.
- O HOMEM DO POVO. Coleção completa e fac-similar dos jornais escritos por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu) / Introdução de Augusto de Campos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1984.
- OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cad. Pagu**, Campinas, n. 39, p. 313-343, dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332012000200011>.
- SACARRÃO, Germano da Fonseca. **Biologia e sociedade**. I - Crítica da razão dogmática. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

Das galerias parisienses à literatura brasileira: a condição feminina entre devaneios e lucidez

Telma Maria Vieira

Essa reflexão tem embasamento nas considerações de Walter Benjamin sobre as transformações da cidade de Paris do século XIX. Por meio de comparação, apresentamos narrativas de Clarice Lispector do século XX cujas personagens encarnam seres condicionados ao progresso tecnológico. São histórias que exibem desrespeito às diversidades, ausência de sentimento de solidariedade e conflitos individuais, consequência de relações interpessoais efêmeras e transitórias, como as transformações do espaço urbano que habitam.

**A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor
[...]
A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
(Comida, canção de Arnaldo Antunes,
Sergio Brito e Marcelo Fromer)**

A sobrevivência do *Homo Sapiens* em meio às demais espécies tem sido tema de pesquisas arqueológicas que objetivam encontrar as razões desse fato. Especialistas em inteligência, linguagem e comportamento partilham a hipótese de que esses elementos tenham sido fatores determinantes no evento. Por isso dedicam-se a pesquisas cujas descobertas, frequentemente surpreendem, como, por exemplo, a capacidade de produção de ferramentas, a partir de ossos, bem como objetos estéticos de arte abstrata, há cerca de 100 mil anos; confirmam que a sobrevivência da espécie está atrelada à capacidade de domínio das forças naturais por meio da tecnologia, bem como a necessidade primária do simbólico, que pode se manifestar no campo estético.

O inquestionável é que essa sobrevivência deu-se pela capacidade de aparelhamento social. Ou seja, o norte para qualquer forma de arranjo que se seguiu esteve ligado a uma organização social e tecnologias que possibilitaram seu funcionamento. As organizações agrárias, por exemplo, com trabalhos artesanais permitiram transformações de ordem econômica e um desenvolvimento urbano que alcançou escala vertiginosa em pouco tempo. Essas transformações sociais refletiram diretamente nas relações do indivíduo com o mundo.

As atividades científicas e a busca pela precisão de conhecimentos para controle efetivo dos problemas cotidianos transformaram a civilização humana em sociedades mecanizadas. Nelas, o trabalho artesanal foi suplantado pelo industrial e os indivíduos que se serviam dele para subsistência passaram a servi-lo. Isto é, as fábricas se tornaram o lugar central da sociedade que se organizava em função delas. Surgem novas formas de viver que imprimem às pessoas novos ritmos de produção e habitação, bem como de relações no cotidiano.

A expansão de pequenos núcleos em grandes cidades ocorreram de modo acelerado. As formas de planejamento urbano, sem dúvida, são responsáveis por grande parcela do desenvolvimento humano. Os espaços, planejados ou não, abrigam em suas estruturas grupos variados que, por sua vez, desenvolvem noção e prática díspares de relações tanto no consumo de bens quanto na comunicação entre seus pares; as organizações sociais têm no espaço geográfico e nas tecnologias que os sustentam embasamento dos padrões de inter-relação pessoal.

DO CAPITALISMO À FRAGMENTAÇÃO DO EU

As transformações espaciais ocasionadas pelo progresso tecnológico são fundamentais para as relações interpessoais. Essas mudanças ocorridas em tempo célere, nas últimas décadas, possibilitaram que o mundo nos fosse revelado independentemente de onde estivéssemos, ou seja, houve profundas alterações nos padrões da vida social que causaram interferências significativas nas relações humanas, que se entrelaçam a novos objetos e espaços. Essa questão serviu de tema, na ficção, a muitos poetas e prosadores, bem como, na realidade, a críticos, filósofos e historiadores.

Dentre os inúmeros pensadores que se debruçaram sobre o assunto, ocorre-nos o nome de Walter Benjamin (1995, 1994, 1989), um dos mais significativos filósofos alemães que também se dedicou à crítica literária. O projeto teórico de Walter Benjamin é o conhecido “Trabalho das Passagens” escrito no período de 1927-1940; certamente sua obra de maior expressão, ainda que inacabada. Trata-se de uma coletânea de textos, publicada apenas em 1982, que faz parte do projeto de um livro cuja temática seria a cidade de Paris no século XIX. As “passagens” nada mais eram que as famosas galerias comerciais existentes na cidade na época. Observando as entradas e saídas das galerias, Benjamin refletiu sobre as técnicas de produção e reprodução artísticas inseridas no processo de industrialização capitalista, no intuito de caracterizar aquele momento histórico que se mostrava tão diferente do que conhecera até então. Para tanto, tomou como objeto a obra do poeta francês Charles Baudelaire.

Em “Paris, capital do século XIX”, de 1935, ensaio de abertura do trabalho das passagens, Benjamin apontou alguns aspectos de modernização do período em que viveu Baudelaire. Nesse trabalho, composto de seis partes, ocupou-se em analisar diferentes aspectos da cidade de Paris; em cada uma das partes do texto, adotou uma figura representativa ligada àquele tema. Algumas das questões abordadas nesse ensaio foram retomadas posteriormente em “A Paris do Segundo Império em Baudelaire”, de 1937, quando analisou as características do mundo moderno onde o trabalho, a arte, e as relações entre as pessoas se deterioravam como consequência do capitalismo. Esse sistema econômico transformava e influenciava a vida das pessoas, promovendo mudanças tanto nos sentidos quanto nas percepções dos habitantes, nas relações com tudo os que cercava.

Benjamin usou a obra de Charles Baudelaire para ilustrar acerca da provável morte das relações coletivas e o surgimento da fragmentação do eu como consequência da fragmentação do mundo. Segundo ele, a obra de Baudelaire seria a chave para se entender as transformações daqueles novos tempos, pois, o poeta conseguia, por meio da poesia, num período em que os literatos valiam-se apenas de folhetins, fazer das ruas de Paris tema para sua produção poética, questionando o progresso e as

relações humanas oriundas dele. Por exemplo, o poema “A uma passante”, um dos mais famosos de *As flores do mal*, em que escreve:

**A rua ensurdecidora urrava ao meu redor.
Alta e esbelta, toda de luto, majestosa na dor,**

**Uma mulher passou, a mão vaidosa
Erguendo, balançando a bainha e o festão.**

**Ágil e nobre, com pernas de estátua.
Eu, crispado como um extravagante, bebia
No seu olho, lívido céu que gera o furacão,
A doçura que fascina e o prazer que mata.**

**Um clarão... e a noite depois! – Fugidia beleza,
De olhar que me fez renascer,
Será que só te verei de novo na eternidade?**

**Tão longe daqui! Tão tarde! Talvez nunca!
Pois ignoro para onde vais e não sabes para onde vou.
Ó tu que eu teria amado, ó tu que sabias disto.**

O amor tematizado no poema não é mais *à primeira vista*, o que na visão romântica pressupõe *muitas outras vistas*, mas é um amor na visão moderna: *à última vista*; o *para sempre* é substituído pelo *talvez nunca*. Para Benjamin, os versos do soneto “revelam os estigmas infligidos ao amor pela vida numa cidade grande” (BENJAMIN, 1989, p., 118): o momento do encontro também é o momento da despedida: “Pois ignoro para onde vais e não sabes para onde vou” (BAUDELAIRE, 1985, p. 117). Trata-se, portanto, de um aspecto fundamental da modernidade, muito criticado por Benjamin, e mais tarde retomado por outros pensadores: a marca da transitoriedade.

O novo é efêmero, isto é, os objetos, as cidades, o mundo de modo geral é transitório; tudo, mesmo antes de existir, está fadado a morrer. Não poderia ser diferente quanto às relações e sentimentos do indivíduo inserido naquele processo. Como nos diz Benjamin, “a modernidade é o tempo do inferno”; sua essência é a constante geração do novo. As relações entre as pessoas também são passageiras, por isso o amor que a passante desperta no eu-lírico nasce sob o estigma da morte, pois não carrega a ideia de futuro, mas de passado.

Segundo Benjamin, o crescimento acelerado da sociedade burguesa estava intimamente relacionado à perda do sentimento de solidariedade. Para ele, o desenvolvimento inerente à modernidade traria perdas irreparáveis ao indivíduo e mudanças consideráveis nos sentidos e na percepção humana. O sistema capitalista

mudaria o trabalho, a arte e as relações interpessoais que se esfacelariam como consequência direta do novo regime; as mudanças nas experiências pessoais seriam inevitáveis.

A questão da experiência foi tratada por Benjamin num texto intitulado *Erfahrung*, de 1913, e mais tarde retomado nos textos dos anos 30, como no ensaio *O Narrador* em que ele faz um contraponto entre os gêneros conto, romance e jornal, para refletir a respeito do fim da arte narrativa. Para ele, a extinção da arte de narrar está ligada ao enfraquecimento da experiência coletiva (*Erfahrung*) em detrimento da experiência individual (*Erlebnis*), consequência do mundo capitalista. O narrar para Benjamin está associado às experiências coletivas, ou seja, das que passam de uma pessoa para outra, como aquelas existentes entre narradores anônimos, tais quais camponeses e marinheiros.

A troca dessas experiências carece de condições especiais: é necessário que haja organizações coletivas a fim de que elas aconteçam. Por exemplo, no sistema corporativo medieval, quando artífices e aprendizes conviviam em oficinas, as narrativas eram contempladas tanto na distância temporal (o saber daquele que conhece o passado do lugar de onde nunca saiu) quanto na distância espacial (o saber daquele que viajou). As condições de trabalho permitiam que houvesse troca de experiências e que as narrações alcançassem seu objetivo: dar conselhos aos ouvintes. Portanto, para ele, a perda da capacidade de narrar estava associada ao desenvolvimento nas formas de produção. O desenvolvimento tecnológico trouxe ao homem afazeres que o mantinha isolado, isto é, a modernidade banuiu as organizações coletivas como o tecer e deixou o indivíduo apartado dos demais, e, conseqüentemente, empobrecido na sua história individual.

Por isso a obra de Charles Baudelaire é considerada como chave de leitura da modernidade. Nela, a *erlebnis*, experiência marcada pela aceleração e pelo tempo do agora (*Jetzt*) faz emergir uma alegoria moderna. Os temas que unem cidade e homem refletem essa *nova experiência* e inauguram na desconstrução do texto uma poética inédita: reduzem as imagens a pedaços, apontando a degradação do mundo e as transformações pelas quais todos passam.

A crítica de Benjamin é exposta nas diversas alegorias que ele cria. A figura do *esgrimista*, por exemplo, é adotada por ele como símbolo do libertador da alienação do eu face à sociedade, também adormecida e prestes a acabar. Na esgrima, o lutador que levar mais golpes perde a competição; cada golpe de espada produz um choque, o que o levou a tomar o esporte como metáfora da *experiência vivida do choque* (*Chockerlebnis*). Essa experiência é personificada na figura do poeta, que, por sua vez, tem a habilidade de enxergar a decadência da sociedade e do eu.

Outra alegoria que Benjamin apresenta, a partir da poética de Baudelaire, é a figura do *trapeiro*, o recolhedor de experiências humanas rejeitadas por essa sociedade

burguesa. Passeando pelas galerias de Paris do século XIX, esse *trapeiro* colhe os restos de reflexão do eu, transformando-os em imagens aleatórias de cunho social e crítico, o que constituiria a *alegoria do fragmentado*. Por meio da junção das experiências vividas e rejeitadas pela sociedade, o poeta constrói sua poesia com pequenos *choques*; produz pequenos golpes de imagens alegóricas na sociedade, para despertá-la e impedir a morte anunciada.

CIDADES QUE SITIAM E LIBERTAM

O tema cidade/homem observado por Benjamin em diferentes ângulos é exposto em seus escritos pela via do texto imagético, hermético e, às vezes, enigmático, pois a coexistência de contrários se faz presente. A especificidade de suas considerações acerca da obra de Baudelaire possibilita que ressaltemos alguns pontos e tracemos possíveis relações com o romance *A cidade sitiada*, de Clarice Lispector. Num primeiro momento, tal aproximação poderá apresentar-se como descabida, uma vez que se trata de um poeta francês cuja produção data do período de 1839/1866 e uma prosadora brasileira com atividades entre 1943/1977. Entretanto, apesar de opiniões cristalizadas quanto à subjetividade e alienação social da autora, seus textos contêm elementos indiciais que apontam para uma postura intencionalmente crítica, tal qual a do poeta Baudelaire.

O romance *A cidade sitiada*, publicado em 1949, tem um tempo histórico e um espaço determinados: a obra apresenta como personagem principal São Geraldo, um lugarejo brasileiro dos anos 20, do século XX, que progride lentamente e se transforma em urbe. Valendo-se de ironia, ainda que não explicitamente, Clarice ilustra no romance quanto custa o progresso ao homem e quanto a vida das grandes metrópoles pode ser empobrecedora para as relações pessoais.

À medida que passa, São Geraldo vai perdendo suas características: símbolos e imagens do povoado que são sufocados com as transformações. No primeiro capítulo, intitulado “O morro do pasto”, essa questão já é prenunciada: “o povo se comprimia na zona de retreta como dentro de um círculo demarcado. De fora era mesmo estranho espiar os habitantes se empurrando: aqueles cujas costas já davam para o vazio lutavam sonâmbulos para entrar” (LISPECTOR, 1975, p. 9). O comportamento da multidão da festa religiosa de São Geraldo assemelha-se à multidão automatizada que Baudelaire apontou como traço de urbanização: a multidão se empurra a cotoveladas, as sensações desagradam e promovem reações nas personagens.

A *alegoria moderna* detectada por Walter Benjamin em Baudelaire, ou seja, a *alegoria do fragmentado* de *As flores do mal*, também é ficcionalizada por Clarice Lispector em *A cidade sitiada*. São Geraldo representa o mundo da revolução tecnológica e o fim das formas tradicionais da cultura (“... tudo o que tombasse

naquela cidade se materializaria em coisa” (LISPECTOR, 1975, p. 47): é uma cidade sitiada pelo progresso. Com sua modernização perde o caráter solidário das relações humanas, próprio das pequenas cidades e passa a exibir um automatismo comum às grandes concentrações urbanas.

A cidade tem dois polos: o antigo caracterizado por adjetivos como *dourados*, *nua*, *agreste*, que conotam vida e dinamismo; o moderno caracterizado por adjetivos como *metálico*, *imobilizado*, *congestionado*, que sugerem paralisia, morte e automatismo. A autora apresenta os espaços antagônicos que são fronteiriços e delinea as diferenças por meio de verbos, substantivos e adjetivos selecionados e manejados com maestria.

Além da organização linguística do romance que revela grande intimidade da autora com os procedimentos próprios do texto poético, o que reforça a possibilidade de aproximação com Baudelaire é o fato de que assim como as imagens da mulher passante interpenetram-se às imagens da cidade de Paris, no soneto baudelaireano, as imagens da vida de Lucrecia, a protagonista, e demais personagens de *A cidade sitiada*, fundem-se às imagens do lugarejo São Geraldo: “Aos poucos ela não saberia se olhava a imagem ou se a imagem a fitava porque assim sempre tinham sido as coisas e não se saberia se uma cidade tinha sido feita para as pessoas ou as pessoas para a cidade – ela olhava” (LISPECTOR, 1975, p. 51).

Walter Benjamin analisa a modernidade do século XIX sob o ponto de vista da ambiguidade e da contradição, mostrando-nos o mundo moderno na sua dupla faceta: a que desumaniza o homem, tornando-o autônomo, e a que aponta um caminho para sua reumanização. *O Angelus Novus*, um desenho a nanquim de Paul Klee, datado de 1920, é a imagem que ele escolheu para ilustrar seu pensamento; a tempestade, que sopra do Paraíso prendendo as asas do anjo, ao mesmo tempo em que o impele para o futuro, é a imagem do progresso. Na visão benjaminiana, o progresso, embora traga ao homem a perda da experiência coletiva (*Erfahrung*) e mantenha-o preso a uma experiência individual (*Erlebnis*) e portanto pobre, leva-o a buscar um recomeço.

Esse pensamento é latente em *A cidade sitiada*. Lucrecia, temendo a transformação que se realizava na cidade e, conseqüentemente nela, casa-se com um forasteiro. Abandona São Geraldo, mudando-se para outro lugar, completamente diferente. Evidentemente não se adapta e resolve voltar, mas encontra a cidade mudada pelo progresso. Tomada de pânico foge novamente. O progresso que assusta e empobrece as relações humanas da personagem lispectoriana, expulsando-a da cidade, é o mesmo que a leva a partir para o interior em busca de uma nova vida.

O tema homem/espço é recorrente na obra clariceana e foi retomado mais tarde no conto “Viagem a Petrópolis”, publicado na coletânea *A legião estrangeira*, em 1964. Apresenta como protagonista Mocinha, que, na verdade, se chama Margarida.

Impossível não notar o trabalho semântico da autora que coteja a condição da personagem ao oposto da flor. Margarida, cujo nome científico é *Chrysanthemum leucanthemum*, também é conhecida como *malmequer*. Tem um caule longo e pode ser cultivada em meio a outras flores, pois não se apresenta como prejudicial às demais. Caracteriza-se principalmente por adaptar-se aos vários tipos de solo, desde os mais impróprios, como pântanos e depósitos de resíduos descartados por membros da sociedade. Simbolicamente, as margaridas são associadas à inocência, paz e bondade; também ao afeto e juventude.

Na primeira frase do conto é possível perceber que os adjetivos qualificadores da protagonista reforçam a ironia com que o tema é tratado: “Ela era uma velha sequinha que, doce e obstinada, não parecia compreender que estava só no mundo.” (LISPECTOR, 1964, p. 70). A condição da personagem é oposta ao seu nome: Mocinha não é jovem, mas velha e, apesar de ser doce e bondosa, está só e carente de afeto. Já fora esposa e mãe no passado, mas os filhos e o marido haviam morrido e por isso vivia de caridade com uma família em Botafogo.

**Achava sempre onde dormir, casa de um, casa de outro.
Quando lhe perguntavam o nome dizia com voz purificada pela
fraqueza e por longuíssimos anos de boa educação:
- Mocinha.
As pessoas sorriam. Contento pelo interesse despertado,
explicava:
- Nome, nome mesmo é Margarida (LISPECTOR, 1964, p. 70).**

Despida dos papéis de esposa e mãe, perdera também sua própria identidade. Tal condição é reforçada pela autora na descrição da aparência física da personagem. “O corpo era pequeno, escuro, embora ela tivesse sido alta e clara. [...] Quando lhe davam cama para dormir davam-na estreita e dura porque Margarida fora aos poucos perdendo volume.” (LISPECTOR, 1964, p. 70). Contudo, conseguia encontrar no espaço das ruas da cidade do Rio de Janeiro momentos de alegria.

**Levantava-se de madrugada, arrumava sua cama de manhã e
disparava lépida como se a casa estivesse pegando fogo.
Ninguém sabia por onde andava. Um dia uma das moças da casa
perguntou-lhe o que andava fazendo.
Respondeu com um sorriso gentil:
- Passeando.
Acharam graça que uma velha, vivendo de caridade, andasse a
passear. [...] E a velha passeava para ficar conhecendo a cidade.
(LISPECTOR, 1964, p. 72).**

A rotina de sua vida transformou-se quando, ignorando o porquê, decidiram levá-la à Petrópolis, para conviver com Arnaldo, outro membro da família, e sua esposa alemã. A noite que antecedeu a viagem foi marcada pelos flashes das lembranças de momentos vividos com o marido e os filhos, agora mortos. À medida que a viagem se aproximava, as lembranças intensificavam-se e ela, entre lembrar e esquecer, experimentava breves momentos de consciência de quem havia sido no passado.

A narrativa denuncia a condição de abandono pela qual passa grande parte das mulheres, quando não exercem mais seus papéis sociais de esposa e mãe e, especialmente, quando são idosas. A rejeição por essa condição feminina é destacada no texto no encontro entre Arnaldo e a protagonista:

Olhou para as duas mulheres na sala e vagamente sentiu o cômico do contraste. A esposa esticada e vermelha. E mais adiante a velha murcha e escura, com uma sucessão de peles secas penduradas nos ombro.” [...]
- E agora estou muito ocupado! Eu lhe dou dinheiro e você toma o trem para o Rio, ouviu? Volta para a casa de minha mãe, chega lá e diz: casa de Arnaldo não é asilo, viu? aqui não tem lugar. Diz assim: casa de Arnaldo não é asilo não, viu
(LISPECTOR, 1964, p. 78).

Como é Margarida, e por isso adapta-se à qualquer condição, aceita a decisão de Arnaldo, que é, na verdade, voz da sociedade capitalista: não há espaço para quem não produz e este deve ser excluído. “Então, como estava cansada, a velha encostou a cabeça no tronco da árvore e morreu.” (LISPECTOR 1964, p. 79).

Importante observar que os momentos finais da personagem são de encontro com a beleza da estrada que superava a cidade do Rio de Janeiro. Contrária à protagonista de *A cidade sitiada*, que busca nas ruas e não reconhece nas imagens de São Geraldo nada de si, Mocinha encontra em sua viagem e seu último passeio, pela estrada de Petrópolis, imagens da natureza – água, pássaros, nuvens - que incorpora nos momentos finais de sua existência.

DIÁSPORAS URBANAS NA (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

Ao analisar o contexto da modernidade, o sociólogo Stuart Hall trata das novas identidades e a conseqüente fragmentação ou pluralização do homem moderno (HALL, 2014). Para ele, a modernidade abalou a ideia que fazemos de nós mesmos enquanto sujeitos, provocando o que denominou *deslocamento* ou *descentração do sujeito*. Essa *perda de si mesmo* constitui a crise de identidade, muito discutida a partir do século XX.

As personagens clariceana ilustram essa crise, que se acentua pela condição da mulher na sociedade brasileira. Ambas têm identidades transitórias, construídas com perfis de subalternidade feminina. Em ambos os textos há mulheres desempenhando papéis sociais definidos pelo universo masculino. A questão da identidade, inexistente para uma e esquecida para outra, é alegorizada nos passeios que ambas realizam pelas ruas das respectivas cidades onde moram.

Em *A cidade sitiada*, Lucrécia costumava passear por S. Geraldo e espiar o progresso da pequena cidade. Depois de casar-se e viajar para uma grande metrópole, acreditou que sua vida mudaria, o que não ocorreu como esperava. O marido tentou moldá-la à própria vontade.

Um adestramento contínuo. Ele era masculino e servil. Servil sem humilhação, como um gladiador que se alugasse. E ela, sendo mulher, o servia. Enxugava-lhe o suor, alisava-lhe os músculos. Aviltava-a viver às custas das idas e vindas e dos treinos de Mateus, estendendo camisas que a poeira da cidade logo sujava ou alimentando-o com carnes e vinhos. [...] Tudo era Mateus Correia agora. Banho de Mateus. Escovas de Mateus. Tesoura de unhas de Mateus. [...] Se pensara que se aliando a um forasteiro, sacudir-se-ia para sempre de S. Geraldo e cairia na fantasia? Enganara-se. Caíra de fato em outra cidade - o quê? Em outra realidade – apenas mais avançada porque se tratava de grande metrópole onde as coisas de tal modo já se haviam confundido que os habitantes, ou viviam em ordem superior a elas, ou eram presos em alguma roda (LISPECTOR, 1975, p. 122).

A condição da mulher é revelada na relação feminino/masculino. Lucrécia Neves aceitou o casamento arranjado pela mãe e assumiu seu papel de esposa, como fantoche; concordava com o marido que pensava “não é crime um homem ter algum interesse pelas mulheres mas é crime a esposa se interessar por outro homem” (LISPECTOR, 1975, p. 136), pois também para ela, era assim que a sociedade se estruturava. Por isso a realidade do novo ambiente espacial da grande metrópole não promoveu a mudança esperada e ela continuou a mesma mulher, sem identidade própria.

Em *Viagem a Petrópolis*, Mocinha submeteu-se à vontade dos jovens que a conduziram ao seu destino, assim como acatou, com resignação e humildade, a rejeição e humilhações sofridas na casa de Arnaldo: “Mocinha pegou no dinheiro e dirigiu-se à porta. Quando Arnaldo já ia sentar para comer, Mocinha reapareceu: – Obrigado, Deus lhe ajude” (LISPECTOR, 1964, p. 78).

Nos dois textos há uma jornada de busca da auto identidade, que envolvem duas vertentes: homem e cidade. Contudo, tratam-se de vias opostas: no romance, a cidade situa de fora para dentro, isto é, adquire vida para interferir negativamente em *Lucrécia*; no conto, a viagem dá-se do interior para no exterior, ou seja, a cidade é o palco que revela a condição feminina e a segregação da mulher idosa, mas também possibilita resgate da identidade esquecida.

Podemos afirmar que as viagens funcionam como verdadeiras diásporas para as personagens. Hall (2014) sustenta que as diásporas são apoiadas em relações binárias de diferenças; dependem da construção do outro e de uma rígida oposição entre o de dentro e o de fora, isto é, do estabelecimento de fronteiras. O conceito pode ser tomado como chave de leitura dos textos, pois os passeios das protagonistas pelas cidades alegorizam a própria condição feminina cujos papéis esbarram na diversidade de gênero: “...sendo mulher, o servia...” (LISPECTOR, 1964, p. 122). Os movimentos de saída à rua são tentativas de construir ou recuperar uma identidade; essas saídas esbarram na condições dos outros, totalmente diversas das que elas conhecem.

A autora não alude diretamente às questões de gênero, tampouco não adota a relação entre feminino e masculino em que ambos se excluem, mas, ao contrário, articulam-se de modo que o universo feminino destaque-se no contexto patriarcal. Suas personagens exibem relações de dominador e dominado, isto é, desigualdades em que se destacam o poder: Mateus compra *Lucrécia*, com a moeda do casamento; Arnaldo rejeita *Mocinha*, como se descartasse a doação de um objeto sem serventia.

Em Walter Benjamin, o progresso da cidade interfere na relação amorosa. Em Clarice Lispector, a cidade que se moderniza aflora a violência das desigualdades entre homens e mulheres. As personagens são metáforas do homem universal, por isso tentam resgatar simbolicamente, pelos passeios que fazem nas ruas de suas respectivas cidades, o vazio existencial inerente ao ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que os autores nos dizem em suas reflexões – históricas, como de Benjamin, ou estéticas como de Baudelaire e Lispector – é que as transformações urbanas são constantes, ininterruptas e impactantes nas experiências humanas. Embora necessário, o progresso tecnológico ao mesmo tempo em que possibilita integralidade entre os seres, promove isolamento, porque não supri aspectos subjetivos da espécie humana. As relações das personagens com os respectivos espaços geográficos de sua cidade ilustram carências, próprias daqueles que habitam espaços urbanos cujo crescimento acelerado produzem alterações nos sentidos e percepções humanas.

Metaforicamente, as personagens literárias são servas da cidade. A passante é Lucrecia: ambas exprimem mudanças no tempo e nas coisas que as rodeiam. A protagonista do romance clariceano sofre à medida que a cidade é transformada pelo progresso, o mesmo que induz o eu lírico de “A uma passante” a despedir-se da amada no momento em que a encontra. A prosa e o poema apontam conflitos de inter-relações que também acompanham o ritmo do progresso das cidades e, por isso, dão-se num *tempo do agora* em que nada permanece porque tudo é efêmero.

As relações, nessa nova realidade, ignoram as diversidades e subjetividades humanas. Por isso, os que não são considerados normais e legais, pelos que convivem no mesmo ambiente, vivenciam os mais variados conflitos. Do ponto de vista da mulher, por exemplo, a condição feminina imposta pela sociedade é que exerça os papéis produtivos, previamente estabelecidos pelo patriarcalismo, caso contrário será excluída do convívio social.

Clarice Lispector soube apontar as desigualdades, criando personagens, como as das obras analisadas, que encarnam mulheres. Lucrecia é inerte, não tem vontade própria, por isso aceita sem negociada pela mãe como mercadoria e conduzida a um casamento cuja relação é pautada em diálogos em torno de pontos neutros, pois não existe afinidades entre os cônjuges. Passeia por São Geraldo em *sonâmbulas caminhadas* que lhe são totalmente sem sentido. Mocinha, por sua vez, porque é *Margarida*, assume o simbólico do nome e adapta-se às condições estabelecidas pela família que a acolhia e sofre a segregação, destinada àqueles cuja capacidade produtiva esgotou-se.

Os autores, Baudelaire e Lispector, conseguiram em suas obras alertar seus leitores para as transformações rápidas dos ambientes urbanos dos respectivos séculos em que viveram. Suas produções literárias físgam, pela via da poeticidade, a beleza do que é efêmero e transitório, nas experiências de capturas de imagens do eu lírico, em “A passante”, de Lucrecia, em A cidade sitiada e de Mocinha em “Viagem a Petrópolis”: personagens representativas das condições dos elementos integrantes tanto da sociedade do século XIX quanto do século XX, que carregam os efeitos impactantes de transformações no sujeito, que, suscita olhares amplos para desigualdades e diversidades humanas.

REFERÊNCIAS

BAUDELAIRE, C. **As flores do mal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. I.

_____. **Rua de mão única**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. II.

_____. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. v. III.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LISPECTOR, C. **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1964.

LISPECTOR, C. **A cidade sitiada**. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

Relações de dominação, a cidadania em construção dentro do presídio feminino paulistano

Rachel Alves de Aguiar

O livro Prisioneiras escrito no ano de 2017, pelo médico Drauzio Varella, trazem o peso que recai, sobre o gênero feminino. São construções sociais históricas que sustentam as relações de dominação entre homem e mulher, capilarizadas ao longo do tempo, ao produzir um discurso natural no tratamento entre essa dicotomia de gênero (masculino x feminino) iniciada no século XVIII. Este texto apoia-se na teoria social crítica de John B. Thompson e nas práticas discursivas de Mary Jane Spink.

A violência humana faz lembrar e visualizar imagens que nos levam a fixar situações e movimentos extremos de uma sociedade. O recorte deste texto pode ser considerado sombrio, mas faz parte do cotidiano da autora que trabalha indiretamente com prisioneiros em um projeto Clubes de Leitura da FUNAP – Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel e a Editora Companhia das Letras. Tal projeto incentiva a leitura e, em contrapartida, o preso tem como benefício a remição¹ de sua pena.

O Clube de Leitura consiste em formar grupos de leitura dentro das penitenciárias do Estado de São Paulo, nos quais discutem livros em sua maioria de literatura popular brasileira, acompanhados por professores da fundação. Depois de 30 dias de leitura, é aplicada uma prova, em formato de resenha, com voluntários, para atestar se o preso concluiu a leitura da obra com êxito.

No início de 2017, o médico Drauzio Varella publica o livro *Prisioneiras*, fomentando o espaço de discussão sobre gênero e suas relações de dominação. Este texto surge das inquietações ocorridas após apresentação da dissertação de mestrado, na medida em que lia o livro e era instigada a analisar esta construção apresentada nesta mídia secundária.

O objetivo deste trabalho, então, é analisar e interpretar o caráter ideológico potencial produzido pelas narrativas selecionadas no livro *Prisioneiras*. Assim, descrever o processo de construção do problema social e o gênero feminino no Brasil, em particular dentro da Penitenciária feminina da cidade de São Paulo. Com isso, enfocar as relações de dominação características do poder prisional, o qual não exclui a cultura de fora dos muros.

Este texto, portanto, colabora para a compreensão das relações de dominação de diferentes tipos que podem ser mantidas ou transformadas, a partir de tal obra literária. E para que os protagonistas desses problemas sociais possam ser capazes de absorver, alimentar e retroalimentar as indagações aqui levantadas. Nesse sentido, seria levar a um pertencimento social.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Autocontrole moral? Será que podemos mensurar, quantificar? Qual seria a relação que temos com esse conceito e no que ele nos ajudaria dentro da construção da cidadania em uma sociedade?

O autocontrole moral relacionado à integridade física da população é um debate acalorado na perspectiva política dentro da forma de governo democrática escolhida pelo nosso país. O pensamento generalizado de que a integridade física é

¹ Remição: mecanismo penal que abrevia o tempo imposto pela condenação judicial. A lei de Execução penal sob nº. 721/84, na qual a categoria de remição por estudos foi ampliada em 2011 com a Lei nº.12.433/11.

irrelevante não apenas com quem é prisioneiro, mas no próprio cotidiano da população brasileira, nos coloca em um patamar de construção perigosa, precária no acesso aos direitos sociais e nos retira da obrigatoriedade do dever de defender a integridade física da nossa sociedade. Mary Jane Spink (1994), cita Bandura, explicitando a forma de governabilidade que é necessária para controlar a violência:

A conduta civilizada exige, além de códigos pessoais humanitários, sistemas sociais que sustentem comportamento de compaixão e que renunciem a crueldade [...]. Para funcionar de modo mais humano as sociedades tem que estabelecer proteções contra o mal-uso do poder justificativa de instituições para fins de exploração e destruição (SPINK, 1994, p.16).

Vale aqui apresentar um breve histórico sobre como o tratamento dentro dos presídios foi levado pelo governo ao longo do tempo (DI SANTIS; ENGBRUCH, 2017):

Quadro 1- Histórico do tratamento nos presídios

TRATAMENTO APLICADO PELAS CONSTITUIÇÕES	
ANO	BENFEITORIAS
1824	Banem-se as penas de açoite;
1928	Iniciaram as preocupações com os alojamentos dos presos;
1830	Duas formas de prisão: a simples e a prisão com trabalho e perpétua;
1850	Fundação da casa de correção do Rio de Janeiro;
1850	Fundação da casa de correção do São Paulo; (continua...)
1890	O Código penal aboliu a pena de morte, penas perpétuas, acoite e as galés e previa. Quatro tipos de prisões: célula, reclusão em "fortalezas, praças de guerra ou estabelecimentos militares; Neste momento já tínhamos problemas com superlotação.
1905	Cria a lei de substituição da antiga penitenciária;
1920 a 1940	Criação da penitenciária do Carandiru, que na época era considerada modelo, mas sofria com todos os problemas de violência e arbitrariedade dos funcionários e responsáveis;

Fonte- Confeccionada pela autora

Nos últimos cinco anos, as rebeliões dentro dos presídios brasileiros só aumentaram, devido ao número exacerbado de presos que aumentou vertiginosamente depois da modificação da Lei de Drogas 11.343/06, que ocasionou um boom nas prisões

masculinas e femininas, pois seu art.33, que imputa o crime de tráfico que causa uma dualidade entre quem é usuário e quem é traficante, propiciando uma superpopulação dentro dos presídios.

A lei de drogas veio para universalizar todo este aparato, sustentando a relação de dominação dentro do Estado, fortalecendo a opressão e violência dentro da sociedade brasileira. Chegamos a um ponto em que a lei não transmite a justiça, o que ela comunica é que os direitos não são para todos, causando um mito social.

Para melhor compreender esta situação, o pensador Cook apresenta dois tipos de princípios que estruturam a justiça que garante a permanência da desigualdade:

Quadro 2-Princípios que garantem a desigualdade

Proporcionalidade	Igualdade
Segundo o qual justiça exige equilíbrio entre as contribuições feita a recompensa recebida (SPINK, 1994, p. 21)	Segundo o qual a distribuição justa é aquela em que os benefícios e os direitos são distribuídos igualmente a todos os membros do grupo (SPINK, 1994, p. 21).

Fonte- Confeccionada pela autora

Proporcionar e/ou igualar as necessidades sociais é julgar com uma subjetividade imensa. Seria demasiadamente impossível, pois a realidade é outra aos grupos subordinados da sociedade. Percebe-se que as tarefas não são divididas igualitariamente e os graus de responsabilidade são divididos em uma hierarquia que já quebra os conceitos.

Cabe a indagação deste tema, pois a exclusão moral de grupos menos favorecidos, da mulher nesse caso mais específico, é alimentada como observa a precariedade de nossa democracia. Mesmo com tantas leis, as transgressões dos direitos básicos são extremas e gritantes. Os indicativos para exclusão:

Crê-se em um mundo justo onde a culpa é das vítimas, denigrem-se as vítimas há uma grande distância psicológica entre a vítima da exclusão e aqueles que excluem: os limites de preocupação com a justiça limita-se àquelas pessoas mais próximas- a família. Esta exclusão moral não limita a um grupo, concentra-se mais fortemente sobre os presos e suspeitos, mas abrange em menor grau vários grupos da sociedade sugerindo realmente a existência de uma pecking order de múltiplas exclusões (SPINK, 1994, p. 50).

A imposição das leis por grupos dominantes destaca um quadro pronto, que o desemprego, inflação e outras mazelas e por isso devemos criar leis que de algum modo criem uma padronização e segurança. O controle das classes dominantes submete os que estão fora dos grupos dominantes a servirem a submissão às leis impostas. O próximo tópico aponta essa relação de dominação dentro dos discursos recortados na obra pesquisada.

ANÁLISE DO DISCURSO

O médico narra em seu livro histórias sociais, psicológicas, fisiológicas, destas mulheres que habitam a Penitenciária do Estado, que o autor humaniza no capítulo *A chegada*, pois enfatiza que construção foi feita pelo mesmo arquiteto do teatro Municipal Ramos de Azevedo.

O recorte escolhido para ser analisado será o do capítulo *Solidão*, que eterniza e universaliza o abandono da mulher dentro da sociedade brasileira e o mesmo afirma: “A sociedade é capaz de encarar com complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira” (VARELLA, 2017, p. 27).

Essas relações que são confirmadas por fatos, relatos e práticas do cotidiano do presídio, participam daquele território que, por mais apartado e repugnado pela sociedade, faz parte do Estado e esta parte é legal, sendo-lhe atribuído o poder de fiscalizar, amparar e condenar os cidadãos dentro e fora dos presídios.

Para analisar o recorte do livro, iremos utilizar a metodologia da hermenêutica de profundidade apresentada por Thompson (2011), no qual os sujeitos, lugares são enfatizados propiciando o estudo da hermenêutica dos cotidianos, no qual serão instrumentalizados pelos modos gerais de operação da ideologia quais sejam: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação que serão explicados dentro da análise.

Para Thompson, a dominação se apresenta da seguinte maneira:

Podemos falar de “dominação quando relações estabelecidas de poder “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em um grau significativo, permanecendo inacessível e outros agentes, ou a grupos de agentes independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito” (2011, p. 79).

Desses conceitos, vale pontuar o conceito de formas simbólicas: “são construções significativas que exigem uma interpretação; elas são ações, falas, textos, e por serem construções significativas, podem ser compreendidas” (THOMPSON, 2011, p. 357). Vamos ao recorte escolhido para análise deste trabalho:

**Numa das raras visitas que recebeu, a filha pergunta por que razão a mãe visitava todos os fins de semana, em Iaras, a 280 quilômetros de São Paulo, o filho causador de tantos desgostos, enquanto ela cumpria solitária, uma pena injusta (Frase 1).
- Você tem juízo, ele precisava mais de mim - foi a resposta (Frase 2).**

Maridos e namorados são os primeiros a ignorá-las não aparecem, não escrevem nem atendem telefonemas quando desconfiam que a ligação clandestina vem do presídio. Não hesitam em abandonar mesmo aquelas que foram presas por ajuda-los, como no caso das que são flagradas com drogas na portaria dos presídios masculinos em dia de visita (Frase 3). Quando são eles os presos, pobre da mulher que os abandone. Correm risco de morte se começam a namorar outro (Frase 4) (VARELLA, 2017, p. 29).

Para apresentarmos a análise de um modo mais completo, este trecho foi retirado do seguinte contexto: o caso da protagonista presa por culpa de um irmão que deixou drogas em seu armário. E, embora o irmão tenha assumido a culpa, a moça foi presa e condenada.

A Frase 1 tem como protagonistas mãe e filha em uma conversa no pátio da penitenciária de São Paulo, apresentando com modo de operação da ideologia a fragmentação: “indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desvio real aos grupos dominantes” (THOMPSON, 2011, p. 87).

De alguma maneira, aquela mulher presa não representa o mito que paira sobre a mulher que cuida, ensina os bons costumes. A filha seria o inverso do que a sociedade acredita, inserindo-se na estratégia típica de diferenciação: “ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos” (THOMPSON, 2011, p. 87)

Ainda na Frase 1, a pergunta da filha para a mãe, que faz necessário dar os nomes nesse contexto mãe e presidiária, em que há uma narrativa aberta: “por um prologo-exposição não problemático que será seguido de um nó que introduzirá uma tensão e de um desfecho que conseguirá ou não apagar a tensão” (CHARAUDEU; MAINGUENEAU, 2006, p. 344).).

A comparação entre filhos leva a mais um modo de operação: o da legitimação, em que a mãe irá efetivar a sua opção na Frase 2. Nessa fase, a mãe afirma que a filha tem mais juízo que o filho, embora os dois estejam na mesma situação de privação da liberdade.

Para Thompson, a legitimação “pode ser vista como uma exigência de legitimação que está baseada em certos fundamentos” (THOMPSON, 2011, p. 82). O fundamento da mãe para essa racionalização era que a filha tinha mais juízo que o filho. Isso mostra uma forma de raciocínio que justifique visitar apenas o filho e abandonar a filha.

Para reforçar essa atitude, o escritor apresenta outras formas de relações de dominação exemplificadas na Frase 3, “maridos e namorados são os primeiros a ignorá-las”. A unificação da atitude do homem interliga esses indivíduos a uma identidade coletiva, “independente das diferentes divisões que possam separá-los” (THOMPSON, 2011, p. 86). O comportamento da mãe tem como estratégia de construção simbólica – a racionalização:

Através do qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio eu procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio (THOMPSON, 2011, p. 83).

Aqui fica comprovado a dominação de que a mãe é acometida, pois cabe a ela cuidar do filho mais problemático, desconsiderando as arbitrariedades apresentadas na prisão da filha. Essa última é mais forte e foi criada em uma cultura patriarcal. A mãe não se dá conta da distinção e diferenciação e reforça o abuso psicológico e a violência doméstica aplicada pelas famílias continuamente a mulher. O gênero pesa. E, dessa frase, podemos observar a seguinte afirmação de Giffin (1994, p. 151):

à crescente consciência quanto às enormes diferenças atribuídas à sexualidade de homens e mulheres nos ajuda a desvendar as relações íntimas entre tradição de pensamento dualista mais geral na sociedade ocidental e as ideologias de gênero, onde ideia sobre masculino/feminino são refletidas/embutidas também nos conceitos de cultura/natureza, razão/emoção, sujeito/objeto, mente/corpo.

Na tradição do casamento das filosofias judaico-cristãs, é a mulher que acompanha o marido na doença e na tristeza. Nesse caso, até que o presídio os separe. E, nem

assim, pois o fim só acontece quando ele quer. Na submissão, uma criação histórica que podemos chamar naturalização: “estado de coisas que é uma criação social histórica pode ser tratado como um acontecimento natural” (THOMPSON, 2011, p. 88).

O abandono e a violência contra a mulher perante os fatos narrados pela Frase 3 e Frase 4 destacam a seguinte representação:

os direitos legais dos maridos sobre suas esposas, inclusive o direito ao controle pela violência fica, a família é denunciada como aparelho de guerra, protegida pelo silêncio sobre o que ocorre “entre quatro paredes: longe de ser uma proteção para as mulheres, a família nuclear tradicional tem sido um lugar onde a prevalência de abuso de crianças, violência doméstica, e estupro é sistematicamente ocultada e negada (SEGAL, 1989 p. 139).

De uma maneira geral, a reificação impera nas relações entre homem e mulher, pois a violência é aplicada pelo sexo masculino de forma, “permanente, natural e atemporal” (THOMPSON, 2011, p. 87). Nesses relatos, visualizamos o poder do grupo masculino sobre o feminino, ao excluir o livre arbítrio feminino, em uma relação de dominação construída em séculos e séculos, no abuso ao gênero feminino.

Nesse sentido, apresentamos mais um quadro para quantificar a violência feminina na cidade de São Paulo:

Quadro 3 – Relações entre o Agressor e Local de agressão da mulher. *Considerar o total de 146.691 mulheres atendidas pelo SUS em 2014 em que cada atendimento pode representar mais de uma opção (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 2016)

Relação com agressor, em %	Local de agressão em %
Parceiros e ex-parceiros: 37%	Residência: 72%
Mãe, pai, madrasta ou padrasto: 17%	Rua: 16%
Desconhecido: 13%	Bar: 2%
Autoprovocada: 12%	Escola: 2%
Irmão: 10%	Outros: 8%
Outros: 16%	

Fonte: Confeccionada pela autora

Os valores de nossa sociedade estão construídos de gerações e gerações, fica latente e impositivo como em uma conversa de mulher para mulher, um homem e a relação

com o masculino de alguma forma domina e constrói o comportamento de negação da visita da filha mulher, mesmo que os dois filhos estejam no mesmo status quo, ao longo do livro poderíamos retirar muitas narrativas que levam à mesma construção. Construção esta que não só os dados nos apresentam, a violência contra a mulher, as atitudes e os comportamentos também.

A violência contra o gênero feminino é sistematicamente assimétrica, tendo o homem um poder extramuros, dentro dos muros em relação as atitudes, comportamentos e na convivência que a mulher tem com a sociedade, interligando as mesmas dentro de uma unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou um resultado entre as relações de dominação entre o homem e a mulher, em que o homem é o dominante e a mulher a dominada, bem como as consequências dessas formas simbólicas perpetuam na sociedade. As formas de dominação não regem apenas as mulheres presas no sistema prisional. Como exemplificação, houve a oportunidade de analisar que a mãe solta (fora de um presídio) não observa o dilema que a filha passa em ver a mãe visitar o irmão com uma distância enorme e ter ido visitá-la, por poucas vezes, em seu período de reclusão como prisioneira.

As narrativas desses recortes apresentam as formas simbólicas que se capilarizam na sociedade brasileira da dominação que o gênero masculino tem sobre o feminino. Para uma nova perspectiva, fica latente a necessidade do fortalecimento democrático entre o cidadão brasileiro. Também, uma reflexão entre todas as camadas da sociedade, para que essas relações tornem-se menos desiguais.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise de discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

DI SANTIS, Bruno Morais; ENGBRUCH, Werner. A origem do sistema penitenciário. **UNIVERSO**, n. 61, dez. 2016/ jan. 2017. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/sistema-prisonal#.WanBusiGPIU>> Acesso em: 28 ago. 2017.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cad. Saúde Públi.**, Rio de Janeiro, (supl.1), p. 146-155, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a10.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2017.

SEGAL, L., 1989. Lessons from the past: feminism, sexual politics and the challenge of Aids. In: Taking Liberties: Aids and Cultural Politics (E. Carter & S. Watney, orgs.), pp. 133-145, London: Serpent's Tail.

SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

A generificação do empreendedor criativo em territórios inteligentes

Diego Santos Vieira de Jesus

O objetivo é examinar as razões da manutenção e da reprodução da desigualdade de gênero na economia criativa desenvolvida em territórios inteligentes. O argumento central aponta que a noção ideal de “empreendedor criativo” exigida pelos setores dessa economia é uma ideia generificada que favorece modelos masculinizados de trabalho desstandardizado, flexível e sujeito a mudanças, e de trabalhador dotado de qualidades empreendedoras, com flexibilidade total e maior independência em relação a obrigações familiares.

Grande parte dos territórios e cidades inteligentes ao redor do mundo configuraram-se como espaços de vitalidade pela valorização de seus patrimônio e identidade para projetar seu presente e futuro, além de empreendedorismo, conectividade – em particular meios físicos e tecnológicos que aproximem habitantes e minimizem conflitos – e aceitação explícita das diferenças. Profissionais dos setores criativos – como publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, design de moda, cinema, software, softwares interativos para lazer, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus, galerias e atividades relacionadas às tradições culturais (DCMS, 1998) – desempenham papel central no estabelecimento dos traços e do espírito dos lugares. Esses setores que compõem a chamada “economia criativa” utilizam como recurso-chave a criatividade, entendida como a expressão do potencial humano de realização em atividades geradoras de produtos tangíveis e a capacidade de manipulação de símbolos e significados visando à geração de inovações. A interação entre os setores criativos e o governo permitiu desenvolver em inúmeros territórios e cidades inteligentes uma efervescência cultural que atrai profissionais criativos para um fluxo mais rico e uma maior densidade de ideias, estimular a multiplicidade de perspectivas – que viabiliza que as ideias sejam fertilizadas pela interação – e fortalecer a capacidade criativa de empresas e instituições (CCTC, 2013).

Entretanto, embora a “economia criativa” nas cidades inteligentes se coloque como um domínio aberto e igualitário para todos os trabalhadores, é possível identificar desigualdades persistentes no que diz respeito ao acesso e à participação de mulheres nos setores criativos. Áreas como publicidade, TV, design, cinema e novas mídias são marcadas por intensas disparidades entre homens e mulheres. Nessas áreas, mulheres são sub-representadas, mal remuneradas e concentradas em funções menos valorizadas que homens; porém, tais setores criativos apresentam-se como abertos, tolerantes, igualitários, hostis a rígidos sistemas de separação e baseados em princípios meritocráticos (GILL, 2014, p. 510). As mulheres continuam a ser marginalizadas por meio da diferenciação repetida de algumas das posições mais valorizadas nesse ramo da economia, além do fato de que as diferenças atribuídas às mulheres são constantemente desvalorizadas (PROCTOR-THOMSON, 2009, p. II). Elas ainda recebem menos que os homens e exercem funções acessórias ou de menor status. Em setores da economia criativa como TV, mais mulheres do que homens trabalham como free lancers, o que envolve a reprodução de condições informais de trabalho. Em áreas como cinema e TV, há pouca representação de mulheres em posições de liderança e em corpos de tomada de decisão. A participação de mulheres no setor da música ainda é reduzida em relação à dos homens, bem como na área de fotografia e vídeo. Na indústria musical, enquanto os homens em geral são executivos, produtores e caçadores de talentos, as mulheres ocupam posições de menor remuneração e em geral realizam tarefas que exigem menos habilidades (TAMS, 2003, p. 7-11).

Os percentuais de participação de mulheres em setores ligados à computação e tecnologia ficam em torno de 20% a 25% em Estados desenvolvidos e tendem a ser ainda menores em Estados em desenvolvimento. Em áreas como programação, áudio e design de jogos, as mulheres sequer chegam a representar 5% do setor. Na indústria de jogos, grande parte das mulheres está trabalhando fora da criação – área que tem maior status e em geral é melhor remunerada – e está mais presente em setores como atendimento a clientes e recursos humanos (PROCTOR-THOMSON, 2009, p. 8-25). Mulheres jovens dominam estágios não-remunerados nos setores criativos, entendendo tais estágios como precursores ou pré-requisitos para um emprego remunerado, mas sem qualquer garantia de que poderão conquistar definitivamente tal emprego. Como resultado, tais mulheres jovens são financeiramente dependentes de suas famílias por períodos maiores. Muitas inclusive mantêm empregos remunerados fora da área criativa para cobrir necessidades básicas (SHADE; JACOBSON, 2015, p. 189-195).

O objetivo do artigo é examinar as razões da manutenção e da reprodução da desigualdade de gênero na economia criativa desenvolvida em territórios inteligentes, apesar de tal economia se apresentar como um domínio aberto e igualitário para todos os trabalhadores. O argumento central aponta que a noção ideal de “empreendedor criativo” exigida por esse setor da economia é uma ideia que contribui para a manutenção e a reprodução da desigualdade de gênero, uma vez que favorece modelos masculinizados de trabalho desstandardizado, flexível e sujeito a mudanças, num sistema de empregos temporários e inseguros, e de trabalhador dotado de qualidades empreendedoras, com flexibilidade total e maior independência em relação a obrigações familiares.

AS CLIVAGENS NA CLASSE CRIATIVA

Richard Florida (2002) – um dos principais autores norte-americanos da área de estudos sobre economia criativa – fala da existência, em diversas cidades inteligentes, de uma “classe criativa”, composta por trabalhadores do conhecimento que lideram a geração de riqueza por meio do intelecto e da criatividade. O crescimento socioeconômico seria determinado pela conjunção de seus três Ts: talento – que dirige esse crescimento –, tecnologia – fundamental para que se estabeleçam conexões e interação entre pessoas – e tolerância – fundamental na atração de capital humano (FLORIDA, 2005; OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013, p. 22-23). No que diz respeito especificamente ao processo criativo, a tolerância pode estar associada à justiça social, destacando-se a inclusão de grupos discriminados, como mulheres, LGBTs e minorias étnicas. A gestão das diferenças poderia gerar benefícios na produtividade e na lucratividade para empreendimentos criativos ao permitir o amplo recrutamento de talentos, o fortalecimento da inteligência de mercado e maior habilidade na solução de controvérsias.

Todavia, Florida não observa que mudanças procedimentais formais de comportamento não necessariamente transformam as crenças e as atitudes que perpetuam a discriminação. A busca de igualdade mostra-se concentrada em organizações específicas, além de que as reivindicações para maior participação de grupos diversos baseadas nas necessidades das empresas podem fazer com que os níveis de igualdade se tornem mais vulneráveis a flutuações econômicas (PROCTOR-THOMSON, 2009, p. 83-93). Inúmeros profissionais trabalham em regime autônomo, tendo condições contratuais desfavoráveis e precárias, com retornos financeiros incertos (BENDASSOLLI; WOOD JR., 2010, p. 260-264, 268-273). Ainda que reconheça a pluralidade de indivíduos e setores que compõem a classe criativa, Florida parece conceber que os seus componentes estariam todos homogeneamente alocados em termos da distribuição da renda e do acesso a oportunidades. Entretanto, não lida com as características, as necessidades e as dificuldades particulares dos profissionais de cada setor, em especial a forma como as diferenças de raça, etnia, faixa etária, gênero e orientação sexual se manifestam especificamente em cada setor e como as hierarquias criadas em torno delas geram obstáculos para seus componentes em termos de acesso a oportunidades.

A própria noção de tolerância – colocada como fundamental a uma cidade criativa – é problemática, na medida em que implica coexistência e convivência, não a aceitação ou o reconhecimento pleno da diferença e a valorização na sua especificidade. A retórica da diversidade mantém intacta a cultura dominante que marginaliza os outros (MISKOLCI, 2016, p. 50-51). Assim, o pleno desenvolvimento de uma cidade inteligente a partir dos setores criativos e do potencial econômico da criatividade exige ir além da tolerância para a incorporação efetiva da diferença. Entretanto, a literatura ignora esse ponto, bem como a especificidade cultural dos obstáculos socioeconômicos e políticos ao desenvolvimento de cidades inteligentes, em particular os regimes de controle e exclusão social.

AS QUESTÕES DE GÊNERO EM SETORES CRIATIVOS DE TERRITÓRIOS INTELIGENTES

A “nova economia” representa um momento de passagem do capitalismo de Estado, que confiava na indústria tradicional, para uma economia global alimentada pelo avanço tecnológico, pela criação de conhecimento e pela especulação financeira. Os setores criativos representam o modelo de indústria pós-industrial na nova economia (FLEMING, 1999, p. 8; LANDRY, 2011, p. 7-9). Na “nova economia”, os setores criativos estariam baseados em indivíduos com capacidades criativas e artísticas em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que fazem produtos e serviços vendáveis e cujo valor econômico reside nas suas propriedades culturais ou intelectuais (DCMS, 1998; MIGUEZ, 2007, p. 102).

A “nova economia” é apresentada como “simbólica”, lidando com produtos menos tangíveis como o conhecimento. A dicotomia entre o “novo” e o “velho” naturaliza a “nova economia” e as políticas que a acompanham – e que colocam os setores criativos no centro desse novo modelo econômico – como “progressistas”, “flexíveis” e “positivas” para o desenvolvimento das sociedades, enquanto a “velha economia” é situada como “retrógrada” e “negativa” para o desenvolvimento por ser mais “engessada”. Tal dicotomia encoraja o investimento nos setores criativos por serem definidos como “lucrativos”, o que pareceu se tornar senso comum para empresários, investidores e acadêmicos. A ênfase na “desestandardização” envolve modelos de trabalho flexíveis, aos quais se liga a ideia de que o trabalho e o lazer ou o trabalho e a vida privada estão entrelaçados na “nova economia”, não havendo uma clara distinção entre eles. Nesse contexto, o mito do “empreendedor criativo” naturaliza qualidades e práticas que tendem a ser mais facilmente preenchidas por homens do que por mulheres. Ademais, a proeminência de discursos sobre criatividade, inovação ou conhecimento e a subordinação de valores associados às atividades culturais são partes de um processo de mercantilização da atividade cultural, que não fortalece as perspectivas de reivindicações relacionadas a gênero no trabalho dos setores criativos (TAMS, 2003, p. 115-128).

Na nova economia, as virtudes da produção criativa são amplamente promovidas e idealizadas, supostamente permitindo às mulheres libertarem-se das relações opressoras de gênero por meio da sua participação na economia criativa em territórios inteligentes. O potencial emancipatório da nova economia estaria supostamente visível, por exemplo, nas oportunidades que as novas tecnologias permitiriam às mulheres, como o maior controle pessoal sobre a reprodução, a redução do tempo gasto no trabalho doméstico e a mudança de padrões do trabalho remunerado. Todavia, essas mesmas tecnologias podem ser usadas por instituições a fim de ampliar seu controle sobre os empregados, de forma que a suposta “flexibilidade” pode ser associada à exploração e à extensão do controle externo das vidas domésticas e profissionais dos trabalhadores. As desigualdades de gênero ficam visíveis ao se abordarem temas como as dificuldades de acesso da mulher aos setores criativos e o próprio abandono da opção de trabalhar nesse domínio, uma vez que grande parte das atividades da nova economia é naturalizada como “masculina” ao se assumirem deficiências das mulheres ao lidar com suas atividades.

Os parâmetros da desigualdade de gênero ficam também claros na organização do trabalho e das carreiras: a participação das mulheres em carreiras relacionadas à nova economia enfrenta barreiras como expectativas sociais, o conflito entre família e trabalho, as redes de trabalho informais e a falta de modelos e estruturas institucionais. Ademais, a classificação de tarefas como femininas ou masculinas intensifica a segregação ocupacional, em especial em empresas maiores que sustentam um conjunto de funções especializadas. Nesse sentido, aspectos da nova economia que são profundamente valorizados – como práticas informais de

trabalho, flexibilidade e preeminência do discurso individualista e meritocrático – reproduzem modelos de desigualdade de gênero (PROCTOR-THOMSON, 2009, p. 63-64, 68-79).

Ainda que algumas mulheres sejam capazes de extrair vantagens de estruturas de trabalho individualizadas e desenvolvam papéis mais autônomos e reflexivos em atividades criativas, a economia criativa que se desenvolve em territórios inteligentes ostensivamente destradicionalizada continua a sustentar estruturas sociais excludentes, revelando continuidade em relação à velha economia em termos da persistência da desigualdade e da discriminação de gênero. A ascensão de um “sujeito empreendedor” na economia criativa supostamente libera o potencial das mulheres para que busquem um sentido genuíno de autonomia pessoal, preenchimento criativo e recompensa social em suas carreiras, mas o discurso de flexibilidade e liberdade criativa ofuscou práticas discriminatórias fundamentais no trabalho criativo (BANKS; MILESTONE, 2011, p. 73, 87).

Autores como Ulrich Beck (1992) argumentam que o gênero teria deixado de ser um fator estruturante significativo do trabalho e do emprego, enquanto Manuel Castells (2010, p. 215-234) sinaliza a existência de oportunidades crescentes para mulheres. Ambos sinalizam que as novas tecnologias tiveram impactos significativos no trabalho doméstico, na saúde e na reprodução. Desde o fim da década de 1970, barreiras estruturais à educação, recrutamento e promoção de mulheres foram eliminadas por meio de leis que visavam a gerar oportunidades iguais. Indústrias dominadas por homens – como a manufatura pesada – entraram em declínio, enquanto outros setores que contavam com a participação de mulheres experimentaram rápido crescimento, como serviços, saúde e comunicações. De acordo com tais autores, as mulheres ampliaram sua participação na força de trabalho remunerada, e muitas conquistaram posições elevadas em esferas sociopolíticas e econômicas (PROCTOR-THOMSON, 2009, p. 6-7).

Todavia, ao contrário do que coloca Beck (1992), a destradicionalização e a individualização das relações sociais não necessariamente conduziram à libertação em relação às formas dominantes de gênero, de forma que gênero – como também etnicidade e classe – mantém-se como uma categoria adequada para o entendimento da constituição das sociedades com o declínio da sociedade industrial que garantia e institucionalizava essa forma de estratificação social. Como aponta Lisa Adkins (1999), as formas reflexivas de produção cultural, em vez de diluírem formas sedimentadas de poder social, exercem um efeito de retradicionalização baseada na construção de uma nova tradição que permite a empresas continuarem buscando a acumulação. A tradição se reagrupa e se reaplica de forma a não se conduzir à emancipação em relação a formas sociais opressivas e conservadoras, inclusive a naturalização da dominação nas relações de gênero.

Para Beck (1992, p. 116), a produção capitalista baseou sua eficácia na separação de papéis essencializados entre homens e mulheres – homens como produtores e provedores da família e mulheres como reprodutoras e cuidadoras da geração seguinte de trabalhadores – e na ênfase na família como provedora de contexto para a reprodução bem-sucedida de valores capitalistas para a garantia da estabilidade do sistema.

Porém, o autor argumenta que, com a expansão de oportunidades educacionais para mulheres, as maiores organização e mobilização de movimentos feministas e a cooptação das mulheres no mercado de trabalho pela necessidade do capitalismo de garantir seu próprio futuro com novas fontes de mão de obra barata e flexível, os papéis de homens e mulheres tornaram-se menos diferenciados, de forma que se desenvolveu um reino de produção no qual todos são potencialmente trabalhadores ativos e disponíveis e indivíduos independentes, livres para atender às demandas do mercado a fim de garantir sua existência econômica. Beck aponta que a emancipação de homens e mulheres dos seus papéis históricos poderiam ter efeitos positivos numa sociedade mais individualizada, como o surgimento de novas instituições sociais que permitiriam a acomodação satisfatória das ambições de homens e mulheres.

A visão defendida neste texto – também sustentada por Mark Banks e Katie Milestone (2011, p. 73-77, 87) – baseia-se na perspectiva de que é prematuro dizer que uma reestruturação econômica flexível, ocupações mais personalizadas e estetizadas e uma maior mobilidade geográfica e social necessariamente conduzam à eliminação da desigualdade e da discriminação de gênero.

A GENERIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR CRIATIVO

O “empreendedor criativo” é uma ideia que contribui para a manutenção e a reprodução da desigualdade de gênero no trabalho nos setores criativos, uma vez que favorece modelos masculinizados de trabalho e de trabalhador. O tipo de trabalhador ideal apresentado nos documentos dos governos, das instituições internacionais e das próprias empresas da economia criativa é um produtor criativo, dotado de habilidades híbridas e de uma “personalidade empreendedora”, caracterizada por integridade, iniciativa, compromisso, determinação, confiança, liderança e tomada de riscos. Na “nova economia”, o trabalho é apresentado como desestandardizado, flexível e sujeito a mudanças, num sistema baseado em empregos temporários e inseguros, e aqueles que não se mostram aptos a lidar com tal situação flexível são colocados como “covardes” que abrem mão de assumir riscos, como, por exemplo, mulheres com famílias para cuidar.

A personalidade empreendedora masculinizada combinou-se às divisões de gênero na esfera doméstica e serviu para manter e reproduzir desigualdades de gênero na

economia criativa ao se colocarem as mulheres como não dotadas das qualidades empreendedoras e, por conta disso, menos adequadas ou capazes para o trabalho nos setores criativos em relação aos homens. Além disso, a promoção de qualidades como autonomia, capacidade de ação e autorrealização contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero na economia criativa. O “indivíduo autônomo” é apresentado como “agente” capaz de realizar escolhas e assumir responsabilidade por elas e por ele mesmo, sem necessariamente depender do Estado ou de ajuda institucional para atingir sua autorrealização por meio da mobilização de seus próprios recursos na busca incessante por metas e objetivos. Na economia criativa, mulheres podem ter dificuldade de desenvolver tal capacidade de ação no mercado por combinarem seu trabalho a outras responsabilidades domésticas, num contexto em que gradualmente se esvai a responsabilidade do Estado e outras instituições de garantir oportunidades iguais. O “empreendedor criativo” não adota a linguagem da igualdade de oportunidades socioeconômicas nem tenta combater as desigualdades em termos da distribuição de poder (TAMS, 2003, p. 115-139, 142-182).

O uso de gestão criativa e o encorajamento de trabalhadores a formarem suas próprias estruturas cooperativas que auxiliem na mediação da produção de bens informacionais, culturais e baseados em conhecimento tornaram-se princípios da economia pós-industrial em territórios inteligentes. Entretanto, o trabalho familiar e doméstico das mulheres – como trabalhadoras fora da dimensão cultural e criativa – garante que sejam oferecidas aos homens oportunidades de assumir novos papéis reflexivos na economia criativa, que demandam flexibilidade total e maior independência em relação a obrigações familiares. As mulheres que atuam na economia criativa em cidades inteligentes tendem a ser alocadas em papéis passivos e ocupações de apoio em vez de papéis reflexivos criativos. A construção de formas mais tradicionais e personalizadas de associação informal cria condições sob as quais a apropriação de relações baseadas na família seja fortalecida.

Em diversos locais onde se desenvolveu a economia criativa, com a ênfase no talento individual, iniciativas como leis que garantam oportunidades iguais, política de combate à discriminação ou representação coletiva tendem a ser vistas como ranços da velha economia, estruturas que inibem a criatividade e introduzem elementos que criam obstáculos ao desenvolvimento do processo dinâmico e livre de produção reflexiva. Mesmo mulheres empregadas em ocupações criativas apontam que inúmeros homens gestores ainda tendem a marginalizar as habilidades criativas delas e as ver como mais capazes de exercer funções tradicionais, por exemplo buscando as mulheres para diluir situações tensas com clientes ou organizar tarefas dentro da empresa por seus “traços naturalmente femininos”.

As mulheres continuam sendo vistas numa posição coadjuvante, capazes de contrabalançar a inovação e a criatividade masculinas ao assumirem funções de

apoio que se beneficiam de seus atributos de gênero supostamente naturais. O desejo de empresas ligadas a setores criativos por flexibilidade total – que pode ser desafiadora para mulheres com dependentes e responsabilidades familiares – e as pressões domésticas forçam inúmeras mulheres a se afastarem de papéis reflexivizados. Permanecem também as tradicionais desigualdades de gênero em termos de salários, acesso a recursos e habilidade de explorar estruturas sociais interligadas em rede (BANKS; MILESTONE, 2011, p. 77-83).

O próprio conceito de criatividade está fortemente conectado a conceitos como talento e genialidade, sendo que o último tem claras conotações masculinas. As capacidades de homens e mulheres para a criatividade não são qualidades inatas, mas a ideia de genialidade aparece em geral associada a um indivíduo do sexo masculino criativo, um sujeito transhistórico que define novos padrões e redefine tradições. Os critérios para excelência artística e criativa têm origem em abordagens que explicitamente negavam a genialidade da mulher, atribuindo-se a liderança artística e criativa ao universo masculino. O trabalho na dimensão criativa é genericado e continua associado à masculinidade, de forma que a imagem igualitária dos setores criativos encobre discriminação e desigualdades de gênero (SOMMERLAND; STRANDVAD, 2015, p. 271-276).

Por exemplo, a perspectiva sobre o “empreendedor criativo” ideal aponta que ele deve demonstrar capacidade técnica, interesse em trabalhar em grupo e habilidade artística, qualidades que devem se mostrar integradas e combinadas. Tal trabalhador híbrido – que domina habilidades técnicas, criativas e empresariais – deve trabalhar em equipes interdisciplinares e é concebido como um agente promissor para o desenvolvimento econômico. Até mesmo pessoas que atuam no setor assumem que as habilidades técnicas das mulheres são desvalorizadas em face de suas habilidades comunicativas, naturalizadas como tipicamente “femininas” em relação às técnicas, em geral atribuídas aos homens e extremamente valorizadas em inúmeros ramos da economia criativa, como as mídias digitais. As tarefas “não-técnicas” – como atendimento ao consumidor e comunicação interna, por exemplo – são colocadas como aquelas às que mulheres melhor se adaptam, embora sejam também executadas eficientemente por homens. Num contexto em que habilidades integradas são requeridas, as mulheres são reconhecidas predominantemente pelas suas capacidades interpessoais, mas a sua suposta fraqueza quanto ao conhecimento técnico as torna profissionais “incompletas” ou “menos preparadas” que os homens (PROCTOR-THOMSON, 2009, p. 137-143, 250-275).

Com a especialização crescente e o alinhamento das mulheres a papéis não-técnicos, são mais prováveis modelos de segregação da participação de homens e mulheres, que tendem a ser vistas como diferentes do ideal de “empreendedor criativo” por supostamente não terem habilidades criativas e técnicas integradas e somente contribuir para o trabalho criativo de maneira marginal ou indireta. A

diversidade da força de trabalho é em geral vista nos documentos oficiais e pelos próprios participantes da economia criativa como um elemento que melhora, fortalece e estimula a criatividade; porém, a ligação entre tal retórica e a participação das mulheres na economia criativa não se sustenta. Grande parte dos documentos oficiais ressalta que as mulheres podem contribuir para o desenvolvimento da economia criativa adicionando ideias, visões e habilidade no processo de trabalho, mas, em geral, elas atuam trazendo um efeito estabilizador ao ambiente de trabalho onde homens que são trabalhadores criativos possam operar efetivamente em vez de contribuírem diretamente para a criatividade. São valorizadas por sua influência facilitadora e balanceadora, num contexto em que noções de diferença são produzidas por meio de relações de reconhecimento mútuo entre homens e mulheres em status supostamente semelhantes, mas que marcam as mulheres como marginais aos processos de trabalho criativo. As articulações entre criatividade, diferença e diversidade na economia criativa dificilmente poderiam promover transformações em prol das trabalhadoras dos setores criativos (PROCTOR-THOMSON, 2009, p. 137-143, 250-275).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as barreiras para que as desigualdades de gênero sejam superadas na economia criativa que se desenvolve em territórios inteligentes, cumpre destacar as condições precárias de trabalho, uma vez que muito do trabalho é desenvolvido por freelancers, com pouca cobertura social para as mulheres que desejem ser mães. Como as mulheres ainda carregam a maior responsabilidade sobre os afazeres domésticos, as demandas da carreira em setores criativos como os relacionados ao setor de mídia tornam-se incompatíveis com suas demais tarefas.

Além disso, um sistema de contatos informais e redes pessoais, formado especialmente por homens faz com que eles usem sua influência para fortalecer as carreiras de parceiros e amigos, perpetuando a desigualdade de gênero no que diz respeito à mobilidade de carreiras. As mulheres ocupam desproporcionalmente empregos de menores remuneração e status, tendo dificuldade para alcançar promoções para postos seniores. Ao se assumir a economia criativa como um ramo da economia mais liberal do que as indústrias tradicionais, a igualdade entre os gêneros é colocada como dada, mas os homens ainda são privilegiados em termos de pagamento, acesso aos empregos, redes sociais e trajetórias de carreira.

A retórica da meritocracia prevalece nos setores criativos em grande parte dos Estados ao redor do planeta, gerando um ambiente em que a genialidade individual é fetichizada. Nesse contexto, o fracasso é interpretado como uma falha individual, o que acaba aniquilando as perspectivas de debate acerca de desigualdades estruturais (ADAMS, 2010).

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Ruth. Gender issues in the cultural and creative industries. **Gender Matters**. 2010. Disponível em: <<https://genderstudiesnetwork.wordpress.com/2010/10/18/hello-world/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.
- ADKINS, Lisa. Community and economy: a retraditionalization of gender? **Theory, Culture and Society**, v.16, n.1, p.117-137, 1999.
- BANKS, Mark; MILESTONE, Katie. Individualization, Gender and Cultural Work. **Gender, Work and Organization**, v.18, n.1, p.73-89, jan.2011.
- BENDASSOLLI, Pedro F.; WOOD JR., Thomaz. O paradoxo de Mozart: carreiras nas indústrias criativas. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 53, p. 259-277, abr./jun. 2010.
- BECK, Ulrich. **Risk Society**. Londres: Sage, 1992.
- CASTELLS, Manuel. **The power of identity**. 2. ed. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.
- CCTC. Cidade criativa. **CCTC website**. Disponível em: <<http://cidadecriativa.org/pt/cidade-criativa>>. Acesso em: 8 set. 2013.
- DCMS. **Creative industries mapping document**. 1998. Disponível em: <http://www.culture.gov.uk/global/publications/archive_1998/Creative_Industries_Mapping_Document_1998.htm>. Acesso em: 3 out. 2015.
- FLEMING, Tom (Ed.). **The role of the creative industries in local and regional development**. Manchester: FOCL, 1999.
- FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. Nova York: Basic Books, 2002.
- FLORIDA, Richard. **The flight of the creative class**: the new global competition for talent. Nova York: Harper Collins, 2005.
- GILL, Rosalind. Unspeakable Inequalities: Post Feminism, Entrepreneurial Subjectivity, and the Repudiation of Sexism among Cultural Workers. **Social Politics**, v. 21, n. 4, p. 509-528, inverno 2014.
- LANDRY, Charles. Prefácio. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Org.). **Cidades criativas**: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. p. 7-15.
- MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.) **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 95-113.
- MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. SOUZA, Luis Antônio Franciso de, et alli (orgs.). Marília: Cultura Acadêmica, 2011. p. 47-68.
- OLIVEIRA, João Maria de; ARAÚJO, Bruno Cesar de; SILVA, Leandro Valério. **Panorama da economia criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2013. (Texto para discussão, n.1880, p. 1-49).
- PROCTOR-THOMSON, Sarah Belle. **Creative differences**: the performativity of gender in the digital media sector. Tese (PhD em Gender and Women's Studies) - Centre for Gender and Women's Studies, Lancaster University, Lancaster, 2009.
- SHADE, Leslie Regan; JACOBSON, Jenna. Hungry for the job: gender, unpaid internships, and the creative industries. **The Sociological Review**, v. 63, n.S1, p.188-205, 2015.
- SOMMERLUND, Julie; STRANDVAD, Sara Malou. Inhibited Intentionality and Cultural Work. **Culture Unbound**, v. 7, p. 271-283, 2015.
- TAMS, Elly. **The gendering of work in sheffield's Cultural Industries Quarter (CIQ)**. Tese (Doutorado) - Sheffield Hallam University, South Yorkshire, 2003

Do gênero ao jornalismo

Narrativas periféricas: protagonismo feminino promovido pelo trabalho de mulheres jornalistas²

Mara Rovida

O objetivo apresentado pelo coletivo Nós, mulheres da periferia é promover um espaço em que as vozes das protagonistas das periferias da capital paulista possam ecoar. As jornalistas responsáveis pelo trabalho também se apresentam como mulheres periféricas. A presença dessa identidade constituída em torno do gênero e da questão geográfica se mostra com força em narrativas que ‘singularizam’ o protagonismo (perfis) e reforçam sua posição no uso de aspas nos títulos das matérias. Nesta pesquisa exploratória, um extrato do material disponível no site do coletivo será analisado.

² Este trabalho foi apresentado no Congresso da SBPJor, na Universidade de São Paulo, em novembro de 2017.

A VOZ AUSENTE

O jornalismo tal como conhecemos é fruto do processo de desenvolvimento do capitalismo e da democracia (TRAQUINA, 2005, p. 50). Nos manuais e livros que tentam definir, conceituar e, dessa forma, cercar este fenômeno social, suas características básicas são elencadas e apresentadas como expectativa do que os comunicadores responsáveis pelas produções que formam e dão corpo ao fenômeno comunicacional deveriam observar. Dentre os elementos centrais dessa prática comunicacional, destaca-se a necessidade de atentar para a pluralidade que marca a cena contemporânea. O jornalista precisa costurar a diversidade desta realidade em suas narrativas. “O ato jornalístico exige um olhar sutil e indiscreto do leitor cultural; uma visão complexa apta a reconhecer a polifonia e a polissemia do contexto sócio-cultural; e a relação dinâmica entre eu e o outro” (MEDINA, 1996, p. 33).

Polifonia e polissemia são ingredientes fundamentais para o exercício do papel de jornalista como mediador da diversidade contemporânea, papel conquistado historicamente e que vem servindo como bandeira para empresas de comunicação em todo o mundo. Mas numa sociedade capitalista, recortada por interesses econômicos que muitas vezes se sobrepõem às demandas sociais, falhas passam a ser anotadas com recorrência no atendimento a essa característica tão fundamental do jornalismo. Isso não significa responsabilizar as empresas de comunicação ou os comunicadores por algum tipo de conspiração, mas sim de inseri-los numa lógica que os cerca e os atravessa; a lógica do mundo capitalista global (SANTOS, 1979, p. 95).

Parece haver alguma relação entre certas vozes e perspectivas ausentes do jornalismo tradicional produzido por uma imprensa desenvolvida e estabelecida, apesar das recorrentes crises, e essa lógica do mundo global capitalista estudada incansavelmente pelo geógrafo brasileiro Milton Santos. É a partir dessa percepção – não necessariamente compreendendo a referência feita – que alguns grupos de profissionais jornalistas começaram a criar espaços alternativos de produção jornalística para trabalhar as lacunas não preenchidas em seus empregos formais. Um fenômeno contemporâneo que parece crescer no Brasil com certa intensidade a partir de 2013 quando, no processo das chamadas Jornadas de Junho de 2013³ (MARICATO et al., 2013), alguns coletivos de trabalho ganharam visibilidade. Aquilo que a imprensa tradicional não cobre, estes grupos articulados nas redes sociais e plataformas digitais passaram a tratar amiúde.

³ *As Jornadas de Junho de 2013 podem ser consideradas como um movimento descentralizado organizado por vários grupos diferentes que promoveram manifestações populares, com número expressivo de participantes, em todo o Brasil durante aquele ano. Mais detalhes desse processo podem ser consultados na referência citada.*

É justamente a partir da percepção de uma lacuna não preenchida pela imprensa tradicional – aqui entendida como empresas jornalísticas que atuam no mercado editorial nas diversas mídias como players de um mercado capitalista, independentemente do volume dessa produção ou do tamanho dessa companhia – que um grupo de mulheres jornalistas criou o coletivo *Nós, mulheres da periferia*. Segundo as responsáveis pelo site onde os trabalhos do grupo são divulgados, o objetivo é tratar de assuntos relacionados à realidade de mulheres periféricas, temas que normalmente não têm espaço na imprensa tradicional.

O presente artigo pode ser considerado como um primeiro ensaio para a elaboração de um projeto de pesquisa maior em que não apenas a produção do *Nós, mulheres da periferia*, mas de forma geral o jornalismo ‘periférico’ – este termo carece de mais reflexão – será estudado. É pertinente observar que esse objetivo maior ainda se mostra como um pré-projeto em andamento, assim alguns questionamentos serão levantados como parte de uma proposta futura e, por hora, não serão respondidos. Em outras palavras, nos próximos tópicos, uma pesquisa exploratória (SEVERINO, 2007, p. 123) será apresentada e por sua própria configuração tem por intento preparar as bases para uma pesquisa maior a ser desenvolvida.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA ENTRE ASPAS

O *Nós, mulheres da periferia* se auto-identifica como um coletivo “formado por oito jornalistas e uma designer, todas moradoras de bairros da periferia do município de São Paulo” (NÓS, 2014). No tópico Sobre, de onde a citação foi retirada, as jornalistas e a designer se apresentam e contam como o projeto do coletivo surgiu. Segundo o texto, a publicação de um artigo opinativo assinado por quatro das integrantes do grupo no espaço Tendências/Debates do jornal Folha de S. Paulo, edição de 7 de março de 2012, teve uma grande repercussão. O artigo se sustenta nas experiências das próprias autoras como mulheres moradoras da periferia e, segundo elas, foi possível perceber que haviam preenchido com aquela publicação uma lacuna de representatividade dessa voz feminina e periférica. Por isso a repercussão, inclusive ou principalmente, na própria periferia paulistana – o artigo foi discutido em saraus e outros espaços de encontro de moradores de bairros periféricos.

A experiência chamou a atenção e a vontade de seguir com pautas que pudessem representar essa voz ausente das páginas de jornais e revistas, dentre outros espaços jornalísticos, fez surgir o coletivo *Nós, mulheres da periferia*. Para colocar em prática esse objetivo, o grupo passou a produzir matérias, reportagens especiais, vídeos, entrevistas, perfis que expressassem uma realidade constituída pelo gênero (ser mulher), mas também pela geografia, pela cor da pele (a questão racial é muito presente) e pela condição socioeconômica. Em meados de 2014, o grupo começa a publicar sua produção no endereço www.nosmulheresdaperiferia.com.br.

A presente análise se concentrou no tópico do site intitulado *Notícias*. De 29 de maio de 2015, data da primeira publicação deste tópico, até 21 de junho de 2017, recorte de tempo feito para a pesquisa, 136 textos haviam sido publicados neste espaço; algumas matérias são também vinculadas a outros tópicos do site. Como critério de seleção de um *corpus* adequado a esta primeira aproximação, optou-se por textos em que aspas indicativas de fala fossem usadas nos títulos. O motivo dessa escolha tem relação com a expressividade atribuída à voz de uma fonte de informação quando tal recurso é usado. As regras de redação jornalística compreendem os títulos das matérias e algumas indicações de como elaborá-los estão presentes em manuais e livros introdutórios (ERBOLATO, 2001, p. 129). O uso das aspas em títulos para indicar trechos da fala de um entrevistado não é proibido, mas é aplicado em casos mais específicos e normalmente quando se trata de pessoa ilustre. Assim, o recurso representa uma grande distinção e, em algum grau, pode ser considerado uma ênfase ao protagonismo do personagem da narrativa jornalística. No universo pesquisado, 18 textos traziam essa marcação nos títulos.

As matérias selecionadas foram analisadas (pesquisa documental) com o objetivo de identificar, de acordo com os preceitos jornalísticos, o formato dos textos – se eram perfis, notícias, textos opinativos, entre outras possibilidades; a composição do material publicado, isto é, a utilização de imagens fotográficas e outros recursos; o protagonismo das mulheres periféricas; a presença de autoria – mesmo que circunscrita aos créditos da publicação; os aspectos identitários – gênero, geografia, classe social e cor de pele. Com base nesse levantamento, pretende-se verificar se o protagonismo das mulheres da periferia pode ser confirmado e, em caso afirmativo, de que maneira esse protagonismo é representado nos textos.

Quanto ao formato das matérias, foram publicados seis perfis em formato de narrativa dos quais dois se aproximam de uma perspectiva de história de vida; cinco entrevistas ping-pong com característica de perfil; três depoimentos em primeira pessoa, precedidos de pequenas introduções das autoras jornalistas; um texto opinativo precedido de uma breve apresentação da jornalista; duas notícias produzidas por cobertura cotidiana; uma narrativa em primeira pessoa sobre a experiência de uma das jornalistas no processo de apuração de um trabalho publicado no site.

Os temas apresentaram uma variação considerável, embora alguns assuntos tenham se mostrado um tanto recorrentes. Foram três textos sobre violência policial; um sobre violência doméstica; um sobre preconceito racial; um a respeito de identidade geográfica; dois sobre literatura na periferia; um sobre trabalho doméstico; três sobre artes visuais e grafite; três sobre manifestações e ocupações; dois sobre educação; um sobre empreendedorismo.

Dos 18 textos pesquisados, apenas quatro não estavam assinados e apareciam com o crédito *Da redação*. Em nove das matérias, além da assinatura no início do texto,

alguma identificação aparecia ao final como foto da autora e/ou minibiografia indicando que se trata de jornalista mulher moradora da periferia. Em cinco produções apenas a assinatura logo abaixo do título foi utilizada.

Somente uma das matérias selecionadas não apresentava fotografia. Nas demais, ao menos uma imagem é utilizada ao longo da produção. Boa parte das fotos é dos acervos pessoais dos entrevistados ou imagens de divulgação de seus trabalhos. Em um caso, usa-se fotografia produzida por outro coletivo jornalístico, o Mídia Ninja, e nas demais situações as próprias jornalistas fazem as imagens durante a apuração.

O protagonismo feminino está presente em todos os materiais que compõem o *corpus* de pesquisa. A questão periférica também é reforçada em todas as matérias. Ao que parece o aspecto geográfico, ao lado da questão de gênero, define a linha editorial do site o que fica evidenciado em momentos como na entrevista publicada em 6 de dezembro de 2015, intitulada “*Minha única arma é a caneta*”, diz *Marcela Nogueira, estudante em luta*. Nesse texto, a protagonista comenta as ocupações das escolas secundaristas no Estado de São Paulo, mas ela própria é moradora e frequenta uma escola de bairro central da capital paulista. Embora a entrevistada não possa ser, neste caso, considerada como uma voz periférica, a jornalista pede sua opinião sobre a importância do movimento dos estudantes na periferia, o que permite alguma aproximação com o que parece ser o norte que orienta a produção do coletivo.

Outra marca identitária forte é quanto à cor da pele. O vocabulário comumente empregado, raça e todas as suas derivações, parece inapropriado, conforme já discutido por Muniz Sodré (2015, p. 221), por isso optou-se por evitá-lo. Os símbolos dessa identidade de ascendência africana são recorrentes na fala das mulheres entrevistadas e nos temas das matérias. Um exemplo é o perfil em formato de narrativa intitulado *O cabelo crespo é a coroa da mulher negra*, publicado em 24 de julho de 2015 e assinado por Livia Lima. A necessidade de autoafirmação identitária geográfica é certamente uma constante, mas a relação com as raízes africanas também será enfatizada como símbolo desse protagonismo e como símbolo de autoestima. Assim apenas uma das mulheres cuja voz se faz presente no material analisado não é apresentada como negra.

Se os dois caracteres identitários mais fortes (geografia e cor da pele), depois da questão de gênero, não são atendidos em alguma das 18 matérias estudadas, o aspecto socioeconômico também parece escapar em uma das situações apresentadas. A babá de alto padrão entrevistada em 9 de março de 2015 conseguiu garantir certo conforto aos filhos com os salários acima da média dos moradores de seu bairro periférico. Na matéria intitulada *Eu ensinei os filhos da minha patroa a falar, enquanto meu marido cuidava dos meus*, ela conta os sacrifícios que teve de fazer para manter o bom salário como doméstica alto padrão e, naquele momento desempregada, buscava uma nova oportunidade nos mesmos moldes. Mas será que

o potencial de consumo um pouco mais robusto é suficiente para inserir essa família num patamar socioeconômico distinto? O texto parece apontar para esse questionamento o que de certa forma se alinha ao pensamento de Milton Santos.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar (grifo do autor) vem a ser condição de pobreza, um outro lugar (grifo do autor) poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2002b, p. 81).

Com base na presente análise, é possível confirmar o protagonismo das mulheres periféricas em quase todas as matérias que compõem o *corpus* de pesquisa. A voz feminina proveniente das periferias se constitui obviamente pelo espaço de residência dessas mulheres, mas também se embasa em suas experiências como pessoas socialmente segregadas cujo acesso à educação e a bons empregos é muito mais difícil. A questão socioeconômica atravessa as narrativas e outros aspectos identitários somam-se como barreiras a uma presença mais ativa na sociedade, a cor da pele é certamente um deles.

Em alguns casos, fica evidente que os problemas enfrentados por essas mulheres não se restringem ao mundo fora das periferias, mas dentro de seus bairros elas também sofrem outras formas de segregação e preconceito o que torna suas experiências ainda mais complexas e, aparentemente, mais sofridas do que a de outros moradores da própria periferia.

PARA TER VOZ É PRECISO HAVER OUVIDOS

A presença das jornalistas autoras das matérias analisadas é acentuada em suas redações, não apenas por assinarem boa parte dos textos, mas também por se colocarem como parte das histórias contadas. O que poderia parecer um risco ao protagonismo das fontes de informação parece funcionar, em verdade, como um reforço às vozes que estão presentes nos textos. Isso porque fica evidenciada a

importância atribuída a essas vozes pelas jornalistas, é como se elas pudessem indicar, em suas participações mais ativas nos textos, o quanto reverenciam e têm interesse no que aquelas mulheres têm para oferecer.

Mais do que uma sensação observada em algumas matérias, no texto publicado em 10 de maio de 2016 e assinado por Livia Lima, esse posicionamento de dar “ouvidos” a outrem ou de estar aberto a – afeto a (MEDINA, 2003, p. 143) – é enfatizado. Intitulada de *“Eu tenho que fazer valer a minha existência e a de todas nós”*, afirma líder do Movimento Mães de Maio, a narrativa conta os bastidores da entrevista feita por Livia com a fundadora do Movimento Mães de Maio que reúne mães de vítimas da violência policial verificada em maio de 2006 quando numa espécie de revide contra a agressão promovida pelo crime organizado, a polícia de São Paulo matou dezenas de pessoas. O texto escrito em primeira pessoa em vez de se tornar um momento de auto-referência se mostra como uma ênfase à pertinência da voz que é procurada incansavelmente pela jornalista. Quanto mais ela conta como foi o processo de contato com a fonte de informação, mais tem-se certeza do protagonismo que essa mãe e líder do movimento representa nesse debate.

Em graus atenuados, essa mesma reverência em relação à pessoa que é entrevistada ou de quem se fala no texto – caso da história de vida da transexual Luan, assassinada em 2016 e cuja memória é recriada pelo relato de sua irmã – pode ser notada em outras passagens. As jornalistas exercem seu papel de mediadoras, de autoras e são, em certo sentido, protagonistas, elas mesmas, em seu espaço profissional. No exercício da promoção do diálogo social pedem licença e atenção para quem tem o que dizer. É justamente nesse movimento de dar ouvidos a essas vozes que aparecem, com certa abundância, depoimentos escritos em primeira pessoa no material analisado. Mesmo na abertura, redigida pelas jornalistas, dos textos cuja proposta é repercutir a perspectiva das mulheres da periferia a marca de mediação serve, novamente, como reforço ao protagonismo das fontes de informação. Nesses depoimentos, percebe-se a recorrência de dificuldades enfrentadas por mulheres periféricas, pobres e negras na relação com a sociedade, seja no próprio espaço da periferia, seja nos ambientes mais centrais.

Os depoimentos, as entrevistas e as narrativas transbordam questões contemporâneas e urgentes que certamente são observadas com empatia pelo público em potencial do trabalho do coletivo. Mas com base na constatação de que o protagonismo das mulheres da periferia se verifica no material analisado e pela maneira como ele é representado, parece pertinente perguntar o que significa ser periférico, o que a geografia representa na identidade dessas mulheres que vivem em bairros e cidades não centrais.

PERIFERIA GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

A ideia de periferia não é aplicada apenas na indicação de bairros mais afastados dos grandes centros urbanos como é o caso da capital paulista ou da própria Região Metropolitana de São Paulo, formada por 39 municípios habitados por 10% da população do Brasil, segundo o último Censo do IBGE. A noção se aplica também na relação entre países centrais desenvolvidos e nações pobres e periféricas no mundo globalizado. Milton Santos defende uma visão ampla ou macrossocial em que a ordem global capitalista aparece como estatuto determinante para os processos sociais e urbanos observados em países pobres e periféricos. Isso significa observar as trajetórias históricas específicas de cada contexto estudado, sem perder de vista a relação com o capitalismo global (SANTOS, 1979, p. 30). Em outras palavras, é imprescindível levar em consideração as forças que interferem na forma de organização social global e ao mesmo tempo observar os valores compartilhados pelas pessoas e suas particularidades locais.

A periferia é pensada, geralmente, como um lugar distante, longínquo. Mas ao trabalhar o conceito no mundo capitalista contemporâneo, Milton Santos tece uma teoria um pouco mais complexa. Segundo o autor, a segregação das populações periféricas não se estabelece apenas pela distância geográfica, mas também pelo empobrecimento.

O empobrecimento da periferia provoca a formação de uma verdadeira periferia dentro do pólo. A noção de periferia estava até aqui carregada da noção de distância, que constitui, de longe, o fundamento da maior parte das teorias espaciais e locais. À essa noção de periferia, dita “geográfica”, é preciso opor uma outra, a de periferia socioeconômica, se levarmos simultaneamente em consideração os lugares tornados marginais ao processo de desenvolvimento e, sobretudo, os homens rejeitados pelo crescimento. Estes homens formam a periferia social dentro do pólo econômico e, se o modelo de crescimento continuar a ser o que é, estão arriscados a, por longo tempo ainda, encontrar aí sua única residência possível (SANTOS, 1979, p. 65, grifos do autor).

Ao observar a relação entre pólo (centro) e periferia pela perspectiva socioeconômica, Santos inclui as relações entre as pessoas, isto é, o dado social passa a ser evidenciado para além das questões econômicas. Mas não sem perder de vista a produção e a interferência promovidas pelo chamado mercado, isto é, esta abstração que na verdade é “uma ideologia, um símbolo” (SANTOS, 2002a, p. 67). Os verdadeiros atores por trás do mercado são as empresas que dominaram a política e ditam as regras seguidas a risca por organismos governamentais. O mercado, na

visão do autor, se organiza em dois diferentes circuitos que coexistem e “colaboram” entre si. O circuito superior seria, nessa visão, formado por empresas, instituições financeiras, entre outros organismos internacionais ou nacionais a serviço do grande capital. Paralelamente é possível observar também o circuito inferior cujo papel

é o de permitir que as classes menos favorecidas tenham acesso, por formas específicas de comercialização, aos produtos fabricados no circuito superior, bem como de produzir, ele mesmo, os bens de tipo moderno ou tradicional que comercializa através de seu aparelho próprio (SANTOS, 1979, p. 73).

O autor não está trabalhando ao citar a ideia de pólo-periferia com a noção de um mundo dividido entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos – que estariam atrasados, mas alcançariam o modelo de desenvolvimento dos países ricos. Aplicar o mesmo raciocínio utilizado para entender o processo de industrialização capitalista observado nos países do norte desenvolvido às nações da América Latina, por exemplo, é um equívoco (SANTOS, 1979, p. 91). O autor defende a necessidade de observar as singularidades históricas de cada povo. Isso implica, inclusive, compreender como os circuitos inferiores, típicos dos países mais pobres, acabam ajudando na transferência de riquezas da periferia para o pólo. “[...] o circuito inferior funciona como uma bomba que drena a poupança popular para o circuito superior pelos canais dos consumos de tipo moderno” (SANTOS, 1979, p. 93). O surgimento e a consolidação do circuito inferior resultam da impossibilidade de acesso ao consumo por parte considerável da população, o que é produto da própria lógica do sistema que encarece o custo de vida ao mesmo tempo que não oferece oportunidades de trabalho com remuneração adequada a todos. A perversidade do sistema capitalista se estabelece dessa forma ao manter uma parcela da população a parte, segregada, sem possibilidade real de ascensão social. Embora essa seja a realidade, ou a globalização tal como ela é, há a globalização como fábula.

Para entender a globalização como ela é apresentada ideologicamente, isto é, a globalização como fábula, o autor enfatiza que o processo de internacionalização que caracteriza esse fenômeno deve ser observado a partir de duas questões, o estado das técnicas e o estado da política (SANTOS, 2002a, p. 23). Mas técnica e política não devem ser dissociadas.

Na realidade, nunca houve na história humana separação entre duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas

de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história (SANTOS, 2002a, p. 23).

Em diálogo com Kant, Santos trata a técnica como um conjunto de saberes ou uma família de técnicas (SANTOS, 2002a, p. 25) que caracteriza um período histórico. Na contemporaneidade globalizada, as técnicas da informação e a cibernética marcam definitivamente o modelo de organização e produção social (SANTOS, 2002a, p. 25), embora outras famílias de técnicas continuem existindo e sendo desenvolvidas. Neste momento histórico, o impacto mais visível do predomínio das técnicas da informação se estabelece pela fragmentação crescente. A informática permitiu o avanço da divisão internacional do trabalho, assim como tornou possível o acesso a informações sobre qualquer acontecimento em toda parte do mundo. Para o autor, o problema é que esse acesso é desigual e, ao mesmo tempo, implica na difusão de “objetos retratados como geometrias, não propriamente geografias, porque nos chegam como objetos em si, sem a sociedade vivendo dentro deles” (SANTOS, 2002a, p. 32).

Além de uma certa fetichização da geografia, tratada como geometria, a realidade narrada tenta apresentar uma condição de igualdade de acesso às benesses dos avanços das técnicas da informação quando na verdade o que se observa é o contrário. Santos (2002a) volta à esfera da globalização tal como ela realmente é, em sua terminologia, a globalização como perversidade (2002a, p. 37). Nesse sentido, o mundo vive sob a égide de duas tiranias, a do dinheiro e a da informação (SANTOS, 2002a, p. 37).

A violência promovida por interesses particulares, dominadores dos espaços de produção e distribuição de informação, se verifica na forma como a maior parcela da humanidade tem acesso ao conhecimento. Em outros termos, Santos indica que a informação é manipulada para atender a interesses hegemônicos e chega às pessoas e instituições marcada por esse processo que a transforma em ideologia (SANTOS, 2002a, p. 39). Isso poderia ser uma pista para explicar a ausência das vozes periféricas na imprensa tradicional apontada pelos jornalistas organizados em coletivos como o Nós, mulheres da periferia. A ideologia ou visão única do mundo e da realidade global se consolida e impossibilita questionamentos. Entre as fábulas mais contadas dentro dessa ideologização da informação, com defensores na academia, é a de uma globalização democrática e descentralizada o que teria permitido o desenvolvimento da chamada aldeia global (SANTOS, 2002a, p. 40). Paralelamente, o dinheiro se torna uma entidade com vontade própria e a financeirização do capital fortalece o pensamento único alinhado ao mercado. Pagar dívidas é prioridade (SANTOS, 2002a, p. 43), mesmo que isso implique em desemprego e miséria.

Ainda nessa perspectiva da globalização tal como ela é, pode-se observar a crescente coisificação do Outro. A falta de compaixão e solidariedade marca esse momento histórico (SANTOS, 2002a, p. 46-47), talvez por isso a chamada violência estrutural que caracteriza a ordem social global não é considerada um problema. “[...] acabamos por apenas condenar as violências periféricas particulares” (SANTOS, 2002a, p. 55). A perversidade se torna um estado permanente que orienta a conduta das pessoas e o mundo orienta-se pelo acúmulo de dinheiro como grande meta supostamente acessível a todos, embora realmente disponível a poucos.

Como consequência dessa dinâmica, a inviabilidade de resumir a relação pólo-periferia a uma questão de distância geográfica volta ao topo do debate. Santos aponta ainda o fato de que em grandes cidades dos países em vias de desenvolvimento tem se tornado cada vez mais recorrente a “periferia no pólo” (SANTOS, 1979, p. 125). Áreas inseridas ou conurbadas aos grandes centros urbanos em que a segregação espacial acontece, mas de forma próxima. Favelas, bairros sem infra-estrutura urbana, cidades satélites, entre outras ocupações destinadas à população empobrecida.

Esta segregação espacial responde, por si mesma, às condições de apropriação do espaço pelas diferentes classes sociais e encontra uma de suas explicações na especulação fundiária, que é uma maneira de extrair mais-valia dos terrenos urbanos, muitas vezes valorizados por investimentos públicos (SANTOS, 1979, p. 126).

O subespaço formado pela periferia das cidades ou estados desenvolvidos devem ser observados como parte do próprio Estado-nação, em primeiro lugar, e este como integrante de um mundo globalizado. Isso implica perceber o contexto mais amplo em que esses fenômenos se desenvolvem e suas relações com as situações mais específicas de cada localidade (SANTOS, 1979, p. 95). Dessa forma, Santos (1979) indica um pensamento orientado por uma abordagem abrangente e é por isso que ele prioriza a reflexão da cidade e da economia urbana abarcando não apenas o setor moderno, mas também a economia popular (SANTOS, 1979, p. 103). Essas duas esferas da economia urbana são indissociáveis e contribuem para uma compreensão mais ampla da sociedade.

Os espaços urbanos em que cada um dos circuitos é mais influente tem vínculos com a ocupação espacial das diferentes classes sociais. Assim o circuito inferior é mais forte nas periferias e nas bordas das cidades “locais”, perdendo forças ao se aproximar dos centros das mesmas cidades e, claro, dos centros das grandes metrópoles. O circuito superior se estabelece exatamente no fluxo contrário (SANTOS, 1979, p. 107).

O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maioria de suas relações se dá com organizações localizadas fora da cidade e de sua região circundante porque este circuito se baseia em um quadro de referências nacional e internacional. O circuito inferior, composto por atividades em pequena escala e envolvendo primordialmente a população pobre, está em contraste, bem estabelecido na cidade e mantém relações privilegiadas com sua região. Cada circuito constitui por si só um sistema, ou melhor, um subsistema do sistema urbano. As atividades do circuito superior são responsáveis pela macro-organização do espaço, enquanto a organização espacial a nível local se divide entre os circuitos inferior e superior. Portanto, é neste nível que tem lugar a dialética entre os dois circuitos, embora as decisões macro-espaciais também afetem o circuito inferior. A existência de dois circuitos, assim como sua competição, constitui, portanto, um elemento fundamental na explicação do espaço e um dado essencial a ser levado em conta no processo de planejamento, especialmente porque cada cidade tem, de fato, duas áreas de influência uma vez que cada circuito mantém um tipo particular de relação com sua região (SANTOS, 1979, p. 141).

Se as periferias das grandes cidades são espaços de segregação da parcela da população que é impedida de participar das benesses do sistema capitalista, percebe-se que as pessoas vinculadas a tais espaços serão reconhecidas e, portanto, identificadas por um estar no mundo inferior. Dessa forma, ser periférico implica o reconhecimento de um papel social de inferioridade como consumidor (potencial econômico) e como cidadão (voz ausente que não alcança os espaços de decisão). Mais uma vez encontra-se ressonância com a percepção de jornalistas mobilizados em coletivos que procuram, como o Nós, mulheres da periferia, preencher as lacunas produzidas pelo padrão jornalístico da imprensa tradicional.

ALGUMAS PERSPECTIVAS

A configuração espacial, social e econômica das periferias apresentada de forma ligeira nessa revisão do pensamento de Milton Santos indica algumas diretrizes pertinentes para os próximos passos da pesquisa em fase de projeção. Na análise do material produzido pelo coletivo Nós, mulheres da periferia é possível perceber a relação entre a ideia da periferia de Santos e a experiência apresentada nos relatos das mulheres periféricas. Seria possível, ainda que de forma preliminar, considerar a

lógica da ordem periférica como orientadora da constituição da identidade coletiva do grupo representado, no exemplo desta pesquisa exploratória, por essas mulheres.

Ainda no diálogo com Milton Santos, há a expectativa de que essas populações excluídas e segregadas guardem um potencial de transformação expressivo. Em contrapartida ao interesse hegemônico do mercado, isto é, das empresas, Milton Santos (2002a) aposta na realidade social, no espaço banal ou das vivências (SANTOS, 2002a, p. 108) como chave para encontrar as saídas. A vida em sociedade implica um processo de interdependência produtiva. As empresas, os grupos, os indivíduos vivem dentro de uma lógica de dependência mútua o que cria “uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum” (SANTOS, 2002a, p. 109). A resistência e desenvoltura do sistema depende dessa combinação de forças, independentemente dos interesses particulares e diferentes, em outras palavras a solidariedade é essencial (SANTOS, 2002a, p. 110).

O problema ou a esquizofrenia do espaço, como nomeado por Santos (2002a), está na coexistência da ordem global e das lógicas locais de populações, cada vez mais numerosas, excluídas (SANTOS, 2002a, p. 114). Esses excluídos começam a questionar o pensamento único que os impede sistematicamente de participar das benesses da globalização, como se pode notar em algumas das vozes das mulheres presentes nas narrativas analisadas. Na busca por uma racionalidade outra que permita a esses excluídos se beneficiar de alguma maneira da produção social, vão surgir grupos considerados “ilegais, irregulares e informais” (SANTOS, 2002a, p. 120). Inconformados com a ordem global, esses novos ordenamentos vão se desenvolvendo no mundo.

Se a lógica da escassez ilimitada que segrega e a constante produção artificial de necessidades que impele ao consumo são produto da ordem global, a inversão de posição das chamadas nações ou populações ativas e passivas também é. As nações ativas são, na ordem global perversa, aquelas que participam de alguma maneira da fluidez do mundo globalizado. Já os excluídos, passivos e empobrecidos, que não participam dessa ordem das coisas serão observados por Santos (2002a) como a esperança de um rompimento real com a globalização perversa (SANTOS, 2002a, p. 158). A técnica atual disponibiliza as ferramentas necessárias para essa outra globalização – considerada por Santos (2002a) como possibilidade –, mas para isso se tornar realidade uma ruptura com o modelo contemporâneo deve acontecer. Segundo Santos, isso será promovido de baixo para cima, pelos excluídos, os verdadeiros atores ativos (SANTOS, 2002a, p. 170).

Com base nessa perspectiva de Santos, pretende-se observar a participação do jornalista como agente fomentador de diálogo social solidário (ROVIDA, 2015) na dinâmica ativa das periferias. Esse é ponto de partida e o norte para a continuidade dessa reflexão teórica e epistemológica do jornalismo.

REFERÊNCIAS

- ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 2001.
- LIMA, Lívia. O cabelo crespo é a coroa da mulher negra. In: NÓS, mulheres da periferia. São Paulo, 2016. Edição digital de 10 maio 2016.
- LIMA, Lívia. Eu tenho que fazer valer a minha existência e a de todas nós”, afirma líder do Movimento Mães de Maio. In: NÓS, mulheres da periferia. São Paulo, 2015. Edição digital de 9 mar. 2015.
- MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEDINA, Cremilda (org.). **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- NÓS, mulheres da periferia. **Sobre**. São Paulo, 2014.
- ROVIDA, Mara Ferreira. **Jornalismo em trânsito**: o diálogo social solidário no espaço urbano. São Carlos: Edufscar, 2015.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2002a.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Studio Nobel: São Paulo, 2002b.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2015.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

Alteridade de gênero: o compromisso da ciência e do jornalismo com a escrita sobre o outro⁴

Gean Oliveira Gonçalves

Este ensaio reflete sobre os modos como Ciência e Jornalismo tentam responder ao dilema da representação e vocalização das questões de gênero. Durante o texto, apresenta-se a construção do livro-reportagem O Nascimento de Joicy, da jornalista Fabiana Moraes, produto do conteúdo elaborado para o Jornal do Commercio, de Recife. Abre-se assim considerações sobre as estratégias de acesso e os limites na relação com o Outro a partir da personagem Joicy, uma mulher transexual do agreste pernambucano.

⁴ Parte das reflexões apresentadas nesse texto foram também debatidas em um ensaio apresentado no XI Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura, da Universidade de Sorocaba (UNISO), em 25 de setembro de 2017.

Entre os principais grupos políticos contemporâneos, que surgem, justamente, nos debates sobre desigualdade e reconhecimento, estão lésbicas, gays, bissexuais, travestis, intersexuais, mulheres e homens transexuais e demais pessoas transgêneras, um grupo social, cultural e político reconhecido como LGBT. Os sujeitos abarcados pela sigla política LGBT se tornaram uma das preocupações centrais de minhas pesquisas (GONÇALVES, 2017). Entendo que o caráter representacional das identidades LGBT é um forte dilema do contemporâneo e uma pauta à qual o jornalista, enquanto mediador social, não pode ser omissivo e sobre a qual deve desempenhar uma ação transformadora. Ação possível e necessária quando se opera pela abertura ao reconhecimento, à cidadania e à percepção das desigualdades que decorrem da diferença.

Na contemporaneidade, as pessoas LGBT vivenciam uma busca coletiva por reconhecimento, respeito e solidariedade. São indivíduos que sustentam tensões sobre o papel político e coletivo da sexualidade e do gênero como componentes da dignidade humana, elementos capazes de constituir liberdades, direitos, completude e felicidade.

As pessoas LGBT operam noções que desestabilizam diferentes sistemas de poder, discursos e signos culturais que baseiam a sociedade na heterossexualidade (WITTIG, 2006). *“Estos discursos nos niegan toda posibilidad de crear nuestras propias categorías. Su acción sobre nosotras es feroz, su tiranía sobre nuestras personas físicas y mentales es incesante”* (2006, 49). Contudo, a população LGBT molda e implementa novas representações do humano, permite mais complexidade, mais pluralidade, e de certa forma, mais caos à organização dos corpos e das identidades, consideradas por muitos discursos sociais como algo determinado pelo biológico, inscrito e legitimado pela natureza.

Diante desse cenário, percebo que há uma dificuldade por parte dos mediadores sociais de se relacionar com as pessoas LGBT e de elaborar narrativas que envolvam outras perspectivas de gênero. Nossa mentalidade é imersa em uma ordem compulsória dada ao sexo, ao gênero e ao desejo, o que foi nomeado por Judith Butler como a matriz heterossexual (BUTLER, 2003). A constituição dos corpos, supostamente, caberia em um modelo dual do gênero, acrescido do desejo inerente pelo par oposto. Neste modelo, a masculinidade é o ser/se tornar homem e a feminilidade significa o ser/se constituir mulher cuja legitimidade se dá por meio das relações heterossexuais.

É interessante que as teorias contemporâneas da sexualidade e de gênero nos permitem pensar sobre a construção do masculino e do feminino de uma forma mais ampla e, a partir disso, reconhecer as injustiças de gênero e a conformação das normas sexuais que sustentam a desigualdade, a inclusão e a exclusão seletiva encontrados em sociedade.

ENCONTRO E PRÁTICA RELACIONAL COM A DIFERENÇA

Em suas rotinas, jornalistas e pesquisadores compartilham algo em comum: a escrita sobre o Outro. Tecem e promovem percepções, relatos, debates, análises e diagnósticos. Envolvem-se com as realidades, contextos e verdades de outros sujeitos. Nesse processo, há uma necessidade de escrever com autoridade, respeito e sensibilidade. Todavia, os esforços científicos e jornalísticos lidam a todo tempo com os limites e com as dificuldades de acesso ao Outro.

Jornalismo e Ciência, enquanto formas de conhecimento, legitimaram-se por meio de práticas e técnicas marcadas pelo paradigma positivista, ou seja, o jornalismo, enquanto discurso da atualidade, foi alicerçado, durante a expansão urbana e industrial que atravessou boa parte das sociedades do século XIX, em uma gramática de racionalidade (MEDINA, 2008).

As formas de captação da informação do jornalismo devem respeitar: a relação objetiva com o real, o diagnóstico do acontecimento social, a precisão dos dados e a delimitação dos fatos (MEDINA, 2008). Dessa forma, Ciência e Jornalismo constituíram um casamento discursivo com a valorização de práticas de observação-distanciamento do Outro em prol da eficiência de um estado de captação e constituição do conhecimento e da verdade.

Na avaliação do Outro, na interação sujeito-objeto, a Ciência e o Jornalismo, poderiam ponderar e alcançar entendimentos e explicações sobre o Outro. O rigor metodológico, as técnicas e as tecnologias, e o empenho do cientista e do jornalista seriam as ferramentas necessárias para alcançar a compreensão sobre o Outro. Contudo, no procedimento de coleta e dedução, de descrever e prescrever, há o peso interpretativo dos juízos de valor, das escolhas, dos preconceitos e dos modos de ser-ver o mundo. Portanto, uma posição de poder que é falar e descrever o estranho a si.

As feministas, e outros que têm sido muito ativos como críticos das ciências e de suas alegações ou de ideologias a elas associadas, fugiram das doutrinas de objetividade científica graças, em parte, à suspeita sobre um "objeto" de conhecimento ser uma coisa inerte e passiva (HARAWAY, 1995, p. 34).

Parte da comunidade científica produz uma denúncia desses dogmas de forma que a Ciência possa ser encarada como um processo cultural, um saber situado (HARAWAY, 1995), e o jornalismo como uma produção simbólica da realidade e que, em ambos, é importante considerar o envolvimento de sujeitos. Dessa forma, a ideia de tentar se colocar no lugar do Outro, de se projetar sobre a realidade alheia,

seria transposta para uma noção de possibilidade de encontro e acesso ao Outro, da construção compartilhada do conhecimento científico e da informação jornalística.

É um movimento que tira do alijamento sujeitos que são interlocutores de pesquisa e de informação, sujeitos que são dados na linguagem científica e jornalística como “objetos de estudo” ou como “fontes”. Diante desse quadro, irrompe a obrigação social de pensar o papel da diferença na arena da Ciência e do Jornalismo, uma vez que na contemporaneidade, aqueles muitas vezes interpretados como desviantes, desabilitados e desobedientes estão reivindicando o direito à singularidade e questionando o poder e a autorização dada ao jornalista e ao pesquisador como tradutores ou porta-vozes de seus quadros de vida.

A partir das possibilidades de uma mediação que supera a observação meramente analítica, apresenta-se a inquietante busca por novos rumos de acesso ao Outro. Não mais com uma postura colonizadora do Outro, mas por meio de uma abertura ética acolhedora, que nos permite nos surpreender e acolher estranhamentos, tensões e limites.

Diante desse dilema relacional que afeta as ciências humanas e sociais, bem como as práticas de mediação e interação, sabemos que é fundamental moldar uma ética de alteridade e novas formas de inteligibilidade, fundadas na criação de um mundo comum dos sujeitos. Nesse mesmo sentido, Muniz Sodré (2014) remonta a ideia de que comunicar é uma ação estratégica que implica atingir “o horizonte humano da troca dialógica supostamente contida na comunicação” (p. 11).

Comumente, a tendência à diversidade, ao plural, é entendida no campo do Jornalismo como um desejo à ampliação de visões, à saída de um olhar único, ao fim da leitura de mundo por meio exclusivo das vozes de autoridade e poder. Contudo, também é por meio da diversidade que nos deparamos com a diferença e por consequência com o reconhecimento das desigualdades ainda existentes. Há operações que colocam as diferenças em posições de desvios, que simultaneamente, são estruturados como desigualdades.

Jornalistas elaboram narrativas com ênfase em experiências singulares, ao mesmo tempo em que entrelaçam um diálogo com contextos coletivos (GONÇALVES, 2017). Nesse momento, o profissional faz uso de valores éticos e de formas de conhecimento de uma sociedade. O profissional aciona formas de poder e de prestígio social. É na balança da narrativa que são colocados aspectos relacionais de sujeitos, grupos e identidades políticas.

É perceptível que a busca pela diversidade é um desafio muito maior do que a mera visibilidade de sujeitos e vozes discordantes. Reflete também uma atenção com as comunidades diversas e uma preocupação com as violações cotidiana e historicamente sentidas por determinados sujeitos sociais. Compreender as lógicas que estão em jogo no exercício da alteridade jornalística pode ser um caminho para

desfrutar da responsabilidade social do jornalismo de exercer a narrativa transformadora, aquela que reflete encantamento com as diferenças e descontentamento com as desigualdades.

O exercício e o fomento da alteridade e da compreensão como ferramentas de resgate do jornalismo no século XXI passam pela pesquisa crítica das operações de sentido e interação realizadas por jornalistas na escrita ou na elaboração de histórias sobre os “diferentes”, bem como pelas operações de identidade, ética e reconhecimento que o autor aplica.

Os sujeitos que atuam nas redações jornalísticas e dentro dos laboratórios de pesquisa, na maioria das vezes, não são protagonistas de identidades, grupos e comunidades distintas em termos de raça, gênero, sexualidade, geração, deficiência, religião e nacionalidade.

A falta de diversidade entre jornalistas e cientistas alerta para uma lacuna que impacta nas possibilidades de se construir mediações com outras diversidades. Jornalistas e cientistas apartados de uma diversidade em seus universos de trabalho tendem a carregar visões de mundo mais estreitas e uma dificuldade de ir em encontro ao Outro. Não basta optar pelo encontro com a diversidade se detemos um impasse de autocrítica de nossos mundos.

Depara-se, assim, com um elemento que denuncia a capacidade de decifrar o humano, de exercitar a alteridade, especialmente com aqueles pertencentes a grupos vulnerabilizados, muitas vezes porque há uma falta de percepção sobre como lógicas de discriminação, desigualdade e dominação afetam as fronteiras entre o sujeito e o Outro.

[...] a fronteira estrita entre sujeito-repórter e objeto-fonte de informação é atravessada pela ideologia do autor e não pelos desafios de compreensão do Outro ou da situação assim encarada como objeto de investigação. Ao cobrir determinado contexto e seus protagonistas, é mais usual uma narrativa que encobre do que um ensaio que descobre (MEDINA, 2005, p. 196).

Em suas narrativas, jornalistas e pesquisadores estão ainda encobertos por pressupostos de objetividade e neutralidade e valores de isenção social que colaboram para uma cisão entre o sujeito-sujeito (MEDINA, 2005). Os dogmas metodológicos e de investigação social impossibilitam uma leitura aprofundada de contextos complexos e de seus protagonistas pela incompletude de conhecimento e da informação que se pautam em paradigmas mecânicos, simplistas e reducionistas.

Além disso, o jornalismo é um lugar de onde se tece sentidos sobre o Outro. Nos modos de construção da notícia e da reportagem é possível avaliar mecanismos de produção da diferença. A diferença, predominantemente, é interpretada com dificuldade e é colocada em segundo plano pelos grupos dominantes. Jornalistas carregam interpretações de mundo que são machistas, racistas e discriminadoras com pessoas LGBT da mesma forma que outros sujeitos sociais o fazem.

Dessa forma, muitas vezes, as narrativas jornalísticas reforçam percepções majoritárias. Não desafiam o olhar comum. Tudo isso em virtude das rotinas da profissão que tendem a mera explicação e à colheita de informações. Tendem ao entretenimento, ao sensacionalismo, ao foco em uma suposta indecência e nos comportamentos lidos como típicos às classes e grupos responsáveis pelos seus próprios destinos de pobreza, vulnerabilidade e violência. Com clara falta do exercício da alteridade e da compreensão.

Todavia, a narrativa jornalística, por meio de dinâmicas de representação e de diálogo, possibilita o encontro com o Outro. A percepção e a escuta dos protagonistas sociais, dos anônimos, daqueles que se lançam à aventura humana. Nessa perspectiva, o ato comunicacional ensaia mais do que a produção de mensagens informativas. O papel da comunicação, das narrativas, passa pela arte do diálogo; pela relação cúmplice; pela vocalização dos quadros de violência e injustiça social; e pela produção simbólica de compreensões sobre realidades complexas, confusas e arbitrárias (GONÇALVES, 2017).

No exercício da reportagem, o jornalista pode criar um movimento de encantamento com histórias de vida. O mediador preocupa-se ainda com a experiência, com os cenários sociais e com a complexidade das informações. Dessa forma, um jornalismo de veia iluminista ou positivista será insuficiente, assim como uma tradição profissional que se apoie nas potencialidades e facilidades tecnológicas.

Compor um quadro sobre o Outro é um passo que demanda uma ética e uma técnica de despertar vínculos. Opera-se com a sensibilidade da observação, da escuta e das sensações que o Outro transmite. Trabalha-se com aberturas e novas compreensões do Outro e de si. A lógica-analítica não pode ser empreendida pela delimitação do Outro nem por meio de julgamentos, interpretações estranhamentos que o jornalista possa carregar.

Para Cremilda Medina (2016), no exercício profissional do Jornalismo, a efetiva comunicação é um empreendimento de autoria relacional por meio do qual o jornalista é responsável pela articulação de conteúdos plurais (polissemia) e pela regência de vozes conflitivas (polifonia) após a ação estratégica de uma experiência em campo (método da observação-experiência) (p. 24).

Dessa forma, estar atento à problemática das relações, às dominações e lógicas que afetam uma comunicação compreensiva, bem como pensar sobre os desafios que

envolvem o jornalismo, atrela-se a uma perspectiva mais profunda da Ciência da Comunicação, o entendimento que nossas pesquisas se dão, acima de tudo, no âmbito do estudo das relações humanas.

JOICY, A PERSONAGEM QUE TRANSFORMA O JORNALISMO E OS JORNALISTAS

Nos relatos de repórteres, o mistério ou o encantamento desencadeiam a motivação do jornalista para contar determinada história. A intuição criativa surge de um alarme disparado pela curiosidade, pela ignorância, pela investigação de uma inquietação pessoal, por meio de um questionamento ou cena do cotidiano. Em comum, as pautas nascem de uma força, de um impulso ou de uma interrogante que se expande e rompe o olhar comum, o conhecimento estabelecido e a aparente normalidade do caos, trata-se de um processo de inquietude que move o repórter à ação da reportagem.

Em *O Nascimento de Joicy*, livro-reportagem de Fabiana Moraes, a autora aponta para várias transmutações que a impulsionaram neste trabalho como repórter. Primeiramente, a elaboração da série de reportagens publicada em abril de 2011, tanto na edição impressa quanto online do *Jornal do Commercio*, periódico de Recife (Pernambuco). As reportagens tinham por tema a história de Joicy Melo da Silva, mulher transexual de Alagoinhas (agreste de Pernambuco), e partiram do desejo de compreender o que leva pessoas transexuais a procurarem o serviço público de saúde para adequar seus corpos. A reportagem tematiza, portanto, um rito de transição de gênero, documenta do início ao fim, do desejo às dores.

No meio de calças jeans justinhas, cintos com tachas, vestidos floridos e sandálias altas, uma se destacava [...] (MORAES, 2015, p. 33).

E aí chegamos a Joicy. Não usa maquiagem. Não gosta de usar vestido. Não tem cabelo comprido. Na verdade, está ficando careca, coisa de quem vai fazer 51 anos de idade. Sua aparência sugere que ela ainda está engatinhando para mostrar socialmente a mulher que é – e, principalmente, para deixar para trás o agricultor que sempre foi. [...] (p. 34).

Mas, se a imagem estereotipada da mulher ideal não se aplicava a Joicy, ela era, em meio às outras oito mulheres não biológicas repletas de curvas e de batom, a única a ter o diagnóstico de distúrbio de identidade (assinado pelo psiquiatra Roberto Faustino), assim como os dois anos de terapia (com a psicóloga Inalda Lafayette) (p. 35).

Joicy é uma cabelereira quase careca, de corpo musculoso, que não se encaixa nos signos sociais de feminilidade, mas que ao mesmo tempo era a próxima pessoa apta a passar pelo processo cirúrgico de readequação genital (neovaginoplastia) no Hospital das Clínicas do Recife, em Pernambuco. E que, por isso, tem sua história contada em um livro-reportagem com relatos da produção da reportagem para o jornal.

A ideia de uma reportagem jornalística sobre a transexualidade surgiu e foi encampada na redação do jornal, mas se transmutou na fila do Hospital das Clínicas, na Zona Oeste de Recife, em outubro de 2010. Na cena do hospital, Fabiana encontrou nove mulheres sem útero e ovários, sem clitóris e vaginas, à espera da marcação de uma cirurgia capaz de fornecer um símbolo social do feminino. A próxima a ser operada seria convidada a contar sua história. A causalidade fez com que fosse Joicy, após a desistência de Sandy.

[...] queria acertar com ele a minha presença constante ao lado de uma paciente sua –, mas, óbvio, era algo de que mais cedo ou mais tarde eu precisaria me inteirar. Ele não viu nenhum problema em meu acompanhamento e foi simpático em todos os nossos (poucos) encontros. No entanto, uma pergunta sua em nossa segunda conversa me surpreendeu:
– Por que você escolheu logo Joicy? Há outras transexuais aí com a aparência mais feminina, seria bem melhor.
– Mas Joicy não é mulher?
Não é a próxima a ser operada pelo senhor?
– Sim, mas é uma paciente difícil, não tem as características mais femininas, é um pouco embrutecida, ignorante. Em vez de me desencorajar, o cirurgião terminou me instigando ainda mais: afinal, pensei, o que exatamente nos transforma em mulheres? Brincos, batom, vestidos? Por que em Joicy o feminino era questionado ao não se associar elementos decorativos mais comuns relacionados às mulheres?
(MORAES, 2015, p. 95).

Joicy se impõe como protagonista da reportagem desde o primeiro contato. Ela nos foi transbordada pela perspectiva de evidenciar a construção social de gênero. Para além de um relato com perspectiva sobre o Outro, a transexual de vestido, cabelos compridos, unhas pintadas, com brincos e maquiada, que necessita da legitimação de um processo cirúrgico, a reportagem passa a investigar o gênero e a dialogar com todos nós. É Joicy quem nos faz refletir sobre as performances que realizamos em torno do reconhecimento de nossos gêneros.

Fabiana Moraes é socióloga graduada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ela trabalhou como repórter especial do *Jornal do Commercio* e, atualmente, é professora no curso de Comunicação Social da UFPE. Nos momentos de aproximação com a cabelereira Joicy, a quem Fabiana Moraes acompanhou por quatro meses, ela estava elaborando seu trabalho de doutoramento e conciliava a universidade com o ofício diário de repórter.

A narrativa composta por Moraes é sustentada por uma linguagem de mergulho na perspectiva do Outro. A jornalista emprega diálogos e a construção de cenas, neste caso, os leitores experimentam a ação e a vida da transexual. Reconhecemos os mais vastos âmbitos da vida de Joicy de modo que ela se configura como alguém muito próximo e caro ao leitor da reportagem.

A reportagem foi vencedora do Prêmio Esso de 2011 em virtude do senso crítico, da escrita subjetiva e da exposição das dificuldades do mundo de Joicy. A experiência da universidade e do jornalismo são experiências pertinentes que fundamentaram o método sensível empregado por Moraes na apuração e na narrativa nesta e em outras reportagens.

O tom subjetivo e de diálogo. O desejo de representar o Outro. Portanto, são marcas da jornalista pernambucana que enfatiza o emprego da proximidade como estratégia entre jornalista e protagonista, ainda que não seja uma prática referendada em manuais de jornalismo ou no cotidiano da redação pelos colegas de imprensa. Os conflitos e a intimidade recheiam o livro-reportagem de Fabiana Moraes, que faz questão de apresentar cada pensamento e cada desconforto que a levam aos próprios limites éticos e profissionais, algo similar ao documentarista Eduardo Coutinho, cuja preocupação maior em cada obra é posicionar as várias verdades e experiências vividas juntas a uma história.

O livro é dividido em três partes. Na primeira consta a série de reportagens conforme veiculação no periódico. A segunda parte traz as consequências da matéria, as reações de quem foi retratado e a repercussão da história, além dos bastidores da reportagem. Na terceira, discute-se a proposta da autora de um jornalismo de sensibilidade, bem como se discute os limites e as potencialidades da relação jornalista-personagem.

A experiência jornalística praticada por Fabiana Moraes é semelhante aos ensinamentos antropológicos, ao método da pesquisa etnográfica, ou seja, a observação-participante. Contudo, é mais. Trata-se de uma observação que se funde à experiência. Contemplar e incorporar o Outro e possibilitar o registro de si. Essa é a dimensão dada pela reportagem e pela jornalista enquanto alguém que é capaz de ser contaminado e confrontado pelo Outro.

Joicy Melo da Silva nasceu no dia 22 de novembro de 2010, às 12h30. Pesava 74 quilos e media 1,63 metro de altura. Naquele dia, mais sete partos foram realizados no Hospital das Clínicas (HC), na Cidade Universitária, Recife (PE). O de Joicy foi, sem dúvida, o mais complicado de todos: durou quase sete anos e envolveu uma série de especialistas [...] (MORAES, 2015, p. 31).

É dessa forma que somos apresentados a Joicy e imersos ao seu mundo. Com uma metáfora sobre o momento da cirurgia de readequação genital da cabelereira, momento culminante dos desejos de Joicy em torno do reconhecimento da sua identidade de gênero. A jornalista Fabiana Moraes a partir daí retrata os encontros com a transexual, a família e os vizinhos de Joicy, as discussões, os dilemas com o poder público, os momentos de vulnerabilidade e de força da personagem. Tudo com uma proximidade e intimidade que deslocam o traço de impessoalidade tão comum às narrativas jornalísticas.

Para Fabiana Moraes, a narrativa jornalística é consequência de tudo o que cerca a vida de quem é alvo da história. Nesse caso, tudo começa em torno das semanas que antecedem a cirurgia e os dias após o procedimento de Joicy. O imaginário familiar e popular, e da própria transexual, é de que a partir dali ela será uma mulher “de fato”. Dentre os principais aspectos da narrativa estão as interpelações que a protagonista sofre, a todo momento, em torno do reconhecimento de seu gênero, o fato de ter que lidar com o apoio de alguns conhecidos e familiares e com a solidão e destrato de outros conhecidos.

Era comum ver as pessoas primeiro se espantando, depois rindo e fazendo troça. Sua cuidadosamente cultivada aparência era tanto seu orgulho quanto, em relação ao outro, sua marca de desprestígio mundano. Uma realidade compartilhada por milhões de gays, travestis e transexuais em todo o mundo. Senti minimamente esse desprestígio sendo transferido para mim, o que me trazia algum constrangimento, principalmente por 'forçá-la' a passar por aquilo com uma espectadora – eu – ao seu lado. Para Joicy, aparentemente, não havia grandes dramas (MORAES, 2015, p. 19).

Entre os detalhes captados por Moraes está o fato das mulheres e crianças da cidade respeitarem a transexual mais do que os homens. No entanto, entre as mais de 20 pessoas do distrito abordadas pela repórter, só as crianças reconheciam e se dirigiam a Joicy respeitando sua identidade de gênero.

A descrição densa da reportagem atravessa a interpretação de que o trabalho rural estabelece outras relações de gênero. A roça não produz o “sexo frágil” e não separa os gêneros da mesma forma que a vida urbana. Joicy ao lado dos irmãos teve que abdicar da educação em prol da plantação. Foi criada como um agricultor pelos pais analfabetos. Além da enxada, Joicy também lidou com o trabalho doméstico, experiência que a transexual compreende como um sinal de que todos sabiam que ela queria ser mulher. Ideia que é refutada pela mãe, dona Irene, para quem Joicy nasceu homem e ponto.

Joicy foi ainda eletricista, depois vendedora em mercado, ajudante de bar e cozinheira. Só então se tornou cabelereira. De acordo com Fabiana Moraes, acima de todos os trabalhos, ela era uma especialista em sobrevivência. O reconhecimento da transexualidade foi outra batalha de sobrevivência que ela disputou.

Um dia, ouviu no rádio que poderia tirar o pênis. Resolveu que só faltava aquilo para ser feliz. Foi aí que seu doloroso e demorado rito de passagem começou. Pegou a moto e foi pela estrada de barro até a Secretaria de Saúde de Alagoinha. Queria saber como fazia para mudar de sexo [...]
Não satisfeita com a conversa, escreveu uma carta para o presidente da República. Foram três páginas contando como vivia, o que tinha vivido, o que queria viver [...]
Passaram-se alguns meses e ela ficou sabendo que, na Secretaria de Saúde de Alagoinha, havia chegado uma carta de Brasília falando do seu caso. Mandavam encaminhar Joicy para um serviço voltado para transexuais. O assunto saiu do gabinete, ganhou as ruas e virou piada [...]
(MORAES, 2015, p. 40).

Além da chacota, a transexual não foi encaminhada diretamente ao serviço de cirurgia. Teve que lidar com idas e vindas, com confusões nas explicações, com as distâncias entre os órgãos de saúde e com um entrave no encaminhamento para o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (HC-UFPE). A narrativa expõe os déficits do Sistema Único de Saúde (SUS) em lidar com os casos de pacientes com carência e fragilidade emocional, além da especialidade do atendimento de saúde às pessoas transexuais, algo tão urgente e calamitoso quanto.

Dos percalços na vida de Joicy, a reportagem se desdobra para a relação afetiva com o “amigo” Cristiano Dorneles, que acompanha a transexual em apenas quatro dos 11 dias de recuperação cirúrgica. Somos apresentados a uma difícil relação, com a qual a transexual constantemente se desaponta, mas a cultiva ao custear as despesas do rapaz.

Outro momento de vulnerabilidade de Joicy diz respeito ao retorno da cirurgia e ao primeiro diálogo com a mãe, dona Irene, a quem não estava aparentemente pronta para receber. A senhora de 83 anos (com uma saúde sensível) não reconhece a nova identidade de Joicy, que a todo momento tem que explicar a mudança de nome. Da mesma forma, que dona Irene sente que a filha não dá o devido valor a ela, já que a visita é interrompida por uma ligação de Dorneles. Joicy passa a conversar com ele e ignora a mãe, que resolve ir embora.

Por fim, a reportagem alcança ainda o enfrentamento que a paciente passa a ter com os resultados da cirurgia. A situação precária de Joicy a leva a não tomar as devidas providências e cuidados na recuperação, o que resulta no fechamento do canal vaginal. Logo, o sonho de ter uma vida sexual semelhante a qualquer mulher cisgênera não é alcançado.

Ao longo de toda a reportagem, Joicy é apresentada como uma pessoa complexa, que vive múltiplos dilemas: financeiros, familiares, emocionais, físicos e existenciais. É uma mulher transexual que luta pelo reconhecimento de si e por uma vida menos precária. Uma pessoa que queria uma cirurgia e lidou com as diversas fases de tratamento. Contudo, a cabelereira também é afetada por uma situação econômica crítica, vive com rendimentos que não dão conta de suas despesas. Lida ainda com abandonos afetivos e com uma comunidade que não a respeita integralmente.

A partir da primeira parte do livro-reportagem, tomamos conhecimento dessas situações e do retrato de vida de uma personagem com sofrimentos humanos, mas com gerência sobre os fatos que a incomodam. Exemplo disso é o episódio em que tentaram impedi-la de usar o banheiro com o gênero que a contempla. A ação ocorreu no Aeroporto Internacional de Recife. A segurança do local interpretou o corpo de Joicy como masculino em virtude de sua aparência e tentou impedi-la de fazer uso do banheiro feminino. Joicy prontamente abaixou o short e exibiu a vagina como um sinal de que a sociedade deveria respeitá-la como mulher, já que ela havia conquistado o símbolo do feminino. A narrativa cria uma proximidade da jornalista e do leitor com a história de vida de Joicy.

A reflexividade da narradora é a ferramenta principal da segunda parte do livro-reportagem. Enquanto os enfrentamentos cotidianos de Joicy, a luta pela identidade e os questionamentos ao corpo da cabelereira criam empatia e uma possível interpretação de que ela é uma vítima social, a leitura da seguinte obra cria a interpretação de que as condições de Joicy não a eximem de produzir distanciamentos, desentendimentos, de criar cobranças e de ultrapassar os limites de uma relação jornalística.

“Joicy, enfim, como todos nós, queria conforto. Queria ser bem tratada” (p. 97). Contudo, a vida dela não se tornou um espaço menos árido em virtude de uma reportagem com repercussão nacional. As expectativas e os sonhos de Joicy se

tornaram atritos com Fabiana Moraes. As conversas das duas foram acrescidas de ondas de desgastes e insatisfação mútua.

Minha mágoa era a de que aquela reportagem e o cuidado da equipe com a própria Joicy eram coisas secundárias, e que minha importância se dava apenas no âmbito financeiro. Aquela não era uma leitura errada, mas também não era exatamente justa com Joicy. Eu não podia responsabilizá-la de saída por não conseguir entender as várias dimensões de nossa proximidade. Ao mesmo tempo, aquilo tudo me doía um bocado (MORAES, 2015, p. 141-142).

Fabiana dá espaço à solidariedade, algo que está fora dos eixos técnicos do jornalismo positivista. Pela narrativa, reconhece-se os desapontamentos de Moraes, assim como as situações de nervosismo. Porém, também é perceptível que a jornalista marca a aflição na relação com Joicy com a devida percepção de que os comportamentos da transexual se devem às decepções constantes e ao tratamento que ela recebia do mundo diariamente.

Fabiana e Joicy mantiveram uma relação por um período maior do que a reportagem. Houve uma imersão profunda tanto da jornalista na vida da personagem, quanto da protagonista no contato com a jornalista. Ambas saíram transformadas pelas diferenças, pelos encantamentos e pelos atritos da relação.

PALAVRAS FINAIS: O DESEJO DA ALTERIDADE POSSÍVEL

A arte de narrar, como se sabe, torna perceptível as dimensões do contraditório, do complexo, do plural e do mutável em torno de um fenômeno cultural. No contemporâneo, a reportagem tem “escolhido como noção fundamental a comunicação, na qual as mediações são mensagens em processo, em construção, em experiência, em experimentação” (OSÓRIO VARGAS, 2016, p. 118).

O jornalismo enquanto atividade de compreensão dos fenômenos que nos circundam se funda no diálogo das vidas públicas, na possibilidade do encontro e na construção de relações entre indivíduos e sociedade. No processo narrativo de questionamento, verificação, leitura de versões e aprofundamento de sentido. O repórter mergulha no cotidiano, nos problemas sociais, nos dilemas comunitários e, por meio do diálogo possível (MEDINA, 2003), elabora meios de alteridade e de conhecimento, especialmente, quando o jornalismo é exercido como compromisso com o humano.

A narrativa é o método do repórter. As principais contribuições deste método são

**Novas percepções e contribuições para a compreensão da contemporaneidade a partir de outras perspectivas, que contribuem para questionar os paradigmas mecanicistas. Pela dialética da escuta recíproca e de se estar sempre aberto ao outro numa experiência liberadora, tornamo-nos capazes de nos abirmos a experiências novas e a formas plurais de narrativas do indivíduo-projeto [...].
(OSÓRIO VARGAS, 2016, p. 121).**

O que o epistemólogo Raúl Hernando Osorio Vargas (2016) nos ajuda a refletir é que o jornalismo tem a necessidade do Outro, das conexões e das partilhas que o Outro pode fornecer. No fim das contas, o jornalista contemporâneo precisa captar e sentir a teia de relações da vida, da qual todos são parte inseparável.

Este processo só é possível de ser realizado se o jornalista compreende que ele é um produtor de sentidos, que atua na malha cultural da sociedade, na administração, na renovação e na reestruturação de sentidos. O que não é feito de forma monológica ou por meio de fórmulas técnicas. Como produtor de sentidos, o jornalista também é um mediador deles. O jornalista é um sujeito que se relaciona com outros sujeitos-produtores de significado. Dessa forma, precisa de estratégias de execução da observação, interação, redação e edição em que o signo da relação (MEDINA, 2006) flui e acontece.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 7-41, 1995.

MEDINA, Cremilda (Org.). **Ciência e sociedade: mediações jornalísticas**. São Paulo: Estação Ciência/CCS/USP, 2005.

MEDINA, Cremilda (Org.). **A arte de tecer o presente, narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda (Org.). **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**. Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda (Org.). **Ato presencial: mistério e transformação**. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

OSORIO VARGAS, Raúl Hernando. Compreender a capacidade criadora do humano ser na reportagensaio. **Líbero**, São Paulo, v. 19, n. 37-A, jul/dez, 2016.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterossexual y otros ensayos**. Barcelona (Espanha): Editorial Egales, 2006.

Experimentações contemporâneas

Os medos corpóreos, o cansaço físico e o corpo metafórico: Kim Joon, a body art sem body

*Júlia Rinaldi e
Tarcisio Torres Silva*

Esse artigo propõe entender conceitos que perpassam a sociedade através do comparativo com a obra de Kim Joon e seu entendimento de corpo enquanto arte, entendendo-o como necessidade, parte de um convívio e também um modelo de vida inserido no capitalismo. O corpo foi exigido enquanto ferramenta de trabalho, mas também enquanto mercadoria, fachada, objeto de desejo. Ao mesmo tempo, o corpo tem fome, frio, fadiga: necessidades físicas permeadas por cobranças mercadológicas. Para tanto, faremos uso dos conceitos apresentados por Ulrich Beck, Jaques Rancière, Byung-Chul Han e Zygmunt Bauman, para entender o nosso ponto de interpretação das obras apresentadas.

O artista sul coreano Kim Joon, nascido em 1966, tem como foco de seu trabalho a tatuagem. O mais intrigante de sua obra é a prática da body art sem a utilização de corpos reais. No início de sua carreira artística, ele trabalhava em uma oficina onde criava peças que lembravam a textura da pele, mas ao mesmo tempo do couro, vísceras, peças estofadas, que geravam certa confusão e repulsa. Muitas de suas peças feitas à mão retomam o grotesco corporal.

Por exemplo, na peça colocada a seguir, intitulada Hell, vemos uma composição do que nos lembra partes de corpos dispostas de tal maneira que formem um painel e com tatuagens de temática cristã de inferno, porém, com um estilo asiático de desenho.

Figura 1: Hell, 100cmx100cm, meios misturados, com ninho, 1997



Disponível em: <https://www.kimjoon.net/tattoo-you?lightbox=i0yll>

Essa relativização do que é o corpo e da proximidade com a natureza e a sociedade, fará parte de toda a obra do artista. Para Kim Joon, após cursar a faculdade, as necessidades do corpo se tornavam cada vez mais presentes em seu cotidiano devido

às necessidades financeiras e a falta de apoio de seu pai para seguir carreira artística. Nas palavras do artista: "depois da faculdade, eu ficava muitas vezes aflito com as questões relacionadas a um corpo. Por exemplo, a fome, a sobrevivência e o desejo sexual [todos vêm] do meu corpo. [essas] são questões básicas e fundamentais"⁵. Essas questões apontadas pelo artista permeiam as questões do risco abordadas por Ulrich Beck (2011).

O autor apresenta cinco teses que explicam o que ele chama de “autoameaça civilizatória”: 1) Riscos de forças produtivas – radioatividade, toxinas e poluentes. Esses desencadeiam danos definidos e podem ser trabalhados a favor da política através do conhecimento racional. 2) Situações sociais de ameaça – “ameaças à saúde, à legitimidade, à propriedade e ao lucro” (BECK, 2011, p. 27). 3) Riscos da modernização são big business – aqui o autor explica que as necessidades, como as de Kim Joon, podem ser saciadas, porém, isso não seria interessante para o mercado, então os riscos civilizatórios criam diversas outras necessidades, infundáveis, que podem ser trazidas à luz da discussão conforme for conveniente. 4) Somos afetados pelo risco – não nos cabe adquiri-lo ou trabalhar sobre ele, o risco simplesmente nos permeia e surge a necessidade do “conhecimento sobre os riscos” (BECK, 2011, p. 28). 5) O apolítico torna-se político – “potencial político das catástrofes” (BECK, 2011, p. 28).

Beck aborda a questão do risco perpassando a reação a ele: o medo. A sociedade atual transita nas relações de medo, assim como o do artista, que motiva um modo de vida e produção pessoal extremamente vicioso e exaustivo. A preocupação com o sucesso pessoal, um estabelecimento de vida socialmente aceita, a não marginalização, a sensação de pertencimento, todas questões ligadas ao medo do fracasso e da marginalização. Esses fatores também são consequência da sociedade do risco apontada por Beck. O sistema abre espaço para o fracasso, mas não somente o pessoal. Para o autor, há uma necessidade de revisão dos efeitos gerais, em que se enfatiza também o corpo, como vemos no trecho abaixo:

O lema ‘lei e ordem’, cada vez mais reduzido à promessa de segurança pessoal (mais exatamente corporal), se tornou uma grande, talvez a maior, bandeira nos manifestos políticos e nas campanhas eleitorais, enquanto a exibição de ameaças à segurança pessoal se tornou um grande, talvez o maior, trunfo na guerra de audiência dos meios de comunicação de massa, reabastecendo constantemente o capital do medo e ampliando ainda mais o sucesso do seu marketing quanto de seu uso político. (BAUMAN, 2007, p.18)

Bauman explicita essa relação do medo com o corpo e o potencial político que essa relação apresenta. Ainda enquanto relação política com o corpo, aparece o interesse de Kim Joon pela tatuagem, que teria surgido durante o seu serviço militar. Na

⁵ KIM Joon | Interview by Korean Artist Project, disponível em: <https://vimeo.com/72093692>

Coréia do Sul tatuagens são proibidas e o serviço militar, para os homens, é indispensável. Assim, existem duas categorias no serviço militar coreano: o grupo apto à prática militar e o grupo de pessoas com alguma deficiência física, mesmo que corriqueiras como a deficiência visual, e é nesse grupo que se encaixam os homens com tatuagens, como uma deficiência moral que os tornassem menos aptos às atividades militares⁶. Esse fato intrigou o artista e aguçou sua curiosidade a respeito das tatuagens.

Kim Joon entende a tatuagem como uma “manifestação de forças conflitais de qualquer formação de identidade, uma mistura de decisão e agenciamento, o efeito de forças internas e externas que geralmente se mostra na pele, como raça, gênero, normalidade ou dissidência” (tradução nossa)⁷. A obra do artista sempre foi pautada na influência cultural estrangeira, para ele, as tatuagens seriam também uma forma de estetização do corpo, processo relevante na presença dentro de uma sociedade contemporânea. O artista nunca saiu da Coréia do Sul e passou quase toda sua vida em Seul. Ele é professor universitário e explica que seu contato com a cultura ocidental se deu majoritariamente através da música, especialmente pelo rádio.

Suas obras digitais passam a apresentar corpos, apesar de ainda confusos, com padrões estéticos bastante almeçados na sociedade. Para o artista, os corpos bonitos também se encaixam no padrão artístico e comercial relativizado em suas peças. Byun-Chul Han (2015), entende que a “sociedade [ocidental] do século XXI não é mais a sociedade disciplinar [Foucault], mas uma sociedade de desempenho” (HAN, 2015, p. 23). O autor defende que os corpos foram aprisionados em modelos de trabalho, em meios de locomoção, um lazer dentro de shoppings e em modelos estéticos, criando uma sociedade fitness. Ao corpo fica imposto o trabalho excessivo, o monitoramento de seu próprio rendimento e a obrigação de ser bonito, desejável. Além disso, inseridos em uma sociedade capitalista, o corpo deve acompanhar o modo de produção, a imposição do empreendedorismo, e assim proporcionar uma maneira de sanar suas necessidades físicas.

Uma das séries mais notáveis de Kim Joon é *Bird Land* (2009), que utiliza o software de modelagem 3D (como todas as obras digitais de sua carreira) 3D Studio Max para criar padrões de corpos cobertos por tatuagens de marcas de luxo reconhecidas mundialmente. Os corpos padronizados, confusos, marcados e expostos trazem a sensação da sociedade apontada por Byung-Chul Han. O artista entende as tatuagens como uma metáfora para o desejo gravado, fixado na consciência humana. Sua arte utiliza marcas globais, mas a estética de Kim Joon é bastante asiática enquanto traço artístico. Como exemplo, a obra Swarovski:

⁶ *Korean artist Kim Joon discusses tattoos, taboos and his inspiration – interview, 2009, disponível em: <http://artradarjournal.com/2009/12/02/korean-artist-kim-joon-discusses-tattoos-taboos-and-his-inspiration-interview/>*

⁷ *Página do artista. Disponível em: <https://www.kimjoon.net/bio>*

Figura 2: Bird Land – Swarovski, impressão digital, 90cmx90cm, 2008



Disponível em: <https://www.kimjoon.net/2008?lightbox=image1hpd>

Com o uso de diversas influências, tanto importadas quanto locais, Kim Joon criou suas séries *Fragile* (2010) and *Drunken* (2011). As obras dessa fase de criação têm uma influência da própria cultura coreana (enquanto milenar produtor de cerâmicas e através da utilização de desenhos em um traçado tipicamente asiático) e da importação cultural, já que a porcelana não se parece com as desenvolvidas em seu país e, por muitas vezes, ele utiliza marcas famosas mundialmente como estampa em suas peças. Alguns podem questionar o potencial crítico das obras desse artista, já que a beleza dessas peças foi indagada enquanto propaganda das marcas. Nesse sentido, gostaríamos de trazer o conceito de imagem metafórica, de Jaques Rancière (2012), para contemplar a obra.

As imagens midiáticas são aqui deslocadas, as estampas das marcas, vistas nas ruas pelo mundo, estão aqui pregadas em corpos frágeis e já quebrados, consumidos. Os corpos de porcelana são incompletos, imperfeitos, frágeis ou bêbados, como o

próprio nome das coleções, susceptíveis a vícios, características retomadas durante toda a obra do artista. Uma imagem metafórica propõe uma discussão a partir do deslocamento. Os corpos apropriados pelas marcas de Kim Joon trazem essa percepção, todos os questionamentos trazidos do corpo inserido na sociedade do século XXI, funcionam como imagem de metáfora dessas obras. Como exemplo utilizaremos a obra Starbucks:

Figura 3: Starbucks, impressão digital, 70cmx120cm, 2011



Disponível em: <https://www.kimjoon.net/2011?lightbox=image1cq4>

A próxima etapa do trabalho do Kim Joon é facilmente associada com a discussão de Beck (2011) sobre o risco. Dois eventos propiciaram o trabalho *Island* (2013) do artista sul coreano: o desastre nuclear em Fukushima – maior acidente nuclear desde Chernobyl, ocasionado após um terremoto e um subsequente tsunami na costa nordeste do Japão –, e sua viagem à ilha sul coreana, Jeju, conhecida por suas paisagens e, para a população local, por suas propriedades místicas. Kim Joon questionou então a relação volátil entre o homem e a natureza e criou paisagens naturais, mais uma vez, com seus corpos acumulados e texturas marítimas.

Para Beck, as relações de risco, nesse caso, seriam incentivadas. Não é necessária a utilização de venenos para o cultivo na terra, mas ninguém propõe uma proibição, pois a política incentiva o risco. Não seria necessária a produção de energia nuclear, há um risco iminente, como foi o caso: dois desastres naturais que não foram previstos com cautela e geraram um acidente nuclear, o risco desse acontecimento sempre esteve ali, assim como em qualquer outra usina nuclear. Beck defende que o risco é uma necessidade política atual, e que deve ser questionado, não é a melhor maneira de convivência. Kim Joon trabalha essa relação do homem com a natureza nessa série e aponta uma ligação próxima entre ambos. Como exemplo, a obra *Yellow Fish*:

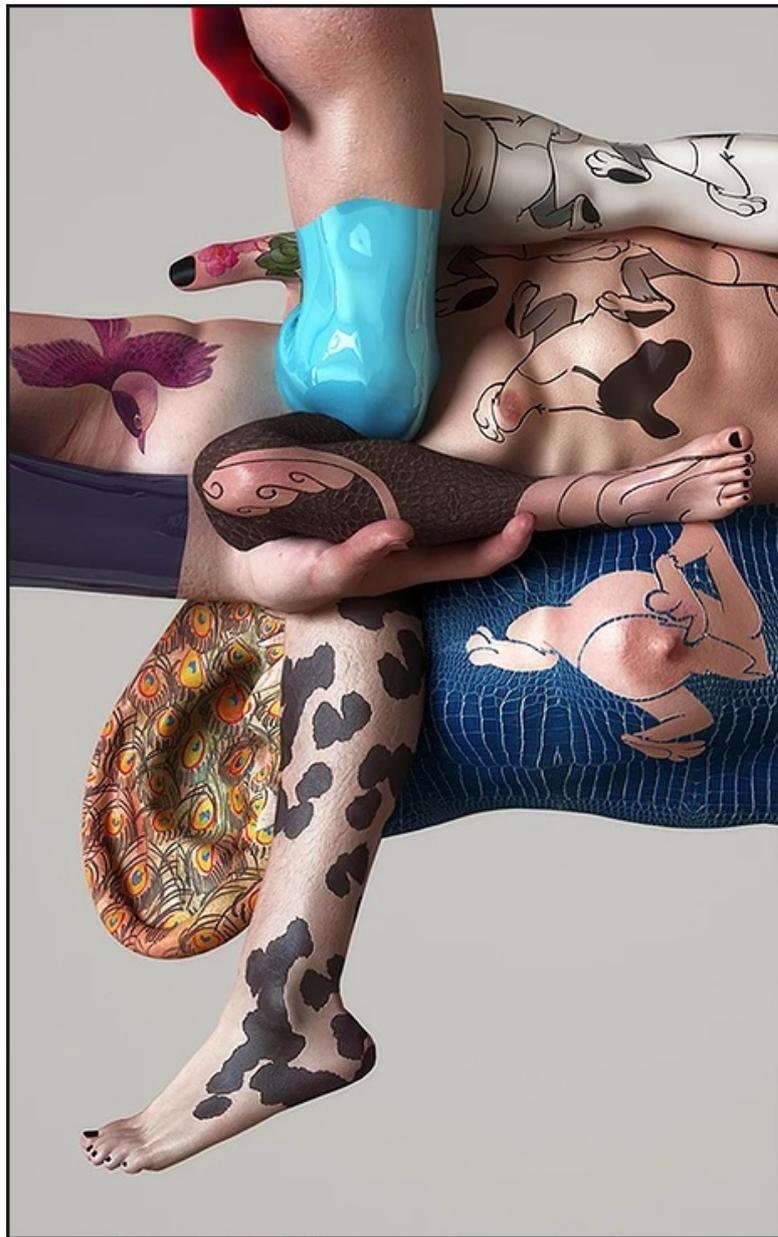
Figura 4: *Island – Yellow Fish*, impressão digital, 160cmx100cm, 2013



Disponível em: <https://www.kimjoon.net/2013?lightbox=i77yu>

Em sua série mais recente, Kim Joon analisa o desejo de transcender as limitações e imperfeições do corpo, analisando a complexa relação entre esse e a mente. Ainda em seu estilo, o artista utiliza partes de corpos remontados através da modelagem 3D, cores e texturas, ícones da cultura pop e referências de sua própria cultura para criar uma desconstrução do corpo tão extrema que necessita atenção para entender as partes que o formam. Não apenas com a utilização de membros humanos, mas com objetos e texturas tecnológicas. Essa série não apresenta nomeações nas obras, elas são apenas numeradas:

Figura 5: Somebody – 008, impressão digital, 160cmx100cm, 2014



Disponível em: <https://www.kimjoon.net/2014?lightbox=i7rav>

Considerando os trabalhos analisados como exemplos da obra do artista como um todo, podemos afirmar que seus trabalhos refletem sobre as relações políticas que permeiam corpo e, conseqüentemente, a natureza. Cabe também a discussão de porque teria sido criada essa distinção, já que o homem pertence à natureza e a constitui enquanto animal. A fragmentação dos homens, as percepções do risco, as necessidades de submissão do corpo para integração do sistema capitalista, metaforizadas por meio da representação de corpos recortados e distorcidos, são um reflexo sobre as normativas de pensar, sentir e de se relacionar no século XXI.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECK, U. **Sociedade do risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

RANCIÈRE, J. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contrapondo, 2012.

It's all about that bricks: utopia performativa nas videoperformances de Saullo Berck

*Aroldo Santos Fernandes
Júnior*

Este trabalho é fruto do Projeto de Pesquisa Eu venho perdendo você: Rastros do movimento, corpo e deslocamentos de gênero em videoperformances de produção caseira disponibilizadas no site youtube.com, vinculado ao Grupo de Ações Performativas – Motus/GAP-M, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Propõe reflexões sobre as videoperformances do vlogger Saullo Berck postadas no YouTube, considerando conceitos como corpo utópico de Michel Foucault, Queerness de José Esteban Muñoz e convergência de Henry Jenkins para pensar performance drag enquanto utópica e performativa.

E depois saberei como pintar e escrever, depois da estranha, mas íntima resposta. Ouve-me, ouve o silêncio. O que te falo nunca é o que eu te falo e sim outra coisa. Capta essa coisa que me escapa e, no entanto, vivo dela e estou à tona de brilhante escuridão. Um instante me leva insensivelmente a outro e o tema atemático vai se desenrolando sem plano, mas geométrico como as figuras sucessivas num caleidoscópio. (LISPECTOR, 1994, p. 18).

No sentido literal, utopia significa lugar que não existe, plano ou sistema que parece ser irrealizável, um sonho ou ilusão. Pensar a partir dessa premissa torna esse texto desde já falido, prefiro pensar utopia como Clarice Lispector propõe na epígrafe, algo presente, mas que não está aqui ainda, “[...] essa coisa que me escapa e, no entanto, vivo dela e estou à tona de brilhante escuridão”. Assim, esse texto é utópico! É a caleidoscópio de (in)form(ações), leituras, percepções e práticas artísticas. É a ruminação de pensamentos sobre conceitos como Corpo Utópico de Michel Foucault (2013), *Queerness* de José Esteban Muñoz (2009) e Cultura da Convergência de Henry Jenkins (2009), para pensar a performance *drag* enquanto utópica e performativa.

Esses pensamentos surgiram a partir de encontros teórico-práticos do projeto de pesquisa “Eu venho perdendo você: Rastros do movimento, corpo e deslocamentos de gênero em videoperformances de produção caseira disponibilizadas no site *youtube.com*”, vinculado ao Grupo de Ações Performativas – Motus/ GAP-M, sob minha coordenação, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. No desenvolvimento da pesquisa com os estudantes da graduação em Dança e Teatro fizemos, no YouTube, um levantamento de vídeos que fossem caseiros, aparentemente filmados por celulares e que tivessem em seus conteúdos algum elemento que remetesse à performance de gênero.

Durante esse processo me deparei perplexo com um garoto de feições andróginas que dançava em cima de tijolos de construção. Esse texto traça então, um “olhar” reflexivo sobre esse garoto, *vlogger* e web celebridade, Saullo Berck e seus vídeos postados na plataforma de compartilhamento YouTube. Quais reverberações performativas as suas videoperformances instauram? O trabalho do *vlogger* Saullo Berck pode ser considerado performance *drag*? Seria a *drag* a representação utópica de si mesmo para o sujeito que a incorpora?

Berck tem 17 anos de idade, nascido em Barbalha, cidade no interior do Ceará, e se torna web celebridade após postar vídeos de si mesmo dançando e dublando hits musicais do pop nacional, internacional e do funk brasileiro, usando blocos de construção civil amarrados aos pés para simular saltos altos. Em suas aparições ele improvisa e faz uso daquilo que dispõe em sua casa, no estilo *do it yourself* (faça você mesmo) já tão consagrado no YouTube.

Ele constrói seus looks e de seus dançarinos com sacos plásticos, cones de sinalização de trânsito, galhos de árvores e palhas de bananeira, etc. Nessa lógica de criação Berck instaura uma estranheza/*queerness* que consegue chamar atenção dos usuários do YouTube. Seu canal conta com mais de 40.000 inscritos até a data do acesso e alguns de seus vídeos ultrapassam a marca de 1 milhão de visualizações. Na rápida ascensão do garoto simples da zona rural de Barbalha ao *vlogger* celebridade do YouTube, Berck foi convidado a participar de vários programas de tv e fazer shows de abertura em cidades do interior do Ceará e em outros estados do Nordeste do país.

VISIBILIDADE TIJOLO A TIJOLO

A “diva dos tijolos”, como é conhecido Saullo Berck, apareceu no YouTube a primeira vez no dia 29 de outubro de 2014, com a postagem de um vídeo paródia em que ele e um companheiro de cena interpretam uma conversa entre duas mulheres. No diálogo, uma das personagens pede a outra por cinquenta centavos. O vídeo tem uma duração de 37 segundos e tanto Berck quanto seu companheiro de cena estão no parapeito da janela de uma casa ainda em construção. Ambos parecem se divertir com a interpretação. Essa postagem, até a data de meu acesso, tinha 5.856 visualizações. Apenas 15 dias após a primeira postagem, Berck posta outro vídeo. O cenário agora é o jardim de uma casa de fazenda. Desta vez, Berck aparece com seu companheiro de cena em uma dublagem paródica da música *Work Bitch*, da cantora pop Britney Spears interpretada por Camilla Uckers e Romagaga, ambos youtubers e bastante conhecidos na cena cearense.

Produtores amadores costumam sinalizar sua simplicidade e normalidade por meio da paródia reconhecendo abertamente a distância entre seus limitados recursos econômicos ou técnicos, comparados ao entretenimento comercial mais bem acabado (JENKINS, 2009, p. 357).

Jenkins (2009) diz ainda que o YouTube enquanto site compartilhado produz uma visibilidade maior, pois funciona em relação a várias outras redes sociais e blogs. De acordo com Wilton Garcia (2015, p. 67-85):

O processo comunicacional influenciado pelas tecnologias emergentes é capaz de lidar com a natureza humana quando envolve a sociabilidade de qualquer sujeito. [...] as mediações tecnológicas alavancam a sociedade atual em particular na dinâmica da blogosfera. Determinadas performances (atitudes

e/ou comportamentos) on-line têm seguidores, adeptos, de acordo com a sugestão de leituras (alusão, citação, imitação, paródia) que expõem, debatem e desafiam a manifestação do sujeito na rede mundial de computadores.

A internet permite uma abordagem de participação que expande ideias prévias sobre o fazer artístico. O YouTube enquanto espaço vaudevilliano virtual de compartilhamento e divulgação da arte potencializa a superação das barreiras financeiras impostas pela mídia convencional (FERNANDES JR., 2015). Segundo Néstor Garcia Canclini (2012, p. 52):

Os novos hábitos gerados nos usuários da rede e as misturas de formatos e alianças entre produtores de conteúdos visuais, textuais e software estão incidindo nos espaços da arte, desde os museus até as bienais, as feiras e os sites especializados da internet. Alteram-se neste processo os vínculos entre criação, espetáculo, entretenimento e participação; entre o que até poucos anos atrás se organizava sob categorias de culto, popular e de massa; entre o local, o translocal e o global; entre autoria, reprodução e acesso; entre elaboração simbólica e intensidade de estimulação sensual direta.

O vídeo mostra para além da dublagem uma tomada de extras em que outro participante aparece sendo supostamente maquiado, por Berck e seu companheiro, pois aplicam no rosto desse participante um pó acinzentado que aparenta ser terra seca. Esse vídeo é bem mais longo que o primeiro com 5 minutos e 10 segundos de duração, apresenta efeitos de edição de um aplicativo para celular e obteve 9.162 visualizações.

Os tijolos de construção só aparecem no terceiro vídeo, em 11 de dezembro de 2014, em que Berck aparece sozinho na sala de uma casa vazia vestindo apenas um short preto, uma echarpe azul turquesa e amarrados aos pés os tijolos de construção. Berck realiza de maneira, ainda, rudimentar a coreografia da música Na batida da cantora pop brasileira Anitta.

A partir de então uma série de vídeos é produzida e postada. Em sua maioria Berck apresenta-se com os tijolos amarrados aos pés. Por vezes, aparece sozinho e em outros vídeos aparece acompanhado de dançarinos. As visualizações aumentaram consideravelmente a partir da postagem do vídeo Bang em que também dubla a cantora Anitta. Esse vídeo tem 1 minuto e 40 segundos de duração e atingiu a marca de 2.857.192 visualizações. Seu canal possui 126 vídeos postados até o momento do acesso e sua atualização com novos vídeos é diária.

[...]uma rede é melhor quanto mais usuários incluir, quando incrementa sem cessar vídeos, fotografias e blogs. Mais do que obras, encontramos diálogos, expressões de desejos, intercâmbios, compras, informações sobre o que os outros falaram ou compraram. Mais do que obras e espectadores, encontramos fluxos que circulam através de objetos, pessoas e imagens (CANCLINI, 2012, p. 51).

No início desse texto levantei o questionamento de quais reverberações performativas as videoperformances de Berck instaurariam? A primeira reverberação é a própria apresentação técnica dos vídeos, aparentemente improvisados e com tremores de mão na captação da imagem e conteúdo interrompido deliberadamente. Estas características associadas a grande quantidade de visualizações chamam atenção mesmo diante de toneladas de vídeos amadores postados no YouTube diariamente.

No contexto cultural do YouTube, o que já foram consideradas atividades marginais passaram a ser cada vez mais normais, com cada vez mais pessoas rotineiramente checando e discutindo conteúdos produzidos por amadores, e com as instituições das mídias de massa rotineiramente reconsiderando seus métodos a fim de incorporar esse local alternativo de atividade cultural (JENKINS, 2009, p. 349).

Em *Bang*, o espaço é a área de um cômodo de uma casa ainda em construção. O vídeo é feito em uma única tomada em plano sequência e começa com um close do rosto de Berck para ir se abrindo e mostrando todo o ambiente e os dançarinos. Berck aparece usando extensões de cabelo preto, boca pintada de preto, veste um top preto e uma calcinha branca. Os tijolos em seus pés estão pintados um em vermelho e outro em branco. Ele está no centro do espaço cercado de quatro dançarinos e todos imbuídos na execução da coreografia e na dublagem da música. Os dançarinos usam peças do vestuário feminino como figurino, a cor predominante é o preto. Em 1 minuto e 17 segundos do vídeo um dos dançarinos acende algo que não consigo identificar e joga no centro da cena em direção a câmera e ao próprio Berck, todos se assustam e o contexto coreográfico se desfaz. Aparentemente essa traquinagem estava combinada, pois todos riem e tudo se torna uma grande brincadeira.

Existe uma consistência na apresentação dos vídeos de Berck que determina a estética *do it yourself*, ainda de acordo com Jenkins (2009) as experimentações alternativas na música dentro da cultura punk geraram novas possibilidades de sons,

artistas e relações com os consumidores e essa lógica de produção do filme digital para o YouTube está equiparada a esse pensamento da cultura punk. A estranheza/*queerness* não está apenas no modo mambembe que seus vídeos são produzidos, pois esta característica é mais que aceita na lógica vaudevilliana do YouTube, mas sim na sua aparição *bigger than life* aumentada pelos blocos de construção sob seus pés.

José Esteban Muñoz (2009, p.1) explica que a estranheza/*queerness* é um ideal, “um modo estruturante e educado de desejo que nos permite ver e sentir para além do presente”. Esse ideal ainda de acordo com Muñoz (2009) pode ser considerado como *utopia concreta* por que são a “esperança de um coletivo, um grupo emergente ou mesmo de um estranho solitário que sonha por muitos” (MUÑOZ, 2009, p. 3). O pensamento de esperança traz possíveis aspectos como o do afeto, mas também e talvez o mais sofisticado aspecto da metodologia, que Muñoz (2009) chama de *hope’s methodology* (metodologia da esperança), uma metodologia do “não ainda”, uma indeterminação duradoura que está relacionada com o conceito de potencialidade de Giorgio Agamben (1999). Esta seria enquanto metodologia crítica uma olhadela no passado que encena uma visão futura. É essa indeterminação que constrói tijolo a tijolo a visibilidade de Berck enquanto web celebridade e que convoca mais e mais seguidores a visualizarem suas postagens e se (inscre)verem em/no seu canal.

Arrisco-me a dizer que estes blocos não constroem apenas a figura de Berck, mas projeta enquanto discurso utópico de si, o desejo e a potencialidade de um futuro ideal que sobrepuja a austera realidade a que está sujeitado.

TODOS NASCEMOS NUS E O RESTO É DRAG!⁸

O trabalho de Berck pode ser considerado performance drag? *Drag* é uma expressão que surge com o poeta e dramaturgo inglês Shakespeare e significa (*DR*)ess (*A*)s (*G*)irl e era utilizado para indicar, em suas anotações dramáticas, as cenas em que os atores estariam vestidos como personagens femininas. A pesquisadora norte americana Esther Newton (1979), em seu livro *Mother camp: female impersonators in America* diz que o termo *drag* pode ser usado como adjetivo ou substantivo. Como substantivo significa vestir-se com roupas de outro gênero. Contudo, esse significado pode ser expandido para além da categoria de gênero e pode referenciar qualquer vestimenta que desempenhe papéis sociais.

De acordo com Michel Foucault (2013, p. 12):

⁸ Verso da música *Born naked* da Rupaul, “*we’re born naked and the rest is drag*”.

A máscara, a tatuagem, a pintura instalam o corpo em outro espaço, fazem-no entrar em lugar que não tem lugar diretamente no mundo, fazem deste corpo um fragmento de espaço imaginário que se comunicará com o universo das divindades ou com o universo do outro. Por ele, seremos tomados pelos deuses ou seremos tomados pela outra pessoa que acabamos de seduzir. De todo modo, a máscara, a tatuagem, a pintura são operações pelas quais o corpo é arrancado de seu espaço próprio e projetado em um espaço outro.

Essa relação se torna ainda mais sofisticada numa exposição virtual em que a internet atuaria como uma espécie de máscara e faz com que essas experimentações pareçam seguras. Passa a existir um constante paradoxo entre a vulnerabilidade, a liberdade e o desejo de mostrar a si mesmo e a segurança em se expor e fazer essas criações na privacidade da própria casa e, então, tê-las permanentes na internet (FERNANDES JR., 2015, p. 48).

Apesar da simplicidade técnica, os vídeos de Berck não se adequam a “normalidade” sugerida por Jenkins (2009) no tópico anterior, no que diz respeito ao conteúdo produzido. Aparece então uma segunda reverberação performativa. A imagem de si que Berck propõe em seus vídeos cria uma estranheza/*queerness* que sugere uma sofisticada potencialidade de futuro, que o (des)identifica de sua realidade e marca o aqui-agora das videoperformances, para criar “*um sinal de uma realidade queer verdadeiramente existente*” (MUNÕZ, 2009, p. 49, tradução minha).

Berck não simula o corpo de uma “mulher”, não esconde sua genitália como a maioria das performances *drag* propõem, a sua figura *genderfuck*⁹ impõe a diferença dentro da já normatizada cena *drag* e provoca um desconforto em relação à norma de gênero dominante. A leitura que faço de suas videoperformances é que elas são poderosas “desidentificações” (MUNÕZ, 1999) com as normas binárias de gênero, pois se inscrevem num esforço de resistência aos discursos opressivos e normalizadores, de uma ideologia dominante que segundo Beatriz Preciado (2014, p. 28):

pode ser caracterizada como uma máquina de produção ontológica que funciona mediante a invocação performativa do sujeito como corpo sexuado. Esses performativos do gênero são fragmentos de linguagem carregados historicamente do poder de investir um corpo como masculino ou como feminino, bem

⁹ O *Urban Dictionary* diz que *genderfuck* significa enviar mensagens misturadas sobre o próprio sexo. Está baseado na ideia de que gênero não existe (somente no contexto cultural) ou que há vários gêneros para além do masculino e feminino incluindo o transgênero, mas não se limitando.

como sancionar os corpos que ameaçam a coerência do sistema sexo/gênero.

Segundo Christine Greiner (2005, p. 105), “a diferença intensifica a vigilância, apresenta uma ameaça constante ao conhecimento já normalizado e aos chamados poderes disciplinados”. Quando Berck incorpora em suas videoperformances as referências das “divas” das quais é fã, ele cria sua “própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático” (JENKINS, 2009, p.30), ou seja, torna-se mídia de si mesmo. Nesse sentido Helena Katz e Christine Greiner (2005, p. 130-131) implica que:

Algumas informações do mundo são selecionadas para se organizar na forma de corpo – processo sempre condicionado pelo entendimento de que corpo não é um recipiente, mas sim aquilo que se apronta nesse processo co-evolutivo de trocas com o ambiente. [...] o corpo é o resultado desses cruzamentos e não um lugar onde as informações são apenas abrigadas. [...] A mídia à qual o corpomídia se refere diz respeito ao processo evolutivo de selecionar informações que vão constituindo o corpo.

Essas identificações também marcam um tipo de dissidência que Homi Bhabha (2010) define como sendo “mímica colonial”, ou seja, a mímica que surge de uma diferença que é ela mesma um processo de negação e representa um acordo irônico que produz continuamente seu próprio deslocamento, diferença e excesso para construir seu discurso em torno de uma ambivalência. **P o t e n c i a l m e n t e**, as videoperformances de Berck são uma reformulação de si dentro do social ou existem “na determinada negação daquilo que ela meramente é” (MUÑOZ, 2009, p. 64, tradução minha) e aponta para o que poderia ser, um ideal. Os tijolos, poderiam ser saltos, os sacos de lixo e as folhas poderiam ser vestidos de alta costura, Berck poderia ser a “diva”, seus figurinos são artifícios, são máscaras que trabalham na ambivalência e invocam para o corpo a vivacidade do desejo.

AINDA CONSIDERANDO

Foucault nos diz: “Para que eu seja utopia, basta que eu seja um corpo” (2013, p.11). Se todas as utopias nascem do corpo, do corpo de Saullo Berck nascem possibilidades de vislumbrar, pertencer, ser/estar e também borrar, (des)identificar, (re)inscre(ver) realidades, gêneros, performances, discursos e espaços. Quando Muñoz (2009) nos diz que o aqui-agora é uma prisão, mas que devemos olhar na cara desse aqui-agora que totaliza a realidade, para pensar/sentir o quando-onde, eu

penso/sinto sobre Berck, em sua pequena cidade com pouco mais de 59.000 habitantes onde metaforiza o futuro de sucesso, a partir dos sólidos tijolos que constroem o sonho da casa, como sonho de espaço próprio.

Suas videoperformances, paródicas e aparentemente ingênuas feitas, a partir de seu celular e postadas na internet proporcionam o alargamento do olhar e performativamente convoca o senso comum e normativo a se movimentar na direção de imaginar outros modos de estar/pensar (n)o mundo, além de dismantelar localizações normativas no que diz respeito ao que deve ou não deve ser dançado (FERNANDES JR., 2015, p. 68). Considero esse aspecto como resistência a discursos hegemônicos, “um reconhecimento tático das interpelações ideológicas que fixam o sujeito no interior de um aparato de poder” (MUÑOZ, 1999, p. 97). Em pensar dessa forma, compactuo com Gayatri Chakravorty Spivak (2014, p. 29), quando diz que “o subalterno está no lugar da diferença”, por entender que o subalterno traz à tona uma transformação ainda mais abrangente da ideia de si mesmo enquanto subalternidade, a ideia de não aceitar essa subalternidade enquanto normalidade. É a “metodologia da esperança” que rejeita criticamente o aqui-agora e insiste na potencialidade do “não ainda”.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Potentialities**: collected essays in philosophy. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- CANCLINI, Néstor García. **A sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: Editora da USP, 2012.
- FERNANDES JR., Aroldo Santos. **Biscoitos caseiros**: camp, solidão e homofobia na internet. Curitiba: Appris, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- GARCIA, Wilton. Pensar o consumo tecnológico. In: HANNIS, Daniela Kutschat; GARCIA, Wilton. **#consumo_tecnológico**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2015. p.47-96.
- GREINER, Christine. **O corpo**: pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- KATZ, Helena; GREINER Christine. Por uma teoria do corpomídia. In: GREINER, Christine. **O corpo**: pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.
- LISPECTOR, Clarice. **Água viva**. 13. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- MUNÓZ, José Esteban. **Crusing utopia**: the then and there of queer futurity. New York and London: New York University Press, 2009.
- MUNÓZ, José Esteban. **Disidentifications**: queers of color and performances of politics. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1999.
- NEWTON, Esther. **Mother camp**: female impersonators in America. Chicago: Chicago University Press, 1979.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. In response: looking back, looking forward. In: OLIVEIRA, Marinyze Prates de; PEREIRA, Maurício Matos dos Santos; CARRASCOSA, Denise (Orgs.). **Cartografias da subalternidade**: diálogos no eixo sul-sul. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 21-33.

A 21^a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo: opressão e resistência no contexto midiático contemporâneo

*Débora Mestre e
Paula Parra*

O Brasil é um país onde ainda persiste uma tentativa de se conservar padrões hegemônicos, justificados como necessários para uma organização social. Frente a essa realidade, os sujeitos das diferenças sexual e de gênero agenciam/negociam suas vivências com a alteridade/ autoridade, a fim de manifestar e resistir a violência, a invisibilização e a marginalização. O objetivo deste trabalho é situar os sujeitos da diferença sexual e de gênero no contexto paradoxal de (in)visibilização midiática da 21^a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, ao observar, descrever e discutir os interesses mercadológicos e o fortalecimento dos estereótipos em paralelo à manifestação política e social em que se origina o evento.

**A questão irrespondida. – “Tupi or not tupi that is the question”
– propõe a conhecida fórmula antropofágica.
“Tupi and not tupi” – eis a possível resposta.
(GIANNETTI, 2016, p. 173).**

A epígrafe do texto nos remete à antropofagia de Oswald de Andrade, e um possível “fechamento” para sua principal questão: o Brasil ainda é o povo indígena, selvagem, não domesticado, mas ao mesmo tempo, é um povo marcado pelas influências internacionais que vão desde a chegada dos colonizadores até a globalização.

Dessa hibridação surge a cultura brasileira: rica e diversa. Porém, apesar dessa característica cultural antropofágica, permanece uma divisão entre as culturas validadas pelo sistema hegemônico e as subculturas. Ou seja, mesmo em um país de grande diversidade de formação dos povos, ainda persiste uma tentativa de se conservar padrões hegemônicos, justificados como necessários para uma organização social. Os padrões mais rígidos estão correlacionados aos padrões de comportamento, onde sujeito é determinado na sociedade por um processo regulado de repetição de normas que tanto se oculta como impõe suas regras, precisamente por meio de produção de efeitos (BUTLER, 2008).

Dessa forma, observa-se que há um poder que legitima/visibiliza os sujeitos normativos e exclui os demais que não cabem na lógica/padrão proposto pelo sistema heterofalocrático (SANTOS, 2014). Esses sujeitos da diferença, portanto, agenciam/negociam suas vivências com essa alteridade/autoridade, a qual responde de forma hostil: ocupar os espaços, bem como falar e se expressar de forma diferente é invalidado pelo sistema, pois as vivências e as práticas socioculturais são subordinadas às leis impostas pelo padrão hegemônico.

Esse trabalho, portanto, utiliza uma perspectiva queer para situar os sujeitos da diferença, especificamente os sujeitos da diferença sexual e de gênero, nos contextos midiático e mercadológico da 21ª Parada do Orgulho LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) da cidade de São Paulo, que foi realizada em 18 de junho de 2017.

AS TEMÁTICAS DA PARADA DO ORGULHO LGBT E A (IN)VISIBILIZAÇÃO DO SUJEITO DA DIFERENÇA

Desde sua primeira edição, em 1997, o evento procura abordar temáticas que reivindiquem direitos e protestem contra a violência aos sujeitos da diferença. Os temas mais recorrentes foram “Diversidade” (como em 2000, *Celebrando o orgulho de viver a diversidade*; em 2001, *Abraçando a diversidade*; em 2002, *Educando para a diversidade*), “Direitos humanos” ou “Direitos civis” (como em 1998, 2005, 2006, 2009, 2016); protestos contra a homofobia (2006, 2007, 2008, 2009, 2010,

2011, 2012, 2013, 2014). O estado laico foi também lembrado em mais de uma edição (2008, 2017). Em 2011, o tema foi o mais recorrente (anti-homofobia), mas utilizou-se de palavras bíblicas no slogan, o que pode ser interpretado, também, como um protesto sobre como a igreja se posiciona nas questões que envolvem políticas homossexuais: *Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia*.

O termo “Cidadania” também foi usado em duas ocasiões, bem como “Orgulho”. Observa-se que a questão transexual foi abordada em especial uma única vez até o presente momento, em 2016 (*Lei de identidade de gênero, já! Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!*), bem como o machismo e o racismo (2007). Ainda não houve nenhuma edição com um tema sobre lesbianidade ou bissexualidade.

A partir de 2014, o termo homofobia foi substituído por “homolesbostranfobia” (*País vencedor é país sem homolesbostranfobia: chega de mortes! Criminalização já!*). Sem a generalização implícita no termo homo, que exclui as lésbicas, travestis e transexuais, percebe-se uma mudança de postura na comunidade frequentemente criticada por ser ela própria excludente em prol dos gays.

Dessa forma, por trás de uma crença generalizada em voga da visão hegemônica, que considera as Paradas LGBTs como uma espécie de carnaval, e seus participantes como exibicionistas, vê-se que o evento propõe, além do festivo, pautas e propostas que reivindicam um posicionamento social e político desses sujeitos.

João Silvério Trevisan (2004) relata sua experiência na 3ª Parada (*Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000*), de 1999, quando o evento era ainda bastante pequeno se comparado aos da atualidade. Mesmo com números mais modestos, porém, as primeiras edições carregam a importância da emergência, da linha de frente que abre o caminho para quem vem atrás.

Apitava-se intensamente, cada qual querendo dizer: estou aqui. Sim, nós estávamos lá vivos e felizes, homens e mulheres de todas as idades, levando adiante uma energia nova para este país de burocratas da sexualidade[...] Essa era uma das sensações mais agradáveis: ninguém na Parada parecia ter vergonha de nada. Apenas, de vez em quando, alguns olhos marejados. E um nó mal preso na garganta. Mas de emoção e legítimo orgulho. Do fundo de meus 55 anos de batalha, precisei esperar várias décadas para ter esse prazer indescritível: um misto de euforia, vingança, e muita, muita alegria mesmo.
(TREVISAN, 2004, p. 528-529).

O tom e a aparência carnavalesca das Paradas, ou mesmo dos sujeitos que as frequentam, em panorama geral, são sintomáticos da cultura brasileira, segundo o

autor. Com a religião católica enraizada no povo, qualquer movimento entre os polos de transgressão é visto como excesso, um “transbordamento barroco” (p. 397). Deve-se considerar que o Carnaval compõem-se tradicionalmente de três dias em que o cristão tem “a permissão de pecar”, de viver a filosofia *carpe diem*, não é uma coincidência que seja costume usar fantasias de drag e fazer performances de gênero nos desfiles das escolas de samba – a data é tida como o momento em que o sujeito pode se despir dos usos e costumes religiosa e socialmente incutidos.

Contudo, o contexto da Parada LGBT é sociopolítico e não religioso. São os sujeitos que, em um ano todo, possuem a permissão concedida pelo poder hegemônico de fazer um evento que traz a visibilidade para o público LGBT. Esse único dia carrega um contexto de luta para esses sujeitos dissidentes: milhões de pessoas que ocupam o espaço da Avenida Paulista para, além de celebrar suas múltiplas vivências, reivindicar seus direitos como cidadãos.

Segundo os organizadores da Parada do Orgulho LGBT de 2017, nesse ano o evento concentrou cerca de 3 milhões de pessoas na Avenida Paulista – onde se calculam que pelo menos 600 mil eram turistas de outros municípios, Estados, e até países – com a movimentação da economia em 45 milhões de reais. Com um total de 19 trios elétricos que desceram até a Consolação e o Vale do Anhangabaú, o tema deste ano foi *Independente de nossas crenças, nenhuma religião é lei. Todas e todos por um estado laico*. Esse tema se faz relevante no contexto sociopolítico atual do Brasil, onde se tem uma bancada evangélica no poder legislativo, eleita em 2014, a qual é representada por 85 deputados/as federais e 2 senadores (CUNHA; AGUIAR, 2017). Desde a formação da bancada evangélica, projetos de lei que visavam a educação escolar sobre gênero, o aborto, entre outras pautas que têm como principais atingidos mulheres e a população LGBT entraram em um processo de desaceleração e desaprovação pelo congresso e senado.

Figura 1: Protestos políticos evidenciam que a Parada não é apenas festa. Foto de Nelson Antoine.



Fonte <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/18/politica/1497791801_155683.html>

Paralelamente a essa situação de crise da representatividade da população LGBT nos poderes legislativo, executivo e judiciário do Brasil, a violência e intolerância ao sujeito da diferença sexual e de gênero é um dado alarmante no país. Já no primeiro quadrimestre de 2017, o número de assassinatos a LGBTs subiu para 18% em comparação com o mesmo período do ano passado e o país é líder em homicídios por motivação homofóbica (DINIZ, 2017). Frente a essa realidade, a Parada do Orgulho LGBT, além de um espaço festivo para celebrar todos os tipos de sujeitos e subjetividades, torna-se também um espaço de enfrentamento por meio da resistência, marcada pelas diferenças que a violência insiste em apagar.

A MANIFESTAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA DOS SUJEITOS DA DIFERENÇA

Ao se pensar o contexto da Parada do Orgulho LGBT, verifica-se que os sujeitos da diferença sexual e de gênero tem data, hora e local para se manifestar. Uma vez ao ano, milhões de pessoas, com gêneros e sexualidades dissidentes do padrão hegemônico tornam uma das mais conhecidas avenidas do país uma grande festa que não tem rosto único, nem classe, etnia/raça ou religião. Aqui, o termo descreve o fenômeno anual na capital paulista é, precisamente, *manifestação*.

Rick Santos (2014) explica a diferença entre expressão e manifestação, visto que a primeira trata-se de uma individualidade, enquanto a segunda é sobre o coletivo. “Se for uma manifestação, tal ilustração conta algo do mundo do habitante, mas nada em particular sobre esse indivíduo” (p. 95). Quando o sujeito expressa sua individualidade na Parada – que se configura como local e momento onde ele pode, de fato, expressá-la sem amarras institucionalizadas – as centenas de milhares de individualidades que compartilham as mesmas questões se somam e o produto final é uma manifestação cultural: esse é o “mundo” vivenciado pelos sujeitos LGBTs.

Bauman (2015), por sua vez, traz a ideia de que realidade é o nome que damos à resistência externa aos nossos próprios desejos. Ou seja, a partir do momento que há um embate, uma tentativa de invisibilização pelo poder hegemônico, um gradual silenciamento dos corpos marginalizados, esses passam a ser cada vez mais reais. Nessa dinâmica, o corpo ganha potência: é o espaço da construção da opressão, mas também o local da resistência.

Isso mostra que, embora o poder queira convencer a sociedade de uma verdade exclusiva a certas camadas da população, a resistência desses sujeitos torna-os reais. E nesse espaço do resistir, esses corpos que foram empurrados à fronteira, agora fazem dela seu local de transgressão. Através dessas manifestações, as questões da fronteira ocupam o maior centro econômico do país e o (re)designam como lugar de questionamento das normas, das práticas sociais, culturais, étnico/raciais, sexuais e de gênero.

Rodrigues (2016) descreve essa resistência como submundo cultural: “um mundo social ‘paralelo’ à aquele do dito ‘culturalmente normal’, visto por muitos como ‘menor’, ‘sem valor’ ou ‘inferior’, porém constituindo uma realidade social legítima”. Esse submundo de culturas permite uma experimentação plural, fora dos limites impostos pelo sistema hegemônico, e torna essas manifestações uma alternativa ao sentido. Gumbrecht (2010) descreve essa não-preocupação com o sentido, e sim com o efeito, como “produção de presença”, ou seja, os tipos de eventos e processos nos quais se inicia ou se intensifica o impacto dos objetos “presentes”. Essa presença, portanto, potencializa as manifestações pela ausência no sistema hegemônico. Nega-se a presença, porém o sujeito da diferença ocupa os espaços urbanos, tem acesso às tecnologias emergentes, convive nos espaços virtuais, opina, vota, reivindica. Sua ausência o faz presente.

Historicamente, os sujeitos da diferença sexual foram rotulados em variados estigmas ao longo dos anos; de criminosos e pervertidos à loucos e doentes, disfarçavam os verdadeiros desejos e naturezas e frequentavam locais específicos, verdadeiros guetos e esconderijos homossexuais – isso quando tinham a coragem para se aventurar. Trevisan (2004, p.190) constata que as autoridades, no início do século XX, se debatiam na dúvida do que fazer com os “invertidos sexuais” para “proteger a sociedade”. As opções eram cadeia, hospício, ou “liberdade” vigiada, que dependia do nível do “desvio moral” do indivíduo.

Esse cenário tem se modificado, e, em muitos lugares, hoje é possível viver com um agenciamento mais pacífico com o sistema heterocisnormativo. Entretanto, a marginalização ainda é uma realidade latente – as concentrações de homossexuais continuam localizadas em áreas específicas das cidades, quando não em funções estereotípicas, como, por exemplo, a prostituição para as travestis, transexuais e transgêneros.

Santos (2014, p. 33) explica que a organização e a divisão dos espaços se dá culturalmente, em urbano/natural e público/privado. Contudo, mesmo os espaços públicos por vezes “convidam alguns corpos/sujeitos e excluem outros”, pois são “espaços de representação”. Imagens, símbolos e até a arquitetura expostas em determinado local podem tornar a presença de um sujeito minoritário indesejada. “O sentimento de pertencer ou não, de sentir-se ou não confortável, energizado, acolhido, deprimido ou discriminado constituem, por assim dizer, o conhecimento físico/experiencial (*connaissance*) dos lugares” (p. 38).

Desigualdades sociais surgem à medida que as pessoas vivem e se acomodam nas coordenadas, aglomerando-se em agrupamentos: nações, bairros, favelas e guetos, Primeiro e Terceiro Mundo. Assim, as desigualdades tornam-se explicáveis

de maneira ‘acidental’, uma vez que, segundo essa lógica, os sujeitos habitam, a princípio, um tabuleiro homogêneo (p. 36).

Para o autor, é difícil que a hegemonia perceba que a relação entre os espaços marginais e os populares, as regiões ricas e pobres, mantém uma configuração de colônia e colonizado – que regiões avançadas são fruto do atraso consequente de regiões mais carentes. A mesma lógica pode ser aplicada às minorias sexuais e de gênero e à sociedade heterocisnormativa; empurrada de forma sistemática para as margens pelos sujeitos socialmente aceitos, a comunidade LGBT se encolhe e se adapta onde lhe é permitido viver e se expressar abertamente. “Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam” discorre Louro (2004, p.27). O que nos leva à perspectiva de que atravessar certos contornos (ou fronteiras) é um perigo real para o indivíduo LGBT. A dicotomia, essa separação nítida de espaços e direitos, é fundamental para que a hegemonia branca, hétero e masculina permaneça como dominante.

Trevisan (2014, p. 510) pontua, contudo, que a condição marginal possibilita à comunidade um olhar diferenciado sobre a sociedade que o exclui:

Por menos que seja, o nosso grande trunfo é o olhar das margens que fomos obrigados a desenvolver. É esse olhar que nos fornece instrumentos para exercer a crítica à cultura e é graças a ele que podemos sonhar com (talvez propor) um mundo diferente.

Esse “olhar da margem” é um trunfo estratégico; a distância permite que o sujeito da diferença enxergue o que o indivíduo padrão não consegue, inserido no núcleo do sistema. Ver onde são necessárias (e possíveis) as reformas torna a comunidade LGBT mais atuante em questões que não são unicamente voltadas para as questões sexuais, mas das “minorias” como um todo. Por outro lado, os grupos heteronormativos diluem-se nas ilusões dos privilégios, normalmente menos proativos em causas sociais.

Santos (2014) sugere que essa característica agregadora deve ser usada como o princípio de uma ideia de “coalisão” dos sujeitos da diferença e propõe um espaço onde se possa articular políticas em benefícios de todos à margem da sociedade. Na suposta fragilidade, emerge a força desses grupos. O espaço de opressão se torna, como afirma Bauman (2015), o local de resistência. Assim, para Trevisan a luta deve continuar separada da hegemonia – não é interessante a integração completa das minorias sexuais e de gênero pela sociedade, visto que, dessa forma, acabarão de fato

invisibilizadas. “Se temos uma função social própria, essa é desintegrar. Somos mestres em desintegrar, já que vivemos da desintegração. Nós construímos não contra ela, mas graças a ela” (2004, p.511).

O ORGULHO NO MERCADO E NA MÍDIA

Se nas primeiras edições da Parada do Orgulho LGBT havia dificuldades para obter patrocínios, shows e colaboração do Município, atualmente ela já figura como um evento institucional da cidade de São Paulo. São várias as razões, mas a principal é evidente: o que chama público, movimenta dinheiro.

Muitas empresas mostram apoio à causa das minorias com propagandas, estandes, trios elétricos e notas na mídia. Nesse sentido, é preciso se levar em conta ao que Santos (2014) denomina “inclusão ornamental”. A questão é: o quanto essas organizações se preocupam com as causas LGBTs e o quanto se preocupam em fidelizar mais um segmento do mercado? É difícil discernir onde fica a tênue fronteira entre o marketing e o verdadeiro engajamento nas causas sociais.

O segmento ganhou nome no mercado mundial: o pink money (dinheiro rosa), e costuma ser criticado por possuir um engajamento ilusório para atrair clientes. Sobre isso, é apontada a necessidade de mais ações que evidenciem o apoio das empresas à diversidade. As propagandas visibilizam as minorias e procuram transmitir mensagens de respeito, mas dentro dessas mesmas empresas que veiculam essa imagem na mídia, faltam políticas de inclusão para os próprios trabalhadores pertencentes às minorias, em especial à população transexual.

Esses fatos evidenciam algo maior do que pode ser percebido superficialmente: os espaços concedidos pelo sistema hegemônico aos considerados “diferentes” se dão com a espera de algo em troca – no caso, o capital. Um grupo só se torna interessante quando acontece um retorno mercadológico. A desvantagem desse ciclo é que ele acaba por trabalhar no fortalecimento de estereótipos, que auxiliam o sistema a rotular àqueles que fazem parte das minorias.

Anúncios publicitários de diferentes tipos de produtos vem mostrar esse posicionamento das marcas, principalmente durante o evento. Um exemplo é a Pepsico, que lançou no mês do Orgulho LGBT uma campanha de arrecadação de fundos para a Casa 1, uma organização sem fins lucrativos que abriga pessoas LGBT que foram expulsas ou precisaram sair de suas casas após se revelarem pessoas de gênero/sexualidade dissidente. A campanha foi toda articulada na cidade de São Paulo, através da marca Doritos Rainbow, uma edição especial do salgadinho, a qual foi comercializada em uma campanha de financiamento coletivo e, durante o evento, vários pacotes foram distribuídos gratuitamente para os participantes.

Figura 2: Campanha publicitária do Doritos Rainbow.



Fonte: <<http://adnews.com.br/negocios/doritos-rainbow-chega-ao-brasil-para-parada-lgbt.html>>

Assim como a Pepsico, a Ambev também lançou um produto especial para a 21^a Parada: a cerveja Skol com um design diferente da lata, onde as cores do arco-íris compõem a palavra Skol e a flecha que faz parte da identidade visual da cerveja. Parte do lucro das vendas desse produto também foi destinada a Casa 1.

Figura 3: Campanha publicitária da Skol.



Fonte: <<https://publicidadeecerveja.com/2017/05/18/skol-lanca-lata-especial-para-a-parada-lgbt-com-parte-da-renda-revertida-para-casa-de-acolhimento/>>

Esse tipo de posicionamento provisório da marca evidencia a questão da (in)visibilização e da exploração mercadológica dos sujeitos da diferença. A campanha gerou recursos para uma organização que trabalha em prol de pessoas LGBT marginalizadas pela sociedade, mas em uma ação pontual. Não se observa real engajamento da marca com a causa, nem antes e, principalmente, nem depois do evento.

Em relação aos veículos de informação, foram consultados três portais de notícias e suas matérias sobre o evento: G1, Veja.com e Estadão. Apesar de cada portal ter uma

abordagem diferente, o G1 com uma notícia mais rápida, a Veja.com focada nas imagens e o Estadão com uma cobertura completa do evento, observa-se que mesmo ao citar o tema do evento, há um sutil apagamento da manifestação em si. Apenas a matéria do Estadão traz a questão política da 21ª Parada, enquanto os outros dois portais têm maior foco nas fotos que foram escolhidas para acompanhar os textos curtos e com pouca informação. As imagens trazem, em sua maioria, pessoas vestidas de forma extravagante, com purpurina pelo rosto e cabelo, drag queens, famosos nos trios elétricos. Esse tipo de posicionamento das notícias evidencia a questão da (in)visibilização do público LGBT. A festa é comentada, celebrada e noticiada, entretanto o conteúdo político do evento é esquecido parcial ou totalmente pelas mídias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea ainda é marcada pela dinâmica do capital. Nesta lógica, o mercado se adapta para atender aos desejos/necessidades da sociedade. Assim, as relações sociais são marcadas por relações de poder, as quais estabelecem rótulos e valor aos sujeitos. Neste contexto, os sujeitos da diferença sexual e/ou de gênero figuram como mais um segmento mercadológico que visa retorno financeiro, mas estruturado pelo sistema de uma forma que não ameace a ordem hegemônica.

A 21ª edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é uma evidência de como o evento tornou-se um espaço valorizado pelas mídias e pelo mercado. Apesar disso, a manifestação se configura, a princípio, como movimento ético-estético político, que transgride, mas ao mesmo tempo propõe experimentações plurais que permeiam a diversidade de gênero, social, cultural e étnico-racial em um espaço de ocupação, resistência e manifestação. Esse tipo de abordagem desafia a rigidez do sistema, ao propor um exercício de ver o invisível, e possibilitar as novas-outras formas de vivência do sujeito da diferença sexual e/ou de gênero.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia a todos nós?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CUNHA, Magali do Nascimento; AGUIAR, Tássia. Composição da bandada evangélica. In: MÍDIA, religião e política, 2017. Disponível em: <<http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica/index.php/composicao-bancada-evangelica/>> Acesso em: 30 ago 2017.

DINIZ, Pedro. Brasil patina no combate à homofobia e vira líder em assassinatos de LGBTs. **Folha de S. Paulo online.** 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884666-brasil-patina-no-combate-a-homofobia-e-vira-lider-em-assassinatos-de-lgbts.shtml>> Acesso em: 5 jun. 2017.

GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória.** São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença.** Rio de Janeiro: Contracampo, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: IMAGEM & diversidade sexual: estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa, 2004. p. 23-28

RODRIGUES, Wallace. Cultura andrógina nos finais do século XX: revolucionando as artes performáticas brasileiras. **O Teatro Transcende.** Departamento de Artes – CCEAL FURGS. Blumenau, SC, v. 21, n. 1, p. 3-15, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/2236-6644.2016v21n1p03-15>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SANTOS, Rick J. **Poética da diferença: um olhar queer.** São Paulo: Factash, 2014.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PARADA DO ORGULHO LGBT EM SÃO PAULO, 21., 2017, São Paulo. **Veja.com,** São Paulo, 18 jun. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/galeria-fotos/21a-parada-do-orgulho-lgbt-em-sao-paulo/>> Acesso em: 30 ago. 2017.

Youtubers: a busca pela identificação do público jovem por meio de estratégias hipermidiáticas¹⁰

Felipe Parra

Este texto apresenta algumas estratégias hipermidiáticas utilizadas no Youtube. A proposta verifica as articulações elaboradas pelos influenciadores digitais na busca pela identificação do público juvenil. Ao adotar a experiência e a subjetividade como categorias discursivas, pode-se contextualizar objetos e sujeitos que permeiam o tema. O embasamento teórico dos estudos contemporâneos (GARCIA, 2015; PARRA, 2016) delinea os conceitos apresentados. As considerações finais apontam para novas possibilidades investigativas acerca do assunto.

¹⁰ Este texto é um desdobramento da palestra intitulada *Youtubers: a identificação dos jovens pela estratégia hipermidiática* ministrada na Faculdade Tecnológica [Fatec] de Itaquaquecetuba, SP, no dia 22 de agosto de 2017.

O surgimento a política neoliberal, na década de 1980, influenciou os meios de comunicação e a política de diversas formas [...]. As reconhecidas demandas dos usuários tornaram-se uma preocupação prioritária para a maioria dos veículos de comunicação (HJARVARD, 2014, p. 87).

O fato descrito na epígrafe destaca a preocupação dos meios de comunicação com os desejos e exigências do seu público. Satisfazer a demanda impulsiona o consumo de tais produtos midiáticos e, simultaneamente, cria identificação com quem usufrui desse conteúdo. Nesse sentido, o ato de responder com eficiência as necessidades solicitadas pelos consumidores se torna relevante para as empresas. Atender a reivindicação das pessoas corresponde na tentativa de produzir vínculos com seu usuário. Para tanto, as corporações utilizam estratégias hipermidiáticas para promover seus produtos/serviços.

Eminentemente, Certeau (2011) reconhece as estratégias como ações do poder hegemônico que são produzidas, mapeadas e impostas para a sociedade. Ou seja, são sistemas e/ou discursos organizados por instituições com a finalidade de regularizar/manipular as práticas socioculturais que ocorrem no cotidiano. Ao disseminar esses conteúdos por diversos veículos de comunicação (rádio, TV, Internet etc.), as estratégias adquirem potencialidades hipermidiáticas. Ocorre, então, a constante reiteração dos conceitos gerados por companhias, indústrias, igrejas, entre outras.

Com base na ideia apresentada, considera-se neste texto a publicidade e o marketing como estratégias hipermidiáticas. Sendo assim, slogans, anúncios, propagandas, *jingles* etc. correspondem a iniciativas formuladas e difundidas pelas instituições para tentar criar identificação com o consumidor. Essa busca implica em adaptar marcas, produtos e serviços aos novos temas políticos, econômicos e sociais que estão em voga na atualidade.

Questões como uma alimentação saudável e a sustentabilidade do planeta demonstram ser preocupações relevantes para o sujeito contemporâneo. Essas opiniões conduzem a formulação de estratégias hipermidiáticas que mostrem o comprometimento da empresa com situações emergentes como a preservação do meio ambiente e a adoção de uma dieta mais saudável. Tais discursos são criados para que o público tenha identificação com o produto/marca que consome. Uma instituição que realiza ações com o intuito de tentar superar essas adversidades pode gerar identificação por parte do consumidor.

A criação da Fundação O Boticário de Proteção a Natureza exemplifica o conceito proposto. Ao perceber que as discussões sobre sustentabilidade ambiental é uma

tendência na contemporaneidade, a empresa O Boticário utiliza estratégias hipermediáticas para tentar conseguir empatia do público alvo. A mudança no cardápio do Mc Lanche Feliz também pode ser utilizada como exemplo. Ao incorporar alimentos mais saudáveis como frutas, iogurtes e sucos nessa refeição infantil, o Mc Donald's se esforça em modificar sua imagem. Geralmente, a empresa está associada à alimentos gordurosos e com poucos nutrientes. Com a articulação apresentada, espera-se que, paulatinamente, o consumidor reveja sua opinião e relacione a rede de fast-food com a ideia de alimentação saudável.

Ao observar o ambiente online, nota-se que essa lógica também é utilizada pelos influenciadores digitais (youtubers, vlogueiros, blogueiros, podcasters etc.). Por meio de uma linguagem informal, espontânea, divertida e descontraída, essas pessoas produzem estratégias hipermediáticas para conquistar mais seguidores.

O cenário descrito possibilita perceber potencialidades discursivas que podem contribuir para a produção de subjetividade acerca da comunicação no ambiente digital. Essa ideia ganha vigor ao observar a notoriedade que alguns influenciadores digitais adquiriram na sociedade atual ao conseguir milhares de seguidores em seus canais do Youtube. Diante disso, surge a pergunta: como as estratégias hipermediáticas são utilizadas pelos youtubers para gerar identificação com os jovens?

Para tanto, seleciona-se o embasamento teórico dos *estudos contemporâneos* (GARCIA, 2015; PARRA, 2016). Essa proposta multidisciplinar e flexível desenvolve uma relação dialógica entre estudos culturais (GARCÍA CANCLINI, 2016; HALL, 2005) e tecnologias emergentes (HJARVARD, 2014). Ao adotar a experiência e a subjetividade como categorias discursivas, pode-se contextualizar objetos e sujeitos que permeiam a temática. O desdobramento desse exercício teórico metodológico gera subsídios para verificar e dissertar sobre características presentes na atualidade. Essa ação facilita a elaboração de pensamentos compatíveis com o que ocorre no cotidiano.

No decorrer deste texto, desdobram-se três temas: Acerca do jovem, discute a posição social desses sujeitos na atualidade; Estratégias hipermediáticas no Youtube, aborda alguns desses artifícios que são utilizados pelos influenciadores digitais na tentativa de conseguir empatia do público alvo; Exemplos práticos, disserta a respeito dos vídeos encontrados na plataforma Youtube que usam e replicam tais métodos. As considerações finais apontam para a despreensão deste texto em elencar as estratégias hipermediáticas utilizadas pelos youtubers. Assim, a proposta desenvolvida averigua as articulações que podem ser usadas como recursos comunicacionais para o desenvolvimento da identificação dos jovens.

ACERCA DO JOVEM

Na atualidade, nota-se que o conceito de infância e adolescência passa por alterações. Se antes as pesquisas consideravam a criança como sujeito em desenvolvimento, hoje essas pessoas são percebidas como humanos formados, autoconfiantes, que possuem alto grau de reflexividade e experienciam o mundo de forma autônoma (HJARVARD, 2014). Esse argumento destaca que, prematuramente, os jovens contemporâneos desenvolvem certa independência. Dessa maneira, criam opiniões, questionamentos, anseios, gostos e desejos próprios. Provavelmente, a exposição aos meios de comunicação influencia essa transformação. Parece que, ao entrar em contato com a internet, o adolescente se torna um prosumidor (GARCÍA CANCLINI, 2016) cada vez mais cedo. Ou seja, o público juvenil consome, difunde e produz conteúdos hipermediáticos continuamente ao interagir com diferentes comunidades encontradas no ciberespaço.

Ao entrar em contato com o ambiente digital, pode-se relacionar com uma pluralidade de opiniões, hábitos e questionamentos. Apresenta-se, assim, a possibilidade de conhecer e criar identificação com costumes, tradições, posicionamentos políticos e religiões do mundo atual. Da diversidade de opções oferecidas pelo ciberespaço, o sujeito torna-se cada vez mais composto por diferentes identidades. Sendo assim, nota-se que a ideia de sujeitos fracionados em diversas identidades (HALL, 2005) está presente no cotidiano.

Essa característica encontrada na sociedade atual gera oportunidades para que instituições e influenciadores digitais desenvolvam discursos que atraiam um determinado público em potencial. No caso dos youtubers, o propósito está em estabelecer vínculos com quem os assiste, na tentativa de abarcar o maior número de seguidores possíveis. Paralelamente a esse fato, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2016 aponta que, ao considerar a faixa etária, a juventude registra as maiores proporções de utilização da internet (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). Devido ao volume de adolescentes que interagem com o ciberespaço, os influenciadores digitais tem como principal foco a produção de empatia com tal público. Para tanto, utilizam-se estratégias hipermediáticas que consigam atingir esses específicos prosumidores (GARCÍA CANCLINI, 2016) de forma eficiente para que ocorra a identificação.

ESTRATÉGIAS HIPERMIDIÁTICAS NO YOUTUBE

Esta parte do texto dedica-se a dissertar sobre algumas estratégias hipermediáticas disseminadas na plataforma Youtube. Ao debruçar sobre os vídeos publicados pelos influenciadores digitais, Perez e Trindade (2017) reconhecem uma série de gramaticidades e linguagens próprias dos youtubers. Metodicamente, os

pesquisadores elencam esses elementos da seguinte forma: aura de amadorismo, intimidade e informalidade; fuga e fantasia; segurança; distanciamento da lei; proximidade do afeto; narcisismo. Tais ações são tentativas de estabelecer relação e identificação com quem assiste. Devido a isso, esses aspectos podem ser considerados como estratégias hipermediáticas utilizadas no Youtube. Logo, torna-se necessário abordar cada item mais detalhadamente.

A aura de amadorismo, intimidade e informalidade sugere o jovem como igual. Assim, por meio da espontaneidade e da descontração, o youtuber passa a sensação de que qualquer um pode ser como ele. Hjarvard (2014, p. 35) enfatiza que “[...] formas mediadas de interação tendem [...] a simular aspectos da interação face a face”. Esse argumento faz sentido ao verificar o formato dos vídeos feitos para o Youtube. Geralmente, o enquadramento é fechado, com ênfase nos olhos e na boca. O olhar frontal parece buscar reproduzir um diálogo privado (PEREZ; TRINDADE, 2017). A impressão de amadorismo que os vídeos passam reforça a ideia de equivalência entre os sujeitos. É possível perceber que há exceções como os vídeos de paródias musicais. Nesses casos, nota-se uma maior preocupação com a produção da obra audiovisual. Porém, na maioria das vezes, o material postado pelo youtuber possui uma atmosfera caseira.

Fuga e fantasia corresponde a impressão de liberdade que o influenciador digital insinua ao falar o que quer, sem censura ou travas. No estudo sobre a midiaticização da política, Hjarvard (2014, p. 117) indica que, ao utilizar as redes sociais, os políticos tendem “a comunicar-se com uma linguagem informal, coloquial, que os situe no mesmo nível dos receptores de suas mensagens e os convida a tomar parte na conversa”. Pode-se perceber que esse recurso também é usado constantemente pelos youtubers. Ao utilizar palavrões, onomatopéias, palavras erradas e aglutinações, o influenciador digital se situa na mesma categoria que seu público. Encena-se, assim, um simulacro de amizade próxima e verdadeira entre iguais.

O aspecto da segurança diz respeito aos locais de conforto físico e emocional em que os vídeos são feitos (PEREZ; TRINDADE, 2017). Sabe-se que o público juvenil tem uma relação íntima com seu quarto, pois é o lugar onde as regras sociais impostas pelas instituições (família, escola, igreja etc.) são mais flexíveis. Concomitantemente a isso, na contemporaneidade, as famílias adquiriram espaço doméstico suficiente para que os filhos tivessem seu próprio quarto. Além de serem refúgios emocionais, os quartos são, usualmente, territórios repletos de meios de comunicação (TV, rádio, *smartphones*, etc.) (HJARVARD, 2014). Nessa lógica, o jovem consome discursos midiáticos da segurança de seu lar. Portanto, para criar identificação, o influenciador digital tem o cuidado de produzir a obra audiovisual nesses ambientes importantes para o adolescente. Logicamente, há vídeos que fogem dessa regra. Todavia, a maior parte do material divulgado no Youtube é de gravações efetuadas em quartos, cozinhas, salas etc.

A dimensão do distanciamento da lei é pautada pela ausência da figura paterna e de instituições que possam de alguma forma, agir como autoridade. Há assim, uma negação da lei, dos limites e das regras (PEREZ; TRINDADE, 2017). Em síntese, o youtuber exerce a função de poder hegemônico nos vídeos que produz. Na discussão sobre performance midiática, Hjarvard (2014) diz que, no ciberespaço, necessita-se de uma performance emotiva para provar a autenticidade do reconhecimento do público. Sendo assim, encena-se um comportamento que provoque afinidade com as pessoas. Percebe-se que um forte traço da juventude é o desejo de se tornar independente da família e, conseqüentemente, estabelecer suas próprias normas. Ao performatizar uma fantasia que se concentra na autonomia do jovem, o influenciador digital pode criar identificação com quem o assiste. Nota-se que algumas particularidades da personalidade do youtuber são extrapoladas nesses conteúdos audiovisuais, na tentativa de formular uma ficção que seja atraente para o público adolescente.

A estratégia hipermediática da proximidade do afeto propõe a aparição de uma pessoa que remeta ao afeto, a flexibilidade e a negociação (PEREZ; TRINDADE, 2017). Com base nisso, observa-se que a imagem feminina da mãe ou da avó é utilizada recorrentemente nos vídeos do Youtube. Outra forma de utilizar tal recurso é por meio da paródia. Assim, piadas e esquetes são elaborados tendo como referente a mãe.

Ao falar de si próprio, o youtuber utiliza o narcisismo como recurso para gerar empatia. Desse modo, seus gostos, princípios, anseios, dons etc. são compartilhados com o público juvenil. Ao discursar constantemente sobre suas características pessoais, o influenciador digital pode adquirir um status de especialista sobre um determinado assunto (videogames, culinária, cinema, quadrinhos, cultura pop, entre outros). Tal posicionamento permite-lhes “expor suas opiniões com autoridade, sem que sejam contestados [...]” (HJARVARD, 2014, p. 125). É possível constatar a utilização desse artifício ao observar os vídeos com o título *50 coisas sobre mim e 10 coisas que você precisa saber sobre mim* (PEREZ; TRINDADE, 2017).

Expuseram-se aqui algumas estratégias hipermediáticas que podem ser percebidas nos conteúdos audiovisuais. A próxima etapa se concentra em apresentar alguns vídeos disponíveis no Youtube e identificar como essas articulações são utilizadas.

EXEMPLOS PRÁTICOS

Para mostrar como algumas estratégias hipermediáticas são aplicadas na prática, opta-se em selecionar dois vídeos do youtuber brasileiro com mais números de inscritos em seu canal. O critério de escolha se baseia nos conteúdos audiovisuais com alta popularidade na plataforma Youtube.

Para tanto, recorre-se a pesquisa realizada pela rede Snack em 2016. O estudo revela que o Brasil possui quatro dos dez Youtubers mais influentes do mundo (BRASIL..., 2016). Destacam-se neste *ranking* Felipe Castanhari em sétimo lugar, Julio Cocielo na sexta posição, Felipe Neto em terceiro e Whindersson Nunes como segundo Youtuber mais influente do mundo (Fig. 1).

Sendo assim, elencam-se os vídeos intitulados *Qual é a senha do Wifi – Paródia Adele – Hello e Criança de rico e criança de pobre* de Whindersson Nunes. Justifica-se a predileção por esse método de seleção ao observar os números alcançados por desses vídeos. Até o mês de Agosto de 2017, a paródia musical conhecida como Adele Wifi possui 57.353.665 de visualizações. Na mesma lógica, constata-se que a esquete que compara crianças de classes sociais diferentes soma 39.301.654 de acessos. Essa quantidade de *views* indica o prestígio que esses vídeos possuem no ciberespaço. Em vista disso, torna-se conveniente utilizar tais exemplos, pois o leitor deste texto pode reconhecer e/ou acessar esses vídeos com facilidade.

Figura 1 – Pesquisa Snack dos 10 Youtubers mais influentes no mundo disponibilizada em 28/07/2016.



Fonte: goo.gl/rynxVX

Realizado tais apontamentos, atenta-se para utilização de estratégias hipermediáticas no vídeo *Qual é a senha do Wifi – Paródia Adele – Hello* (Fig. 2). A letra da paródia musical se baseia em um tema recorrente no cotidiano do jovem. Questões sobre problemas de acesso ao ciberespaço e comportamentos nas redes sociais são tratados

de forma cômica. A estética e o figurino da obra audiovisual, que simula o clipe *Hello* da cantora Adele, cria conexão entre a obra original e o burlesco pastiche.

Os ambientes utilizados remetem a lugares frequentados pelos jovens (casa de amigos, praças e restaurantes). Para reforçar essa ideia, utilizam-se figurantes adolescentes. Nota-se, assim, o cuidado de aproximar a temática da paródia das práticas socioculturais do jovem. Ao cantar de forma hilária sobre sua dificuldade de acessar o ciberespaço, o youtuber sugere equivalência entre sujeitos. Ao passar pelos mesmos problemas que o público juvenil, o influenciador digital trata quem assiste como igual. Isso gera empatia e a sensação de proximidade. Portanto, a identificação ocorre por meio de um discurso descontraído com aura de intimidade, informalidade.

Figura 2 – still do vídeo Qual é a senha do Wifi - Paródia Adele - Hello, publicado em 05/12/2015.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=tWs1E2BfNZE>

Já o vídeo *Criança de rico e criança de pobre* (Fig. 3) inicia sem abertura, com cortes abruptos e legendas grandes que informam a agenda de shows do youtuber. Essas características permeiam toda a obra audiovisual. Desse modo, pode-se identificar o uso da estratégia hipermediática da aura de amadorismo, intimidade e informalidade.

Destaca-se o uso da linguagem livre de censuras no discurso. Isso denota que o youtuber desfruta de autonomia ao falar. Aglutinações, palavras erradas e gírias são ditas sem preocupação com regras ou limites. Dessarte, o influenciador digital performatiza a fantasia de negação da lei para produzir empatia.

Tal encenação tem como cenário um lugar de conforto físico e emocional para o adolescente. Especificamente, Whindersson Nunes se expressa dentro de um quarto.

Esse ambiente está com a porta fechada, o que denota privacidade. Portanto, a escolha de tal local é uma tentativa de estabelecer vínculo com seu público, pois para a juventude, o dormitório é um importante local de refúgio.

Figura 3 – still do vídeo Criança de rico e criança de pobre, publicado em 09/06/2016



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=WhGnY2hTVF0>

As estratégias hipermediáticas da proximidade do afeto e do narcisismo são visíveis no enredo da obra audiovisual. No relato dos momentos de sua infância, o influenciador digital evoca uma figura afetiva. Ao usar peruca para encenar estereótipos maternos, a imagem da mãe adquire ênfase. Elabora-se, assim, a imagem feminina que remete a sensações como amor, obediência e nostalgia.

Narrar e performatizar suas próprias experiências expõe as adversidades vividas na escola, a rigidez na educação e a condição econômica do youtuber quando criança. Logo, a identificação pode ocorrer por meio do reconhecimento do caso. Normalmente, as pessoas vivenciam situações parecidas com a descrição de Whindersson Nunes. Quem passou por acontecimentos semelhantes validam e relembram junto com o influenciador digital acontecimentos similares. Talvez esse seja o motivo dos conteúdos encontrados na plataforma Youtube remeterem, geralmente, a situações do cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta introdução ao tema não tem a pretensão de identificar e categorizar todas as estratégias hipermediáticas utilizadas pelos youtubers. O intuito deste texto se dedica em expor algumas nuances da profissão. Tendo como meta a constante busca pela

empatia da juventude, os influenciadores digitais desenvolvem temas do cotidiano alinhados com os valores dos adolescentes. Mais do que pedir like e/ou inscrição no canal, esse profissionais se valem de diferentes formas comunicacionais para tentar angariar seguidores.

Tais recursos também são usados para fazer publicidade de marcas e empresas. Em uma plataforma onde vídeos patrocinados tem uma grande rejeição do público, procura-se desenvolver recursos discursivos que promovam produtos/serviços e, simultaneamente, não sejam percebidos por quem assiste. Devido a isso, essa escrita se esforça em distanciar o pensamento romântico acerca do youtuber. Desse modo, tenta-se fazer com que a ideia de fama e sucesso fácil por meio dessa profissão se dissipe.

Atenta-se para a perspectiva da periodicidade de publicação dos vídeos ser considerada como estratégia hipermidiática. Dessa maneira, observa-se que ainda há possibilidades investigativas acerca da temática. Porém, devido a limites de espaço deste artigo, tais pensamentos não puderam ser expostos. Todavia, essa reflexão instiga a formulação de novos conceitos acerca da comunicação que se realiza no ciberespaço.

REFERÊNCIAS

BRASIL tem quatro youtubers entre os dez mais influentes. **Meio & Mensagem**, São Paulo, 28 jul. 2016. Disponível em: <www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/07/28/brasil-tem-quatro-youtubers-entre-os-dez-mais-influentes.html>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **O mundo inteiro como lugar estranho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

GARCIA, W. Pensar o consumo tecnológico. In: HANNS, D. K.; GARCIA, W. **#consumo_tecnológico**. São Paulo: Hagrado, 2015. p. 47-99.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HJARVARD, Stig. **Midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: acesso à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2014. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PARRA, Felipe. **Comunicação contemporânea, cultura digital e práticas socioculturais**: relações entre usuário-interator e tecnologia QR Code. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Programa de Mestrado em Comunicação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3820636>. Acesso em: 17 dez. 2016.

PEREZ, Maria Clotilde; TRINDADE, Eneus. Consumo midiático: youtubers e suas milhões de visualizações. Como explicar? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 26., 2017, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_8ZFMQLRPRBSKXOZF8L5N_26_5510_16_02_2017_07_32_30.pdf> Acesso em: 10 jul. 2017.

Perspectiva trans

A democratização da mídia ao representar travestis e transexuais

*Deborah Ramos da Silva e
Paula Keiko Iwamoto
Poloni*

O papel desempenhado pela mídia, em suas mais diversas esferas de atuação, é, em tempos de globalização, elemento fundamental para a compreensão da sociedade e deve reverberar como espaço democrático. Assim, podemos considerar que é dever do Estado e da mídia dar voz e representatividade de modo equilibrado e igualitário independentemente do sexo, cor, religião e classe social. Neste trabalho, traçamos um olhar mais atento aos veículos de comunicação, a respeito da caricatura e representação pela mídia brasileira em relação a travestis e transexuais, que tende a transmitir ideias equivocadas de informação plural à sociedade. O que ocorre em muitos casos mencionados neste trabalho, é que a falta de conhecimento da forma mais apropriada de tratamento de um indivíduo, pode manter um grupo à margem social, criando-se um imaginário distorcido de travestis e transexuais nos meios de comunicação.

Na era da informação, a maioria da população brasileira continua desinformada. Se a finalidade inicial da mídia era informar, hoje é entreter, divertir, abdicar do conteúdo e procurar distrair o público com programas que julga agradá-lo. O papel desempenhado por ela, em suas mais diversas esferas de atuação, é, em tempos de globalização, elemento fundamental para a compreensão da sociedade e deve reverberar como espaço democrático. O progresso advindo do processo democrático, que tem como consequência a formação do próprio Estado Democrático em seu todo, ao longo dos tempos, é fruto reflexivo da soma de inúmeros atores sociais.

O homem ao dar origem à sociedade civil, simultaneamente, deu origem também a uma infinita luta por direitos, uma vez que a ciência jurídica é resultado da necessidade de arbitrar conflitos de interesses surgidos em razão do destempero existencial individual do humano.

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do labor não requer a presença de outros, mas um ser que laborasse em completa solidão não seria um humano [...] um homem que trabalhasse e fabricasse e construísse num mundo habitado somente por ele mesmo [...] teria perdido sua qualidade especificamente humana (ARENDDT, 1989, p. 31).

A transexualidade começa a pôr em dúvida questões que parecem básicas para todas as pessoas, como: o que define um homem? O que define uma mulher? É possível “mudar” de sexo? Teóricos como Michel Foucault (1995)¹¹ e Judith Butler (1998)¹², por exemplo, dizem que sexo é diferente de gênero. Enquanto o primeiro é definido pela fisiologia do indivíduo, o segundo é definido mais tarde e não tem relação com orientação sexual.

A expressão teoria queer é atribuída a Teresa de Lauretis, no seu artigo *Queer theory: lesbian and gay sexualities* publicado em 1991 na revista *Differences*, que se

¹¹ Apresentamos a definição de Foucault em que há dois significados para a palavra sujeito. No primeiro, ele é sujeito a alguém pelo controle e dependência; já no segundo, está preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”. Dessa forma, o sujeito de que estamos tratando já não é mais o mesmo; não está na origem dos discursos, nem se manifesta como unidade na cadeia discursiva, pelo contrário, é o discurso, tramado pelas relações de poder, que determina esse sujeito, o que ele deve falar e suas modalidades enunciativas (FOUCAULT, 1995, p. 235).

¹² Segundo Butler, o pensamento feminista instituiu uma disjunção entre sexo e gênero. Enquanto o primeiro significaria o elemento biológico, gênero seria o elemento cultural, a construção social da identidade. Mas não há correspondência imediata entre os dois, de modo que é possível haver gênero masculino sobre um sexo feminino (e vice-versa), ou até mesmo a possibilidade de uma cultura em que existam mais de dois gêneros, a partir dos mesmos elementos sexuais biológicos; gênero, assim é “a interpretação múltipla do sexo” (BUTLER, 2007, p. 8).

apropriou de uma palavra com significado negativo e passou a associá-la a estudos do poder da sexualidade e da desconstrução de gênero. A socióloga Berenice Bento (2006), uma das referências em estudos recentes de gênero no campo das ciências sociais, traduz a expressão queer da seguinte forma:

A expressão queer significa esquisito, ridículo, estranho, adoentado, veado, bicha louca, homossexual. Os estudos queer invertem seu uso e passa a utilizá-la como marca diferenciadora e denunciadora da heteronormatividade englobando gays, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros. Os estudos queer habilitam as travestis, as drag queen, os drag king, os/as transexuais, as lésbicas, os gays, os bissexuais, enfim, os designados pela literatura médica como sujeitos transtornados, enfermos, psicóticos, desviados, perversos, como sujeitos que constituem suas identidades mediante os mesmos processos que os considerados "normais" (p. 6).

A teoria queer propõe que gênero é uma construção social, feita a partir de padrões predeterminados pela sociedade em que o indivíduo é inserido. Desta maneira, segundo essa teoria, o gênero com que uma pessoa se identifica não é determinado pela sua fisiologia, mas por filtros sociais.

Para Maria Eulina Carvalho (2004), o conceito de gênero confirma que biologia não é destino, ninguém é naturalmente homem ou mulher, masculino ou feminina, pois, estes significados são socialmente construídos por meio do processo educacional que molda as identidades de sexo e gênero. Por conseguinte, a construção e as expressões da masculinidade e da feminilidade são variáveis e plurais no espaço, conforme a classe social, religião, etnia, região, e no tempo, dependendo da época histórica e a fase da vida individual. Assim, feminilidade e masculinidade não têm significado fixo: são representações sujeitas a disputas políticas pela atribuição de significados.

Em função disso, o gênero em uma leitura queer, afasta-se radicalmente de uma pretensa origem biológica e se configura como pertencente ao reino da cultura que se concretiza em normas androcêntricas e heterossexistas que reiteram discursos naturalizantes e essencialistas, por sua vez, constantemente questionados e ressignificados.

Vislumbramos uma aproximação com o conceito de identidade por Erik Erikson (1976) em sua obra *Juventude e Crise de Identidade*, sendo que o termo "identidade" se refere à totalidade da pessoa e integra os componentes biológicos, psicológicos e sociais. Entretanto, a identidade não é estática, evolui de acordo com as modificações que o ser humano, desde seu nascimento e infância, passa para atingir

uma identidade de pessoa, ou seja, um eu maduro, uma identidade integrada. A falta de integração de todas as partes desse eu (masculino/feminino, bom/mau, superego admirado/superego desprezado) conseqüentemente cria um falso-eu (VERDE; GRAZIOTTIN, 1997, p. 20).

Inferimos, portanto, que a categoria identidade como conjunto de experiências descritivas do ser humano, não se encontra restrita a um aspecto ou às conhecidas dicotomias de identidade de gênero, sexual e racial. O binarismo classificatório em masculino ou feminino, pode ser considerado uma forma de controle e poder, visto que essas polaridades e os papéis advindos das mesmas têm a função de assegurar as diferenciações e a noção de complementaridade de sexo, além de sustentar, manter e reproduzir os valores e padrões do grupo ao qual o indivíduo pertence (LAQUEUR, 2001).

SOCIEDADE MACHISTA

A definição de família para o Padre Antônio Vieira (1987) sofre alterações de acordo com a situação social vivenciada em determinado período, adaptando-se às novas realidades que vão surgindo.

A família é uma instituição social que tem bases biológicas, psíquicas, religiosas e jurídicas. Realidade social, viva e atuante, em conotação com o tempo e o espaço, a família se afirma no tempo pela sua perenidade institucional, e no espaço como ambiente incubador e útero gerador de outras instituições e ambientes sociais (VIEIRA, 1987, p. 7).

A origem da família está relacionada ao trabalho e sobrevivência no meio rural. Segundo Spencer (1996), os membros da família eram a mão de obra para a produção agrícola, sendo assim, quanto maior a família, mais produtividade e qualidade de vida. Este fator justifica a importância da procriação. O homem cumpria o papel de provedor, sendo a figura central. A mulher era vista apenas como reprodutora responsável por cuidar do lar e da prole. O casal tinha por objetivo a continuidade, mantendo as futuras gerações por meio da reprodução.

Nesse contexto, Gilberto Freire (1981) descreveu o desenvolvimento de uma nova estrutura social em que a família funcionava como um núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, que eram os representantes principais; e um núcleo de membros considerados secundários, formados por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos. No comando tanto do grupo principal como do secundário,

estava o patriarca, responsável por cuidar dos negócios e defender a honra da família.

Ainda dentro deste sistema, havia o costume da primogenitura, no qual o filho mais velho herdava todas as terras do pai. Se a família fosse composta de mais de um filho, os outros seriam encaminhados aos estudos. Já as meninas, muitas vezes eram encaminhadas aos conventos, onde aprendiam a ler cantar, escrever e bordar, enquanto não se casassem. Se ficassem solteiras, a família deixaria um dote em dinheiro, escravos ou outros bens, que seriam entregues ao convento e a jovem seguiria à vida religiosa.

De acordo com Engels (1981), com a Revolução Industrial e a urbanização, a mulher que até então era tida apenas como instrumento de procriação, passa a assumir responsabilidades fora de casa, gerando renda e contribuindo para o sustento da família. Esta mudança motivou lutas de emancipação das mulheres, antes submissas aos homens, transformando seu papel social. Mas, na realidade ocidental, o que presenciamos ainda é, o machismo e o capitalismo intrinsecamente ligados.

O machismo dos séculos anteriores foi reforçado após a ascensão da burguesia ao poder, trazendo novas práticas. Uma delas foi a mecanização do trabalho e a mudança da estrutura econômica, com predomínio de indústrias e a urbanização. Neste processo, as primeiras indústrias automatizaram o trabalho que era atribuído às mulheres (como a produção de tecidos e velas), esvaziando sua importância econômica.

A família legitimada pelo Estado burguês é a nuclear, caracterizada por pai, mãe e filhos, com diferenciações entre seus membros. A mídia ilustra esse conceito com a família de comercial de margarina. O homem deve ser o chefe e provedor. Legalmente, é o líder da família, e existe um código de conduta para agir como tal: não pode chorar, deve solucionar todos os problemas, não pode hesitar, não pode se subordinar a ninguém, não pode ser afetuoso, deve usar roupas sóbrias, deve ser o único provedor.

A mídia é uma das maiores disseminadoras de preconceitos em nossa sociedade. As mulheres, foram transformadas em objeto de consumo ou em escravas domésticas, deixaram de ser pessoas. Basta assistir uma propaganda de cerveja ou de sabão em pó para perceber isso. Ao mesmo tempo a mídia tenta criar uma falsa aparência de igualdade entre os sexos. Assim, ratifica o machismo promovendo violências de gênero (CHAVES, 2010, p. 218).

A mídia como formadora de opinião tem sua responsabilidade na deformidade que paira sobre as diferenças sociais de sua população, criando uma falsa realidade sobre ela. Deste modo, o público e a sociedade são cotidianamente e sistematicamente colocados diante de uma realidade artificialmente criada pela mídia, e que se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece, agindo de forma preconceituosa em relação àqueles que são diferentes.

BRASIL E O TRANSFEMINICÍDIO

No Brasil, a população trans que abrange travestis, transexuais e transgêneros é diariamente dizimada. De forma geral, os assassinatos contra esta população são contabilizados no cômputo de violência contra os Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT).

O conceito feminicídio foi usado a primeira vez para significar os assassinatos sistemáticos de mulheres mexicanas. Segundo a organização não-governamental (ONG), Internacional Transgender Europe, o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo. Segundo levantamento, do Grupo Gay da Bahia (GGB), mais antiga associação de defesa dos homossexuais e transexuais do Brasil, aponta que 2016 foi o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) desde o início da pesquisa, há 37 anos. Foram 347 mortes. Minas Gerais ocupa o quinto lugar nesse ranking, com 21 mortes. São Paulo lidera a lista, registrando 49 assassinatos. Mas o próprio GGB ressalta que os números são subnotificados, já que faltam estatísticas oficiais.

Bento (2014), sugere nomear essa violência letal como transfeminicídio, reforçando que a motivação da violência advém do gênero. Segundo a socióloga, o transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo. Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios.

Pierre Bourdieu (1999) também aborda a questão do gênero, como um conceito relacional e estrutura de dominação simbólica. Portanto, os gêneros são um par de opostos que constituem uma relação e as relações de gênero são relações de poder em que "o princípio masculino é tomada como medida de todas as coisas" (p. 23).

Para Bento (2014), mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima

ao feminino. Portanto, há algo de poluidor e contaminador no feminino (com diversos graus de exclusão) que precisam ser melhor explorados.

A REPRESENTAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE PELA MÍDIA

Um olhar mais atento aos veículos de comunicação e produtos da indústria cultural, traz uma constatação da representação problemática das pessoas consideradas fora dos padrões impostos pela sociedade. Uma primeira questão sobre a exposição passa, portanto, pela qualidade das diversas representações que são feitas de um objeto na imprensa e na mídia

Em suma, para Bourdieu (1999), a dominação não é um efeito ideológico “e sim um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (p. 53-54), que impõe aos oprimidos limitações nas suas possibilidades de pensamento e de ação, sem eliminar espaços de resistência cognitiva crítica:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. Porém, por mais exata que seja a correspondência entre as realidades ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica (p. 22).

Com isso, mulheres, homossexuais, negros e principalmente transexuais e travestis são os que mais sofrem com representações generalistas, caricaturadas e preconceituosas. Não é de hoje que indivíduos trans chamam a atenção do público em telenovelas, por exemplo. Se analisarmos somente as novelas da Rede Globo, já obtemos uma lista extensa de personagens transexuais nas tramas. À primeira vista, essa representatividade parece positiva. Afinal, transexuais estão presentes no horário nobre da televisão para mostrar à sociedade que existem muitas pessoas que não se identificam com o gênero presente em seu corpo. O problema é que essas personagens transexuais são sempre representadas da mesma maneira, extremamente rasa: muito maquiadas, fãs de salto alto e purpurina, festeiras, alegres e escandalosas. Sempre são personagens com o intuito de provocar riso na

audiência. Isso é prejudicial para uma classe que luta para ter todos os problemas atrelados à não-identificação com seu corpo vistos como graves pelos demais setores preconceituosos e pouco empáticos da sociedade.

A imprensa também tem realizado um trabalho ambíguo quando os temas em pauta são homossexuais, transgêneros e homofobia. Em uma pesquisa feita em 2005 para o livro “Política, direitos, violência e homossexualidade”, na Parada Gay de São Paulo, 72,1% dos entrevistados afirmaram haver sofrido discriminação por conta de sua identidade e orientação sexual. Em 2006, um ano após a coleta de dados que deu origem ao livro, o professor do Departamento de Psicologia da UFMG, Marco Aurélio Prado, realizou uma pesquisa na Parada Gay de Belo Horizonte e apurou que apenas 19% dos ali presentes confiavam na imprensa de modo geral. Porém a mídia ainda se mostrou com maior credibilidade do que a polícia (4,6%), o Congresso Nacional (6,6%) e a Justiça (8,9%).

Desta forma, o jornalismo daria a visibilidade necessária, tanto para casos de violência, quanto para a luta pelos direitos das pessoas. O que também sugere pouca confiabilidade no meio seriam as omissões de alguns casos de preconceito e agressões contra homossexuais, bissexuais, transgêneros e travestis.

As questões que constroem o tratamento de informações sobre temas que geram discussões vão desde a identidade do veículo analisado, seu posicionamento em relação ao movimento LGBTTT, seu relacionamento com o público e também, de certo modo, a forma como o próprio jornalista trata o tema. A forma como a homofobia já está presente na sociedade brasileira traz grandes desafios à representação do assunto na mídia.

Em 1974, o primeiro personagem gay surgia na televisão brasileira, na novela “O Rebu”, da TV Globo. A trama girava em torno de um misterioso assassinato. Segundo o pesquisador Luiz Eduardo Peret, até o fim da primeira metade da novela, o público não sabia quem havia morrido, nem se era homem ou mulher. Assim sendo, a homossexualidade estreou na telenovela através do crime “passional” e da dependência financeira de um jovem por um homem mais “velho”.

Já em 1977, na novela Espelho Mágico, escrita por Lauro César Muniz, pela primeira vez uma travesti de verdade ganhou um papel em uma novela, Cláudia Celeste era uma corista do teatro de revista de Carijó, interpretado por Lima Duarte, que ensinava coreografias. Mas, Cláudia entrou para o elenco da novela sem que Daniel Filho, o diretor, soubesse de que se tratava de uma travesti, na época do Regime Militar, as travestis eram proibidas de aparecer na televisão. Por tanto, ela teve que abandonar a novela.

Celeste voltaria às novelas em 1988, em Olho por Olho, novela de José Louzeiro da Manchete, e dessa vez sem esconder sua identidade e com um papel fixo: o travesti Dinorá.

Mas, a primeira vez que uma travesti teve uma abordagem mais séria em horário nobre global foi em *Explode Coração* (1995), de Glória Perez. Na trama, o ator Floriano Peixoto, em sua estreia em novelas, encarnou a figura de Sarita Witt, que se vestia, falava e agia como mulher, e à noite ainda dava shows performáticos.

Em um breve esforço rememorativo, trazemos ainda ao leitor outros personagens das telenovelas: Rafaela e Leila, o casal de lésbicas mortas na explosão de um shopping, em *Torre de Babel* (1997); Clara e Rafaela, de *Mulheres Apaixonadas* (2003), cujo final contava com uma apresentação teatral do trágico “Romeu e Julieta”; um personagem ou outro interpretando o “gay afeminado” e “afetado” em programas de humor; Júnior e Zeca, de *América* (2005), que tiveram o beijo censurado no último capítulo e o casal Niko e Félix, de *Amor à Vida* (2013), cujo beijo no final da novela rendeu inúmeras discussões.

Por fim, destacamos a novela também de Glória Peres, que estreou em abril deste ano, e ocupou os noticiários com uma polêmica que tocava exatamente nesse ponto. “A Força do Querer” tem representado o processo de transição de um homem trans, interpretado por uma atriz cisgênero (pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento).

Outra forma que a mídia encontra de demonstrar esses atores sociais, é por meio das reportagens e notícias. Em uma matéria divulgada em 23 de março de 2012 pela revista *IstoÉ*, há uma divulgação problemática. No título “Lea T. finalmente mulher” (VITÓRIA, 2012), já havia discriminação. Com um olhar mais criterioso, percebemos que Leandro Cerezo já se identificava como mulher, antes de passar pela cirurgia de mudança de sexo, mas a matéria utiliza o termo “100% mulher”, após o procedimento.

Há ainda outro fator de conflito nas matérias, o desrespeito com a utilização do artigo “a” e não “o”. Em um artigo da revista *Carta Capital* “Comece a falar a travesti, por favor”, apresenta bem a importância do artigo feminino para retirar estigmas. O que ocorre, com certa frequência é que o gênero com o qual a pessoa trans se identifica não é respeitado em uma matéria que fale dessa pessoa. “O travesti” é o termo de praxe utilizado nos jornais, quando o correto – e mais respeitoso – deveria ser “A travesti”.

Mesmo diante de problemas como esses, não podemos negar que grandes passos têm sido dados para reproduzir transexuais de maneira menos estigmatizada. Reportagens denunciando preconceitos e dificuldades vividos por essa parte da população, ou simplesmente desmistificando essa figura ainda vista como estranha por grande parte da sociedade já são importantes passos para humanizar a grande mídia.

AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO

Luiz Mello (2005) explica que até meados dos anos 90, no Brasil, as reivindicações dos grupos homossexuais se limitavam à proibição da discriminação por orientação sexual. Em 1988, as mobilizações por direitos civis ganharam força a partir das manifestações lideradas pelo Grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, que tentou assegurar a igualdade entre heterossexuais e homossexuais pela Constituição Federal de 1988. O inciso IV do artigo 3º da CF/88 promove o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição vigente apenas reafirmou que a sociedade deveria viver sem preconceito ou discriminação, fundada na igualdade de todos, sem acrescentar nenhum novo dispositivo a respeito da liberdade de orientação sexual.

Sob este aspecto, na concepção sociológica de Constituição, defendida por Ferdinand Lassale, em palestra a intelectuais e operários da antiga Prússia, traduzida para o português com os títulos “Que é uma Constituição” ou “A Essência da Constituição”, só seria legítima se representasse o efetivo poder social, refletindo as forças sociais que constituem o poder, caso contrário, ela seria ilegítima, caracterizando-se como uma simples “folha de papel”.

Assim, a verdadeira democracia de um país não se esgota por meio de belos e nobres princípios inscritos na Constituição Federal se estes se mostram vazios ou deturpados na sua aplicação, sendo considerada meramente burocrática, temática e formal, sem que o direito social atue de modo eficiente e eficaz em favor do povo e, em especial, das minorias, tornando-se tão ruim quanto um regime despótico e totalitário. A par disto, o Brasil ainda avança, timidamente, na defesa e na proteção dos direitos de gêneros e de diversidades com vistas ao princípio da dignidade da pessoa humana.

No campo de lutas, conquistas e avanços, um tema relevante que veio a demonstrar a conscientização com respeito sobre situações existentes, na realidade brasileira, foi a possibilidade do uso do nome social e do reconhecimento da identidade de gênero de travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, segundo o Decreto nº 8.727, de 28/04/2016, publicado no Diário Oficial da União de 29/04/2016.

Veja-se que, o Código Civil de 2002, protege o nome (constituído por prenome e sobrenome) e o pseudônimo, nos artigos 16 a 18, pois são objetos dos direitos da personalidade. E, em linhas gerais, sem divergência, é regra geral que o prenome é imutável, sendo que a mudança sempre pressupõe apreciação judicial e após ouvido, obrigatoriamente, o Ministério Público.

Todavia, essa regra não é absoluta no sistema jurídico brasileiro, de modo que a lei autoriza a mudança do prenome por algumas situações. Nader (2016) traz alguns exemplos: para retificações ortográficas (art. 110 da Lei de Registros Públicos); quando expõe a pessoa ao ridículo (art. 55 da Lei de Registros Públicos); para substituição por apelido público notório (Lei nº 9.708/98); nos casos previstos na Lei nº 9.807/99; nos casos de adoção (art. 1.627 do Código Civil) e ao transexual é reconhecido o direito de mudança do prenome, inclusive antes do ato cirúrgico de mudança do sexo, quando notório é o sexo psíquico e a necessidade de evitar constrangimentos para o interessado.

Segundo Rodrigues (2016, p. 123):

O prenome é retrato sônico e vale da forma pela qual o indivíduo é conhecido no meio social. [...] Não por acaso, há bem mais tempo era formatada a jurisprudência predominante, admitindo, por exemplo, a alteração para fazer constar do registro o verdadeiro nome pelo qual a pessoa é conhecida no meio em que vive, embora diferente do que consta do assentamento.

Seguindo este entendimento, já decidiu para o Processo 1027203-86.2015.8.26.0100, referente à Apelação/ Retificação de Nome, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

1027203-86.2015.8.26.0100 . Apelação/ Retificação de Nome.

Relator(a): J.B. Paula Lima. Comarca: São Paulo. Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 20/09/2016. Data de registro: 21/09/2016. Ementa: Apelação.

Retificação de registro civil. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Pedido de alteração de sexo em virtude de transexualismo. A cirurgia de transgenitalização não é requisito para a retificação de assento ante o seu caráter secundário. O procedimento cirúrgico tem natureza complementar, visando a conformação das características e anatomia ao sexo psicológico. Quanto à forma das alterações, devem ser feitas mediante ato de averbação com menção à origem da retificação em sentença judicial. Aplicação do artigo 515, §3º, do Código de Processo Civil. Sentença reformada para permitir a alteração do sexo civil do apelante. Recurso provido.

1102067-95.2015.8.26.0100. Apelação / Retificação de Sexo. Relator(a): Claudio Godoy Comarca: São Paulo. Órgão julgador: 1ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 08/07/2016.

Data de registro: 08/07/2016. Ementa: Registro civil. Transexual. Retificação para adequação da indicação do sexo.

Possibilidade. Desnecessidade de prévia intervenção cirúrgica de redesignação sexual. Pedido acolhido. Sentença revista. Recurso provido.

E, no Supremo Tribunal Federal, desde 2014, está em trâmite o Recurso Extraordinário (RE) 845779, no qual o Ministro Relator é Luís Roberto Barroso, onde se reconheceu a repercussão geral do tema que cuida do direito de o transexual ser tratado socialmente de forma condizente com sua identidade sexual. Neste processo, discute-se o direito a indenização por danos morais exigida por um transexual que teria sido constrangido por funcionário de um shopping center em Florianópolis (SC) ao tentar utilizar o banheiro feminino.

Nas palavras do Ministro, é papel do Estado, da sociedade e de um tribunal constitucional, em nome do princípio da igualdade, “restabelecer ou proporcionar na maior extensão possível a igualdade dessas pessoas, atribuindo o mesmo valor intrínseco que todos temos dentro da sociedade”. Segundo o relator, é necessário o reconhecimento do direito fundamental dos transexuais de serem tratados “como pessoa com respeito à sua identidade, que não é produto de escolha, mas é fenômeno da natureza”.

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça, apresenta julgados também favoráveis a alteração do nome, especialmente ao considerar que a flexibilização se justifica, pelo próprio papel que o nome desempenha na formação da personalidade da pessoa.

Rodrigues (2016) corrobora este entendimento: “existindo desencontro entre o registro e a vida, o que não raro acontece e desde que não se vislumbre fraude - que não pode ser presumida -, que prevaleça a vida.” Todavia, no ano de 2009, no julgamento do Recurso Especial nº 1.008.398-SP (2007/0273360-5), tendo como Ministra Relatora Nancy Andrichi, no Superior Tribunal de Justiça, encontra-se no seu voto proferido, referência ao Direito Comparado sobre o assunto, nos seguintes termos:

[...]

[...] E a tendência mundial é a de alterar-se o registro adequando-se o sexo jurídico ao sexo aparente, ou seja, à identidade sexual, formada também por componentes psicossociais. Analisada a questão com base no direito comparado, constata-se, por exemplo, a existência de lei alemã regulando o registro dos transexuais desde 10 de setembro de 1980 (Lei dos Transexuais – Transsexuellengesetz – TSG). Essa norma permite tanto a alteração do prenome do transexual (kleine Lösung – “pequena solução”), quanto a modificação do gênero sexual em seu assento de nascimento, desde que tenha sido submetido à cirurgia de redesignação

sexual (große Lösung – “grande solução”).

A regulamentação da situação registrária dos transexuais alemães ocorreu após uma decisão do Tribunal Constitucional Alemão (Bundesverfassungsgericht), de 11 de outubro de 1978, que reformou acórdão proferido pelo Tribunal Federal alemão (Bundesgerichtshof – BGH), o qual considerava o processo de metamorfose sexual imoral e contrário aos bons costumes. Considerando a lacuna legislativa então existente, o Tribunal constitucional alemão asseverou que “a sexualidade de uma pessoa não deve ser determinada somente pelas propriedades de seus órgãos sexuais, mas também por suas características psicológicas. O ordenamento jurídico não pode deixar de considerar esse aspecto, porque ele influi na capacidade pessoal de integração da pessoa às funções sociais de seu gênero sexual da mesma maneira que suas características físicas, quando não de maneira maior.” (Bundesverfassungsgericht, j. em 11 de outubro de 1978 – 1 BvR 16/72, in BverfGE 49, 286, <291>). (RECURSO ESPECIAL nº 1.008.398-SP (2007/0273360-5, grifos no original).

Este tema, aliás, tem certa divulgação nos meios de comunicação, tais como: televisão, internet, redes sociais etc. Cita-se o caso divulgado no sítio de notícias G1, com o título “Transexuais são expulsas de banheiro feminino de shopping do DF”, no dia 18 de setembro de 2014 (MORAES, 2014), na qual aparece uma montagem de fotos feitas pela transexual Marie Flora da Silva após ser barrada em banheiro feminino no Conjunto Nacional, em Brasília, na qual constata-se uma espetacularização do discurso no tocante ao tratamento dado nas questões envolvendo gênero e projeção social da identidade sexual do indivíduo.

A mesma temática foi abordada, com diferente enfoque, na matéria intitulada “Advogada transexual recebe carteira da OAB-PE com seu nome social”, veiculada na Revista *Consultor jurídico*, de 1º de fevereiro de 2017, tendo sido utilizada uma imagem que não transmite uma dramatização do fato, tornando a matéria jornalística neutra e séria. Na mesma linha, pode-se citar a matéria “Empresas revisam políticas e aceitam uso de nome social para transexuais”, publicada no jornal online *O Globo* (RIBEIRO e SORIMA NETO).

Ainda, interessante percepção pode ser extraída da matéria publicada sob o título de “Poupatempo Sé emite RG com nome social e novo gênero para transexual”, nas Notícias do PSDB (2017), no qual partidos políticos, valendo-se do aparelhamento do Estado, utiliza a mídia de conteúdo favorável em busca de apoio de um determinado público ou, ao menos, indica uma finalidade demonstrativa e manipulativa da opinião de outra parcela da população. Portanto, é um viés da argumentação derivado do poder, sendo importante considerar que a mídia tem papel vital na formação da opinião pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visa trazer à tona os problemas de uma minoria por meio de conceitos acadêmicos. Essa troca possibilita uma maior compreensão sobre assuntos relacionados à transexualidade e aguça a percepção quanto à necessidade de desconstruir os estereótipos presentes na sociedade e na comunicação. Essa última, por sua vez, deve ser democratizada, possibilitando o direito à informação e à comunicação cidadã e educativa para que a sociedade possa se conscientizar tanto de seus direitos quanto de sua cidadania. Segundo Sodré (2005), a mídia tem se tornado um dos principais "territórios" de luta das minorias.

Um dos problemas intrinsecamente ligados à representação pela mídia de assuntos voltados aos transexuais, é que ela, como empresa, está constantemente ligada a partidos políticos ou instituições religiosas, o que vai moldar muito a forma como a questão da transexualidade será abordada, ou quando o assunto será simplesmente ignorado.

Para Leal e Carvalho (2012), a diversidade de identidades sexuais, de gêneros e das realidades culturais a elas ligadas faz ver que não só a homofobia se manifesta diferentemente, como sua emergência será percebida e “capturada” pelas redes noticiosas conforme um julgamento que considera, entre outros fatores, sua relevância, sua representatividade e também as possibilidades de adequação a critérios de noticiabilidade. No entanto, o tema pode ser analisado por diversos ramos do conhecimento científico, especialmente pelo seu caráter interdisciplinar, entretanto, é importante considerar as novas tecnologias de mídia e comunicação e o poder de persuasão do discurso mediático na sociedade contemporânea.

Já no campo jurídico, a adoção do nome social é tão importante quando o nome civil, pois, reforça a cidadania, corrige injustiças, mitiga discriminações e se ampara no princípio da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ADVOGADA transexual recebe carteira da OAB-PE com seu nome social. **Revista Consultor Jurídico**, 1 fev. 2017. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2017-fev-01/advogada-transexual-recebe-carteira-oab-pe-nome-socia>. Acesso em: 18 abr. 2017.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2014/06/09/brasil-o-pais-transfeminicidio/>. Acesso em: 17 de abr. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 de abr.2017.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 18 de abr.2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em: 18 de abr.2017.

CARVALHO, Maria Eulina. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. **Ártemis**, João Pessoa, PB, n. 1, 2004.

CHAVES, Fabiana. A sociedade capitalista e o feminino: sua estrutura falocêntrica e a questão da aparência. In: MARCONDES FILHO, C. (org.). **Transporizações**. São Paulo: ECA-USP, 2010. p. 216-226.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: SED, 1981.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. Queer theory: lesbian and gay sexualities. **Differences**: a journal of feminist cultural studies, v. 3, n. 2, p. iii-xviii, 1991.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. **Jornalismo e homofobia no Brasil**: mapeamento e reflexões. São Paulo: Intermeios, 2012.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MORAES, Raquel. Transexuais são expulsas de banheiro feminino de shopping do DF. **Portal G1**, Brasília, DF, 18 set. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/09/transexuais-sao-expulsas-de-banheiro-feminino-de-shopping-do-df.html>. Acesso em: 18 abr. 2017.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil**: parte geral. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v. 1.

RIBEIRO, Ana Paula; SORIMA NETO, João. Empresas revisam políticas e aceitam uso de nome social para transexuais. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/empresas-revisam-politicas-aceitam-uso-de-nome-social-para-transexuais-20948833#ixzz4fxXe8W5K>. Acesso em: 2 maio 2017.

RODRIGUES, Marcelo. **Tratado de registros públicos e de direito notarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SÃO PAULO. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Poupatempo Sé emite RG como nome social e novo gênero para transexual. In: NOTÍCIAS do PSDB. Disponível em: <http://tucano.org.br/noticias-do-psdb/poupatempo-se-emite-rg-como-nome-social-e-novo-genero-para-transexual>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SPENCER, Jonathan and BARNARD, Alan. "Ethnography". In: **Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology**. Routledge, London, 2002 (1996). (p. 193-198)

VERDE, Jole; GRAZIOTTIN, Alessandra. **Transexualismo**: o enigma da identidade. São Paulo: Paulus, 1997.

VIEIRA, Antônio. **Família**: evolução histórica, sociológica, antropológica. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.

VITÓRIA, Gisele. Lea T. finalmente mulher. **Revista Istoé**, edição n. 2470, 2012. Disponível em: http://istoe.com.br/196058_LEA+T+FINALMENTE+MULHER/. Acesso em: 17 abr. 2017.

Trans, ideologia da violência, criando personagens de direitos no Brasil

Renan Antônio da Silva

O comportamento sexual fora do padrão heteronormatizado, há, pelo menos, 20 a 30 anos era visto como desviado e anormal aos padrões sociais vigentes. No entanto, hoje qualquer pessoa busca sua identidade de acordo com a cultura e os valores que se atribui ao longo do processo de formação e aquisição de conhecimento. Esse trabalho parte de três preocupações distintas: insistir que modos de ver e interpretar a transexualidade como um tipo de sujeito pode tornar-se um movimento de definição da própria transexualidade; um território avesso, ao primeiro momento, à experimentação de práticas sexuais não normatizadas; e, finalmente, uma análise daquilo que gostaríamos de chamar de novos mapas culturais de sexualidade e gênero e seus desdobramentos.

TRANSEXUALIDADE: DORES E MARCAS ETERNAS

Trans. Uma dessas palavras que de tão pequenas chegam a ser frágeis para o tipo de peso conceitual que carregam.
Thiago Ranniery de Oliveira

O Brasil chega ao século XXI com realidades sociais que são vistas como meras abstrações. As ficções jurídicas são tidas como verdades sólidas e reais. Enquanto isso, ao passo que se luta por um equilíbrio social, com relações menos conflituosas, encontramos um cenário caótico na cidade São Paulo, a mais rica da América do Sul, uma das maiores do planeta. Na mesma região sul da cidade, encontramos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) variando entre 0,944 – do bairro Moema, comparável à Noruega (primeiro país no ranking global) e 0,651 – ao bairro Engenheiro Marsilac, similar ao Iraque (121º colocado); dados esses aferidos em 2010. Porém, de Moema a Marsilac, são cerca de 50 km de distância; da Noruega ao Gabão são pouco mais de 6.800 km.

Nesse contexto abissal, encontramos ainda a dificuldade em se compreender que pessoas são amparadas pelos Direitos Humanos, que atribuem humanidade aos direitos, em vez de serem direitos para seres humanos. Essa aparente ironia expõe uma realidade díspar, na qual alguns poucos são tidos e tratados como sujeitos de direitos, que possuem e usam os direitos que asseguram o desenvolvimento e qualidade humanas e a casta das multidões: alheios, esquecidos e alienados dos mesmos direitos. Tais serão os que receberão a mera percepção de serem personagens de direitos: são figurantes nas relações sociais e no sistema econômico e dinâmica atuais, o ter estará à frente do ser, resultando em multidões de sub-humanos, especialmente pessoas trans¹³.

Mas falamos até esse ponto daqueles que a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) trata como sendo humanos. Seu artigo 5º, inciso I, diz com clareza: “homens e mulheres são iguais [...]”. Há os que defendem que o documento legal foi elaborado na ampla concepção de que ao se referir aos homens e mulheres, englobar-se-iam todas as pessoas. Não obstante, o documento que, em teoria, serviu como inspiração para a mesma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, fala sempre em seres humanos e pessoa, jamais sobre homem ou mulher. O que não foi captado pelos constituintes em 1988 é atualmente uma causa de severas disputas, violências físicas, simbólicas e morte de pessoas que não estão enquadradas em duas palavras simples, mas de amplo potencial de segregação.

¹³ Há, pelo menos, dois substantivos para essa população específica: *transsexuais* e *transgêneros*. Não têm o mesmo significado, contudo, como detalhar quando estamos nos referindo a um ou a outro ensinaria muitas páginas, optamos apenas pela abreviação *trans*, pois, quando se trata de violações de direitos, ambos os grupos sofrem as mesmas barbáries.

O binarismo de gênero, baseado na heteronormatividade, já não comporta o contexto social hodierno, sendo uma temeridade querer definir o universo humano em duas únicas palavras: homem e mulher. Na verdade, no contexto masculino e feminino, há uma enormidade de expressões socioculturais que perpassam as definições simplistas apresentadas à sociedade como maniqueísmo de gênero fechado, isolado e irreal. Butler (2003, p. 25) admite com seriedade que “a ideia de ‘representação’ só venha realmente fazer sentido para o feminismo quando o sujeito ‘mulheres’ não for presumido em parte alguma”.

Já no século XIX, “o homem conferiu a tudo que existe uma relação com a moral e revestiu o mundo de um significado ético. Um dia, isso terá tanto valor quanto hoje tem a crença na masculinidade ou feminilidade do sol” (NIETZSCHE, 2004, p. 11). O filósofo fazia uma crítica sólida, fundada sobre a questão binária e insignificante da relação macho-fêmea nas definições do universo humano. Tal qual é inepto atribuir aos corpos celestes uma definição simplória.

Ainda nessa seara, a antropologia jurídica vai além, relembrando as relações entre parceiros de igual sexo biológico. No caso do Brasil, ainda não estão devidamente estabelecidas e reguladas por lei (ASSIS; KÜMPEL, 2012, p. 304-305). São analisadas pelo Direito brasileiro mais como relações de amizade ou companheirismo, sendo que o Código Civil Brasileiro (2002, título III, artigos 1.723-1.727) fala da União Estável de ‘homem e mulher’. Desde 1995, com o Projeto de Lei (PL) 1.151, ainda em andamento, o Brasil busca regular a união homoafetiva. Paralelamente corre o PL 5.120/2013 que procura estabelecer, por alteração do Código Civil o casamento homoafetivo, assim como já acontece, por exemplo, em Portugal (Lei 9/2010).

Bosi (1992) faz uma análise que nos coloca diante de um paradoxo único: o Brasil é um país de uma cultura ou de muitas culturas? Na verdade, a pluriculturalidade brasileira é tão extensa quanto seu território e, no embate entre os interesses da indústria da cultura, das culturas de massa e da cultura popular, a dialética das questões de gênero ficarão em enorme evidência, cabendo-nos questionar por quais motivos o Brasil segue tão apensado aos padrões arcaicos, que tiveram seu tempo e contexto, mas que não encontram mais espaço na sociedade pós-moderna. Aliás, como Bosi se pergunta, precisamos buscar uma definição sobre as culturas que definem a identidade do povo brasileiro e de suas inúmeras populações.

Qual, então, é a barreira entre a realidade social, que vê e convive com a presença de pessoas trans e a ideologia social que desconsidera esse universo tão grande, nos quais se enquadram pessoas de todos os estratos sociais? A secular cultura brasileira foi construída, grosso modo, com os tijolos de corpos humanos e cimentado pelo sangue derramado. Há uma concepção e idealização da violência como sendo algo nobre, louvável e honroso.

O que se torna evidente é que o inconsciente coletivo brasileiro é concebido e moldado para que a violência seja banalizada, as práticas violentas tidas como comuns, as mortes em decorrência da violência como comuns. Essa herança é explicitada por Jung (2011, p. 51) que diz:

Enquanto o inconsciente pessoal é construído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e, no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto, não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade. (grifos nossos)

Considerando o exposto pela teoria psicanalítica de Jung, o que poderíamos esperar de pessoas que exaltam pessoas historicamente conhecidas pelas suas práticas de abusos e violência contra pessoas durante os anos de colônia que o Brasil viveu? Na verdade, o pensamento social brasileiro está adaptado à violência, assim como estamos adaptados ao respirar, alimentar e hidratar no dia a dia. Essas necessidades inerentes ao ser humano se entrelaçam hoje com as perturbantes taxas de violência criminosa. Quando se fala de pessoas trans, as taxas são incrementadas pelo ódio sádico que acompanha os que sofrem de preconceito e um medo do desconhecido.

Os arquétipos a que Jung (2011, pág. 28) fez referência são basicamente as estruturas inatas que servirão de matrizes na expressão e desenvolvimento da psique humana. Mesmo sendo sistemas dinâmicos e autônomos, em alguns casos, são considerados como sistemas separados da personalidade. Assim, embora não se possa perceber precisamente a origem de certos comportamentos, pode-se perceber pelo comportamento a existência dos arquétipos. Ou seja, um país fundado sobre um sistema de dominação violento, transmitirá, ainda que inconscientemente, esse tipo de comportamento às suas gerações.

Portanto, não é algo incomum que pessoas não ajustadas à linearidade ou homogenia sejam estrategicamente extirpadas do corpo social. Não fazem parte daquele sistema por não estarem ajustadas ao senso comum. Questões de viés ético são tratadas pela noção de moral, terreno escorregadio e perigoso ante as instabilidades humanas. Não é um evento novo esse tipo de pensamento. Na verdade, Silva (2009, p. 12-13) observa:

A análise da moral feita por Durkheim foi, em muito, influenciada por Immanuel Kant e a sua noção de dever. Isso, pois, a partir deste ponto, Durkheim crítica e elabora a sua teoria da moral enquanto sistema de regras de conduta. Nesse

sentido, Durkheim se utiliza da ideia de dever de Kant para construir a ideia de que o dever e a obrigatoriedade constituem uma espécie de obrigatoriedade moral que direciona o comportamento das pessoas. Ou seja, existem certos padrões morais pré-estabelecidos aos quais as pessoas devem obedecer. Além disso, deve a moral ser legitimada por aqueles que, ao seguir os deveres por ela impostos, acreditam estar fazendo um bem, ou seja, a natureza obrigatória da moral caminha conjuntamente à manifestação voluntária da vontade de segui-la. (grifo do autor)

Dado o fato de que há uma relação quase simbiótica do Direito e todas as suas áreas com a filosofia Kantiana, não é algo incomum que mesmo os Direitos Humanos sejam seletivos quanto a que humanos ele pode atender. Há os humanos que estão inseridos na metonímica social, que estão em harmonia com o fascismo de gênero; pessoas trans sempre estarão excluídas por serem, em sua maioria, absolutamente fora daquilo tido como ideal para sociedade das normas em que vivemos.

As questões morais se sobrepõem às relevantes proposições éticas e a consequência disso é termos, em vez do Imperativo Categórico de Kant, o atual imperativo categorizante, que classifica e separa as pessoas segundo padrões normativos específicos e excludentes. Como são pessoas que não se enquadram na possibilidade do *lobby* político e econômico, sofrem as constantes violações de direitos, se algum dia tiveram acesso a tais. A ideologia da violência, sempre presente, desde a infância com suas imposições condicionantes, cerceiam a liberdade, exterminam a fraternidade e exaltam que só há igualdade para os iguais porque onde há diferentes, não é possível admitir os não iguais.

Kulick (2008, p. 204-205) expõe uma triste realidade: as travestis, bem como todas as pessoas trans não se enquadram nas análises rígidas das ciências sociais. São pessoas em situação de limbo, sem uma definição, sem uma construção social consolidada, sendo apenas vistas como desvio de padrão daquilo que é chamado natural ou normal, isto é, o encarniçado binário. Esse contexto de párias sociais leva à impossibilidade de cidadania às pessoas que não se adequam ao sexo biológico, sendo o exemplo mais contumaz da violência estrutural do Estado e da sociedade, a quase impossibilidade de se alterar seus nomes nos documentos públicos. De fato, pessoas trans que conseguem alteração na documentação, fazem-no por meio de decisões judiciais. Não há lei que defina a matéria, assim, temos milhares de pessoas com seus direitos vertiginosamente arriscados, violados e mutilados.

Consolida-se, portanto, a nossa sustentação de que os Direitos Humanos atenderão apenas os que estiverem conformados às concepções sociais do considerado plausível ou não. E quão desagradável é perceber que a Defensoria Pública está preocupada em criar uma regra de conduta moral, não ética, acerca de um assunto

que não está em questão. A pessoa afeminada ou masculinizada deveria ter o direito de dizer como espera ser tratada, não o poder público que dispõe de autoridade normativa, mas jamais impositiva em questões de autonomia. Para agravar sua percepção distorcida, faz uso de um argumento que não tem sentido ao se tratar questões relacionadas a gênero, especialmente pessoas trans: sexo biológico. Voltamos à questão: os Direitos Humanos socorrem pessoas humanas ou humanos pessoas?

Há também um evento incomum com relação à maneira em que a saúde encara as pessoas trans. Não obstante a homossexualidade não ser considerada patologia desde 1973, segundo recomendação da Associação Americana de Psiquiatria, referendada pela Organização Mundial da Saúde em 1990, há ainda a patologização de identidade de gênero sob os CIDs F64 e F65, os quais falam de travestismo, considerando tais um transtorno de identidade ou preferência sexual.

CONCLUSÃO

Tais argumentos necessitam de atenção porque estamos falando de como pessoas serão recepcionadas e tratadas no sistema de saúde pública, ora sendo execradas pelas lacunas legislativas, ora pelas definições inadequadas ou mal explicitadas das suas identidades. Como se poderia assegurar a efetividade de direitos às pessoas que são, pela sua identidade de gênero, consideradas uma patologia.

Sabemos pelos números que assim são tratadas pessoas trans: como problema social, não como parte integrante de um corpo de múltiplas faces e características, um mosaico humano.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPEL, Vitor Frederico. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 11ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

DA SILVA, Guilherme Fernando Ferreira. **A Concepção Criminológica de Durkheim**, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade União – Curso de Bacharelado em Direito. Ponta Grossa, 2009.

JUNG, Carl Gustav. **Arquétipos e o inconsciente coletivo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KULICK, Don. **Travesti, prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

Nietzche, Friedrich. **Aurora: Reflexões sobre os preconceitos morais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

Por uma política da
diversidade

Gênero e esporte: análise da campanha *Invisible Players*¹⁴

*Felipe Tavares Paes Lopes e
Tarcyanie Cajueiro dos
Santos*

Este artigo analisa a campanha Invisible Players, que aborda a questão da invisibilidade do esporte feminino. Esta análise objetiva compreender em que medida e como essa campanha contribui para produzir, reproduzir ou transformar as relações de gênero no campo esportivo. Para responder a esse objetivo, apoiamos-nos em autores(as) como Foucault e Butler. Concluimos que, por um lado, a campanha denuncia, de forma criativa e sensível, a opressão de gênero. Por outro, utiliza uma linguagem sexista e não problematiza as práticas e os valores ensejados pelo esporte de alto rendimento.

¹⁴ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no XI Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura, realizado pelo PPG em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, na Universidade de Sorocaba – Uniso – Sorocaba, SP, nos dias 25 e 26 de setembro de 2017.

O esporte moderno se desenvolveu na Grã-Bretanha a partir do século XVIII, quando “[...] tornou-se um jogo e os elementos violentos começaram a ser mais controlados” (DUNNING, 2014, p. 172). Apesar de seus aspectos pedagógicos, esse esporte pode operar como um instrumento de controle social, na medida em que possui uma relação umbilical com o modo de produção capitalista, reforçando, com frequência, seus valores e princípios básicos, tais como o individualismo e a competitividade. Assim, sua análise certamente pode contribuir para a compreensão dos modos gerais de operação do capitalismo. Ao mesmo tempo, a análise do capitalismo é fundamental para compreender as funções sociais do esporte no mundo atual. Mundo em que o sistema midiático se imbrica com a esfera esportiva de tal modo que “[...] esta simbiose vai além do simples relato dos fatos esportivos, chegando mesmo a interferir na configuração dos próprios jogos” (ALVAREZ; MARQUES, 2013, p. 5).

Ao se tornar uma prática cultural disseminada, o esporte deixou de ser identificado apenas como uma atividade masculina. Em torno dele, “práticas discursivas” (FOUCAULT, 2008) se aglutinam e apontam para novas formas pelas quais o gênero feminino passa a ser simbolicamente construído pela mídia e ressignificado nos mais variados contextos socioculturais. Como entretenimento, estilo de vida e espetáculo, o esporte engloba um discurso no qual as subjetividades são cada vez mais incitadas a participar de suas práticas, na medida em que fomenta estilos de vida, como fazem as campanhas midiáticas cujo foco é a relação entre o esporte e a mulher.

Este artigo analisa os discursos produzidos por uma dessas campanhas, a *Invisible Players*. Campanha que foi criada para anunciar o lançamento do portal ESPN W no Brasil, focado no esporte feminino. Tal análise objetiva compreender em que medida e como esses discursos podem contribuir para reproduzir ou transformar as relações de gênero no campo esportivo.

Para responder a esse objetivo, apoiamo-nos nos conceitos de práticas discursivas de Foucault e de gênero de Butler (2003). Para Foucault (2008, p. 131), o discurso é “um conjunto de enunciados que se apoiam numa mesma formação discursiva”, constituindo-se como uma prática que constrói sentidos nas relações e nos enunciados. Para Butler (2003, p. 9), as categorias de sexo, gênero e desejo são efeitos de uma formação específica de poder, constituindo-se como “efeitos de instituições, práticas e discursos, cujos pontos de origem são múltiplos e difusos”. Nesse sentido, quando pensamos nas representações que se constroem entre esporte e mulheres, temos em vista a construção sócio histórica de formações discursivas que transitam entre a esfera cultural esportiva e o gênero feminino.

O texto está dividido em duas partes: na primeira, apresentamos um panorama histórico e social da inserção das mulheres no universo cultural do esporte no Brasil. Entendemos que a questão histórica é fundamental para compreender a formação

discursiva e os discursos atuantes na sociedade brasileira. No nosso caso, buscamos compreender como incidem sobre as relações entre a cultura esportiva e o gênero feminino. Na segunda parte, analisamos a campanha *Invisible Players*, enfocando a discussão sobre como as mulheres têm sido tratadas pela mídia esportiva.

GÊNERO FEMININO E ESPORTE

No Brasil, as práticas esportivas foram introduzidas no universo feminino em meados do século XIX, embora só tenham se difundido e consolidado nas primeiras décadas do século XX, com a vinda de imigrantes europeus e dos ideais higienistas e eugenistas. Nesse sentido, o esporte emerge como uma prática discursiva que sinaliza para um modo “moderno e civilizado” de ser, assim como um espaço de exercício de sociabilidade. Instrumento modelador e ordenador de corpos, o esporte se torna sinônimo de aprimoramento moral e busca da construção de uma nação forte, composta em sua grande maioria por negros(as) e seus(uas) descendentes. Não podemos esquecer que, no final do século XIX e início do XX, a miscigenação racial era vista pelo establishment como uma explicação para o atraso brasileiro.

Diante de uma ideologia racista e do ideário higienista e eugenista, diversas propostas foram pensadas, entre elas, a do fortalecimento do corpo feminino, “pois acreditava-se que a regeneração físico-moral de uma população só se completaria se o aprimoramento físico também se estendesse à mulher, identificada então como ‘a célula-mãe da nação’” (GOELNNER, 2009, p. 276). A partir da defesa da prática esportiva para as mulheres, as representações pautadas pelo ideal romântico, que as confinavam no casamento e na maternidade, se transformaram. De lânguidas, frágeis e delicadas, as mulheres se tornaram protagonistas de novas práticas sociais para além de seu confinamento na esfera privada do lar, com competições esportivas.

Ocorre, no entanto, que em 1941, “o Conselho Nacional de Desportos instituiu o Decreto-lei n.3.199, considerado como o primeiro documento a balizar o ordenamento esportivo brasileiro” (GOELNNER, 2009, p. 279), proibiu a prática de futebol, rúgbi, polo, polo aquático, corridas de fundo e lutas para as mulheres, por considera-las violentas e incompatíveis com o sexo feminino. A partir daí a participação das mulheres no esporte, se era pouca, diminuiu ainda mais. Sendo proibidas de competir, as mulheres foram reduzidas à imagem dócil e delicada, da mãe recatada e do lar.

Uma maior participação das mulheres no mundo esportivo só aconteceu em meados da década de 70. Com a influência do movimento feminista, a revogação do Decreto-Lei n.3.199 e o investimento estatal da ditadura civil-militar, que passou a valorizar a mulher atleta, visando propagar a imagem mundial de uma potência esportiva em ascensão. O aparecimento do esporte-espetáculo foi importante nesse processo,

porque modificou a representação da mulher no universo esportivo, que passou a ser valorizada como atleta, participando de competições regionais, nacionais e internacionais, em diversas modalidades. Os jogos Olímpicos são a expressão do esporte-espetáculo que aparece nessa época, e traz consigo todo o aparato midiático, mercadológico e médico, que se potencializa nas décadas seguintes.

No esporte-espetáculo, a fusão entre mídia e consumo se torna expressiva, fazendo-nos pensar sobre o significado do esporte nas sociedades midiáticas. Segundo Silverstone (2002, p. 150), “consumimos a mídia. Consumimos pela mídia. Aprendemos como e o que consumir pela mídia. Somos persuadidos a consumir pela mídia. A mídia, não é exagero dizer, nos consome”. Isso nos remete ao que Goellner (2009) denomina de *body business* - um conjunto de intervenções defendido por uma prática discursiva que tem como mote a defesa da saúde e da qualidade de vida, conquistadas através do esporte e de produtos e serviços ligados à saúde, aparência e performance corporal, que junto à “cultura fitness” (GOELLNER, 2009) vai penetrar no universo feminino, fazendo dos seus corpos objetos de mercadorização e espetacularização.

A “cultura fitness” aparece num contexto de grandes transformações no Brasil. O final dos anos 80 revela mudanças na sociedade brasileira que acabam resvalando no universo feminino. A democratização do país, o aparecimento dos movimentos sociais e de grupos até então invisíveis redimensionam novos espaços de atuação das mulheres que passam a ter um papel mais ativo na esfera pública, mesmo ainda estando circunscritas a antigas representações. Nesse contexto, o Brasil se torna uma sociedade assentada sob um capitalismo imaterial e numa cultura na qual a imagem dos bens, e não propriamente os bens, se torna acessível a toda uma população, impactando profundamente as subjetividades, que acabam tendo um papel predominante sobre o sistema.

A passagem, na década de 1980, de um capitalismo moderno e industrial, baseado no consumo de massa, para um capitalismo informacional, cuja “fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento de informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 1999, p. 34), criou uma incessante busca de produção de subjetividades, tendo o corpo como o seu receptáculo principal. Isso porque, no capitalismo contemporâneo, a comunicação, ao estruturar as relações de produção, gera um tipo de consumo e de consumidor que deve se autoproduzir incessantemente, haja vista que incide predominantemente sobre a informação, o conhecimento e os serviços.

Numa sociedade que valoriza o espetáculo, o consumo, a juventude, a produtividade e a aparência, o corpo torna-se o principal foco de sentido e lugar de grande investimento. A narrativa do esporte como elemento fundamental para um estilo de vida saudável destaca-se na “cultura fitness”, podendo ser compreendida como uma

atitude, um jeito de ser e de se comportar. De acordo com Goellner (2009, p. 282-283), “cultura fitness” é:

um conjunto de dispositivos que opera em torno da construção de uma representação de corpo que conjuga como sinônimos ‘saúde’ e ‘beleza’, associando-os a termos representados como plenos de positivities, entre eles, ‘bem-estar’, ‘qualidade de vida’ e ‘vida saudável’. O universo fitness envolve uma multiplicidade de intervenções [...]. Congrega uma rede de práticas e discursos que engloba cursos de formação de profissionais, publicações acadêmicas e não acadêmicas (as revistas *Fitness*, *Fitness e Performance*, *Saúde*, *Boa Forma*, *Bem Estar*, *Corpo a Corpo*, *Dieta já e Plástica*), eventos científicos, programas televisivos, sites, entre outros.

A “cultura fitness” abrange uma atmosfera na qual a espetacularização, em especial dos corpos femininos, assume importância crucial no consumo de produtos, serviços, ideias e representações. A valorização da aparência a partir do investimento em um corpo saudável, em nome da qualidade de vida e do bem-estar, promove representações que ainda circunscrevem a mulher a um universo particular, qual seja, o da beleza.

Wolf (1992, p. 15) denuncia o mito da beleza feminina, que “consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino”. A beleza tornou-se, segundo esta autora, a nova ideologia, uma coerção e forma de controle social sobre as mulheres, ocupando lugar da mística feminina da domesticidade e da maternidade. Se ainda restam dúvidas quanto à afirmação de Wolf sobre a importância da beleza como uma forma de manutenção do poder masculino; por outro lado, a associação da beleza com o sucesso e como referencial de feminilidade ganhou força nas sociedades atuais e tem na “cultura fitness” seu grande aliado.

A multiplicação de imagens de mulheres no esporte está ligada ao que Goellner (2009, p. 284) denomina “imperativo da beleza”, no qual a mulher toma para si a missão de buscar a todo custo a beleza. Há uma imposição aos padrões de beleza ofertados pelo mercado, de tal forma que a beleza passa a ser condição *sine qua non* de realização pessoal. O esporte torna-se o meio mais eficaz de se buscar um padrão corporal ideal, por meio da perda de peso, eliminação de gorduras localizadas e flacidez, além de enrijecimento dos músculos. “Nesse sentido, é possível perceber que o esporte se torna palco da construção de imagens corporais espetacularizadas pelo *body bussiness*, pois em grande medida, depende dessa construção a sua própria subsistência” (GOELLNER, 2009, p. 284-285).

Como decorrência, as imagens que vemos de atletas mulheres estão muito mais ligadas à sua beleza do que propriamente à sua performance esportiva. Ronda é um caso exemplar: considerada uma das melhores atletas do campo dos esportes de combate, foi a primeira medalhista de judô dos Estados Unidos em Jogos Olímpicos, conquistando a de bronze em Pequim, em 2008. A americana tornou-se uma celebridade ao conquistar o cinturão peso-galo do Strikerforce e foi a primeira detentora do Cinturão Peso Galo Feminino do UFC. Quando a mídia fala sobre esta atleta, a aparência torna-se o assunto mais recorrente.

Grespan e Gellner (2014) afirmam que as reportagens e os comentários nos sites e blogs sobre o UFC se transformaram significativamente quando as mulheres entraram na franquia, sendo que a atleta americana foi um divisor de águas. De reportagens e comentários sobre o rendimento dos(as) atletas, passou-se a tratar de temas como gênero, sexualidade e principalmente beleza. Dessa forma, a mídia de maneira geral – especialmente a dirigida às mulheres – possui um duplo papel de homogeneização das aparências e de valorização da individualidade e da personalidade. A beleza tornou-se sinônimo de êxito, bem-estar, equilíbrio e sucesso profissional. Vejamos agora como a campanha *Invisible Players* aborda a relação entre esporte e gênero feminino.

A CAMPANHA INVISIBLE PLAYERS

Nenhuma forma simbólica (uma fala cotidiana, uma obra de arte, um ritual, um discurso político etc.) subiste num vácuo. Ao contrário, toda forma simbólica expressa, de algum modo, as condições sociais e históricas de sua produção, circulação e recepção. É praticamente consenso entre os(as) linguistas que o que e como falamos depende de onde, quando, com quem e com quais objetivos realizamos essa ação. Sendo assim, uma análise que se pretenda mais completa não pode ignorar, em hipótese alguma, o contexto em que está inserida a forma simbólica sob investigação.

De acordo com John B. Thompson (2000, p. 367), um dos aspectos mais importantes de um contexto são suas instituições sociais, entendidas “[...] como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles”. No caso da campanha *Invisible Players* (“Jogadores invisíveis”, numa tradução literal), esta foi produzida por uma rede de televisão por assinatura norte-americana dedicada 24 horas por dia ao esporte, a ESPN (*Entertainment and Sports Programming Network*). Fundada em 1979, a ESPN cresceu significativamente na década de 1990. Tanto que, nesse período, foram criadas a ESPN2, a ESPN News, a ESPN Classic e a ESPN Internacional. Com esta última, a emissora ampliou seus “braços” pelo mundo, alcançando novos mercados, como o asiático, o africano e o latino-americano.

No Brasil, a ESPN chegou em 1989 e foi o primeiro canal de esportes pago do país. Graças a ele, tivemos acesso às primeiras transmissões de beisebol, hóquei e futebol americano. As ligas dos EUA, aliás, têm bastante espaço na grade de programação da emissora e contam com programas dedicados exclusivamente a elas, como o *The book is on the table*. Em meados da década de 1990, foi criada a ESPN Brasil, que reuniu em sua redação uma equipe de renomados jornalistas, como José Trajano, Paulo Vinicius Coelho e Juca Kfourri. Hoje em dia, a ESPN tem, aqui no Brasil, os direitos de transmissão de diversos campeonatos nacionais e internacionais de futebol. Também possui os direitos de transmissão de eventos multiesportivos e de uma série de modalidades esportivas, tanto masculinas quanto femininas. Seus principais concorrentes são a FOX Sports e o SporTV, esta última pertencente à Globosat.

A campanha *Invisible Players* foi criada com o objetivo de anunciar o lançamento do portal ESPN W no Brasil, no Dia Internacional das Mulheres de 2016. Portal que, de acordo com matéria veiculada no Portal da Propaganda (portaldaproaganda.com.br),

[...] tem como objetivo fomentar o esporte feminino brasileiro, além do interesse das mulheres pelo esporte, reunindo matérias, artigos e conteúdo multimídia sobre o universo esportivo de maneira geral, não se restringindo somente às competições e atletas de alto rendimento¹⁵.

Para anunciar o referido lançamento, a ESPN contratou a agência África, que produziu um comercial que, de modo resumido, apresenta pessoas reais testando seus conhecimentos sobre esporte. Comercial que começa com a seguinte pergunta: “O quanto você sabe sobre esportes?” Em seguida, informa que se trata de uma campanha promovida pela ESPN (“ESPN Apresenta”), intitulada *Invisible Players*. Invisível é aquilo que não se deixa ver. Que passa despercebido. Assim, de partida, o(a) telespectador(a) mais atento(a) (e que possui relativo domínio da língua inglesa¹⁶) percebe que o que virá tratará de atletas desconhecidos(as). Deixados(as) na sombra. Estrelas que, como saberemos mais à frente, são ofuscadas pelas nuvens do preconceito.

Ao fundo, uma música instrumental serve para manter a atenção do(a) telespectador(a) e aumentar sua excitação. A expectativa do que está por vir. A

¹⁵ Disponível em: < <http://portaldaproaganda.com.br/noticias/4462/africa-lanca-invisible-players-para-divugar-esp-n-w/> > Acesso em: 17 de maio de 2017.

¹⁶ Aliás, o fato de o título da campanha ser em inglês é indicativo do seu público-alvo: pessoas com relativo nível cultural e, por conseguinte, econômico. Provavelmente, jovens, pela estética do anúncio, descrita a seguir.

imagem seguinte mostra algumas pessoas de costas passando por um corredor que dá acesso às arquibancadas de um ginásio. Sobre ela, aparece a seguinte mensagem: “convidamos fãs do esporte para testar seus conhecimentos”. Em seguida, os(as) fãs sentam nas cadeiras da arquibancada e as luzes do ginásio se apagam.

Na cena seguinte, um raio de luz ilumina os(as) fãs que vão entrando individualmente na quadra, como se fossem estrelas do esporte. Homens e mulheres que são convocados(as) a responder a seguinte questão: “quem fez esse gol?”. Então, mostra-se a imagem de um golaço. Detalhe: não é possível identificar as características fisiológicas dos(as) jogadores(as). Sobre um fundo preto com linhas em branco, que delimitam o campo de jogo e a trave, observam-se apenas jogadores(as) amarelos(as) e vermelhos(as) se enfrentando. Uma jovem pondera: “quem fez esse gol de esquerda...”. Outra arrisca: “ah, Neymar”. E os palpites seguem, de homens e mulheres: “Romário”. “Messi”. “Neymar?”. “Ronaldo...”. “Foi o Messi”. “Acho que foi o Neymar...”.

Na cena seguinte, outra imagem muito semelhante. Agora, a de uma bandeja espetacular. Com o(a) jogador(a) trocando a bola de mãos. Cesta de tirar o fôlego de qualquer amante de basquete. E lá se vão palpites e mais palites: “Kobe Bryant”. “O Lebron James”. “O Michael Jordan”. “Oscar!”.

Em seguida, mostra-se a figura de um(a) surfista deslizando sobre uma onda gigantesca. “Seria no Havaí?”. “Em Bali?”. “No Canhão de Nazaré?” – poderia perguntar qualquer amante do esporte. Não importa! É uma “morra”. Coisa de profissional, não de “prego”. Uma “morra” que começa a quebrar, dando um tubo alucinante. Um tubo que faz o(a) surfista desaparecer em meio à espuma, para depois sair triunfalmente. Novamente não é possível identificar as características fisiológicas do(a) atleta. “Minerinho!”. “Medina”. “Foi o Medina. Ele deu uma caída assim... E levantou”. “Medina!” – arriscam extasiados(as) os(as) fãs.

Depois das apostas, o ranking de menções. Na lista, só atletas de alto nível: Messi, Mineirinho, Michael Jordan e tantos outros. A música, então, para e mostra-se a cara estupefata de uma das fãs-apostadoras. Vaias ao fundo enquanto se reprisa a cena da bandeja. Em seguida, o segredo é revelado. Podemos ver em detalhes a cena. Sem nenhum ocultamento. Na verdade, era uma atleta. Sim, uma mulher. Som de aplausos. Num reconhecimento tardio a essas mulheres, atletas fantásticas, que tiveram seus nomes esquecidos pela memória seletiva do machismo.

O(a) goleador(a) também é revelado(a). Nem Messi, nem Neymar, nem Ronaldo. Mas Marta. Jogadora cinco vezes bola de ouro, como nos recorda o anúncio. Mas ignorada por nós, como somos levados a concluir. Mostram-se, então, mais fãs estupefatos. “Nem imaginei que pudesse ser uma mulher”, diz um, enquanto se reprisa a cena do surf, revelando-se a verdadeira identidade do(a) surfista: Maya Gabeira, cinco vezes campeã do mundo de ondas grandes.

O desvelamento das identidades das atletas vem acompanhado do de outro: o do preconceito dos(as) fãs. Este agora está nu. Não há o que fazer, a não ser reconhecê-lo. Somos, então, informados que “nenhuma mulher foi mencionada”. Um feixe de luz, que irradia do lado esquerdo da tela, ilumina a legenda sobre um fundo negro, ensejando uma dupla interpretação: as mulheres ainda não brilham como deveriam e/ou há “uma luz fim no de túnel”. As explicações dos(as) fãs para seu próprio preconceito vêm em seguida, de forma um tanto quanto constrangida: “Eu acho que existe um bloqueio, ainda”. “Quando você pensa em atleta, você normalmente pensa em homem primeiro”. “Foi isso que fiquei chateada comigo: não falei o nome de nenhuma mulher”. “É... Fue muy lindo ver eso. No, no me esperaba”.

Ao final do comercial, o feixe de luz desloca-se para o centro da tela. A mudança não parece ser sem razão. Mas representar, metaforicamente, o lugar social desejado para as mulheres. Ou simplesmente seu protagonismo no esporte. Ou ambos. Feixe que ilumina a seguinte mensagem: “Você pode até saber sobre esporte/ Mas se não acertou as respostas/ Precisa aprender mais sobre o poder da mulher”. Esta última frase aparece depois do feixe de luz se apagar. Uma batida de tambor indica o encerramento do anúncio. Aí aparece uma tela com fundo rosa com o logo da ESPNW e os seguintes dizeres: “Tudo pelo esporte. Para todos”.

Por um lado, a campanha aborda e denuncia, de forma sensível e criativa, a opressão e dominação de gênero, indicando o quão cristalizado estão o preconceito e o machismo na sociedade como um todo e no mundo do esporte em particular. Nesse sentido, podemos dizer que ela possui um aspecto contra hegemônico, colocando em xeque a ordem social vigente. Por outro lado, passa por cima dos processos sociais que estabelecem e sustentam o preconceito, como a falta de investimento público e privado no esporte feminino e a própria invisibilidade das mulheres na cobertura midiática. Esta historicamente tem deixado o esporte feminino em segundo plano e, com frequência, dá mais atenção aos atributos físicos das atletas do que a sua performance esportiva. Sobre essa cobertura e falta de investimento, no entanto, silêncio total. Em outras palavras: o preconceito é denunciado, mas não explicado.

A linguagem da campanha também merece um aparte. Em todo o anúncio, faz-se uso do genérico masculino. Por exemplo: fala-se em “esporte para todos” e “os fãs do esporte”. Esse tipo de linguagem, embora muito recorrente, reforça a discriminação sexista, pois constrói a coletividade humana ou de grupos humanos tendo como referência o homem, reduzindo a possibilidade de igualdade de gênero. Não à toa, contraria as recomendações dos movimentos feministas, que defendem o uso do genérico feminino ou das fórmulas “o/a”, “@” e “X”. Nesse sentido, podemos dizer que a campanha provoca sua própria contradição, afinal tende a reforçar justamente aquilo que pretende transformar.

Por último, cabe destacar que a questão de gênero é apresentada de modo demasiadamente simplificado, como se ela se reduzisse exclusivamente à falta de

(re)conhecimento das atletas profissionais. O próprio esporte de alto rendimento enseja, com frequência, práticas e valores associados ao modelo hegemônico de masculinidade, como a agressividade. Não à toa, o futebol, por exemplo, é entendido habitualmente como metáfora da guerra. Assim, uma análise mais aprofundada sobre relações de gênero no contexto esportivo não pode dispensar uma reflexão sobre a própria estrutura e dinâmica do esporte de alto rendimento. Ocorre que este é justamente o carro-chefe do jornalismo esportivo – o que, evidentemente, impede a realização de uma crítica mais radical por parte dos grandes veículos de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte atualmente enseja um conjunto de enunciados que tem o corpo como investimento. Sobre este, incide uma gama de significados, cujo fim é o indivíduo enquanto mercadoria. Inicialmente ligado a uma “conduta civilizada”, praticado pela elite, o esporte serviu para inserir as mulheres na vida social, na medida em que eram consideradas peças fundamentais para a consolidação de uma nação forte, por meio do aprimoramento moral, fortalecimento dos corpos que a prática esportiva poderia proporcionar. No entanto, como a prática esportiva fortalece os corpos e publiciza seus(uas) praticantes, o Estado, nos anos 1940, cria algumas restrições: apenas poderiam ser praticadas modalidades que não fossem de encontro à imagem clássica feminina: fragilidade, maternidade e delicadeza. Apenas nos anos 70 é que o Estado passa a incentivar uma maior participação das mulheres na prática esportiva, seja ela qual for.

Nos anos 80, o esporte se torna um estilo de vida daqueles(as) que se pretendem belos(as) e saudáveis. Nesse momento, um mercado de bens simbólicos oferece receitas, técnicas e as mais diversas intervenções para aqueles(as) que querem se aprimorar esteticamente. A imagem das atletas se torna erotizada, expressando um corpo espetacularizado e atrativo. Músculos rígidos e bem torneados são a tônica da mídia sobre as atletas, especialmente as de destaque, como é o caso de Ronda Rousey. O Body business e a cultura fitness ajudam a engendrar uma representação no qual a mulher é demandada por sua beleza. Nesse sentido, iniciativas como da ESPN em fomentar o esporte feminino brasileiro, assim como o interesse da mulher pelo esporte em geral, demonstra a importância que o esporte assumiu na contemporaneidade, fazendo parte de uma prática discursiva na qual o indivíduo passa a ser seu principal gestor.

A questão que surge diz respeito a uma ambiguidade que perpassa não apenas a mídia esportiva, mas o próprio campo esportivo: até que ponto as práticas discursivas e não discursivas produzidas dentro desse campo estão a serviço da emancipação das mulheres? Afinal, por um lado, ele tende a possibilitar um

exercício de liberdade e de conquista do espaço público por parte das mulheres. Mas, por outro, a forma como a sua inserção ocorre é, na maior parte das vezes, por meio da beleza, feminilidade e juventude. Nesse caso, se a campanha Invisible Players tem o mérito de chamar atenção para o fato de as mulheres ainda serem representadas como frágeis, delicadas e inexistentes quanto à sua competência esportiva; por outro lado, não existe nesta campanha espaço que possibilite questionamentos sobre o porquê de elas ainda serem vistas dessa forma. Mostrar a nossa cegueira, mas não identificar os motivos pelos quais ainda não enxergamos, demonstra a promiscuidade existente entre consumo e mídia, de tal forma que um não consegue sobreviver sem o outro, alimentando-se e oferecendo imagens apaziguadoras de nossos piores pesadelos.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Fábio; MARQUES, José Carlos. Da marginalidade ao mainstream: reflexões sobre o MMA (Artes Marciais Mistas) e as sociedades capitalistas contemporâneas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação E-compós**, Brasília, v. 16, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/965/713>>. Acesso em: 20 de mar. 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DUNNING, Eric. **Sociologia do esporte e os processos civilizatórios**. São Paulo: Annablume, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GOELNNER, Silvana Vilodre. Imagens da mulher no esporte. In: DEL PRIORE, M.; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). **História do esporte no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 269-292.
- GRESPLAN, Carla; GOELLNER, Silvana. Mulheres no Octógono: esporte e atravessamento de fronteiras. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 7., 2014, Matinhos, PR. **Anais...** Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/7csbce/2014/paper/viewFile/5940/3236>Acesso em: 02 mar. 2015.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Do Coletivo Vaporetto à presidência: reflexões sobre a diversidade de gênero em uma organização sindical

*Michel Mott Machado e
Darcy Mitiko Mori
Hanashiro*

Segmentos historicamente desfavorecidos, marginalizados ou excluídos, como índios, negros, mulheres, homossexuais, deficientes, entre outros, sofrem as difíceis consequências da cidadania que não temos (MANZINI-COVRE, 1986), porém de forma mais aguda. As injustiças e desigualdades se dão de diversas maneiras e em diferentes graus, de forma segmentada e/ou interseccionada, nas mais variadas situações da vida social.

Pretender uma mão de obra predominantemente masculina e branca, nas nossas organizações, apenas alimenta esse quadro de desigualdades. Ademais, as próprias organizações devem perceber que não são “ilhas”, mas que fazem parte de uma sociedade mais ampla, na qual a força de trabalho está se tornando cada vez mais diversa em atributos como idade, gênero, etnia, local de origem, entre outros (HANASHIRO, 2008).

Embora as mudanças sociais em curso sejam cada vez mais rápidas e profundas, há um campo, em que, não obstante, se reconheçam avanços, ainda apresenta injustiças, quais sejam, a de segmentos de trabalho nos quais as mulheres ainda se encontram sub-representadas, tanto quantitativa quanto qualitativamente (SEGNINI, 1999, sendo que tais ambientes poderiam ser caracterizados como majoritariamente ocupados por homens. Não só o campo da política, mas também o sindical, são exemplos desses ambientes.

De acordo com Rogerat e Zylberberg-Hocquard (2009, p. 236), “questiona-se o sindicalismo e o sindicalismo se autoquestiona quanto à sua capacidade de superar a crise da representatividade [...]”, além do mais, boa parte dos trabalhos sobre o sindicalismo ainda deixa de lado a contribuição que poderia trazer, a partir de uma abordagem que colocasse o gênero no centro das lógicas econômicas, políticas e sociais.

Nessa perspectiva, o presente artigo teve como objetivo realizar uma discussão sobre a questão da diversidade em uma importante organização sindical brasileira, a partir de um ponto de vista da primeira mulher eleita presidenta da organização em foco.

Espera-se que este trabalho possa contribuir, num plano mais estrito, para o aumento do debate sobre a questão de gênero nas organizações sindicais brasileiras; e num sentido mais amplo, para o campo de estudos sobre o tema, no âmbito dos estudos organizacionais e da gestão humana e social nas organizações, pois tende-se a concordar com Calás e Smircich (1998, p. 281) quando afirmam que “a teoria organizacional tem sido, primariamente, uma literatura escrita por homens, para os homens e sobre os homens”. Seguindo esse raciocínio, entende-se que no mundo organizacional prevalece uma lógica baseada na naturalização da dominação masculina.

REFERENCIAL TEÓRICO

A diversidade possui duas dimensões: a primária (gênero, raça, atributos físicos, idade) e a secundária (experiência, formação, estado civil, localidade, educação, renda, experiência militar, crenças políticas) (LODEN; ROSENER, 1991). Num sentido amplo, a diversidade seria um vasto conjunto de diferenças que constituiriam o espectro da diversidade humana (O'MARA, 1994). Na visão de Nkomo e Cox Jr. (1999), o termo designa um misto de pessoas com identidades de grupos diferentes dentro de um mesmo sistema social. Outros entendem a diversidade como as perspectivas variadas e processo de trabalho que os membros de diferentes grupos de identidade trazem (THOMAS; ELY, 1996).

A diversidade poderia ser compreendida, ainda, como um fenômeno que se refere às características humanas que fazem pessoas diferentes umas das outras, sendo que a fonte da diversidade seria o elemento originário da própria diversidade. Em outras palavras, “essas dimensões ou categorias de diversidade referem-se às fontes de diversidade e não à diversidade em si” (HANASHIRO, 2008, p. 58).

Do ponto de vista demográfico, bem como da construção social da identidade de gênero das mulheres no trabalho, o balanceamento numérico de homens e mulheres nas organizações tem se mostrado ineficaz em produzir os resultados desejados pelas mulheres, uma vez que não houve a devida atenção na questão da hierarquia, de modo que ainda ocorre um visível desequilíbrio de poder nas organizações, claramente desfavorável às mulheres. Neste tocante, a representação proporcional de mulheres em posições de poder afeta, de diferentes formas, a sua identidade de gênero no trabalho (ELY, 1995).

De acordo com Ely (1995), grande parte da pesquisa organizacional sobre gênero tem se concentrado em como a representação proporcional das mulheres dentro dos grupos de trabalho tem afetado suas experiências de trabalho, bem como outros trabalhos, que revelaram que a sub representação das mulheres está associada às pressões crescentes de desempenho, ao isolamento de redes sociais informais e profissionais e ao papel estereotipado atribuído às mulheres.

Acker (1990), por sua vez, mostrou como as organizações não são um lugar neutro quanto à questão do gênero, isto é, como a estrutura organizacional não é de gênero neutro. De fato, a perspectiva da organização de “gênero neutro” se dá de forma mascarada, o que acaba por obscurecer a natureza corpórea do trabalho, situação na qual o trabalhador é tomado a partir de uma configuração desencarnada e universal (ACKER, 1990). Dentro desta ótica, o contorno e a idealização desse trabalhador, com relação ao sexo/gênero e a partir do senso comum, acaba por recair para a forma genérica da pessoa humana que vive do trabalho, ou seja, “os homens, os corpos dos homens”. Na mesma linha, a ideia de “gênero neutro” e desencarnado, ou não-corporificado, seria parte da estratégia mais ampla de controle nas sociedades

industriais capitalistas, constituindo mais um elemento de profundo enraizamento da diferença de gênero (ACKER, 1990).

No que tange à noção da divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2009), foram antropólogas feministas que deram um novo sentido ao termo, ao demonstrarem que não se tratava meramente de uma “complementaridade de tarefas”, mas sim de uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Essas relações sociais se apoiariam, antes de tudo, numa relação hierárquica entre os sexos, portanto, em uma relação de poder, de dominação (KERGOAT, 2009). Para Hirata e Kergoat (2003), a divisão do trabalho entre homens e mulheres tem a ver, primeiramente, com os papéis sociais imputados em relação ao trabalho produtivo e ao trabalho doméstico, sendo o primeiro atribuído ao homem e o segundo às mulheres.

No entanto, observa-se que são cada vez mais numerosas, na sociedade salarial, o desejo e a necessidade das mulheres para entrar e se manter no mercado de trabalho e que, embora a mulher esteja a ampliar a sua participação neste mercado, ainda há predominância de uma mentalidade patriarcal. Uma das consequências desta situação poderia ser a consideração de que “a produção masculina vale mais que a produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas)” (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 113).

Do ponto de vista da produção de conhecimento sobre o tema, desde o campo de Estudos Organizacionais, Calás e Smircich (1998) trouxeram importante contribuição ao realizarem competente revisão da literatura acerca das diversas abordagens do pensamento feminista e a sua conexão com as teorias e as práticas organizacionais, sendo que, para as autoras, as teorias feministas são sempre “discursos críticos em que a teoria feminista é uma crítica do status quo e, portanto, sempre política” (p. 276).

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa possui uma abordagem interpretativista. O paradigma interpretativista tem a ver com a ideia de que os fenômenos sociais são entendidos “a partir do ponto de vista do participante em ação, em vez do observador” (MORGAN, 2007, p. 16). Diante do tema proposto, o paradigma adotado pareceu-nos o mais apropriado, haja vista que é uma abordagem amplamente utilizada nos estudos voltados à diversidade (NKOMO; COX JR., 1999).

Coerentemente ao paradigma escolhido, a metodologia foi primordialmente do tipo qualitativa, conforme recomendação de Creswell (2007) e de Deslauries e Kérisit (2008). Utilizou-se a história oral como estratégia de pesquisa, uma vez que “visa ao estudo e ao registro de acontecimentos, histórias de vida, trajetórias de organizações, enfim, de temas históricos contemporâneos que permitam acessar pessoas que ainda

estejam vivas” (VERGARA, 2008, p. 121). Para Closs e Antonello (2011), “o caráter distintivo dessa abordagem metodológica é o de contextualização pessoal, histórica, social, institucional e/ou política de narrativas”.

Jaime, Godoy e Antonello (2007), a partir de uma reconstrução da origem do método e da recuperação de alguns debates a respeito da sua aplicação nas Ciências Sociais, abordaram a estratégia de história de vida como promissora para o avanço do conhecimento em diversas áreas temáticas dentro da Administração, e, em particular, nos Estudos Organizacionais.

A principal técnica de construção de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada face a face e em profundidade, realizada com a presidenta de uma importante organização sindical brasileira situada na cidade de São Paulo. No decurso da entrevista, procurou-se dar ênfase à história de vida situada na trajetória da carreira profissional da participante. A entrevista teve duração de 120 minutos, no local de trabalho de Rosa L. (pseudônimo), tendo sido utilizado um roteiro de tópicos de entrevista como orientação, flexível o suficiente para que a entrevistada focalizasse aspectos por ela considerados relevantes. Antes da realização da entrevista, a participante leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dando em seguida, sua anuência à sua participação na pesquisa. A entrevista foi gravada e o seu conteúdo foi transcrito literalmente e na íntegra.

Pediou-se que a participante preenchesse um instrumento “Quem eu sou?”, para que se pudesse depreender facetas de sua identidade social, a partir da qual se poderiam demonstrar como se relacionariam algumas das dimensões de sua vida: a família, o pessoal e a militância, entre outras.

Em relação à interpretação dos resultados, ressalte-se que as histórias de vida rejeitam mecanismos objetivos de análise, sendo que no lugar disso impõe-se uma estratégia interpretativa (DENZIN, 1989). Neste sentido, o esforço interpretativo deu-se a partir da adequação aos objetivos e design da pesquisa. Foram realizadas várias leituras do material coletado e transcrito, tendo como foco o objetivo geral da pesquisa, conforme recomendação de Demartini (1998).

APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, fez-se necessária uma abordagem cronológica a partir de momentos-chave à compreensão de trajetória de vida profissional de Rosa L. Há três recortes na análise: a trajetória de vida profissional antes de ingressar no sindicato, na diretoria do sindicato e após assumir a presidência do sindicato. A partir da realização da entrevista, percebeu-se que seria preciso remontar a um período anterior ao ingresso da participante na carreira bancária, uma vez que emergiram elementos importantes de sua infância e juventude que contribuiriam para o entendimento de alguns

aspectos de seu posicionamento ético, moral, ideológico e político. Esta percepção se confirmou ao longo da entrevista, bem como a partir das várias leituras da transcrição de seu conteúdo.

Rosa L. é natural da Bahia, solteira, sem filhos e possui o ensino superior completo, tendo sido graduada em Direito.

A partir do preenchimento do instrumento “Quem eu sou?”, depreendeu-se que o seu papel de militante toma mais da metade do seu tempo. O fato de Rosa L. dedicar tanto tempo à militância, faz com que lhe reste pouco tempo para cuidar de outros campos da vida. Uma de suas manifestações a respeito desta questão pode ser representada na seguinte fala:

Com esses conceitos do papel de uma mulher casada com filhos que ainda hoje tem na sociedade [...] de qualquer maneira, é difícil...eu sei que tem poucas mulheres nesses espaços, é muito difícil ser militante [...] só sei que se eu tivesse filhos seria muito difícil, eu deixaria meus filhos ou [risos] deixaria a militância né!?

Nota-se, assim, um incômodo com a perspectiva do ser mulher militante em relação à possibilidade de construir uma família – ter filhos – dentro de um determinado padrão, exceto, é claro, se houver um companheirismo maior do cônjuge. Tal perspectiva se liga à dificuldade que a maioria das mulheres encontram em praticamente todos os campos profissionais, que é a questão da divisão sexual do trabalho doméstico.

Rosa L. lembra que sua chegada à cidade de São Paulo se deu num domingo (07 de setembro de 1991). Seu primeiro emprego foi no comércio, segmento no qual trabalhou por sete meses. No entanto, antes de sair de sua terra natal, teve algumas breves experiências profissionais, como professora de línguas, o que foi possibilitado devido a um intercâmbio cultural no Canadá que realizou quando tinha dezessete anos. Uma das principais motivações para Rosa L. sair de sua cidade de origem é que queria estudar Direito para se tornar juíza, pois, segundo sua fala: “eu achava que era um jeito de fazer justiça, tinha uma coisa muito forte assim em mim”.

Após a sua breve experiência no comércio, participou de um processo seletivo em uma empresa do setor financeiro e foi contratada, o que ocorreu em 1992. Foi a partir da sua atividade laboral, no setor financeiro, que se deu seu primeiro contato com o sindicato da categoria profissional.

COMEÇANDO COM ATIVIDADES NO SINDICATO, NA EXECUTIVA...

A partir da sua maior aproximação com as atividades do sindicato, principalmente pelas mobilizações das campanhas salariais, Rosa L. foi convidada a participar de um curso de formação sindical, em 1993. Neste período, já cursava Direito, curso que concluiu em 1998.

Ao prosseguir em sua carreira profissional no setor financeiro, ficou lotada no departamento de câmbio. Neste ponto da entrevista, pareceu-nos que houve uma importante inflexão em seu percurso, pois foi a partir daí que surgiu a real oportunidade de ingressar no sindicato como dirigente sindical.

Rosa L. aceitou o convite para participar das eleições do sindicato, sendo que a sua chapa ganhou o pleito e ela se tornou dirigente da regional (Centro Novo). Diante disso, emergiu a pergunta: o que a motivou mesmo a entrar no sindicato? A esta pergunta, respondeu: *“porque eu já tinha isso, da história do sindicato ser um espaço de fazer justiça. Eu vim para São Paulo para trabalhar e fazer faculdade para ser uma juíza, porque eu queria fazer justiça”*.

Essa fala corresponde ao seu desejo de infância/juventude, qual seja, o de ser juíza, para fazer justiça. Nota-se, assim, que a sua verve política e ética já se fazia sentir desde pequena, pois como ela mesma disse, *“tinha uma coisa muito forte assim em mim...”*. Seu desejo, desde criança era o de “fazer justiça”, ou de lutar contra um mundo de injustiças e, neste sentido, achava que o sindicato seria *“um espaço importante para fazer justiça”*.

Uma vez no sindicato, muitas foram as ações desenvolvidas. De acordo com seus relatos, mesmo em condições estruturais bem adversas, na década dos anos 1990, sua atuação no âmbito da ação sindical se destacou, tendo sido reconhecida sua capacidade em “sindicalizar...”.

Inquietou-nos saber se o fato de ser mulher teve algum “peso” à sua indicação para o cargo na executiva, como diretora ou mesmo como candidata a presidenta, ao que Rosa L. respondeu categoricamente: *“não!”*. A justificativa à indicação apoiou-se em sua capacidade de “sindicalizar”. Tal posicionamento, corroborado pela negativa e a respectiva justificativa, de algum modo forneceu-nos indícios de sua linha de pensamento, tanto em relação à sua abordagem pessoal, quanto à questão de gênero, dando uma ênfase à sua performance como sindicalista.

PRESIDENTE NÃO, PRESIDENTA!

Após três gestões como diretora regional, Rosa L. passou a fazer parte da executiva do sindicato. A estrutura da diretoria era composta de oitenta e oito diretores, divididos da seguinte forma: doze membros na diretoria executiva; cinco membros

no conselho fiscal; vinte membros representando as empresas do setor; dois membros representando profissionais de compensação e da noite; e quarenta e nove membros representando as regiões das bases territoriais. Um aspecto a se ressaltar em relação à Executiva do sindicato é que, em 2013, a sua composição compreendia setenta por cento de mulheres.

Assim, num primeiro momento, Rosa L. passou a integrar a Secretaria de Assuntos Jurídicos, mais adiante, a Secretaria de Organização e Suporte Administrativo, tendo assumido a Secretaria Geral em 2004-2005. Em junho de 2010, assumiu interinamente a presidência, e em 2011 se deu a eleição na qual encabeçou a chapa como candidata a presidenta. A sua chapa elegeu-se com a maior votação da história do sindicato (84% dos votos), mas, conforme a sua fala, o mais significativo é que foi a “primeira vez que teve uma mulher assumindo a presidência mesmo. Em oitenta e sete anos e eu me elegi presidenta”.

Com essa importante posição, Rosa L. conquistou uma projeção nacional, uma vez que quem ocupa a presidência do sindicato da categoria profissional também assume a coordenação do Comando Nacional. Assim, perguntamos: o que significava, para você, ser mulher à frente da categoria? Rosa L. respondeu: *“eu digo o seguinte, que ser presidente do sindicato [...] é muito importante, é um desafio muito grande para qualquer pessoa, independente se é homem ou se é mulher”*. A partir dessa fala, ficou-nos mais evidente a relutância em colocar a dimensão dela, como mulher, ao responder à pergunta, uma vez que se esperava que a pergunta fosse enfrentada a partir de um olhar feminino, ou seja, *“o ser mulher à frente do sindicato...”*.

Após essa fala de Rosa L., sucedeu-se uma série de menções a importantes personagens que passaram pela presidência do sindicato (todos homens). A partir desta manifestação, aproveitamos a oportunidade e fizemos o seguinte comentário: *“é, você mesma disse... assim, é um ambiente muito masculino, né!?”*. Após esta manifestação, Rosa L. deu um depoimento dos mais relevantes:

[...] quando você pensa que é... a primeira vez que tem uma mulher na presidência, porque eu via várias mulheres de vários lugares [...] elas olham e me veem aqui e elas acham assim...se sentem representadas, é um pouco, sabe!? [...] é sinal do seguinte, é um pouco disso aí...A mulher pode! Lugar de mulher é em todo lugar, qualquer lugar [...]. É em todo lugar, inclusive no poder, porque isso é espaço de poder. Entendeu!? [...] E aí eu sabia o tamanho né!? O peso dessa responsabilidade, porque pensava o seguinte: se tem que dar certo para qualquer homem, para qualquer pessoa que venha para cá, para a primeira mulher tem que dar mais certo ainda [...] é um pouco disso...cobrança, eu acho que a cobrança é grande, ela é... sutil!

O trecho: “*para a primeira mulher tem que dar mais certo ainda*”, parece-nos representativo da fala de grupos sub-representados, pois se entende que não se trata da fala da mulher, mas da fala do homem pronunciado pela mulher. Em outras palavras, depreende-se que só se “chegaria lá” se a mulher desempenhar um papel esperado pela ótica masculina e, neste sentido, a mulher teria que mostrar mais competência do que o homem, “não pode errar”, “tem que dar certo”.

Adiante na conversação, Rosa L. tentou trazer à tona a sua identidade mulher/pessoal, quando diz: “*Acho até que, sei lá, a gente também...sou uma mulher, sou nova né!? E isso...desperta nas pessoas uma curiosidade [risos]. O que é?! O que vai dar [risos]?! Mas quem conhecia, sabia da minha trajetória, da minha responsabilidade né!?*”

Ao escutar essa fala, surgiu a impressão de que havia uma tentativa de trazer a conversa para o lado da dimensão mulher/pessoal, mas logo emergiu um discurso voltado à performance, “*quem conhecia, sabia da minha trajetória, da minha responsabilidade*”. Nesta fala, voltou a prevalecer a ideia de meritocracia, ou seja, uma perspectiva baseada na dissolução da diferença e não na identidade do grupo social (mulheres), afinal “*o que importa é competência, independentemente se for mulher ou homem*”.

SINDICATO E GÊNERO: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?

No tocante à gestão de Rosa L. no sindicato, perguntou-se: quais foram os principais desafios enfrentados por ser mulher e como os enfrentou? A isso respondeu que nasceu “numa cidade do interior da Bahia, muito machista, pois brasileiro é machista, nordestino também”. A partir deste ponto, ela se abriu um pouco mais, e retomou uma dimensão que “estava a evitar”, o seu lado mais pessoal, portanto, menos sindicalista-militante-presidenta. Sua fala remontou à sua infância e ao mesmo tempo refletiu o início da entrevista, quando falou sobre casamento e filhos:

eu me lembro que eu olhava assim e falava, desde menina eu pensava, eu não consigo, eu não quero esse tipo de vida [risos].

Claro, nunca sonhei em casar, ter filhos. Não. Ter filhos eu sonhei mas...não casar e ter aquele casamento bem tradicional.

Eu olhava os casamentos e pensava, eu não quero isso para mim.

O interessante é que, nesse ponto, Rosa L. começou a falar de si, quase que espontaneamente. Após rápida interrupção da entrevista, perguntou-se novamente sobre os desafios que enfrentou e como os enfrentou. Aí sim é que foi possível

perceber como a participante estava a falar de si, numa dimensão menos institucional, conforme se pode notar pela fala a seguir: “ah sim, a questão de gênero”. E justificou-se: “*não, porque eu acho que tem a ver com o que você pensa né!? Nas coisas que a gente acredita*”.

Entretanto, algo intrigante aconteceu, uma vez que sua fala começava a tomar novamente um tom mais institucional, de repente tomou um rumo mais pessoal e de grupo social (mulher), as expectativas dos papéis femininos, e o quanto a incomodava desde cedo o papel de subordinação imposto por uma sociedade patriarcal, como segue:

Muitas mulheres passaram por aqui pelo sindicato, e tem uma trajetória de luta das mulheres, tá!? [...], mas eu lembro que ...só para corrigir aquela história da... eu não queria aquele tipo de casamento... eu falava para a minha mãe assim... para as minhas irmãs... eu não quero me casar na igreja e nem no civil, eu quero encontrar, no dia que eu encontrar, a pessoa que eu acho que vale a pena, que consiga né?! Conviver com esses... [risos] ...essa minha visão de mundo, que as mulheres são iguais [...] essa divisão do trabalho doméstico é uma coisa terrível! E eu já questionava desde menina, porque eu achava um absurdo! Quem falou que a mulher tem que ficar responsável em educar o filho sozinha?!

À primeira vista, essa fala que até pode parecer despreziosa, dentro do contexto se mostra significativa, uma vez que traz à tona vários obstáculos à inclusão das mulheres nas organizações, como por exemplo, a divisão sexual do trabalho doméstico, o automatismo da ideologia patriarcal, entre outros aspectos. Mas o mais importante foi uma necessidade da participante em falar de questões que, até então, estavam em um segundo plano durante a conversação.

Então, mais uma vez, a narrativa foi por um caminho menos institucional, ao falar da naturalização da divisão sexual do trabalho e sua defesa por maior igualdade de papéis, questões que trazem implicações acentuadas na vida profissional das mulheres:

Isso afeta demais a vida profissional das mulheres, isso afeta demais. Essa divisão sexual do trabalho, essa visão do que é papel do homem e da mulher, é que afeta a vida das mulheres, afetou muito tempo e afeta né!? [...] eu olhava e pensava: não quero esse papel, não quero isso para mim, não desse jeito né!? [...] a união tem que acontecer com respeito né!? De uma igualdade.

No sindicato, um dos momentos importantes foi o contato e a atuação com o coletivo de gênero. Segundo o relato, esse grupo tinha claro que a discussão sobre a questão de gênero não poderia ficar restrita “ao gueto”, mas sim pautar o debate dentro do sindicato, da própria central sindical, entre outros espaços, de modo a discutir a situação da mulher trabalhadora, da mulher dentro da categoria profissional. A reflexão que se segue, deixa claro como esse processo, que poderíamos chamar de educativo, não foi tão tranquilo dentro do sindicato.

[...] acho que a gente evoluiu muito, porque nessa época as pessoas diziam, faziam piadinhas no corredor assim: ah o coletivo, a comissão do vaporetto. É, o vaporetto é aquele que limpa, que faz limpeza da casa [...]. Comissão vaporetto...aí a gente falava assim: ah, essas brincadeiras como é que a gente vai fazer? A gente responde ou não responde? [...] na verdade, nós tínhamos que ocupar nosso espaço. Foi isso o que nós decidimos, então não podíamos falar só de mulher [...] é um equívoco, tem que falar de tudo! [...] a gente queria, vinha chegando cheia de vontade de mudar o mundo! [risos].

Esse posicionamento estratégico, decidido no âmbito do coletivo de gênero, pareceu-nos relevante para que a questão de gênero não ficasse restrita ao próprio grupo, ou a uma secretaria para mulheres, mas sim que pudesse ter uma maior visibilidade e amplitude. Um dos resultados práticos desta luta, conforme as palavras de Rosa L., é que

[...] hoje, você não tem graça fazer piada de mulher, dependendo do sindicato, já faz tempo que não tem mais graça, depois não tem mais graça, não tinha mais a comissão vaporetto, não tinha mais graça entendeu!? Então o pessoal parou de fazer piada, mas tinha gente que me perguntava assim: aí, por que você está na comissão de gênero? Você nem é tipo mal-amada, feia, por que você tá lutando lá?

Perguntamos se o fato da participante ter se tornado presidenta provocou mudança em sua atitude, comportamento, estilo de gestão, ao que Rosa L. respondeu: eu diria que não é só que mudou ... não tinha essa experiência da presidência, eu tinha experiência da geral ... quando assumo a presidência, eu acho que vou criando meu próprio estilo, entende!? Vai, a gente vai fazendo o próprio [risos] estilo.

Com a intenção de analisar o discurso para dentro do sindicato, emergiu a seguinte pergunta: como o sindicato vem atuando na questão de gênero na gestão do próprio sindicato? Nesta perspectiva, pode-se dizer que as ações para fora do sindicato, no que tange à questão de gênero, correspondem à ação para dentro do próprio sindicato. Ou seja, o sindicato tem buscado um ambiente de inclusão e de justiça social.

Em um sentido mais amplo, com o objetivo de obter uma base contextual um pouco mais sólida, perguntamos: em que contexto econômico, social, político, começou a existir uma participação mais efetiva das mulheres no sindicato [da categoria]? Nota-se que ao procurar responder à questão, Rosa L. não se esqueceu de reconhecer os esforços de militantes feministas do passado, ou seja, houve uma preocupação de fazer um resgate histórico da luta da mulher no âmbito do próprio sindicato, o que nos forneceu uma ideia de processo. Contudo, pareceu-nos que o ano de 1997 foi decisivo, uma vez que ocorreu um incremento ao debate interno no sindicato sobre a temática, tendo em vista uma mudança interna e externa.

O processo educativo dentro do próprio sindicato, aliado à estratégia de não se restringir o debate, bem como as ações sistemáticas da secretaria de mulheres, poderiam ser considerados decisivos para o relativo êxito do sindicato numa gestão da diversidade de gênero. Diante disso, procurou-se saber quais eram os principais desafios para o sindicato no que tange à questão de gênero e trabalho. A este questionamento, Rosa L. trouxe duas dimensões das mais importantes e atuais nos debates sobre a questão de gênero, quais sejam, a divisão sexual do trabalho (inclusive o doméstico) e a inclusão da mulher nos setores econômicos e nas próprias organizações.

Percebeu-se também, que a utilização do termo presidenta, não é um mero preciosismo de Rosa L., ao invés disso, é uma tentativa de restaurar o “corpo ausente do sexo feminino no trabalho” (ACKER, 1990), pois quando se pensa sobre a palavra “presidente”, logo se pensa em um homem.

DISCUSSÃO

O fato de Rosa L. dedicar tanto tempo à militância implica que lhe reste pouco tempo para cuidar de outros campos da vida. Esta dificuldade, que a maioria das mulheres encontra em praticamente todos os campos profissionais, tem a ver com questão da divisão sexual do trabalho doméstico, que dificulta a sua inserção e desenvolvimento no âmbito do trabalho.

Nesse ponto, vale a pena lembrar Kergoat (2009), quando diz que não se trata apenas de uma mera repartição “complementar” das tarefas entre homens e mulheres, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. De acordo com

Hirata e Kergoat (2003), este é um sistema no qual, sob diversas formas, “o trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher”.

Uma consequência lógica dessa situação é que a mulher sofre uma sobrecarga de afazeres, tendo menos chance de aproveitar as oportunidades de carreira do que os homens, a não ser que sejam assimiladas pelo grupo majoritário.

Outro resultado importante da pesquisa, foi aquele relacionado à não predominância da questão de gênero na indicação de Rosa L. à executiva, à diretoria e à cabeça de chapa à presidência, o que, em sua visão, tinha a ver à sua performance como sindicalista. Neste aspecto, a participante apresentou um discurso mais próximo de uma teoria feminista liberal, a qual possui como um dos pressupostos epistemológicos básicos “a neutralidade em relação ao gênero”, afinal o que conta seria o mérito (CALÁS; SMIRCICH, 1998).

O alinhamento à ideia de gênero neutro, de uma dissolução da diferença, indicaria uma tendência à construção de uma organização “desgenerificada” (LIFF, 1997), de uma “blind identity” (CALÁS; SMIRCICH, 1998).

Com intuito de compreender o significado atribuído pela participante a respeito da mesma ser uma mulher à frente do sindicato, percebe-se uma certa “tendência” à “desgenerificação” da questão, uma vez que, segundo suas palavras, “é um desafio muito grande para qualquer pessoa, independente se é homem ou se é mulher [...]”. Tendo em mente esta fala, torna-se mais evidente a relutância em colocar a dimensão de gênero no discurso, uma vez que o que se esperava, era que a pergunta fosse enfrentada a partir de um olhar do “ser mulher à frente do sindicato...”.

Em determinado momento da conversação, a série de menções a importantes personagens que passaram pela presidência do sindicato, causou-nos a impressão de que poderia ser uma forma que Rosa L. encontrou, de alguma maneira, para ressaltar o desafio que enfrentava como a primeira mulher presidenta de uma organização sindical tão importante. Além disso, “tem que dar mais certo ainda...” – por ser mulher – proferida por Rosa L., pode ser considerada como uma fala representativa de grupos sub-representados, o que nos permite inferir, que neste depoimento há um discurso subjacente do homem a colonizar o pensamento da mulher.

Nessa condição, a mulher até poderia ocupar espaço de poder, desde que abdique de algumas peculiaridades do ser mulher, em outras palavras, “só se chega lá se ela desempenhar um papel esperado”. Não qualquer papel, pontue-se, mas um papel esperado/determinado pela ótica masculina. Esta proposição se alinha a muitas pesquisas que revalaram que a sub-representação das mulheres associa-se às pressões crescentes de desempenho, ao isolamento de redes sociais informais e profissionais e ao papel estereotipado atribuído às mulheres (ELY, 1995).

Outro ponto alto da conversação tem a ver com a vivência da participante no coletivo de gênero na organização sindical. Nesta experiência, definiram-se algumas linhas de ação estratégicas por parte do coletivo, quais sejam: 1) não restringir o debate ao próprio coletivo; 2) pautar o debate ao interseccionar a questão de gênero à dimensão do trabalho; 3) não pretender conquistar uma “secretaria da mulher”, uma segregação ocupacional, mas pleitear todos os espaços. Tais linhas de ação visavam a não “guetificação” da luta.

Dentro dessa perspectiva, particularmente em relação ao intercruzamento dos temas gênero e trabalho, tornou-se patente que o foco do sindicato era o trabalho, o que não é de se estranhar, haja vista a sua própria natureza constitutiva. Assim, pode-se considerar que o sindicato possui uma postura feminista voltada à abordagem marxista, uma vez que “o feminismo precisa adotar o ponto de vista de uma classe oprimida sob o capitalismo, pois assim representa os interesses da sociedade em sua totalidade” (CALÁS; SMIRCICH, 1998, p. 279).

Outro elemento relevante na pesquisa, é a disputa até mesmo no “nível” semântico, pela utilização, por exemplo, do termo “presidenta” e não “presidente”. A este respeito, vale a pena lembrar a perspectiva proposta por Acker (1990), para quem é necessário buscar restaurar o “corpo ausente do sexo feminino no trabalho”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em determinados espaços organizacionais, as mulheres, na maior parte das vezes, encontram-se sub-representadas no que se refere a recursos, poder, status e legitimação. De alguma maneira, esfera sindical ainda pode ser considerada um destes espaços.

Os resultados da pesquisa sugerem que as questões de gênero e a trajetória profissional de Rosa L. possuem forte relação, pois em vários momentos a mesma exteriorizou suas posições ideológicas e políticas sobre a questão em foco. Entretanto, essa visão não se mostrou isenta de contradições, uma vez que sua fala tendia a uma certa “degenerificação” da trajetória.

Apesar disso, saliente-se a importância atribuída por Rosa L. à questão da divisão sexual do trabalho, fator este que nos pareceu decisivo em sua luta feminista, haja vista que uma consequência desta visão/estrutura discriminatória, é que a mulher teria menos chance de aproveitar as oportunidades de carreira do que os homens, a não ser que venham a ser assimiladas pelo grupo majoritário.

É interessante perceber como a ideologia e o discurso patriarcal são persistentes – apesar do engajamento politizado nas questões feministas em determinadas organizações – de modo que se reproduzem, em maior ou menor grau, nas representações de grupos sub-representados.

Quanto às abordagens feministas subjacentes aos discursos de Rosa L., foi possível identificar que, num plano pessoal, houve uma predominância de uma perspectiva liberal, enquanto o discurso e a própria prática institucional, a uma abordagem marxista. A compreensão da natureza das lutas sociais que deu origem ao movimento sindical, mostrou-se importante para definir estratégias de influência da pauta feminista nas lutas sociais tradicionais no mundo do trabalho.

Além disso, o fato da participante se utilizar do termo “presidenta” traz à tona uma postura direcionada a uma perspectiva que visa restaurar o “corpo ausente do sexo feminino no trabalho”.

Quanto aos limites do trabalho, há a restrição do mesmo a um único caso. Contudo, reconheça-se que a estratégia de pesquisa adotada permitiu que o tema fosse abordado com alguma profundidade.

Para fins de realização de futuros estudos, sugere-se pesquisas que tomem como foco organizações sindicais de setores que envolvam mão de obra majoritariamente feminina, como por exemplo o setor têxtil. Além disso, estudos podem vir a ser realizados a partir de centrais sindicais e confederações nacionais de entidades sindicais.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. **Gender and Society**, n. 4, v. 20, p. 139-158, 1990.
- CALÁS, Miguel. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas estudos organizacionais. In: CLEGG, Steward. R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. v.1.
- CLOSS, Lisiane Q.; ANTONELLO, Claudia. S. O uso da história de vida para compreender processos de aprendizagem gerencial. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 4, São Paulo, p. 44-74, 2011.
- CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEMARTINI, Zeila B. F. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: SIMON, G. M. V. (Org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1998. p. 44-105
- DENZIN, Norman K. **Interpretative biography**. Newbury Park: Sage, 1989.
- DESLAURIES, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 127-153
- ELY, Robin J. The power in demography: women's social constructions of gender identity at work. **Academy of Management Journal**, v. 3, n. 38, p. 589-634, 1995.
- HANASHIRO, Darcy. M. M. Convivendo com a diversidade cultural. In: HANASHIRO, Darcy. M. M.; TEIXEIRA, Maria Luisa M.; ZACCARELLI, Laura M. (Orgs.). **Gestão do fator humano: uma visão baseada em stakeholders**. São Paulo: 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p.153-172.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac, 2003. p. 145-168
- JAIME, P.; GODOY, A. S.; ANTONELLO, C. S. História de vida: origens, debates contemporâneos e possibilidades no campo da administração. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2007, Recife. **Anais...** Recife: EnEPQ, 2007. p. 1-16.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABOIRE, F.; LE DOARE, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.
- LIFF, S. Two routes to managing diversity: individual differences or social group characteristics. **Employee Relations**, v. 1, n. 19, p.11-25, 1997.
- LODEN, Marilyn; ROSENER, Judy B. **Workforce America!** EUA: McGraw-Hill, 1991.
- MANZINI-COVRE, M. L. **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MORGAN, Gareth. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, Miguel P.; BERTERO, C. O. (Coords). **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 58-71
- NKOMO, S. M.; COX JR., T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais** São Paulo: Atlas, 1999. v.1, p. 334-360
- O'MARA, J. Managing diversity. In: TRACEY, W. R. (Ed.). **Human resources management & development handbook**. New York, Amacon, 1994.

ROGERAT, C.; ZYLBERBERG-HOCQUARD, M-H. Sindicatos. In: HIRATA, H.; LABOIRE, F.; LE DOARE, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.236-240.

SEGNINI, L. R. P. Nota técnica: do ponto de vista do Brasil: estudos organizacionais e a questão do feminismo. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999, v.1. p. 130-133

THOMAS, D. A.; ELY, R. J. Making differences matter: a new paradigm for managing diversity. **Harvard Business Review**, Boston, v. 74, n. 5, 1996.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

A cidade, a comunicação e as mulheres: atuação de coletivos feministas no Rio de Janeiro¹⁷

*Mariah Christine Rafael
Guedes da Silva*

O desenvolvimento da comunicação representa uma acentuação do papel das cidades e a publicidade é parte integrante deste contexto. Neste cenário eclodiu a “Primavera das Mulheres” (2015), com coletivos feministas realizando marchas públicas e intervindo em peças publicitárias e de comunicação urbana como outdoors. Este artigo analisa os efeitos da publicidade no ambiente urbano, tendo como objeto de estudo a violência simbólica sobre os corpos femininos no Rio de Janeiro na contemporaneidade.

¹⁷ Este texto é uma versão do trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas do Intercom 2017.

**A cidade é assim / A mulher e a cidade /
Representam para mim / Amor e liberdade.
(Moraes Moreira)**

**Todos os devires começam e passam pelo devir-mulher.
(DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 70).**

O trabalho analisa de que formas se dá a relação entre cidade e comunicação – mais especificamente a publicidade – sob a perspectiva das mulheres, no contexto da atuação de coletivos feministas ciberativistas em novembro de 2015 durante a “Primavera das Mulheres” pelas capitais brasileiras, incluindo a cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Conforme mencionado por Manuel Castells (2013, p. 157), “[...] movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social”. E, com o uso das redes sociais no século XXI, observa-se uma potencialização na interação em redes por grupos como coletivos feministas, que passam a ter uma nova ferramenta de atuação política em diferentes ambientes. Há uma ampliação da ação desses grupos a partir do momento em que os usuários de internet têm a possibilidade de interagir com demais integrantes, atuando, por exemplo, para ‘curtir’ comerciais, questionar ações de governos e de empresas ou até mesmo agendar a mídia.

Sobre esta função da comunicação na internet e sua relação com a cidade, Massimo Canevacci (2008) afirma que:

a comunicação na era digital é ainda mais importante. Seja pelo aspecto produtivo, seja pelo aspecto de valores, de comportamento, pela maneira de falar, de estabelecer uma relação com o corpo, e também com a identidade. E também a cultura. Não no sentido antropológico, não como cultura intelectual, mas a cultura como estilo de vida é cada vez mais parte do constitutivo da nova metrópole.

Partindo deste pressuposto, cabe observar as reverberações que a onda atual do movimento feminista no Brasil tem tido na transformação da cultura e da comunicação pós-modernas nas cidades, com destaque para a crítica à incitação feita por meio da publicidade de um tipo de violência “sutil”, que “se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento” (BOURDIEU, 2016, p. 11), ou seja, a violência simbólica em si. Para romper com este ciclo, Bourdieu salienta que é necessário:

[...] convocar as mulheres [e] [...] desejar que elas saibam trabalhar para inventar e impor formas de organização e de ações coletivas e armas eficazes [...] capazes de abalar as instituições, estatais e jurídicas, que contribuem para eternizar sua subordinação (p. 8-9).

E por que agir contra a representação dos corpos femininos apresentados pela publicidade nas cidades? Segundo Alain Touraine, dentre as figuras que tentam subordinar as mulheres por meio da violência simbólica, destacam-se os principais integrantes no contexto da comunicação:

[...] são os profissionais da mídia que as mulheres consideram como inimigos, e, em particular, os publicitários que frequentemente as transformam em objetos sexuais. [...] No mundo da comunicação, deixar roubar sua imagem é uma expressão análoga àquela que ocorreu na sociedade industrial, ou seja, deixar-se explorar em seu trabalho (TOURAINÉ, 2007, p. 102).

A publicidade comercial em geral irá atuar para manter ou reforçar esta opressão, em especial ao se analisar tanto o corpo (especificamente o feminino no escopo deste trabalho) quanto a cidade (aqui observando uma metrópole como a cidade do Rio de Janeiro) como “produtos da economia especulativa e espetacular, do marketing e do branding urbano que promovem o controle de subjetividades” (JACQUES; BRITTO, 2015). Além disto, é importante questionar como a comunicação perpassa as cidades neste contexto: “pensar o papel da cidade na cultura contemporânea envolve necessariamente uma leitura dessa cidade como parte integrante de um sistema comunicacional” (PRYSTON, 2009, p. 100). Neste sistema, a cidade tem narrativas que se conectam pela comunicação.

É pensando nesta relação que se acrescenta a publicidade. Exposta em anúncios externos, como outdoors, as campanhas publicitárias são chamarizes visuais e até mesmo arquitetônicos no ambiente citadino, conforme mencionado por Canevacci (2004, p. 184):

os grandes cartazes publicitários das ruas – os outdoors – são uma fonte tão inexaurível quanto renovável de comunicação urbana. Neles é possível ler-se não só a mensagem explícita, a que se destina vender, mas também o sistema de valores de uma determinada época, num específico contexto sociocultural.

Com isto, ao manifestar-se ativamente sobre estas intervenções urbanas (por meio de pichações sobre outdoors, por exemplo), “as mulheres constroem pontes possíveis para a superação da lógica excludente e violenta que o capital impõe às cidades” (GUIMARÃES, 2016, p. 187).

Embasado neste referencial teórico preliminar, este artigo tem como objetivo principal analisar de que formas se dá a relação entre cidade e comunicação (aqui pensada como publicidade) sob a perspectiva das mulheres. Para tanto, foi utilizada metodologia de análise de notícias e matérias sobre a “Primavera das Mulheres” que foram publicadas no período de novembro de 2015 em sites brasileiros de grandes conglomerados de mídia.

A justificativa de se atentar para este tipo de problemática relaciona-se a duas observações empíricas: que as questões femininas estão em emergência na sociedade contemporânea e que as redes sociais estão auxiliando a organização e a interação de coletivos feministas no âmbito das cidades – caso de metrópoles como o Rio de Janeiro.

Já a hipótese tida como premissa básica para este artigo é a de que a ocupação dos espaços urbanos pelas mulheres configuraria exercício de cidadania, podendo gerar melhoria na qualidade de vida para os habitantes das cidades em geral. Demais referenciais teóricos estão sendo utilizados para corroborar esta visão, conforme apresentado no decorrer deste trabalho.

A PUBLICIDADE COMO FORMA DE INTERVENÇÃO URBANA

Ao analisar a utilização do espaço urbano como ambiente de veiculação de campanhas publicitárias, Naomi Klein cita a dificuldade de se ocupar espaços públicos para intervenções de cunho social, afirmando que “uma das ironias de nossa época que agora, quando a rua se tornou a mercadoria mais quente na cultura da publicidade, a própria cultura das ruas esteja sitiada” (KLEIN, 2002, p. 226). Assim, entendendo a publicidade como forma de intervenção urbana, é pertinente avaliar o efeito dela na construção da cidade.

Pode-se considerar, por exemplo, que imagens publicitárias têm sido reconhecidas como impactantes o suficiente para interferir na saúde física e mental das pessoas em geral, com cerca de 2% da população mundial sofrendo de transtornos de imagem como dismorfia corporal (VIDALE, 2016), e, em especial, das mulheres, mais acometidas por estes males. No caso do Rio de Janeiro, cidade com 53% de mulheres conforme Censo 2010 (IBGE, 2010), a relação “mulher x cidade” é pertinente de se analisar. Se aproximadamente 44% dos assassinatos de mulheres desta cidade são feminicídio (GALDO, 2017), pode a mulher carioca ser livre neste ambiente de opressão?

Mais especificamente para este artigo, o que se apresenta é a atuação de coletivos feministas durante a “Primavera das Mulheres”, forma que as mulheres utilizaram em 2015 para tentar se livrar das amarras da violência simbólica cometida por ferramentas políticas de controle, como outdoors.

Estas peças de comunicação estão por todas as esquinas e possuem histórico de denúncia devido ao conteúdo pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR). Apesar da atuação do órgão, com elaboração de códigos e cartilhas de orientação normativa e também com fiscalização punitiva, é pertinente a apresentação de projetos de lei que visem diminuir a exposição negativa e os efeitos que anúncios publicitários opressores podem ter nas mulheres, como o PL #4809/2016 (federal) e o PL #1844/2016 (estadual no âmbito do RJ).

Além disso, se a maior parte da população brasileira considera que há inadequação midiática na identificação de mulheres na publicidade, com as mulheres e os homens percebendo sub-representação feminina nos anúncios veiculados no país (56%, segundo dados do Instituto Data Popular de 2013 apresentados pela Agência Patrícia Galvão), é necessária uma análise.

Em países como a Venezuela (DIP, 2015), por exemplo, a violência midiática é considerada um tipo de violência simbólica. Assim, a existência destes projetos de lei e a ação de coletivos feministas repercutem na sociedade, tendo ainda mais importância na reformulação do espaço urbano e ressaltando a importância de se conscientizar sobre o tema e utilizar as empresas para reforçar este assunto em campanhas publicitárias.

A publicidade comercial, que, no contexto pós-moderno, “se tornou a cultura da sociedade de consumo” (SAMARÃO, 2014, p. 84), é um ambiente de construção de identidades e de representação social, como a das mulheres. É neste contexto que a publicidade se destaca, já que são os anúncios que revestem os bens de valores. Everardo Rocha e Marina Frid citam que:

o consumo é uma das arenas onde valores são atribuídos e se realizam as classificações no mundo moderno-contemporâneo. Será através de mecanismos do design, marketing e publicidade que produtos e serviços irão adquirir significados, que são amplamente difundidos pelos diversos meios de (ROCHA; FRID, 2013, p. 151-152).

Essa difusão auxilia na propagação de uma determinada imagem feminina perante a sociedade, e a forma com que o contexto publicitário enquanto mídia afeta o mundo globalizado ocidental demonstra como o consumo interfere em questões como a autoidentificação da personalidade. Rachel Moreno ressalta que:

a indústria da propaganda e todo o jogo de sedução em torno do consumo são sofisticados, insinuantes e poderosos [...], ajudando a determinar nossa autoimagem [das mulheres], nossas aspirações quanto à aparência e à nossa forma de nos posicionar sozinha ou num relacionamento. [...] A aparente aceitação de uma maior diversidade, na vida real e na mídia – quer de modelo, quer de pensamento, quer de espaço para o contraditório –, se dá a duras penas (MORENO, 2008, p. 68-69).

Se, por um lado, empresas e marcas de grandes corporações conseguem expor suas mensagens abertamente em outdoors, conforme crítica de Klein anteriormente mencionada, coletivos feministas são marginalizados quando tentam atuar nestes mesmos lugares. Em São Paulo (SP), por exemplo, grupos de street art foram considerados “vândalos” por interagir sobre campanhas publicitárias (vide Figura 1), e fizeram justamente uma provocação a partir desta alcunha.

Figura 1 – Praça da Sé (SP)



Fonte: xbingox (Flickr)

Disponível em: <https://goo.gl/JemM2G>. Acessado em 20 ago 2017.

Com isso, a internet e, principalmente, as redes sociais, se tornam um espaço de colaboração, interação e atuação de agentes do feminismo – em especial levando-se em consideração que as mulheres são as maiores usuárias da web no Brasil: 53%, de acordo com dados do Ibope de 2015¹⁸.

¹⁸ Site do IBOPE, categoria de “Notícias”. Disponível em: <https://goo.gl/S3jU1r>. Acesso em: 20 ago. 2017.

revisitados do passado com as conquistas realizadas pelos movimentos feministas” (SANTAELLA, 2008, p. 109). E é por meio da mídia, em especial publicitária, que se incorporam certos conceitos a esta figura feminina, interferindo diretamente na forma como ela ocupa o espaço urbano.

PRIMAVERA DAS MULHERES: POR UMA CIDADE FEMININA

No livro *O mundo das mulheres* (2007), Alain Touraine destaca que movimentos sociais podem ser subdivididos em outras categorias – como os movimentos culturais. É neste “item” que autor insere o movimento das mulheres, pois, para ele, o feminismo se relaciona a processos de subjetivação para afirmar um pertencimento identitário, e não uma contestação de status.

Especificamente no caso das cidades, a forma com que homens e mulheres a percebem e nela interagem é diferente, conforme análise ensaística feita por Richard Sennett (2008). Historicamente, estas relações entre cidade e corpo remontam à Grécia, em que o exercício da cidadania era exclusivo dos homens. Na comparação que o autor faz com Nova York da década de 1990, este tipo de problema permanece ao se excluir as mulheres de decisões na participação das cidades, o que pode ser relacionado ao seu direito à cidade (LEFEBVRE, 2000), e a partir de suas particularidades como figura feminina. Portanto, quando as mulheres ocupam as ruas, elas estão se envolvendo com a cidade e assumindo seus lugares de protagonistas na construção da história.

É importante ressaltar que a nomenclatura “Primavera das Mulheres” é similar à de outras denominações de levantes de resistência popular que foram mobilizados e impulsionados pelas redes sociais no século XXI e que posteriormente tomaram as ruas, como a Primavera Árabe, em 2011. Foi como desdobramento de encontros feministas online que eclodiu em novembro de 2015 este movimento no Brasil, com ocupação das cidades por estes grupos que se reuniam virtualmente – como a ONG Think Olga, que lançou online a campanha “Chega de FiuFiu”, contra o assédio nas ruas (vide Figura 3).

No entanto, em casos como o brasileiro, a politização de coletivos feministas perpassa mais por questões culturais e de estrutura social gerada pelo patriarcado (como direitos civis) do que por direitos políticos. A liberação do corpo, comum na segunda onda do movimento feminista nos anos 1960, volta a ser uma demanda no Brasil conservador mais de 50 anos depois. Direitos reprodutivos e acesso à saúde pública foram alguns dos motes da mobilização organizada online e realizada nas ruas (vide Figura 4).

Figura 3 – Adesivo disponibilizado pela Think Olga



Fonte: Think Olga

Disponível em <https://goo.gl/SAVq8R>. Acessado em 20 ago 2017.

Figura 4 - Mosaico de imagens do Centro do Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: Portal de Notícias G1

Disponível em <https://goo.gl/L4oPVi> e <https://goo.gl/2HyYvX>. Acessado em 20 ago 2017.

No período da “primavera”, dentre alguns temas que foram publicizados via Twitter estão aqueles motivados pelas hashtags de assuntos feministas, como #primeiroassédio, #primaveradasmulheres e #meuamigosecreto. Até então, ao existir somente virtualmente, esse tipo de movimento poderia ter se auto invisibilizado. Mas, ao ocupar as ruas e questionar paradigmas, imposições políticas e estratégias socialmente construídos, a atuação destes coletivos feministas se configura como movimento social.

Para além da subcategorização cultural mencionada por Touraine (2007), conforme destacado anteriormente, são marchas mundiais como a contra a posse do

presidente norte-americano Donald Trump (19 a 21/01/2017) e a da greve do Dia Internacional das Mulheres (08/03/2017), que também ocorreram no Rio de Janeiro, que se somam à eclosão feminista de 2015 e vão se tornando eventos públicos de grande aglomeração de pessoas em busca de causa única – no caso, pela valorização de mulheres e contra sua objetificação, seja pela mídia, seja por demais estruturas sociais de controle.

REVERBERAÇÕES DA “PRIMAVERA DAS MULHERES” NO RIO DE JANEIRO

Para Henri Lefebvre, o direito à cidade é um direito de todos (e, conseqüentemente, de todas). Segundo o autor, “os espaços sociais se compenetraram e/ou se superpõem” (LEFEBVRE, 2000, p.76) por meio das interações das pessoas nestes ambientes. É relevante ressaltar ainda que Louis Wirth destaca que o desenvolvimento da comunicação representa uma “nova época na história humana, acentuando o papel das cidades como elementos dominantes na nossa civilização” (WIRTH, 1973, p. 93). Assim, ao ocupar as ruas do Rio de Janeiro, os coletivos feministas geraram reverberações no uso da cidade, e as mulheres exerceram seu direito a ela.

Como extensão dessa atuação política nas ruas, a própria “Primavera das Mulheres” virou parte da cultura carioca, tendo sido transformada em peça teatral, em uma espécie de “show-manifesto” pelo Museu do Amanhã, na cidade do Rio de Janeiro. O espetáculo foi realizado simulando um protesto, tal qual as marchas realizadas no período da mobilização nas ruas.

Já a hashtag #meuamigosecreto virou livro, assim como o Movimento Vamos Juntas? também organizado a partir de encontros virtuais e presenciais de feministas para compartilhar a ocupação de espaços urbanos por mulheres. Em decorrência destas hashtags, outras foram criadas em 2016 e 2017, como #agoraéquesãoelas, #niunaamenos e #mexeucumamexeucumtodas, sendo uma forma de desdobramento desse momento feminista que tem inspirado as relações sociais – e sendo por elas motivado. O que se observa na construção destas redes é a forma com que a ocupação do espaço público pelas mulheres vai moldando a cidade, sendo (re)construído um ambiente com uma crítica da violência simbólica colocada sobre a parcela feminina da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função da publicidade na sociedade contemporânea capitalista é inegável, e por isso é tão importante o seu controle social, em especial nos ambientes urbanos de uso comum entre pessoas. Conforme destacado, países como a Venezuela tipificam a

violência simbólica de forma mais clara que o Brasil, trazendo detalhamento sobre o que seria a violência publicitária / midiática, em especial a sexista e que reproduz outros tipos de preconceitos contra a figura feminina, ou reforça estereótipos. Este tipo de posicionamento resguarda minorias representativas (como as mulheres), visando diminuir possibilidades de manipulação pelas estruturas de dominação e controle que as restringem socialmente.

A própria “Primavera das Mulheres” parece ter se organizado a ponto de se politizar de forma partidária: na cidade do Rio de Janeiro, a vereadora Marielle Franco (PSOL), eleita em 2016, utilizou como plataforma de campanha e posterior programa de governo discurso similar ao dos eventos realizados em 2015. Isto é importante ao se considerar que o aumento da representação feminina em espaços tradicionalmente ocupados por homens auxilia na ruptura dos padrões de desigualdade e inequidade social.

Entendendo então que a atuação de coletivos feministas ocorrida na cidade do Rio de Janeiro durante a “Primavera das Mulheres” é experiência tanto teórica (no campo virtual) quanto prática (ao ir para as ruas) de ocupação do espaço urbano, elas podem ser consideradas exemplos de exercício de cidadania contra a violência simbólica que a comunicação impõe sobre os corpos femininos, sendo uma forma de resistência popular.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Categoria “Mulher e mídia”. **Dados do Instituto Data Popular de 2013**. Disponível em: <https://goo.gl/x5mSsp>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- CANEVACCI, Massimo. **Entrevista concedida à Julia Aguiar sob orientação do jornalista Wladimir Ungaretti**. Ago. 2007. Publicada em 11 abr. 2008 no site do Overmundo. Disponível em: <https://goo.gl/TQ2Y6j>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, São Paulo: Editora 34, 2008. v. 4.
- DIP, Andrea. **Machismo é a regra da casa**. Publicada em 13 mar. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/bnO5Rf>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- GALDO, Rafael. **Quase metade dos assassinatos de mulheres no Rio é feminicídio**. Publicada em 08 mar. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/qmT4KU>. Acesso em: 20 mar 2017.
- GÁRCIA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- GUIMARÃES, Carolina Costa Peterli. Por uma Cidade das Mulheres: reflexões feministas sobre a reconstrução do Rio de Janeiro. In: MENDONÇA, Amanda; TEIXEIRA, Kamila; BASTOS, Priscila. **Jovens pesquisadoras: entre estudos e militância**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016. p. 7-23.
- IBGE. **Dados do Censo do IBGE 2010**. Disponível em: <https://goo.gl/AMCT2k>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. Sujeitos corporificados e corpografias urbanas: em busca de um urbanismo incorporado. In: SILVA, Catia Antonia da; CAMPOS, Andreilino (Orgs). **Metrópoles e invisibilidades: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Faperj / Capes, 2015. p. 141-147
- KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2000.
- MORENO, Rachel. **A beleza impossível: mulher, mídia e consumo**. São Paulo: Ágora, 2008.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- PRYSTHON, Ângela. Negociações na periferia: mídia e jovens no Recife. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009. p. 99-113
- ROCHA, Everardo; FRID, Marina. A forma perfeita: o bem-estar e o modelo da mulher de revista. In: ROCHA, Everardo; PEREIRA, Cláudia (Orgs.). **Cultura e imaginação publicitária**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013. p. 170-182
- SAMARÃO, Lilianny. A mulher como embalagem do sistema: o corpo publicitário em debate. In: SIQUEIRA, Denise (Org.). **O corpo representado: mídia, arte e produção de sentidos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. P. 70-87.

SANTAELLA, Lucia. Mulheres em tempos de modernidade líquida. **Comunicação & Cultura**, Porto/Portugal, n. 6, p. 105-113, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/NFFnfJ>. Acesso em: 20 ago 2017.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIDALE, Giulia. **Um transtorno distorce a imagem que você tem do próprio corpo. Poucos o conhecem**. Publicada em 13/ maio 2016. Disponível em: <https://goo.gl/EzoE2P>. Acesso em: 20 ago. 2017.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 89-112

Outros olhares

Questões de gênero, mudanças sociais e adequação dos modelos de habitação das últimas décadas¹⁹

*Laís Santana Falcão,
Renata Jimenez de
Almeida-Scabbia e Luci
Mendes de Melo Bonini*

Descrevem-se transformações sociais das mulheres ao longo dos processos políticos e socioeconômicas das últimas décadas e seus reflexos na adequação nos modelos de apartamentos habitacionais. Estudam-se apartamentos da cidade de São Paulo de 1930 a 2016. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa. Percebeu-se uma tendência a não especialização dos cômodos, que o ato de cozinhar ganhou prestígio nos últimos anos, e, também, que existem duas zonas distintas nos apartamentos atuais: privada e social, a julgar pelo crescimento das áreas dos terraços.

¹⁹ Aqui se apresenta parte da pesquisa que culminou na dissertação de mestrado defendida no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, no Mestrado Profissional em Habitação: Tecnologia e Planejamento.

Este trabalho estuda a adequação nos modelos dos apartamentos habitacionais ao longo do século XX, correlacionada às mudanças da posição da mulher na sociedade ao longo das últimas décadas, no contexto da cidade de São Paulo. O tema surgiu em virtude da identificação de diferentes modelos arquitetônicos de apartamentos em São Paulo, que com o passar do tempo, apresentaram rearranjos espaciais, mais especificamente nos espaços eminentemente destinados às mulheres.

O objetivo deste trabalho é analisar as formas arquitetônicas de projetos residenciais de apartamentos habitacionais do centro de São Paulo a partir de mudanças socioeconômicas e culturais que revelaram novos papéis da mulher no mundo contemporâneo.

O método adotado nesta pesquisa foi o exploratório-descritivo com abordagem qualitativa, pois estudaram-se algumas plantas disponíveis em revistas especializadas. Em específico, os projetos das décadas de 30 a 70 foram extraídos da Acrópole eletrônica, um projeto de digitalização e acesso online à Revista Acrópole (1941, 1956, 1962, 1971), implementado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, intitulado: Conservação e Preservação da Memória da Arquitetura e Urbanismo.

Os resultados demonstraram mudanças nos modelos arquitetônicos dos apartamentos da década de 30 até 2016 indicando uma redução significativa das áreas como um todo, mais especificamente aquelas historicamente destinada às atividades das mulheres.

BREVES REFLEXÕES ACERCA DA QUESTÃO DE GÊNERO

Para Nicholson (2000, p. 11), o conceito de gênero foi desenvolvido em oposição ao sexo, como socialmente construído, em oposição ao biologicamente dado. A formulação do termo gênero se dá no contexto do feminismo do final dos anos 60 que apoiado na construção social do caráter, viu uma possibilidade de minar o poder baseado nas características biológicas como determinante, assim, o sexo parecia essencial à elaboração do próprio conceito de gênero.

Pedro (2005) escreve que no movimento feminista de “segunda onda”, mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras não entendiam a categoria mulher como suficiente para fazer de suas necessidades, pautas do mesmo feminismo. Muitas já trabalhavam fora do lar com baixos de salários, e já ocupavam os espaços públicos como meio de sobrevivência, assim, como Louro cita (2014, p. 36) “afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si”.

Butler (2015, p. 69) define gênero como “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente

rígida”. E afirma que o sexo é uma ficção sobre e contra aquilo que é verdadeiro, o sexo é fixo, o gênero é construído socialmente.

Segundo Carvalho (2008), manuais, artigos, revistas e anúncios (mapeados em sua pesquisa entre 1870 e 1920) estabeleciam preceitos, diretrizes e aconselhamentos através de um conjunto de normas de conduta que distinguiam homem ativo e mulher passiva, em contextos da vida social e familiar. As diferenças biológicas eram ensaiadas pelas vestimentas, posturas corporais, atribuindo ao homem a vida social pela luta, conquista e construção, e à mulher a vida privada e familiar de cuidadora do lar, dos filhos, e de suprimento das carências masculinas. “A casa torna-se um refúgio, mas também o lugar onde as forças masculinas desgastadas serão sempre restabelecidas” (CARVALHO, 2008, p. 283).

PROCESSOS DE MUDANÇAS SOCIAIS E PROJETOS HABITACIONAIS

O levantamento de dados a seguir foi realizado a partir pesquisa, levantamento, triagem e análise de material bibliográfico disponível em publicações, documentos, revistas e sítios eletrônicos. Como já se explicitou, inicialmente, os projetos das décadas de 30 a 70 foram extraídos da Revista Acrópole disponibilizados pela FAU-USP. Os critérios para escolha das plantas foram legibilidade garantindo a leitura e interpretação dos ambientes, tamanho aproximado dos projetos e, pelo acervo disponível, acabaram sendo escolhidas peças, em sua maioria, em bairros do centro.

APARTAMENTOS DOS ANOS 30 E 40

Um dos espaços de dedicação dos manuais do final do século XIX e início do XX, segundo Santos (2014, p. 5) seria o quarto:

(...) ambiente relacionado a uma série de necessidades: o repouso, o sono, o nascimento/parto, o desejo sexual, o amor, a meditação, a leitura, a escrita, a procura de si mesmo, a reclusão, o contato com a religião, a doença e até a morte.

Os quartos do casal representam a própria feminilidade, a partir de artefatos com diferentes estímulos táteis e visuais atrelados à funcionalidade de sentar, escrever, ver e limpar; assim como os quartos de toailete são descritos a partir de adjetivos como leve, graciosa, simples, casto, enfim, adjetivos atribuídos ao comportamento de mulher dedicada e cuidadosa.

“Quarto de empregada”, “banheiro de empregada”, “dependência de empregada” são espaços de segregação, onde o respeito ensinado às crianças de classe média com as posses alheias desaparece. Os espaços destinados às empregadas na casa das patroas não respeitam a individualidade das trabalhadoras. Então, podem estar cheios de entulhos, vassouras, baldes e tudo que “não presta mais” ou que deve permanecer escondido para não perturbar a beleza e a ordem do lar (BRITES, 2007, p. 103).

Segundo Santos (2014) as casas que possuíam quartos para empregadas eram localizados próximo à áreas de serviço, cozinhas, porões e quintais; ambiente improvisado, pequeno apertado, mal arejado, mal iluminado, com poucos objetos para uso pessoal, onde, em geral, as empregadas moravam em troca de moradia e alimentação. As casas tradicionais ricas tinham como centro de interesse e convivência a grande sala familiar e a varanda/sala de jantar, salas íntimas onde a família se reunia nas horas de lazer, segundo Lemos (1993).

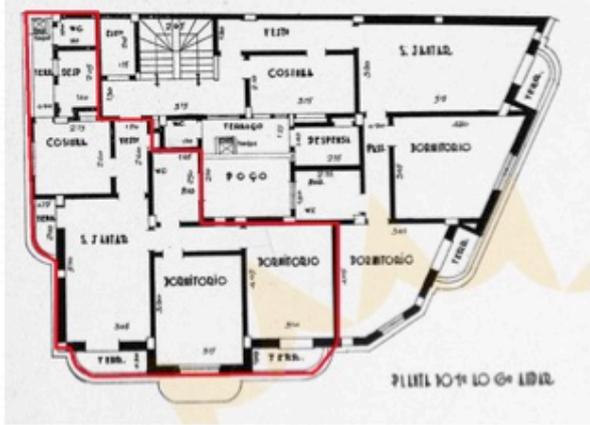
Oliveira e Mont’alvão (2010) abordam o conceito de padronização e otimização dos espaços que se tornou referência na cidade de Frankfurt nas crises econômicas do pós-guerra, aliadas a problemas sociais no período. Recursos limitados e urgência na busca por soluções, formularam a ideia de “habitação mínima” e “padrões Frankfurt”. A “cozinha de Frankfurt” formulada 1926, foi cuidadosamente projetada para o mínimo de espaço e o máximo de funcionalidade para os trabalhos domésticos, com 1,9 m por 3,4 m.

A nova cozinha-padrão é destinada aos programas de habitação social de Frankfurt, devendo atender em especial a mulheres empregadas em fábricas ou escritórios, para as quais o trabalho doméstico era sempre sobretrabalho. (...) A cozinha de Frankfurt é inteiramente desenhada para o corpo da mulher de estatura mediana daquela época, de modo que os homens estavam de antemão dispensados do trabalho doméstico (KAPP; LINO, 2008, p. 22).

Os autores também destacam os edifícios de apartamentos multifamiliares por volta da década de 20 e as geladeiras importadas na década de 40, aliadas à importação do estilo de vida americano pelo cinema, jornais, revistas e rádio. As cozinhas no Brasil configuravam-se com o mínimo de espaço e máximo de aproveitamento. As geladeiras armazenavam e mantinham os alimentos frescos, a criação de mercados e supermercados aumentaram e facilitaram a oferta de produtos, e assim se foi eliminado o espaço para armazenar alimentos não perecíveis.

O progresso da economia cafeeira e o aperfeiçoamento da iluminação contribuíram para a confraternização e novos modos de convivência (não mais limitados à luz natural e velas/lamparinas). Assim, convidados também de outras famílias passaram a ser recebidos em salas abertas e iluminadas.

Figura 1 – Edifício Marília, Avenida Angélica.

1941-SC-288		
Endereço	Descritivo	Fotografia**
Edifício Marília, Avenida Angélica, n. 288, esq. Praça Marechal Deodoro, Santa Cecília.	Pavimento tipo dois apartamentos por andar, contendo: 2 Dormitórios; 0 Armários; 0 Sala de Estar; 1 Sala de Jantar; 1 Vestibulo; 3 Terraços; 1 Áreas de Passagem; 1 Banheiro Social; 0 Copo; 1 Cozinha; 0 Dormitório de Empregada; 1 Dispensa; 1 Área de Serviço*; 1 Banheiro de Serviço.	
Mapa***		
		
* Alguns terraços com configuração de Área de Serviço, foram considerados como sendo Área de Serviço.		
** Fonte: Pelo autor, tirada dia 23/12/2016.		
*** Fonte: Revista Acrópole, fev. 1941, p. 370.		

Em uma análise de plantas baixas do final do século XIX no Bairro de Botafogo na Cidade do Rio de Janeiro, Schettino (2015) mostra uma intensa especialização dos cômodos, com atividades do cotidiano familiar sendo desenvolvidas em ambientes diferentes e sem sobreposições de funções. As áreas de circulação (hall ou vestibulo) ajudavam na manutenção do distanciamento entre patrões e criados, e demarcavam as três zonas distintas das casas: áreas sociais, privadas e de serviços.

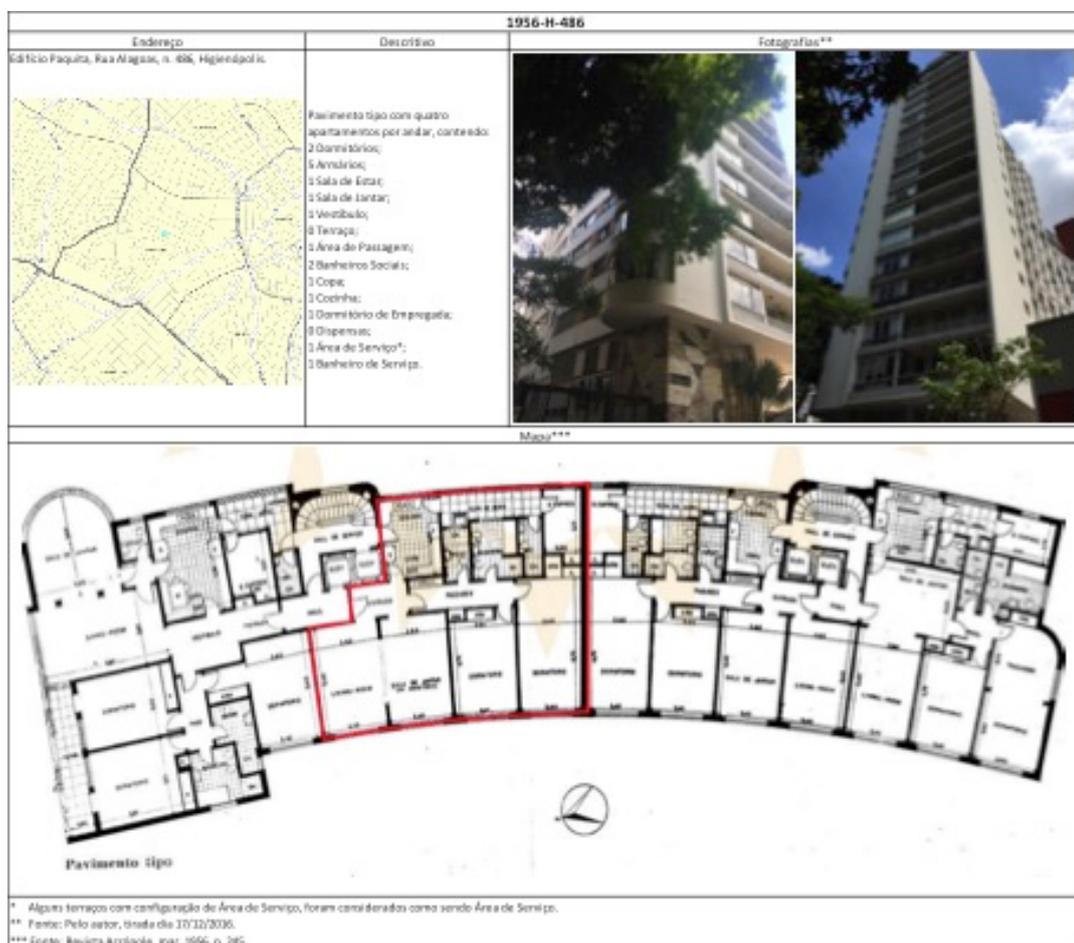
Entre as mais importantes mudanças apresentadas, está a saída da atuação principal da mulher nas áreas de serviços para frequentar com mais intensidades as áreas de estar e lazer. A função de gerenciar os serviços não deixa de lhes ser atribuída, no entanto, com a vida social mais ampla, os espaços de serviços já indicavam uma

perda inicial de importância na função da casa, sendo percebido na análise da autora.

APARTAMENTOS DOS ANOS 50

Beauvoir (1949) apontava para o declínio da idealização da função da casa, antes tida como o ambiente de tranquilidade, paz e afetos assegurados pela presença da dona de casa, flores, música e poesia, imersa em objetos que fortaleciam o ideal de família, retratos, quadros, e artefatos que ornavam a felicidade do lar e o amor em família; a casa passava então à função simplesmente de habitat.

Figura 2 – Edifício Paqueta, Rua Alagoas, Higienópolis.



No Dossiê Famílias em Movimento, Fonseca (2007) expõe reflexões acerca de noções científicas que a partir da análise dos modelos familiares acabam por consolidar a norma hegemônica. Segundo Costa (2002) as mulheres pobres e negras, sempre tiveram acesso à vida pública a partir de um processo de exploração não vivenciado por mulheres brancas e de classe média. A delegação das obrigações

domésticas e familiares se dariam de forma diferente entre as classes, da classe média para as camadas mais pobres, e estas a partir de redes familiares e vizinhança.

A autora acrescenta que certas tensões se encontram presentes em se tratando das lutas das mulheres na história social brasileira, como pautas que reafirmam a posição social da mulher no papel de cuidadora de crianças, enfermos, idosos e principalmente, como responsável pela preservação da constituição familiar. Sistemas protecionistas trabalhariam assim mantendo o conceito de gênero nas relações masculino e feminino, onde o Estado utiliza-se de aparato legal intervindo na vida privada, que deixa então de ser privada e passa a ser política, “nessa perspectiva, o pessoal é político”. A partir da percepção de que as relações entre os sexos são construídas no tempo e espaço, e são assim relações sociais, o conceito de dominação passa a ser olhado por outro ângulo.

No Brasil, do século XIX até os anos 60 do século XX, essas lutas [feministas] só ganham sustentação porque suas bandeiras garantiram continuidades de um dado padrão de maternidade, padrão este que promove direitos apenas para algumas mulheres. Neste caso, as lutas feministas por igualdade em relação aos homens revelam pouca efetividade quanto às desigualdades entre as mulheres (COSTA, 2002, p. 308).

Segundo Melo e Sabato (2011), os trabalhadores domésticos, e aqui podemos entender como “as trabalhadoras”, ficaram excluídas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT de 1943, sendo regidos pela Lei 5.859 de 11 de dezembro de 1972, com apenas alguns direitos legais. Com a Constituição de 1988, as trabalhadoras domésticas tiveram os direitos estendidos, somente em 2006, com a Lei 11.324, que as trabalhadoras domésticas conseguiram o direito a férias de 30 dias, estabilidade para gestantes, direito aos feriados e proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal em local de trabalho.

APARTAMENTOS DOS ANOS 60

Oliveira e Mont’alvão (2010) apontam que atribuições por gênero na designação das tarefas da casa se consolidam de forma gradual, e não constante ao longo do tempo. A escolha da mobília doméstica já foi tarefa atribuída aos homens da casa, e às mulheres, tarefas como costura, bordado e tapeçaria, só a partir de 1860 que essa tarefa passou a ser feminina.

Biroli (2014) chama atenção das consequências para as mulheres de terem de assumir as responsabilidades familiares e domésticas, como problemas na carreira

profissional, interrupção, redução de carga horária, salários menores, menos oportunidades de acesso a recursos previdenciários, riscos de pobreza e dependência de recursos financeiros do marido, interferência na vida social, e redução do poder de decisão sobre a vida familiar. “As muitas transformações ocorridas na últimas décadas, com a maior profissionalização e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho em diversos ramos de atividade, não seriam de fato acompanhadas pela redivisão das tarefas domésticas” (BIROLI, 2014, p. 59).

Figura 3 – Edifício de Apartamentos, Rua Pernambuco Higienópolis.

1962-H-15		
Endereço	Descritivo	Fotografia**
<p>Edifício de Apartamentos, Rua Pernambuco, n. 15, Higienópolis.</p> 	<p>Pavimento tipo com um apartamento por andar, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> 3 Dormitórios; 4 Armários; 1 Sala de Estar; 1 Sala de Jantar; 1 Vestíbulo; 1 Terraço; 1 Área de Passagem; 2 Banheiros Sociais; 1 Copa; 1 Cozinha; 1 Dormitório de Empregada; 0 Dispensas; 1 Área de Serviço*; 1 Banheiro de Serviço. 	
Mapa***		
 <p> PAVIMENTO TIPO: 1 - hall social; 2 - hall serviço; 3 - vestíbulo; 4 - living; 5 - jantar; 6 - varanda </p>		
<p>* Alguns terraços com configuração de Área de Serviço, foram consideradas como sendo Área de Serviço. ** Fonte: Pelo autor, tirada dia 23/12/2016. *** Fonte: Revista Acrópole, má. 1962, p. 189.</p>		

Castells (1999) mostra que a família tradicional vem perdendo força, com alguns indicadores dessa crise, como a dissolução dos lares por meio do divórcio ou

separação de casais, onde mesmo que haja a reprodução do mesmo modelo posteriormente, com diferentes parceiros, há um enfraquecimento da estrutura familiar patriarcal. Outro indicador seria o adiamento da formação de casais e a formação de relacionamentos sem casamento, onde a falta de legalização enfraquece a autoridade institucional sobre os laços.

Há ainda a associação com fatores demográficos, como envelhecimento da população e diferença da taxa de mortalidade entre os sexos, diminuindo o predomínio do modelo de família clássica. Além disso, a crescente autonomia das mulheres com relação ao seu comportamento reprodutivo, com o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, do número de mulheres que são únicas responsáveis por seus filhos nascidos ou adotados, limitação do número de filhos e adiamento do nascimento do primeiro. Em conjunto, essas tendências indicam a crise e enfraquecimento da família baseada no modelo patriarcal.

APARTAMENTOS DOS ANOS 70

Hirata e Kergoat (2007) apontam que foi na França de 1970 o início dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, a partir do movimento feminista e da percepção de um trabalho que era desempenhado pelas mulheres e não para as mulheres, mas para a manutenção do sistema e sob o discurso de uma natureza determinante. Em pouco tempo as análises sobre trabalho doméstico passaram a ver a atividade como trabalho tanto quanto o trabalho profissional, abrindo caminho para discussões acerca da “divisão sexual do trabalho”. Assim, a instituição da família perde seu status de naturalidade e passa a ser pensada como local de trabalho. A divisão sexual do trabalho se daria em função das relações sociais entre os sexos a partir de um contexto histórico e espacial, onde a naturalização do gênero ao sexo biológico, separa os trabalhos em trabalhos de homens e trabalhos de mulheres.

Farah (1999) apresenta que no processo de democratização do Brasil nos anos 80, e principalmente com a Constituição Federal Brasileira de 1988, houve uma aproximação das políticas públicas com questões sociais, e uma inclusão também das demandas de gênero à agenda política, impulsionadas pelos movimentos das mulheres, “passavam também a levantar temas específicos à condição da mulher, tais como: desigualdade salarial, direito a creches, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher” (FARAH, 1999, p. 68).

Figura 4 – Edifício de Apartamentos, Alameda Casa Branca, Jd. Paulista.

1971-JP-844		
Endereço	Descritivo	Fotografia**
Edifício de Apartamentos na Al. Casa Branca, n. 844, Jardim Paulista. 	Pavimento tipo com dois apartamentos por andar, contendo: 3 Dormitórios; 6 Armários; 1 Sala de Estar; 0 Sala de Jantar; 1 Vestibulo; 0 Terraço; 2 Áreas de Passagem; 2 Banheiros Sociais; 1 Copo; 1 Cozinha; 1 Dormitório de Empregada; 0 Dispensas; 1 Área de Serviço*; 1 Banheiro de Serviço.	
Mapa***		
 <p>Pavimento tipo</p> <p>1 - Hall de serviços; 2 - Cozinha; 3 - Copo; 4 - Área de serviço; 5 - W.C.; 6 - Dormitório empregada; 7 - Hall social; 8 - Vestibulo; 9 - Sala; 10 - Dormitório; 11 - Banheiro; 12 - Ante câmara.</p>		
<p>* Alguns terraços com configuração de Área de Serviço, foram considerados como sendo Área de Serviço. ** Fonte: Pelo autor, tirada dia 23/12/2016. *** Fonte: Revista Acrópole, jan. 1971, p. 35.</p>		

Nesse processo, trabalho, família e mercado de trabalho passaram por profundas transformações neste último quarto de século, segundo Castells (1999), em virtude da incorporação maciça das mulheres no mercado de trabalho remunerado, quase sempre fora de seus lares. Essa entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado deve-se para o autor, à informatização, integração em rede e globalização da economia e a segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade e lucros, pela possibilidade de pagar menos pelo mesmo trabalho, além de todas as discussões mundiais e conquistas das mulheres sobre direitos humanos, sexuais, reprodutivos e trabalhistas.

Apesar de todas as mudanças e conquistas das mulheres, a participação feminina no mercado de trabalho e na produção social não se dá de acordo com condições do

mercado e/ou nível de desenvolvimento da sociedade, e sim a partir da sua classe social, posição familiar e etapa do ciclo vital e reprodutivo, segundo Bruschini (1989); sendo assim, a vivência do espaço público através da força de trabalho feminina é fruto da articulação do espaço reprodutivo familiar e trabalho doméstico, e relações de trabalho capitalistas.

Como indica Castells (1999), um aspecto importante que na década de 90 estimulou a contratação de mulheres, seria sua flexibilidade como força de trabalho. Flexibilidade em termos de horários correlacionados com as responsabilidades pelos trabalhos domésticos e criação dos filhos, para que pudessem dar conta de todas as tarefas, em vista da pouca colaboração de seus maridos.

Na década de 80 com a sedimentação de alguns hábitos para a classe média alta, como a “eletro modernização” da cozinha esta perde força em seu papel de coração da casa. A partir de uma nova realidade em que os moradores da casa fazem refeições em horários diferentes, ou às vezes sequer comem em casa, os novos projetos para estes espaços tentam atender à este novo padrão de consumo. Desta forma observa-se de forma crítica que este espaço foi relegado a um mero depositário de equipamentos de tecnologia sofisticada para preparo de congelados (OLIVEIRA, MONT’ALVÃO, 2010, p. 46).

APARTAMENTOS EM 2016

Ventura (2003) apresenta como resultado da 1ª Conferência Mundial da Mulher, realizada no México em 1975, a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Resolução 34/180, de 1979 na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres:

Dando um maior alento a esse processo de reconhecimento e de titularidade de direitos, em 1999, a 54ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um Protocolo Opcional a essa Convenção, objetivando tornar o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – CEDAW mais eficaz, aumentando a efetiva proteção aos direitos humanos das mulheres. Além de conferir ao Comitê competência para receber denúncias de violações de direitos humanos das mulheres, o Protocolo Opcional é uma espécie de legislação processual que dinamiza o texto da Convenção, estabelecendo os procedimentos necessários para a apresentação de denúncias (VENTURA, 2003, p. 29).

Segundo Vianna e Lacerda (2004), a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995, são constantemente apontadas como marcos na consolidação dos direitos sexuais. Na Conferência do Cairo há um enfoque notável aos direitos humanos das mulheres e um fomento à educação como meio de promoção da equidade entre os gêneros, incluindo discussões sobre políticas públicas na construção do desenvolvimento social. A V Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorreu um ano depois, e além de incorporar as discussões anteriores, explicitou a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres, incluindo combate à discriminação e violência.

Figura 5 - Edifício de Apartamentos, R. Dr. Rubens Meireles, Barra Funda

2016-VBF-374	
Endereço	Descritivo
Edifício de Apartamentos, Rua Dr. Rubens Meireles, n. 374, Várzea da Barra Funda. 	Apartamento contendo: 3 Dormitórios; 0 Armários; 1 Sala de Estar; 1 Sala de Jantar; 0 Vestíbulo; 1 Terraço; 1 Área de Passagem; 3 Banheiros Sociais; 0 Copa; 1 Cozinha; 0 Dormitório de Empregada; 0 Dispensas; 1 Área de Serviço*; 0 Banheiro de Serviço.
Mapa**	
	
<small>* Alguns terraços com configuração de Área de Serviço, foram considerados como sendo Área de Serviço. ** Fonte: Site pdg.com.br, acesso em 15.08.2016.</small>	

Em um espaço de 31 anos (1976-2007), houve um aumento de mulheres como População Economicamente Ativa – PEA, de aproximadamente 31,7 milhões, um aumento de 14,8%. Em paralelo à essa inserção das mulheres, temos que os homens no mesmo espaço de tempo, aumentaram aproximadamente 27,6 milhões como

PEA. No entanto, esse número representa uma diminuição de 14,8%, pela contrapartida do aumento das mulheres (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas foi percebido, nesta pesquisa, uma tendência a não especialização dos cômodos, as rotinas menos formais mudaram o ato de receber amigos e familiares, integrando os ambientes propiciando a participação de todos. O ato de cozinhar ou aquecer alimentos pode ser realizado na cozinha aberta para a copa/sala, não mais isolando a mulher nas áreas de serviço (ainda permanecem para as mulheres os cuidados com a casa). O próprio ato de cozinhar ganha prestígio nos últimos anos, sendo este um motivo de interação social entre as pessoas, familiares e amigos, assim, podemos dizer que teríamos não mais três zonas distintas nos apartamentos, já que as áreas sociais e serviços se fundiram, e sim duas zonas, privada e social, o que nos leva a entender o crescimento das áreas dos terraços nos projetos.

Notamos que a Sala de Estar se fez presente em quase todos os projetos havendo somente redução de área ao longo dos anos. A Sala de Jantar nem sempre teve seu espaço determinado nos projetos mais antigos, no entanto, tínhamos ou um ambiente exclusivo, ou uma área considerável para o jantar; nos projetos atuais existe um ambiente integrado à Cozinha e Estar, com espaço reduzido, destinado como Jantar. A Copa nem sempre esteve presente nos projetos, mas com espaços reduzidos e cozinhas integradas ou cozinhas americanas nos projetos atuais. A Copa perdeu sua função saindo dos projetos.

As áreas de circulação também foram reduzidas, com menos áreas “perdidas” no projeto. Os banheiros de serviço deixaram de existir nos projetos, no entanto, notamos um aumento dos banheiros sociais, assim, houve uma mudança de localização destes banheiros, já que a quantidade de banheiros totais permaneceu a mesma.

Os direitos trabalhistas conquistados pelas empregadas domésticas nos últimos anos lhe asseguram os fins de semanas para descanso remunerado, ou reduzem a contratação de diárias de trabalho, assim, as famílias se adaptam com os afazeres domésticos simplificando as rotinas com alimentos pré-cozidos, congelados, refeições fora de casa; as áreas de serviço perdem espaço nos projetos, as cozinhas ficam mais compactas, com muitos eletrodomésticos, e ambientes mais abertos.

A mudança nos modelos familiares das últimas décadas com redução números de filhos, pessoas solteiras, casais sem filhos, dentre outros, não levou à redução da quantidade de quartos nos modelos de habitação analisados. No entanto, houve uma diminuição significativa na área destes ambientes. Poder aquisitivo, mercado da

construção e rotinas de trabalho são alguns dos fatores que podem ser atribuídos a esta redução de áreas, e das áreas dos apartamentos.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014
- BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 91-109, 2007.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato**: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-323, 2002.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas na esfera local de governo. **Organizações & sociedade**, Salvador, v. 6, n. 14, p.65-104, jan. 1999.
- FONSECA, Claudia. Dossiê: Famílias em Movimento: De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 29, p. 9-35, jul. 2007.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (Org.). **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/index.php?area=home>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, DaniÈle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. 2007.
- KAPP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. Na cozinha dos modernos. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**. Belo Horizonte, v. 15, n. 16, p.10-27, 2008.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. 1, p. 95-106, 1993.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- OLIVEIRA, Gilberto R. de, MONT'ALVAO, Claudia. A evolução projetual de cozinhas residenciais: o papel e a importância da atuação do designer de produto. In: Congresso brasileiro de pesquisa e desenvolvimento em design, 10, São Paulo, **Anais**. São Paulo: P&D, 2010. p 1-10.
- O PROGRESSO DAS MULHERES NO BRASIL 2003-2010. Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- PDG. **Incorporadora e construtora**. Disponível em: <<http://www.pdg.com.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

REVISTA ACRÓPOLE. São Paulo: Max Gruenwald & Cia., v. 34, n. 3, fev. 1941.

_____. São Paulo: Max Gruenwald & Cia., v. 210, n. 18, mar. 1956.

_____. São Paulo: Max Gruenwald & Cia., v. 282, n. 24, maio 1962.

_____. São Paulo: Max Gruenwald & Cia., v. 381, n. 32, jan. 1971.

SANTOS, Simone Andriani dos. **Quartos femininos em manuais de prescrição de conduta, São Paulo (1870-1920).** ENCONTRO ESTADUAL DE HISTORIA DA ANPUH-SP, 22, Santos, Anais. São Paulo, 2014. p.1-16.

VENTURA, Miriam et al (Org.). **Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos:** síntese para gestores, legisladores e operadores do direito. Rio de Janeiro: ADIVOCACI, 2003.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil:** o panorama atual. Rio de Janeiro: Cepesc, 2004.

Articulação de políticas públicas para a autonomia e o protagonismo feminino

*Anderson Almeida da Silva,
Daniel Marcelino dos Santos,
Rosália Maria Netto Prados e Luci Mendes de Melo Bonini*

As mulheres ainda são marginalizadas socialmente, portanto, dar direito à voz e indicar caminhos para o exercício da cidadania são desafios do campo das políticas públicas. Apresenta-se o programa “Promotoras Legais Públicas” (PLP), que surgiu de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba; a ONG Geledés Instituto da Mulher Negra; a Defensoria Pública e a Escola de Defensoria Pública do Estado. Discute-se a educação não formal e seu papel em ações no protagonismo da mulher.

O protagonismo feminino é comprometido pela marginalização histórica da mulher. Quando nos referimos à marginalização, dizemos que as decisões públicas e sociais privilegiam o pensamento masculino, bem como seus supostos atributos de racionalidade e tecnicidade. Nossa discussão trata, portanto, das contribuições da educação não formal, ocorridas em um programa resultante da parceria, entre agentes do poder público e do terceiro setor, que visam a favorecer a conquista da autonomia e do protagonismo feminino.

A educação não formal, como um dos núcleos da Pedagogia Social, perpassa por diversas dimensões do processo educativo, de modo que procura possibilitar aos sujeitos uma compreensão de sua realidade, para que se entendam como pessoas de direito, num ambiente de aprendizagem política. Com estratégias pautadas em problemas cotidianos, procura facilitar o desenvolvimento e as potencialidades necessárias para que haja uma organização a partir de objetivos comunitários. Pretende, com suas ações, o desenvolvimento e a apropriação do conceito de cidadania, transpondo os conteúdos estabelecidos pelo ensino formal (GOHN, 2006).

O mundo feminino, independente de classe social, ainda possui uma educação que privilegia e conduz à valorização das virtudes e dos valores ligados à vida privada, e muitas vezes distanciados do propósito de habilitação para o autogoverno e para a os princípios de autonomia moral. Como resultante histórico, vemos sujeitos modelados para a dominação, marginalizados em diversos contextos sociais e excluídos políticos, culturais e econômicos. Essa ação, segundo Pereira (2006), gera graves comprometimentos democráticos, e restringe o acesso aos direitos civis, impossibilitando muitas vezes sua autopercepção, enquanto sujeito detentor de direitos. Deste modo, contribuindo para a perpetuação de um círculo vicioso de não cidadania (REGO; PINZANI, 2014).

O movimento feminista contribui para o descentramento do conceito de sujeito cartesiano e sociológico, fato que nos conduziu a uma abordagem pós-moderna de identidade. Contribuiu, portanto, para compreensão de que a identidade é um produto histórico, e que o sujeito pode ter múltiplas identidades, algumas vezes contraditórias, formadas e transformadas pelas relações sociais, mediadoras de símbolos, valores e sentidos culturais. Este movimento problematizou a subjetividade, a identidade e os processos de identificação, e ao lado de outros movimentos, abriu caminhos para uma política de identidade, ou seja, cada indivíduo ou movimento social representa uma identidade, em uma ou em muitas arenas, abrindo discussões em diferentes espaços sociais, como na família, na sexualidade e no trabalho (HALL, 2005).

Scott (2007) nos apresenta uma comparação entre as mulheres residentes na região norte e nordeste, e que lideram o posto de responsáveis por seus domicílios. Segundo a pesquisadora, de um modo geral, assim como o observado

nacionalmente, as mulheres tendem a ter uma escolarização superior, porém menor renda quando comparadas aos homens responsáveis por domicílios. Entre as mulheres da região norte e nordeste, vemos que no norte, devido a uma menor taxa de imigração, há menos mulheres chefes de família, enquanto, no nordeste, as mulheres responsáveis representam um maior número, porém com uma instrução não tão superior a dos homens. Em relação à idade, as mulheres assumem a liderança de seus domicílios já na adolescência ou após os 45 anos de idade.

Entre os programas sociais desenvolvidos, atualmente no país, observamos um movimento de valorização do protagonismo feminino diante da implementação de políticas públicas. O projeto Mulher de Paz, por exemplo, que integra o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), alicerça-se sobre estratégias de natureza social e preventiva dos fatores relacionados à violência e a criminalidade. A experiência do projeto Mulheres da Paz em Santa Luzia (MG) revelam que não foi possível a mobilização das secretarias municipais para uma execução intersetorial, mas obteve êxito na identificação de jovens de risco e favoreceu o empoderamento das mulheres em suas comunidades (SANTOS; SILVEIRA, 2015).

A partir destas considerações iniciais, este artigo irá abordar a perspectiva da educação não formal no contexto da articulação de políticas públicas, como ação facilitadora e reflexiva para o desenvolvimento da autonomia da mulher. Deste modo, serão apresentadas e discutidas as ações educativas desenvolvidas pelo programa “Promotoras Legais Populares”, implantado no município de Itaquaquecetuba, e que se originou de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, a organização Geledés Instituto da Mulher Nega, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Escola da Defensoria Pública do Estado. O método de pesquisa definido foi de natureza qualitativa, com um tipo de recorte transversal, na modalidade descritiva, cujo recurso metodológico consistiu em um estudo bibliográfico.

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EMANCIPAÇÃO

O ensino brasileiro, principalmente a educação infantil e as séries iniciais, se configura como território profissional predominantemente feminino. A forte participação da mulher como líder nos processos educativos, segundo Carvalho (1998), decorre de um discurso presente no início do século XX, em que o ensino primário é associado a características femininas. A partir de então, a escola deslocase do ideário de templo do conhecimento e assume o caráter formador moralista e higienista, que numa sociedade elitista e racista, atendia ao propósito de controlar corpos, disciplinar para o trabalho e civilizar o povo mestiço e ignorante, que,

segundo o pensamento da época, era o responsável por atrasar o desenvolvimento do país.

A educação, concebida como um direito humano, contribui para a formação e para o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, para o fortalecimento dos direitos e da liberdade e para uma cultura universal de direitos humanos. Uma formação para cidadania supõe práticas que possibilitem que as pessoas sejam conscientes de seus direitos e deveres, e em consequência disso, tenham uma atuação protagonista na História. Assim, a cidadania não pode ser concebida como processo passivo, mas pressupõe o direito de ter direito e seu poder de exercício (GOHN, 2013).

Chaui (2012) ao se referir à democracia e à sociedade autoritária, diz que o direito se difere da necessidade, da carência ou do interesse. Enquanto esses últimos estão ligados a sujeitos ou grupos sociais, o direito é algo universal. Uma luta só pode ser considerada social quando seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte de intenções individuais (BRAGA; SCHUMACHER, 2013).

Nascida no âmbito da luta democrática e num propósito contrário à ditadura militar, a Constituição Federal de 1988 abriu as portas para as políticas de direito, e como constituição dirigente, enuncia um projeto de país que busca modificar as realidades e desigualdades por meio do acesso ao direito. Por ser dirigente, anuncia um futuro promissor e coloca o Estado como responsável por políticas públicas capazes de transformar a estrutura econômica e social do país (REGO; PINZANI, 2014).

As Políticas Públicas configuram-se como forma organizada de concretizar direitos, previstos nos marcos legais dos Estados, mas que, para serem colocadas em prática, carecem de sistematização, implementação e avaliação. Não é possível a definição de uma Política Pública ideal, pois tratam de demandas específicas e seus aspectos de planejamento, aplicabilidade e resultados devem ser analisados no contexto em que as necessidades foram identificadas. Em linhas gerais, podemos dizer que, diante de uma Política Pública, é necessário saber quem ganha o quê, quando e como (DIAS; MATOS, 2012). As políticas sociais carregam consigo o propósito de lançar mão de estratégias capazes de enfrentar as desigualdades sociais, e se considerarmos que as tais desigualdades são fruto de um processo histórico, as estratégias devem atuar sobre as causas destas desigualdades (DEMO, 1994).

Pereira (2006) nos apresenta o conceito de necessidades humanas, que são universais e podem ser definidas como: autonomia (que possibilita aos indivíduos fazerem escolhas e participar ativamente da sociedade), e saúde física (sem qual a vida torna-se impossibilitada). Essas necessidades pautam as políticas, direitos e normas protetoras dos cidadãos. Segunda a autora, as particularidades femininas exigem respostas diferenciada, e, portanto, num campo de necessidades intermediárias, aponta a Segurança no Planejamento Familiar, na Gestação e no Parto, destinada especificamente as mulheres. Esta particularização ocorre porque

as políticas devem considerar que o ato de gerar e ter filhos pode causar tanto risco a saúde física, quanto à autonomia da mulher. Deste modo, são essenciais programas que atendam além de estratégias de planejamento familiar, mecanismos que possibilitem a mulher de ter autonomia diante do seu corpo e de sua saúde física.

O conceito mais difundido de feminismo entende este movimento como corrente social e política que tem como princípio a luta das mulheres por direitos iguais aos dos homens. Klanovicz (2014) aponta que há um silêncio historiográfico em relação ao movimento feminista, cujo sintoma se expressa na ausência deste tema nos livros didáticos. Para a autora, a compreensão do percurso histórico do feminismo pode suscitar novos objetivos para o movimento, assim como colaborar para o processo de empoderamento das mulheres e criar mecanismos para vigiar o poder público na tarefa de manter os direitos conquistados pelo movimento. A discussão histórica do movimento nos bancos escolares e acadêmicos, portanto, é fundamental para compreender que as vitórias femininas foram conquistadas por meio de embates sociais e políticos arduamente travados ao longo dos anos.

Num resumo histórico, podemos dizer que o movimento feminista, em meados dos anos 70, se organizava em torno de todas as formas de discriminação contra as mulheres e que, no final dessa década, havia uma luta específica contra a impunidade de agressores. Ao longo dos anos 80, no contexto da redemocratização e da Assembleia Constituinte, o movimento se organizou em torno de propostas específicas de enfrentamento da violência e eliminação da discriminação. Nos anos 90 há intensificação na luta por delegacias e serviços especializados no atendimento à mulher. Nesse processo histórico, destacam-se as conquistas nos avanços legislativos, com alterações nos Códigos Civil e Penal, e, em 2006, com a aprovação da Lei Maria da Penha, que foi intensamente debatida de 2002 a 2006, a partir da iniciativa da criação de um Consórcio de ONGs (BARSTED, 2011).

PROMOTORAS LEGAIS: AUTONOMIA E PROTAGONISMO FEMININO

Com o objetivo de capacitar as mulheres, das mais variadas origens, para o exercício da cidadania, a partir de noções de direito e gênero, o projeto Promotoras Legais Populares (PLP) se desenvolve a partir de cursos de caráter afirmativo em gênero. Com cerca de duas décadas de existência no Brasil, as ações do PLP se alicerçam numa ação pedagógica a partir do direito e dos mecanismos de proteção. Os temas são desenvolvidos por agentes de diversas áreas, e regidos pela premissa de promoção do empoderamento feminino, realizado por meio de vivências, debates e oficinas (DUQUE et al, 2011; MIRANDA; PASINI, 2012).

O curso PLP está em fase inicial no município de Itaquaquecetuba, porém, esta iniciativa é conhecida em diferentes países da América Latina. As mulheres que participam do curso tornam-se lideranças comunitárias multiplicadoras do discurso

do exercício da cidadania. A ideia foi trazida do Peru, onde as PLP exercem representações formais junto ao Poder judiciário daquele país, ato que no Brasil é de prerrogativa apenas do (a) advogado (a). Na Índia, a PLP pode até mesmo argumentar casos nos tribunais. No Brasil, as PLP possuem um importante papel de pressão diante das Políticas Públicas, exercem o direito de petição nos órgãos públicos, como previsto na Constituição, mas não podem postular junto ao Judiciário (LOURENZO, 2012; CARNEIRO; PORTELLA, 2013).

A organização política Geledés Instituto da Mulher Negra foi fundada em 1988, e carrega como missão institucional a valorização e promoção das mulheres negras, da comunidade negra em geral, assim como a luta contra o racismo e o sexismo. Desde 1999, realizou nove edições do curso de PLP, com participação de mais de 400 mulheres (CARNEIRO; PORTELLA, 2013).

O nome do Instituto é repleto de significados: Geledés é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade (GELEDÉS, 2009).

O curso de formação de PLP promovido pela organização política Geledés Instituto da Mulher Negra se orienta numa perspectiva multidisciplinar e procura contribuir, tanto para uma modificação pessoal, quanto para a mudança da realidade e da comunidade na qual as mulheres estão inseridas. Suas atividades buscam fortalecer o público feminino na conquista da efetivação de seus direitos, em um combate a todas as manifestações discriminatórias, sexistas e preconceituosas (CARNEIRO; PORTELLA, 2013).

A Defensoria Pública, nos termos do artigo 134, da Constituição Federal,

é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados [...] (Brasil, 1988).

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo é regulamentada pela Lei Complementar n. 80/94 e pela Lei Complementar Estadual 988/2006. Esse órgão tem como perspectiva o atendimento e a visão multidisciplinar, além da missão de educação em direitos, através da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (BRASIL, 2011) nos apresenta o percurso e os desafios para a criação de mecanismos protetivos a integridade feminina. As Secretarias de Política para Mulheres são responsáveis pelas Políticas Públicas voltadas às mulheres. Em Itaquaquecetuba, essa Secretaria foi implantada pela Lei Complementar Nº 163/ 2009, e tem como finalidade assessorar o executivo municipal na formulação, coordenação e articulação políticas para a mulher, assim como articular e executar programas em cooperação com organismos públicos ou privados para implementação de Políticas para as Mulheres.

Ao estudar a implantação de políticas públicas para as mulheres no Rio Grande do Sul, Grossi (2012) destaca que não basta a existência de uma rede de serviços, mas que esta precisa estar articulada intersetorialmente. Para Tschiedel (2006), o conceito de rede compreende comunicação, afeto e solidariedade entre os profissionais que a integram, pois apenas a existência de equipamentos e serviços reduz a atuação a encaminhamentos circulares dos usuários, o que retroalimenta a violência.

Com base nessas premissas, em 2014, um dos Defensores Públicos da Unidade de Itaquaquecetuba e uma psicóloga do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública, com a intenção de iniciar a articulação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, iniciou visitas aos órgãos pertinentes. Nessas visitas, ocorreu o encontro com a Secretária de Política para Mulheres, que também estava iniciando um projeto de articulação da rede. Deste encontro, iniciou-se um projeto de articulação da rede, com reuniões mensais, que envolvem discussões gerais, capacitação da rede, educação em direitos à população e estudos de casos.

Participaram dessas reuniões de articulação da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica em Itaquaquecetuba alguns profissionais das Secretarias Municipais de Políticas para Mulheres, Saúde, e Promoção Social; da Defensoria Pública; da Delegacia; do Fórum; e do Centro de Referência e Apoio às Vítimas (CRAVI). É importante ressaltar que um dos objetivos desses profissionais era que outros setores do serviço público e da sociedade civil organizada passem a participar das reuniões, com a intenção de descobrir novos atores da rede, na perspectiva de flexibilidade e adaptação a mudanças, que envolve a própria noção de rede. Assim, surgiram outras parcerias e ações, como a realização de um Seminário Municipal de Política para Mulheres, em 2014, e o curso de formação de “Promotoras Legais Populares”, em 2015.

O processo de parceria entre as instituições públicas e do terceiro setor foi idealizada a partir da articulação de uma funcionária da Secretaria de Políticas para Mulheres de Itaquaquecetuba, que é uma PLP formada pela ONG Geledés. Após algumas reuniões e uma visita da ONG à cidade de Itaquaquecetuba, decidiu-se pela parceria,

tendo a Secretaria de Política para Mulheres como articuladora e responsável pelas alunas, a Defensoria como responsável pelo espaço e pelo apoio logístico da Escola da Defensoria do Estado de São Paulo, e a ONG pela metodologia do curso e principais palestrantes.

Tendo em vista a demanda de outras cidades, em uma reunião que se decidiu pelo conteúdo programático e pelo calendário do curso, a ONG GELEDÉS sinalizou a intenção de transmitir as palestras por videoconferências, aproveitando o(a) mesmo(a) palestrante para todas as cidades. Ocorre que, desde a primeira aula, pelo esforço das alunas, dos envolvidos e de voluntários (as), até o mês de maio, todas as aulas foram com palestrantes presenciais.

O curso de Formação PLP em Itaquaquecetuba é deste modo, uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, a organização Geledés Instituto da Mulher Nega, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Escola da Defensoria Pública do Estado. Tem como objetivo a educação em direitos e a formação de lideranças femininas na cidade de Itaquaquecetuba. Não há pré-requisito para a participação das mulheres, e atualmente, a turma, conta com 50 participantes. As atividades são desenvolvidas aos sábados, entre as 9h e 13h, com encontros iniciados em fevereiro de 2015, e que se encerrarão dezembro desse ano.

Ressalta-se que, desde a abertura das inscrições, mais de 150 (cento e cinquenta) mulheres procuraram a matrícula. Há, portanto, mais de cem mulheres na fila de espera para outra edição do curso, além de alguns homens e representantes do movimento LGBT, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Diferente da educação formal, que é desenvolvida nas escolas, com um conteúdo normatizado por lei, e da educação informal, aprendida no núcleo familiar e em espaços sociais, a educação não formal coloca-se como processo educativo em que se aprende via compartilhamento de experiências. Sua finalidade é abrir os horizontes, expandir o universo e as relações sociais dos indivíduos, em um espaço onde não se sabe quem é o professor, pois o grande educador é o outro, com quem todos se integram e interagem. Suas ações almejam uma sociedade isenta de injustiça e verdadeiramente democrática (GOHN, 2006). Ressalta-se, portanto, o caráter da intencionalidade educacional presente e disseminada no curso proposto pelo programa em Itaquaquecetuba, bem como o reflexo de valores sociais formativos de cidadania.

Definem-se, neste contexto, as atuais condições político-culturais em que se manifestam discursos de uma educação não-formal para o exercício pleno da cidadania. Evidencia-se uma configuração de valores e saberes que constroem representações culturais sobre as políticas públicas, assim justificando-se a atuação da rede.

Segundo Gohn (2003, p. 23), a educação não-formal tem um caráter coletivo, passa por um processo de ação de um grupo, é vivida como práxis concreta em conjunto, nas práticas sociais, ainda que o resultado do que se aprende seja absorvido individualmente. Para Gohn (2003), a educação não-formal teria o pressuposto da formação para a cidadania, uma vez que tal estratégia de difusão de conhecimentos estabelece-se em uma dimensão social com possibilidades de que os indivíduos se organizem com objetivos voltados para a solução de problemas coletivos. Assim, entende-se que instituída a rede de apoio à mulher, pela via da educação não-formal, sob a perspectiva de concepção cultural, investe-se em práticas sociais de cidadania.

O programa do curso realizado em Itaquaquecetuba conta com palestras seguidas de debates, e tem como recursos didáticos a exibição de vídeos, oficinas motivacionais e de autoconhecimento, material informativo e apostilas. Estão previstas visitas às instituições públicas, como fórum, delegacia, Conselhos Municipais, Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, e outros, e a participação no Tribunal de Justiça, de um júri simulado. O curso busca abordar noções sobre direitos humanos, direitos constitucionais, gênero e raça.

Esta primeira turma conta com um programa orientado pelos seguintes temas: “Direito Constitucional – Dos Direitos e Garantias Fundamentais Individuais e Coletivos”; “Por que o histórico do feminismo, gênero e raça e etnia?”; “Juri simulado na OAB/SP”; “Cidadania Defensoria Pública e Poderes Constituídos. O funcionamento do Judiciário (Acesso à Justiça)”; “Lei Maria da Penha”; “Casas de referência no atendimento às mulheres em situação de violência”; “A Ética na preservação das doenças sexualmente transmissíveis”; “Mulher, Alcool e Drogas”; “Tráfico de mulheres”; “Oficina: Mulher e autoestima”; “A mulher encarcerada”; “A mulher e a questão racial”; “Por uma educação não racista e não sexista e a LDB”; “A mulher na polícia”; “Direito da Família”; “Direito do Trabalho”; “Direito do Consumidor”; “Direito Previdenciário”; “Empreendedorismo”; “Direito do Idoso”; “A diversidade sexual”; “Da legislação antirracista ao estudo da igualdade racial”; “Direito a igualdade – LGBT”; “Direito das pessoas portadoras de deficiência”; “Direito da criança e do adolescente”; “O que são os Conselhos de Participação Social? O que é controle social?”; “O agressor e a Lei Maria da Penha – masculinidades”; “Saúde integral da mulher e direitos sexuais e reprodutivos”; “Oficina: criando redes”; “Fórum social”.

O conteúdo, portanto, contempla as noções de direitos em diversas dimensões, o histórico de lutas pela igualdade e o combate ao preconceito, além de oficinas de resgate da autoestima, organização social e controle de políticas públicas. As palestras, seguidas de debates, estimulam a fala em público e no espaço público, as visitas apresentam os espaços públicos e suas potencialidades e as vivências despertam o autoconhecimento, a noção de pertencimento e o trabalho em grupo.

A formação de PLP ainda está em fase inicial no município de Itaquaquetuba, mas configura-se como ação vanguardista diante da proteção e emancipação feminina. Para Duque et. al (2011), a atuação das PLP rompe o paradigma de que o território feminino limita-se a espaço que constitui seu lar, pois, sua afirmação se dá através da afirmação de seus direitos políticos e em suas lutas por dignidade e cidadania.

Nos primeiros encontros, as mulheres dançaram juntas e em roda cirandas antigas, resgatando a feminilidade e o estar em conjunto. A partir da ausência de patrocínio para o lanche, houve a organização das próprias participantes para uma refeição compartilhada. Além disso, organizaram um “chá de bebê” para uma das alunas grávidas.

Ressalta-se que, após apenas dois meses de aulas, várias alunas procuraram os serviços da Defensoria Pública e da Prefeitura para efetivar e garantir direitos que estavam violados há anos. Abertas as primeiras cinquenta vagas, mais de cento e cinquenta mulheres se inscreveram para o curso, derivando uma lista de espera para a próxima edição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas femininas não são destaques na História, e em consequência disso, a educação formal também não apresenta estratégias didáticas capazes de romper com as imposições do paradigma machista. Nesse sentido, a articulação entre a educação formal e a educação não formal, possibilitaria uma melhor compreensão dos movimentos sociais e um processo educativo verdadeiramente direcionado a formação cidadã de indivíduos solidários consciente de seus direitos.

O programa de formação de PLP em Itaquaquetuba, mesmo que numa ação embrionária, já possibilita ideias conjuntas de pressão por políticas públicas voltadas para as mulheres e aponta para a necessidade de restabelecimento do Conselho de Mulheres na cidade. Após os encontros do programa, as mulheres estão tomando iniciativa em busca de seus direitos, tanto individualmente, como de maneira colaborativas, em um movimento de transformação de suas vidas, da vida pessoas próximas e de suas comunidades.

Tornar o exercício do direito mais democrático e consolidar as políticas em defesa das mulheres ainda é um desafio. Efetivar a aplicação das políticas sociais é o mesmo que tornar real o sonho que fez nascer uma Constituição, que o Brasil chamou de Cidadã, e que carrega o ideal de um país para todas e todos.

REFERÊNCIAS

- BARSTED, Leila Linhares. O progresso das mulheres no enfrentamento da violência, 2011. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). **O Progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA: Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acessado em: 01 mai 2015.
- BRAGA, Mariana Moron Soares; SCHUMACHER, Aluísio Almeida. Direito e inclusão social de Axel Honneth. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2 Mai/Ago, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acessado em: 30 abr 2015.
- _____. **Lei Complementar nº 80**, de 12 de janeiro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp80.htm Acessado em: 02 mai 2015.
- _____. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República Brasília, 2011. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>> Acessado em: 02 mai 2015.
- CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia. **Manual para promotoras legais populares – PLPs**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2013.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Vozes masculinas numa profissão feminina. **Estudos feministas**. Florianópolis. n. 2, v.6, p. 406-22, 1998. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12017/11303>> Acessado em: 25 abr 2015.
- CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Rev. Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.
- DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.
- DUQUE, Ana Paula; LIMA, Anna Beatriz; CUSTÓDIO, Cíntia; WEYL, Luana; SOUSA, Lucas de; JACOBSEN, Luiza; JORGENSEN; Nuni. Direito e gênero: o projeto promotoras legais populares e sua orientação à emancipação feminina. **Direito e práxis**, vol. 02, n. 01, 2011. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/1534/8219>> Acessado em: 02 mai. 2015.
- GELEDÉS. O que é o Geledés Instituto da Mulher Negra. São Paulo: Geledés, 2009. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/#axzz3Zbed6fua>>. Acessado em: 30 abr 2015.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Educação não-formal na pedagogia social. In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2006. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Acessado em: 21 abr. 2015
- _____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/30405.pdf>>. Acessado em: 11 mai. 2015.
- _____. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9519/7598> Acessado em: 25 abr. 2015.

GROSSI, Patrícia Krieger. Avanços e desafios na Lei Maria da Penha na Garantia dos Direitos da Mulheres no RS. **Seminário internacional fazendo gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386620845_ARQUIVO_PatriciaKriegerGrossi.pdf>. Acessado em 30 abr 2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Louro. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

ITAQUAQUECETUBA. **Lei complementar nº 163** de 26 de fevereiro de 2009. Disponível em <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sp/i/itaquaquetuba/lei-complementar/2009/16/163/lei-complementar-n-163-2009-dispoe-sobre-a-criacao-da-secretaria-municipal-de-politicas-para-mulheres-e-da-outras-providencias-2009-02-26-versao-original.html>> Acessado em 02 mai 2015.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. Lutas pela cidadania das mulheres In: WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani (orgs.). **Marcas e discursos de gênero**: produções jornalísticas, representações femininas e outros olhares. Ponta Grossa: Editora UEFG, 2014. p. 152-170.

LOURENZO, Rocio Alonso. Agindo como promotora legal popular: Uma abordagem das “interseções” e da etnografia da fala. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012. Águas de Lindóia, SP, **ANPOCS**, 2012. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8015&Itemid=76>. Acessado em: 30 abr. 2015.

MIRANDA, Adriana Andrade; PASINI, Elisiane. **Cidadania, direitos humanos e tráfico de pessoas**: manual para promotoras legais populares / Organização internacional do trabalho; programa segurança com cidadania (MDG-F). 2. ed. Brasília: OIT, 2012. Disponível em <www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/cidadania_direitos%20humanos_2a_edicao_web_966.pdf>. Acessado em: 02 mai 2015.

PEREIRA, Potyara A. P. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. **Sociedade em debate**. Pelotas, 12(1), p. 67-86, jun. 2006.

REGO, Walkiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

SANTOS, Simone Maria dos; SILVEIRA, Andréa Maria. Os desafios de um projeto de prevenção à violência e à criminalidade: o Mulheres da Paz em Santa Luzia/MG. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(1), p. 99-118, janeiro-abril, 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37465/28760>>. Acessado em: 25 abr. 2015.

SÃO PAULO, **Lei complementar estadual nº 988**, de 09 de janeiro de 2006. Disponível em <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2939>> Acessado em 02 mai 2015.

SCOTT, Russell Parry. Ruralidade e mulheres ade e mulheres responsáveis por domicílios no norte e no nordeste-norte e no nordeste. **Estudos feministas**, Florianópolis, 15(2), p. 425-436 maio/agosto, 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200009/4263>>. Acessado em: 25 abr. 2015.

Velhice: reflexões a respeito da diversidade

*Roger dos Santos e André
Luiz Sueiro*

**Penso que devemos aprender com eles,
pois são pessoas que nos antecederam num caminho
que também iremos trilhar,
para assim conhecermos como é:
áspero e árduo ou tranquilo e cômodo.
(PLATÃO, 2000, p. 6).**

Platão, conhecido pensador ocidental que viveu no quarto século antes de Cristo, tem em sua obra *A República*, no livro um, uma conversa entre Sócrates e seu anfitrião Céfalo na qual o assunto é a vida longa, o envelhecer, o ser idoso. Nesse diálogo Céfalo oferece a reflexão sobre a finitude da vida, da fase da existência em que o corpo desprovido do vigor da juventude leva o indivíduo a flertar com a metafísica, com a religiosidade. Ao citar Sófocles e sua libertação dos amores, das paixões que possibilita então, maior repouso, reflexão, e ao que culminará o diálogo prevalecerá o caráter do homem, sua boa conduta ou não ao longo da vida (PLATÃO, 2000).

Tal reflexão transitou de século em século através da letra escrita. Ao se fazer a passagem das mídias, do milenar texto de Platão para uma proposta mais ligada à realidade que se tem estabelecida, do texto escrito para o cinema, se chamará a atenção a uma produção em especial: *Robôs* (2005).

Esse filme de animação trouxe a proposta de crítica social sobre o consumo e a descartabilidade, a troca de lugar de viver no contraste entre cidade do interior e grande metrópole. Ainda nessa obra os agentes sociais, dependendo de qual posição econômica se encontrem, também estão passíveis do descarte.

Todos os personagens são máquinas antropomorfizadas, dotadas de emoções humanas e não isentas do processo de crescimento e envelhecimento. As fases da vida são apresentadas de forma mais evidente na família do personagem protagonista Rodney Lataria, que o público assiste desde seu nascimento, ou melhor, sua montagem. Não escapa do senso crítico uma fala entre os pais de Rodney na qual o marido pergunta à esposa se haviam encomendado um menino.

Ao longo do filme, o personagem pai de Rodney, um robô lavador de pratos envelhece, passa a carecer de manutenção, de cuidados, de peças novas.

A proposta do presente texto reside em qual forma se pensa a sociedade, que futuro se pretende e, de maneira especial, suscita uma reflexão sobre o envelhecimento e seus dilemas, daí o uso de um filme aberto ao público que metaforiza, por vezes com tom engraçado, várias agudezas do cotidiano das pessoas.

Quando se pensa na valorização da velhice ilustrada no texto platônico supracitado, bem como em numerosos testemunhos de povos antigos, emergem os questionamentos a respeito das mudanças de perspectiva que envolvem a velhice,

sobretudo em seus processos e condições sociais: em sentido concreto, o que significa ser idoso, qual o lugar e o reconhecimento social da velhice no mundo contemporâneo?

Um primeiro aspecto para uma resposta a essa pergunta é a constatação de certa recusa, por parte da grande maioria das pessoas, em refletir sobre a velhice. Chamar alguém de velho é considerado ofensivo ou, no mínimo, deselegante, já que parece estabelecer uma ideia de obsolência e incapacidade, o que é visível no discurso de muitas pessoas idosas que, não obstante os desafios de sua condição, se esforçam por mostrar-se jovens.

Títulos como senhor ou senhora, quando usados por pessoas mais jovens como forma de respeito são, muitas vezes, contestados em afirmações recorrentes como: “Senhor está no céu, meu nome é fulano...”, ou “desse jeito me sinto um velho acabado”, o que revela um aspecto paradoxal do ser idoso.

Embora sejam necessárias garantias jurídicas e políticas públicas específicas aos idosos, observa-se certo embaraço no reconhecimento da velhice como uma condição, como se fosse um defeito envelhecer.

Segundo aspecto: o fator midiático e mercadológico. Em torno dessas questões, face ao sem número de propagandas voltadas ao cultivo da juventude, da performance física, da vitalidade sugerem que as pessoas não se vejam como velhas mas, ao contrário, possam demonstrar à sociedade que são ativas, vigorosas e, em muitas funções, até mais capazes que os jovens.

Há programas de televisão voltados às crianças, aos jovens, aos adultos, mas quando o assunto é velhice, geralmente isso é tratado como algo a ser superado por estratégia de saúde, de alimentação, de beleza e práticas esportivas tendo em vista a longevidade.

Se alguém tem idade é mostrado como não sentindo seus efeitos, ou dotado de uma performance que em nada deve a alguém com menos idade. Parece pecaminoso ter as forças reduzidas e demonstrar a fragilidade que o tempo traz.

Um terceiro aspecto diz respeito ao silêncio quanto àqueles que não tem acesso aos bens e serviços que são especialmente desenvolvidos pelo mercado, e que podem disfarçar as agruras dessa condição. Tal ocorre com aquela maioria de idosos que, por sobreviver numa condição econômica precária, tem dificuldades para obter um tratamento de saúde adequado, vivem em condições de moradia e alimentação debilitadas, convivência em ambientes de segregação, desrespeito e violência, e que se encontram inclusive abandonados por suas famílias.

Essa situação de flagrante desigualdade faz pensar que velhos são aqueles que são pobres e tentam atravessar os dias na fragilidade de sua condição, enquanto outros que desfrutam de maior poder aquisitivo são os integrantes da melhor idade, já que

para estes últimos há toda uma gama de experiências que o dinheiro pode disponibilizar.

Paralelamente, assiste-se a uma modificação na maneira de se lidar com as pessoas no fim da vida, à medida que os cuidados das pessoas em idade avançada e enfermas tem se transferido da família para clínicas e entidades de assistência. A figura dos patriarca/matriarca sai do núcleo familiar e vai para uma equipe multidisciplinar provida de aparatos tecnológicos que, via pagamento, cumprem a tarefa de cuidar. Uma vez que tempo está encurtado e a individualização chegou ao ponto de pessoas sentadas à mesa durante a refeição não falam mais umas com as outras porque o diálogo através da tela touch é prioritário ou mais interessante que o outro diante dos olhos, que família terá tempo e energia para, por vezes durante longos anos, cuidar de alguém de forma intensa e dedicada, como acontecia até não muito tempo atrás?

Todos esses elementos apontam numa direção que se mostra sombria: o silêncio diante do envelhecimento, ou mesmo o seu mascaramento, expressam a realidade de uma intensa luta para negar a finitude humana, já que essa é a realidade inexorável que todos enfrentarão.

Para Martin Heidegger (2012) o homem é um ser-para-a-morte e percebe-se justamente ser essa realidade que, a todo o momento, tenta-se evitar, já que refletir sobre a própria mortalidade é angustiante. As promessas de felicidade e bem-estar conduzem cada vez mais a um controle farmacológico do humor e a um evitamento do sofrimento, onde as dores e tristezas da existência tem que ser postas de lado, pois que sinalizam para a fragilidade da finita condição humana.

Nesse contexto que se recoloque a pergunta a respeito do lugar, do papel e das condições de existência das pessoas idosas na sociedade atual, para que se quebrem os silenciamentos em torno do tema e se desmascarem as práticas calcadas em regras de lucro e mercado e que desconsideram a condição humana de cada indivíduo e suas subjetividades, o que engendra a transformação de pessoa em cliente, de cliente para número ou objeto, passível de descarte, todos esses apontamentos presentes na crítica, em princípio despretensiosa do filme *Robôs*.

Nesse sentido, nossa reflexão contemplará o pensamento de Simone de Beauvoir (1990) em *A velhice*. Em segundo momento, vem a pergunta de se com relativos avanços diante da problemática, percebe-se em diferente situação, contemplando os questionamentos suscitados pelo filme *Robôs*. As práticas da Universidade da Terceira Idade encerram as considerações com a amostra de alternativa concreta ao que coloca o senso comum a respeito do idoso.

REFLEXÕES DE SIMONE DE BEAUVOIR

Em 1970, a filósofa trouxe a discussão dessa problemática, na obra *A velhice*. Propôs refletir sobre as condições de vida dos idosos no mundo contemporâneo. Como alerta já na Introdução, a própria discussão do assunto é capaz de gerar as mais diferentes reações, já que “para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar” (BEAUVOIR, 1990, p. 8). É desse segredo, em geral transformado em tabu, que se trata de falar, quebrando o silêncio que condena os idosos a uma situação de exclusão, em função da ambiguidade da atitude da sociedade para com os velhos ao não encarar a velhice como uma fase marcada nitidamente: “Descreverei a situação que se reservou aos velhos e a maneira como eles a vivem; direi tudo aquilo que – desvirtuado pelas mentiras, pelos mitos, pelos clichês da cultura burguesa – se passa realmente em suas cabeças e em seus corações” (BEAUVOIR, 1990, p. 8).

Simone de Beauvoir apresenta os desafios de uma reflexão desse âmbito ao apontar para o abismo entre aqueles que são economicamente ativos e aqueles que carecem de recursos. Esses não-ativos são tratados como um pesado fardo a ser carregado pela sociedade, como se não tivessem direitos a serem defendidos, já que não colaboram.

O interesse dos exploradores é o de quebrar a solidariedade entre os trabalhadores e os improdutivos, de maneira que estes últimos não sejam defendidos por ninguém. [...] Se os velhos manifestam os mesmos desejos, os mesmos sentimentos, as mesmas reivindicações que os jovens, eles escandalizam; neles, o amor, o ciúme parecem odiosos ou ridículos, a sexualidade repugnante, a violência irrisória. Devem dar o exemplo de todas as virtudes. Antes de tudo, exige-se deles serenidade; afirma-se que possuem essa serenidade, o que autoriza o desinteresse por sua infelicidade. A imagem sublimada deles mesmos que lhes é proposta é a do sábio aureolado com cabelos brancos, rico de experiência e venerável, que domina de muito alto a condição humana; se dela se afastam, caem no outro extremo: a imagem que se opõe à primeira é a do velho louco que caduca e delira e de quem as crianças zombam. De qualquer maneira, por sua virtude ou por sua abjeção, os velhos situam-se fora da humanidade. Pode-se, portanto, sem escrúpulo, recusar-lhes o mínimo julgado necessário para levar uma vida de homem (BEAUVOIR, 1990, p. 10).

Essa situação expõe a dificuldade em se reconhecer na velhice, como se fosse uma realidade da qual apenas os outros participarão. A ideia de que a velhice é uma espécie de desgraça coloca cada um, no entender de Beauvoir, como incrédulo quanto à possibilidade de se ver como velho e de se estabelecer para com os idosos uma relação de proximidade.

Aqui se faz necessária a colocação da questão da velhice, já que nela está em jogo a complexa questão do sentido da vida: “o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconhecemo-nos neles” (BEAUVOIR, 1990, p. 12).

Em sentido filosófico, trata-se de assumir a totalidade da condição humana, vista de maneira clara e sem subterfúgios, num questionamento pelas condições de existência no mundo contemporâneo.

De fato, quais serão, nessa sociedade, os mecanismos de alienação e os dispositivos de controle que, de maneira muito eficaz e sutil, assaltam a liberdade do homem em geral, e condenam os idosos a uma situação ainda mais complicada, malgrado todos os discursos e promessas de realização e promoção social?

A sociedade impõe à imensa maioria dos velhos um nível de vida tão miserável que a expressão velho e pobre constitui quase um pleonasma; inversamente: a maior parte dos indigentes são velhos. [...] o fato de que um homem nos últimos anos de sua vida não seja mais que um marginalizado evidencia o fracasso de nossa civilização: esta evidência nos deixaria engasgados se considerássemos os velhos como homens, com uma vida atrás de si, e não como cadáveres ambulantes (BEAUVOIR, 1990, p. 12-13).

Para Beauvoir, pequenas reformas não seriam suficientes para uma mudança nessa situação, já que o problema estaria no próprio funcionamento de uma sociedade que visa o lucro a todo custo: “é a exploração dos trabalhadores, é a atomização da sociedade, é a miséria de uma cultura reservada a um mandarinato que conduzem a essas velhices desumanizadas” (BEAUVOIR, 1990, p. 13). Nesse sentido, a tarefa da reflexão está em quebrar o silêncio em torno do assunto, abrindo perspectivas para uma compreensão mais profunda e, posteriormente, para ações efetivamente transformadoras.

A autora divide o texto em duas partes principais, em questionamento duplo: um ponto de vista exterior, em que discute de maneira mais alongada os aspectos biológicos, etnológicos, antropológicos e históricos, com riqueza de detalhes sobre a realidade da velhice nas suas múltiplas manifestações ao longo da história.

Essa abordagem constitui o pano de fundo a partir do qual se lançará um olhar interior, tratando do ser-no-mundo dos idosos ao estabelecer uma interessante descrição dos aspectos existenciais da velhice: a vivência do corpo, as questões em torno da temporalidade e da historicidade, a vida cotidiana dos idosos e um interessante exame de alguns casos individuais.

Na conclusão da obra, a autora se recoloca a questão do início com o destaque para o fato de que a velhice causa tristeza e revolta na maioria das pessoas, mais repugnante que a própria morte: “o que há de inelutável no declínio dos indivíduos? Em que medida a sociedade é responsável por esse declínio?” (BEAUVOIR, 1990, p. 662).”

A respeito do sentido da vida, Simone de Beauvoir aponta para a dimensão de autenticidade que a existência pode e deve ter, o que tornaria a velhice um momento de continuidade daquilo que deu significado às escolhas: o amor, a amizade, o engajamento, como formas de resistência e de continuidade mesmo nos momentos difíceis dos últimos dias. Porém, a autora aponta que essa possibilidade é concedida a um número muito pequeno de indivíduos, já que a realidade econômica oriunda do trabalho condenou de antemão a maioria a uma velhice empobrecida e debilitada:

Aí está o crime de nossa sociedade. Sua política da velhice é escandalosa. Mais escandaloso ainda, porém, é o tratamento que inflige à maioria dos homens na época de sua juventude e de sua maturidade. A sociedade pré-fabrica a condição mutilada e miserável que é o quinhão deles na última idade. É por culpa dela que a decadência senil começa prematuramente, que é rápida, fisicamente dolorosa, moralmente horrível porque esses indivíduos chegam a ela com as mãos vazias. Explorados, alienados, quando a força os deixa tornam-se fatalmente refugos, destroços (BEAUVOIR, 1990, p. 663).

A questão colocada aqui indaga se os modos de reparação presentes em na sociedade são suficientes para dar conta dessa situação? O perigo reside em soluções superficiais, que não deixam de ter um valor relativo, mas que não transformam aquilo que está na gênese desses fenômenos, já que o problema real dessa última etapa da vida tem a ver com a pergunta: “como deveria ser uma sociedade, para que, em sua velhice, um homem permanecesse um homem?” (BEAUVOIR, 1990, p. 663).

A questão denuncia, de maneira direta, os discursos humanistas que de um lado e de outro reivindicam direitos sem, contudo, pensar integralmente a condição humana numa sociedade em que as pessoas podem ser descartáveis. Mais do que políticas isoladas para os idosos, urge refletir a amplitude do processo e suas formas sutis de dominação. No último parágrafo da obra, finaliza Beauvoir (1990, p. 665):

A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que este rende. Os jovens sabem disso. Sua ansiedade no momento em que abordam a vida social é simétrica à angústia dos velhos no momento em que são excluídos dela. Nesse meio tempo, a

rotina mascara os problemas. O jovem teme essa máquina que vai tragá-lo e tenta, por vezes, defender-se com pedradas; o velho, rejeitado por ela, esgotado, nu, não tem mais os olhos para chorar. Entre os dois, a máquina gira, esmagando homens que se deixam esmagar porque nem sequer imaginam que podem escapar. Quando compreendemos o que é a condição dos velhos, não podemos contentar-nos em reivindicar uma “política da velhice” mais generosa, uma elevação das pensões, habitações sadias, lazeres organizados. É todo o sistema que está em jogo, e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida.

VELHICE E ATUALIDADE

Passados mais de quarenta anos da publicação da obra de Simone de Beauvoir sem abrir mão das inúmeras mudanças na esfera econômica, tecnológica, política e etc., o que dizer a respeito da velhice? Há numa situação diferente, em que a vivência da velhice tenha se tornado mais digna e humana ou se assiste a um agravamento da situação, mesmo a se considerar algumas iniciativas desenvolvidas nessa direção? Quais perspectivas de futuro se vislumbra ao realizar uma reflexão sobre o assunto? De fato a negação da finitude humana e, de maneira ainda mais cruel, a ampliação de tal desumanização silenciosa e sutil?

Desde Foucault (1997) a reflexão sobre as possibilidades de transformação do mundo passa pela reflexão sobre os discursos e práticas sociais que, de maneiras variadas, atuam sobre os sujeitos e oferecem as condições de construção de suas existências. De maneira concreta, o filósofo descreve os dispositivos de poder que atuam no modo como as pessoas se enxergam e se constroem concretamente, se reconhecem e interagem em sociedade.

As formas de assujeitamento que, grosso modo, moldam as subjetividades e tornam os sujeitos reféns de estratégias de poder múltiplas, sejam aquelas oriundas de políticas governamentais, de poderes econômicos, de instituições tradicionais, da lei, da moral, etc., são percebidas por Foucault como um processo complexo e não unitário, não superável de uma vez por todas numa ação revolucionária que simplesmente mude o modo de produção ou deponha o poder organizado.

Sendo o poder algo disseminado e atuante de maneira não centralizada, a questão para os indivíduos passará pelo desenvolvimento de práticas de resistência que, a despeito da força dos processos sociais de dominação, abra espaços de liberdade e possibilite aos sujeitos formas laterais de organização e resistência conjunta na luta por direitos e garantias.

Com base nessas considerações, não se espera que a sociedade capitalista tenha deixado de existir e em seu lugar tenha surgido uma sociedade nova e justa. Nesse

sentido, o horizonte desvelado por Simone de Beauvoir permanece, como se intensificou, o que se vê facilmente quando se pensa nas modernas possibilidades de tratamentos estéticos que almejam disfarçar e negar ainda mais a velhice (cirurgias, exercícios, moda, remédios, cosméticos etc.), bem como nos programas de extensão da idade produtiva do trabalhador (e conseqüente aumento na idade mínima para aposentadoria), para dar poucos exemplos.

Diante desses novos dispositivos que atuam sobre os indivíduos estabelecendo o modo como vivem e se reconhecem socialmente, o que poderá ser feito? Quais seriam então, na contemporaneidade, as possibilidades de resistência a esses processos desumanizantes? Que estratégias seriam possíveis, diante das novas formas de silenciamento e negação da velhice?

Longe do esgotamento do tema destaca-se algumas práticas de reflexão e discussão, a partir das quais se abrem campos de questionamento e de quebra dos silenciamentos em torno da velhice. Assim, cumpre apontar para as experiências desenvolvidas na Universidade da Terceira Idade da UNISO (3idade), como práticas de aprofundamento crítico das questões e da adoção de posturas de resistência e afirmação dos direitos dos idosos.

Em cursos de extensão que priorizam a condição humana de cada pessoa, se valoriza a história de cada um a partir de propostas que privilegiam múltiplas áreas do saber e da ciência, das humanidades a cursos de saúde, artes e informática. Fatores comuns aos cursos de extensão da 3idade são amizade, trocas, alegrias, coleguismo.

A Universidade da Terceira Idade da Uniso está inserida nas práticas extensionistas universitárias, processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedad, estabelecendo a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular. [...] Em 1998, foi instalado o NEMA – Núcleo da Maturidade, atual programa Universidade da Terceira Idade, que tem como proposta a educação permanente. É um programa vinculado à Pró-Reitoria Acadêmica desde o início de 2010, tendo como objetivo a educação ao longo da vida, dirigida a pessoas de 50 anos ou mais, interessadas em atualizar seus conhecimentos, redimensionar seus projetos de vida e ampliar sua rede de relações sociais (2017).

O caso empírico ora apresentado é de um curso que trata de História, Cinema e Arte organizado em encontros semanais nos quais todos os presentes têm voz, apresentam suas percepções sobre os tema proposto a cada aula e muitas vezes estendem a própria proposta. O objetos de discussão perpassam a argumentação de

um filme, conteúdo de uma novela, notícias de jornal, por vezes recortados de memórias.

O convívio com estudantes longevos, com formações plurais, inclusive mais velhos que alguns docentes propiciam ganhos conjuntos pois há considerações em sala de aula que para o professor é análise teórica, para os discentes, memória, história vivida. Ao contrário do que se possa pensar na imagem daquele vovô ou vovó das propagandas de alimentos, bolos, açúcar, margarina, o público da idade é a mostra concreta de que há percepção do mundo que se vive, não são as figuras passivas dos filmes publicitários.

Na apresentação do curso supracitado, oferecido já há quatro semestres, as análises contemplam desde temáticas de guerras à ficção científica, desde biografias e música ao videogame. A presença desses estudantes mostra a continuidade da vontade de aprender, de interagir, de ler com maior clareza a sociedade que integra e o mundo em que vive. Pessoas inseridas em tarefas particulares como ajudar a família mas que não abriam mão de estar em constante crescimento individual e com o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tratar dos apontamentos de Platão naquela conversa entre homens maduros já se apresenta a faceta do saber, como já posta, mais filosófico do que apaixonado, o pensar passa pela ponderação.

O cinema de animação em *Robôs* suscita a condição hodierna do homem. Sem produzir ou condição de consumir será abandonado, descartado. O protagonista Rodney Lataria metaforiza um jovem estudante que tem como inspiração resolver problemas da sociedade, atender necessidades, como as de seu pai, que já idoso exerce trabalho pesado na cozinha de um restaurante. No desenrolar dessa peça cinematográfica, o contato do protagonista com várias situações de carência o encorajam a trabalhar contra um modelo social excludente e, segundo o filme, assassino.

Heidegger e Beauvoir problematizam condições inexoráveis ao ser humano porém, na retórica da vida moderna praticada há cerca dos últimos 150 anos, corroboram o problema sobre qual o lugar daqueles que envelheceram e, em princípio, não acompanham o ritmo.

No que remete ainda a produção *Robôs*, aquele idoso e cansado pai de Rodney Lataria que era lavador de pratos ganha nova vida ao realizar sonho antigo de ser músico.

Há caminhos, o que ser feito e na Universidade da Terceira Idade da UNISO, universidade comunitária, se tem a concretude de que não será a idade fator

impeditivo para novas vivências, novas experiências e novas aprendizagens e que pessoas, cada qual um agente histórico, cada qual com sua história não devem ser pensadas como objetos e nem destinados ao descarte.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Campinas: Editora Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

ROBÔS. Direção de Chris Wedge e Carlos Saldanha. Twentieth Century Fox Animation, 2005. 1 DVD, 90 min., cor.

UNIVERSIDADE DA TERCEIRA IDADE. Disponível em: <http://www.uniso.br/extensao/cursos/terceira_idade/> Acesso em: 17 set 2017.

Do rap ao hip-hop: imagem e som

Mulheres em rede e a reconfiguração da cena rap porto- alegrense

*Dulce Mazer e Paula
Schwambach Moizes*

A partir de estudo etnográfico de práticas musicais, apresentamos as estratégias de uma rede de rapeiras do sul do Brasil, que, subvertendo lógicas de produção, constituem relações de pertencimento e identidade como MC's. Sua produção autoral colabora para que elas circulem na cena musical, (re)territorializando espaços urbanos e inserindo demandas através de processos comunicativos. As manifestações feministas reforçam a proposta organizativa como rede de resistência.

INTRODUÇÃO

Apesar do apagamento sistemático das mulheres como protagonistas da história, sobretudo nas culturas juvenis (McROBBIE; GARBER, 2006), ao comporem redes elas têm alcançado, aos poucos, reconhecimento e visibilidade como agentes da sociedade em âmbitos culturais que até pouco tempo eram majoritariamente masculinos. Essa realidade é observada junto a um grupo de jovens que vem reconfigurando a cena rap porto-alegrense a partir da criação de agrupamentos como o “Junção das Minas”, o crew “Rap4Love” e o “Slam das Minas RS”. O grupo é composto por mulheres com menos de 30 anos, brancas e negras, que vivem em zonas periféricas da região metropolitana, mas que circulam pela cena musical e pela cidade construindo seu protagonismo na produção de rap a partir do consumo cultural.

A princípio, a mulher que participa de uma cultura como o hip-hop revela uma atuação baseada na resistência. Sendo a generalização limitadora, é preciso questionar o que “resistir” significa e quais práticas em um determinado contexto podem ser consideradas de resistência. Nossa interpretação se dá em termos foucaultianos, nos quais a resistência é uma prática crítica das experiências nas relações de poder sob a estética da existência que busca abrir espaços criativos de liberdade e vivência. A noção advém também de que a cultura hip-hop é uma manifestação de ritos organizados em um contexto de periferia, discriminação étnico-racial, machismo, homofobia e desigualdade social. Os marcadores acima estão presentes na realidade pesquisada. Eles conformam o que levou os estudiosos de Birmingham a receberem tantas críticas dos pós-subculturalistas na trajetória dos estudos das culturas juvenis. Percebemos que alguns desses julgamentos se justificam nas relações dos sujeitos com gêneros musicais como o rock, ou o pop. No entanto, não são de fácil assimilação no consumo do rap. Trata-se de um gênero que é antes de tudo um elemento fundador do hip-hop, a manifestação musical de uma cultura que se origina num contexto histórico de violência, marginalidade, opressão, racismo e pobreza. Contudo, apesar de retomarmos a incidência desses marcadores, entendemos que a dimensão cultural de escuta do rap não se limita a eles.

O rap resulta de uma realidade de desigualdade social e intercâmbios culturais vividos na periferia nova-iorquina na década de 1970. As misturas influenciadas pela globalização das culturas destacam ainda mais o caráter híbrido do rap. No Brasil, por exemplo, o gênero recebeu influência do samba e até mesmo do funk. Num contexto global, o(a) MC "ao mesmo tempo que recria genealogias e valoriza fortemente a comunidade de origem e a negritude, busca incorporar esses segmentos via informações modernas, à nova ordem mundial" (NAVES, 2015, p. 69).

O surgimento de identidades híbridas e novos meios de produção, distribuição e consumo cultural institui uma complexidade de relações e intersecções que colocam de lado os discursos essencialistas da pureza cultural. Entende-se hibridação como

os "processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas" (GARCIA CANCLINI, 2008, p. XIX). É necessário, então, "registrar aquilo que, nos entrecruzamentos, permanece diferente" (p. 33). Principalmente quando se trabalha a hibridação em relação às assimetrias de poder e de prestígio entre as culturas. Questões sociais, políticas e econômicas são inseparáveis dos processos de hibridação, assim como também é indissociável "uma consciência crítica de seus limites, do que não se deixa, ou não quer ou não pode ser hibridado" (p. 27).

A partir da noção de hibridação é possível compreender os diálogos entre as diversas culturas e os sentidos construídos nessas misturas. Em relação às sujeitas de estudo presentes neste trabalho, os processos de hibridação passam do consumo para a produção de rap. Vale ainda dizer que o consumo das jovens não é somente de rap, mas formado por outras musicalidades que também constituem suas identidades, embora o hip-hop e o rap ocupem um lugar de maior valor cultural em suas vidas. Além disso, o hip-hop vem sendo incorporado por grupos sociais diversos. O que nos coloca frente a uma complexidade que não daremos conta de explorar em sua totalidade. Por isso, nosso foco será nas questões relacionadas ao trânsito e manifestações culturais das jovens na cultura urbana e pela cena rap da cidade.

Dentro de um sistema em que o masculino é central, em que a diferença entre homens e mulheres nas culturas, sobretudo as marginalizadas, é estruturalmente marcada, são estipulados papéis secundários e de menos prestígio às mulheres. Nem são iguais as demandas de mulheres, nem os feminismos, mas que em momentos históricos tem paradigmas ou ideologias predominantes (SAFFIOTI, 1986), resultando em reivindicações parecidas. A partir da segunda onda do movimento, o privilégio das mulheres brancas, heterossexuais, de classe média em relação às negras passa a ser questionado, numa clara manifestação de que, em uma escala de desigualdades, a dominação masculina branca exercida sobre a mulher branca e sobre o homem negro teria um peso ainda maior sobre a mulher negra. A rede em questão nos ajuda a refletir sobre gênero e diversidades nas culturas urbanas, uma vez que deixa à vista configurações femininas e feministas no espaço da cidade. Porém, ainda que identifiquemos práticas de resistência entre as jovens – especialmente em seus raps que por vezes apresentam temas seculares relacionados à opressão da mulher, como a violência – as entrevistadas não se reconhecem como feministas em suas falas.

Outro elemento revelador é que, apesar de algumas serem negras e viverem em situações de discriminação, o racismo não aparece diretamente em suas declarações. Mas, a partir das rimas cantadas por elas e da observação etnográfica da cena musical, compreendemos que discutir o machismo é por vezes mais urgente entre elas, uma vez que os conflitos raciais estão na pauta do hip-hop desde seu nascimento. E por viverem em condições de pobreza e desigualdade social,

oprimidas por seus pares homens, essa demanda é mais latente em suas falas. Talvez por isso a questão do feminino seja tão presente nas práticas de organização da rede, ancorada muitas vezes na questão socioeconômica, enquanto as desigualdades raciais não são diretamente mencionadas.

O surgimento de uma rede de MC's unidas por problemáticas e ideais em comum acaba por expor práticas socioculturais e uma realidade movente. Uma rede, segundo Benkler (2006), é um ecossistema comunicativo baseado nos fluxos digitais. Ele tem razão ao chamar a atenção para formas autossustentáveis de produção que reinventam o mercado de bens culturais e de conhecimento a partir de criações coletivas. Em complemento a esta ideia, a noção contemporânea de cidade em rede (CASTELLS, 1997) é mais coerente para pensarmos a organização que reconhecemos na cena rap porto-alegrense, pois levanta problemáticas diante da importância que as tecnologias de comunicação e informação adquiriram para as jovens na reconstrução de suas realidades.

Dito isso, compreende-se a importância de se refletir, não apenas quanto a presença ou ausência de mulheres em culturas majoritariamente masculinas, “mas as maneiras complementares pelas quais as garotas interagem entre si e com as outras a fim de formar uma cultura distintiva dela mesma” (McROBBIE; GARBER, 2006, p. 179, trad. nossa). De modo que, ao se moverem em frentes criativas e organizadas para a promoção do consumo cultural nas cidades, as mulheres não apenas se inserem no mercado independente da música e realizam etapas e práticas antes vivenciadas apenas por homens, mas alteram sistematicamente o modo de ver e atuar em sua condição. Tais características são registradas através de processos comunicativos no uso das mídias e no consumo cultural do rap, o que identificamos como rede colaborativa. Elas também contribuem para entendermos a produção simbólica representativa de um grupo social. Isso porque, reunidas em redes alternativas de produção e consumo cultural, as mulheres negociam seu espaço nas organizações culturais ou criam novos âmbitos de agrupamento, dentre os quais se diferem ações femininas – formada por mulheres – das feministas – que subvertem as barreiras impostas pelo patriarcado/sociedade conservadora para construir seu espaço.

A análise de práticas culturais colabora para entender como as junções entre indivíduos acabam por constituir redes comunicativas, um percurso das práticas de comunicação aos processos sociais, dentro dos quais ambos se constituem mutuamente (VIZER, 2005), resultando em distintos modos de participar da cultura. As temáticas transdisciplinares apropriadas pelo viés da comunicação dão a conhecer a trama da vida social, ao desvendar processos e dispositivos complexos envolvidos na construção social da realidade.

DAS JUNÇÕES ÀS REDES: MODOS DE PARTICIPAR DA CULTURA HIP-HOP

O grupo de rapeiras²⁰ que origina²¹ nossa discussão vem desenvolvendo projetos e parcerias no sul do Brasil desde 2015, buscando maior integração entre as mulheres do rap e, conseqüentemente, na cultura hip-hop.

Figura 1: Cartaz de divulgação da 60ª Batalha do Mercado, com a 1ª edição da Batalha das Minas.



Fonte: coleta de Dulce Mazer no perfil da Batalha do Mercado no Facebook.

O desenvolvimento de ações que incentivam a participação das mulheres no rap aponta para transformações na cena da grande Porto Alegre, como veremos, e a criação do programa local de hip-hop “Elas nas Quintas”, apresentado por mulheres e transmitido pelo site da Rádio Nova Metro, ou a versão da tradicional “Batalha do Mercado²²”, que em 2016 teve sua primeira edição só com mulheres, são exemplos dessas mudanças (fig. 1).

A origem da rede não tem demarcações espaciais ou temporais claramente definidas, como se poderia supor, mas vem ganhando força desde agosto de 2015 com a realização do evento ao ar livre “Junção das Minas” (fig. 2), organizado pelas jovens no espaço Conceito Arte, no bairro Sarandi, em Porto Alegre, RS. Reunindo artistas e grupos femininos de rap, reggae soul e hardcore, as jovens deram início às interações que as caracterizariam na cena rap.

Em 2015, as MC’s que participavam do evento Junção das Minas se reencontraram na Feira de Hip-Hop de Porto Alegre²³. A dupla de MC’s Visão Feminina, de Caxias do

²⁰ O termo *rapeira* (S.I.C.) é utilizado como sinônimo de MC, de acordo com as entrevistadas.

²¹ O texto resulta de reflexões empíricas na tese em desenvolvimento sobre práticas culturais juvenis na cena rap porto alegre (2014-2018) de Dulce Mazer, e do trabalho de conclusão de curso de Paula Schwambach Moizes (2016).

²² Organizada por Aretha Ramos desde 2011 em Porto Alegre, RS, a Batalha do Mercado é uma disputa de rimas realizada todo mês em frente ao Mercado Público, zona central da cidade.

²³ Desde 2014 movimenta a Esquina Democrática (entre as ruas dos Andradas e Borges de Medeiros) com breakdance, DJs, grafite, música e moda de rua. Ver: <https://www.facebook.com/feiradehiphopdeportoalegre/>

Sul, se organizaria a partir daquele momento com outras rapeiras, como Vanessa GirLove e Negra Jaque, surgindo a primeira coletânea de rap feminino do Rio Grande do Sul, o *Junção das Gurias - Vol. 1* (2015), disco com treze faixas que organiza parte da trajetória dessas mulheres no rap no estado e marca o surgimento de uma rede de MC's na luta por espaço e valorização de seu trabalho. O projeto autogestionado tinha o objetivo de promover e divulgar de maneira colaborativa o hip hop feminino do sul do país. Inicialmente participaram onze MC's – entre artistas solo e integrantes de grupos – do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: Grazy Liz (MC representante do rap gospel), Leticia Stuczynski, Negra Jaque (MC e ativista do movimento negro), Visão Feminina (Mariana Campos e Vanessa Moojen), Hard Queens Crew (Vanessa GirLove e DJ Dezza), Predominas (Lisy de Souza e Sara Rohde), Lienne Marley e Dany Alves (MOIZES, 2016).

Figura 2 - Cartaz de divulgação do Junção



Fonte: Coleta de Paula Moizes no perfil de L.M. no Facebook.

Através da coletânea, as MC's perceberam que outras mulheres atuavam na região, mas faltavam oportunidades para que elas conquistassem visibilidade. Além disso, para aquelas que ainda não tinham músicas gravadas em CD, o *Junção das Gurias - Vol. 1* (2015) serviu como registro para divulgação do trabalho. Aquelas mulheres de diferentes contextos sociais e vertentes do rap manifestaram de alguma forma, além da vontade de gravar suas rimas, a necessidade de empoderamento e visibilidade que as conectou, primeiramente:

A gente tava com a ideia de se unir, assim, todas as minas, pra se fortalecer e pra tipo gerar mais espaço pra gente tá se apresentando e mostrando nosso trampo. Porque tipo é real que aqui muitos homens movimentam a cena, movimentam os eventos e eles não chamam as mina...nunca, praticamente. E a gente tava a fim de fazer uma parada de mulher pra se fortalecer mesmo. Porque a gente fica mais forte, a gente consegue movimentar muito mais coisas quando a gente tá unida. (L.M., 2016, informação verbal).

Essas jovens começaram a se agrupar, pois sentiam que suas ações eram muito periféricas na cena musical, apesar de sua presença em número e frequência aos eventos hip-hop na capital gaúcha. Ou seja, são demandas essenciais de participação em uma cultura majoritariamente masculina, anteriores até mesmo à necessidade de discutirem pautas mais específicas de suas realidades. Elas já conheciam as técnicas de produção, pois minimamente haviam participado de batalhas de rima²⁴, edições em estúdios, gravações de videoclipes, entre outras práticas. Embora tivessem alguma experiência na técnica musical, percebiam que não havia ações dirigidas a elas ou que as incluíssem de um modo amplo ou consciente:

[O hip-hop] continua sendo uma cultura voltada aos homens, é produzida por homens, para os homens. [...] ela não mudou porque posturas de antes ainda existem hoje, principalmente quanto a questões de gênero, questões de classe, questões de cor. [...] O que mudou foi a forma que eu trabalho frente isso dentro do rap. Então [...] pra mim continua a mesma coisa. Agora, em questão de comunicação, de produção, a gente deu um salto. Eu não digo que está democratizado, mas hoje a gente tem um acesso maior aos modos de produção do rap, à gravadora e você consegue ter um estúdio em casa, fazer o teu beat. (D.A., 2017, informação verbal).

Por isso mesmo é que elas começaram a criar outras atividades que tivessem uma relação maior com as identidades feminina e feminista. Enquanto viam algumas garotas participando de eventos já consolidados, como a Batalha do Mercado (de participação majoritariamente masculina, com exceção da edição no. 60, de novembro 2016), elas começaram a se questionar sobre a habilidade de estar ali improvisando rimas e sobre a própria condição de reprodução cultural sob a qual se colocavam enquanto faziam o mesmo tipo de disputa promovida pelos homens:

²⁴ A região metropolitana conta com mais de uma vintena de batalhas de sangue e de conhecimento (MOIZES, 2016).

**Nem todas nós temos o coração de ir enfrentar os manos em uma batalha. As minas têm vergonha. Elas se sentem constrangidas. Então pensamos em criar uma batalha de conhecimento para as minas. [...] Vamos fazer uma roda de Freestyle pra elas irem treinando o flow, a métrica, fazer essa análise de contexto de realidade, o que a gente na verdade já fazia antes, né?!
(D.A., 2017, informação verbal).**

A batalha de sangue é uma disputa de rimas na qual o rapper vencedor deve destruir o oponente, o que geralmente ocorre a partir da desvalorização física, intelectual e da sexualidade. Então, partindo da lógica de agregação que elas demandavam, participar exclusiva e pontualmente desses eventos não lhes era próprio. Além disso, elas percebiam que, embora algumas tivessem coragem de duelar contra os homens, suas rimas eram contextualmente diferentes, baseadas nas realidades do ser mulher, e a técnica ainda poderia ser aprimorada: *“O freestyle tem técnica. A gente queria que essas meninas estivessem preparadas e que elas soubessem que, mesmo que fosse [duelar] com outra mana, que elas tivessem esse domínio da técnica.”* (D.A., 2017, informação verbal).

A questão econômica relacionada ao financiamento de projetos culturais, também se evidencia. Uma das primeiras pessoas a apoiarem financeiramente a iniciativa das MC's foi uma mulher, Alexandra Pereira, vice-coordenadora da Associação do Hip Hop de Pelotas, ativista e figura de liderança no hip-hop da região. Mas as associações entre as mulheres estavam apenas começando. Em 2016, a produtora Selo Verde lançou no YouTube o videoclipe “Força Feminina”, com Lienne Marley, Dany Alves, Negra Jaque e Vanessa GirLove e a participação de DJ Dezza, da “Hard Queens Crew”, o primeiro single de um projeto de quatro músicas “lançadas pela união das rappers gaúchas”, segundo a descrição do vídeo no YouTube. Mas para o segundo single as raperas não puderam contar com Negra Jaque, indisponível para um projeto coletivo. Por isso MC Ximena foi convidada a participar. Juntas, as quatro nomearam a nova parceria:

**A gente é Rap4Love porque a gente é quatro MC's mulheres que resolveram fazer um som de afrontamento. Porque a gente precisa afrontar eles [os homens]. Eles precisam saber ‘ó vocês já tão falando demais’. [...] E a melhor forma é através da música. É a música que eles vão escutar
(D.A., 2016, informação verbal).**

A partir dessa parceria, outras produções surgiram e mais raperas foram sendo agregadas à rede. Para a organização do “Rap4Love”, criou-se um grupo específico

no WhatsApp²⁵. A comunicação da rede de relações que se formava era mantida principalmente pelo Facebook e pelo WhatsApp. Naquele momento, os Sites de Redes Sociais (SRS's) e os aplicativos de comunicação instantânea foram fundamentais na organização das jovens, assim como na divulgação do disco, da festa de lançamento da coletânea e outras apresentações. Foi “uma forma de construir e manter rapidamente acessível um repositório de capital social que, de outra forma, não seria possível” (RECUERO, 2008). A partir de então, mais pessoas passaram a conhecer o trabalho das rapeiras. Sobre a festa de lançamento da coletânea, uma entrevistada afirma: *A gente fez o evento lá em Porto [Alegre] e foi muito legal, porque várias das gurias, assim, só se conheciam virtualmente, e foi naquele dia que a gente se conheceu de verdade, daí foi muito massa* (M. L., 2016, informação verbal).

O WhatsApp também serve como meio de contato entre as rapeiras que participaram do “Junção das Minas”. Hoje, o grupo do Junção permanece sob o nome de Hip Hop Feminino e reúne ainda mais MC's pelo celular. A distância entre elas, de fato, é um obstáculo para a criação de coletivos e grupos com definições mais fixas. Mas não impede as parcerias, sendo que até mesmo as gravações podem ser feitas à distância: “[...] *ela me mandou a parte dela [pelo aplicativo], me mandou o beat... ela que fez toda a mão [...]. A minha participação foi só chegar lá [no estúdio] e gravar.*” (M., 2016, informação verbal).

As alianças entre elas se dão a partir de processos comunicativos, mas com a racionalidade econômica (GARCIA CANCLINI, 1991) como principal aporte de mudanças, materializadas através de escambos de serviços, parcerias e apoios financeiros, bem como na troca de capital social e cultural: *“A gente via ainda no poder público nosso braço de transitar e se organizar. Com o tempo essas redes mudaram, né? [...] então para as minas [...] a gente não cobra nada.”* (D.A, 2017, informação verbal).

As músicas, os clipes, os shows, os compartilhamentos de posts e playlists nas redes sociais são produtos de uma aliança a moldes feministas que pretende, cada vez mais, abrir espaços para as mulheres no rap. Como parte das ações de desenvolvimento, a selo verde, assim como outras gravadoras e produtoras culturais independentes, propaga que investir nas jovens é uma maneira não apenas de se inserir nesse mercado, mas de transformá-lo.

Além de videoclipes, participação em batalhas de rima, apresentações ao vivo, as jovens vêm organizando e participando de eventos culturais como saraus de poesia e slams (*poetry slam*), eventos para a divulgação de *freestyle* (improvisação) e outras formas de rima que vêm popularizando a poesia falada. Em todas há apresentação e performance, mas o *slam* é competitivo, enquanto que o sarau é mais expositivo.

²⁵ Para uma análise completa dos usos e apropriações midiáticos das jovens, ver Moizes (2016).

Criado nos anos 1980 em Chicago (EUA), os *slams* têm um caráter de competição, parecido com o das batalhas, mas cujo ambiente é mais livre, as participações mais inclusivas e os temas mais abrangentes, com a autorrepresentação de minorias, como mulheres, negros, lésbicas e gays e moradores das periferias em geral, o que vem reunindo jovens mulheres em torno da atividade cultural em todo o país. A iniciativa resultou no “Slam das minas RS”, inspirada nos encontros de mulheres realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além disso, os slams não eram populares em Porto Alegre antes da iniciativa feminina:

Então a gente viu também que estava rolando os slams em São Paulo. A gente viu que estava formando uma rede de resistência, todas aquelas informações que vem pelas redes sociais. Então que tal a gente se juntar também para um slam aqui. Para as mina terem também essa coisa do campeonato né? Porque o Freestyle já é uma forma de competição, mas você não bota as manas de frente. Então a nossa intenção era fazer as manas se duelar, mas como se fosse treinar, tipo uma esgrima, que ninguém se machuca. Isso a partir da poesia, porque ela antecede a rima, antecede o flow, a métrica, a melodia. Tu declama, solta a voz e ficar mais fácil pra você cantar, pra você rimar, escrever. Então decidimos fazer slam das minas. (D.A., 2017, informação verbal, grifo nosso).

Em vez de cobrar que o espaço lhes fosse dado, o que seria também um modo de aprender as técnicas que elas ainda não dominam, elas criam outras formas de expressão. Observa-se que a reorganização da cena musical que se dá em âmbitos local, translocal (para além do local, ou ainda global) e virtual, conforme assinalavam Peterson e Bennet (2004), pioneiros na discussão sobre a dimensão virtual e geográfica das comunidades e cenas musicais. Para eles, as cenas virtuais urbanas reúnem agrupamentos de fãs de um gênero musical na internet, distinguindo-se das cenas locais e translocais, restritas ao mundo off-line. Mais recentemente Sá (2013) atualizou importância das redes digitais para a constituição das cenas, propondo que, ao se organizar na internet, uma cena se articula a outras de modo orgânico, apesar dos diferentes usos tecnológicos e das redes de conexões que os usuários podem experimentar. Trata-se, portanto, de rever as fronteiras “estanques entre as cenas off-line e online que não fazem nenhum sentido na contemporaneidade” (SÁ, 2013, p. 32, grifo da autora).

O aporte virtual é, portanto, fundamental à construção e ao funcionamento da rede de mulheres, por isso a cena rap também se molda a partir dos usos e de suas apropriações digitais. As formas associativas da rede de mulheres na cultura hip-hop culminam na reorganização de práticas culturais e na (re)territorialização na cidade. Elas surgem do consumo cultural e midiático do rap. Esse rearranjo tem papel

fundamental na circulação e ocupação de espaços urbanos, sobretudo os públicos. Vale ressaltar que a rua não é historicamente o local de pertencimento das mulheres, limitadas por séculos ao ambiente doméstico, à esfera da intimidade, que mudaria apenas com a interpretação feminista da esfera pessoal como política.

MANIFESTAÇÕES DE CONSUMO FEMINISTA

Mesmo com todos os prognósticos negativos sobre a liberdade e a circulação de mulheres nas cenas musicais, a aproximação das jovens com o rap e a cultura hip-hop aconteceu através da vida nas ruas, para o lazer e atividades sociais, como forte elemento identitário que expressa um cotidiano marcado pela circulação na cidade. Essas garotas costumavam frequentar locais usados para andar de skate, roller, etc, que são majoritariamente masculinos, sendo que elas acabaram por ter um papel secundário. Ali, receberam orientações de como circular na cena, sobre gosto musical, lazer, etc. Elas também afirmam que receberam as primeiras noções de cidadania e política, de organização social e de modos de conduzir demandas de políticas públicas, apoios à cultura, entre outras formas de funcionamento da esfera político-econômica da cultura no país. Com o tempo elas perceberam que suas demandas eram um pouco diferentes da maioria das pessoas que circulavam pela cena rap:

então tinha um domínio de realidade, isso que contava para nós. Tu tinha que estar atento a tudo [...] ao [ambiente] que havia ao redor. Ele era muito mais político. A gente refletia muito mais e a partir desta reflexão é que a gente começou a se organizar sobre o que era cultura hip-hop. Aí a gente tinha os sindicatos do movimento estudantil. [...] vinha uma galera mais velha e dizia: ah, não adianta vocês só tocar rap, tem que viver o rap. [...] então sempre teve uma terceira pessoa para nos politizar. Foram homens né!?! [risos]. Mas aí, a gente viu que tinha um baita de um espaço ali a gente também tomou protagonismos. (D.A., 2017, informação verbal).

O discurso feminista é manifestado entre jovens da rede também na necessidade de formarem parcerias entre si, o que pode ser averiguado em determinadas apropriações do rap pelas MC's ao priorizarem a procura por artistas do gênero feminino. Apesar de terem começado a escutar rap com grupos masculinos como Planet Hemp e Racionais MC's, as artistas Dina Di, Tássia Reis, Flora Matos, Cris SNJ e Negra Li, pioneiras na cena nacional, também figuram no primeiro contato das jovens com o rap. Tais mulheres manifestam em seus raps sua interpretação do contexto social, de sua inserção no mercado da música como rapeiras, os conflitos

presentes em suas vivências cotidianas. Além disso, elas demonstram também em rimas e videoclipes como chegaram ao cenário nacional do rap dominando as técnicas de produção e superando dificuldades.

Em espaços onde o consumo cultural é compartilhado, seja em uma confraternização entre amigos(as) ou em casa com a família, ocorrem conflitos da ordem de um posicionamento político feminista, como o mencionado por V. que, de certa forma, afetam as práticas do coletivo.

[...] a gente tava lá [em um churrasco] e ele [um amigo de V.] disse: ‘ba tira dessa playlist do YouTube que vai começar a tocar Costa Gold e eu sei que a V. odeia’. E eu: ‘bah, eu odeio mesmo’. Daí [ele] começou a reverenciar os caras e tal. [...] Daí eu: ‘bah, mas sabe o que que é foda mesmo? É a resposta que a Lívia Cruz fez pra ele [Costa Gold], tá ligado?’[...] Daí [...] ele: ‘é porque tem umas feministas que são muito chata, né’. Daí eu: ‘é, tu tem que entender que tem uns machistas que são muito chato, né?’ (V., 2016, informação verbal).

Os temas mencionados por rapeiras do cenário nacional também estão presentes na cena rap porto-alegrense. Isso porque escolher ouvir MC's nacionais que representem seus ideais colabora para que as próprias rimas sejam elaboradas com base no que desejam representar. Em geral suas composições as representam na cena, expressando demandas da coletividade feminina sem especificar realidades de cada uma ou de um grupo particular de mulheres: "*Chega pra somar quem é guerreira, o rap feminino tá tomando a cena. É som de mina sim, então dá licença. Na humildade com elegância representa.*" (É som de mina, Predominas, Junção das minas, 2015). Em outras letras é possível notar ainda mais a hegemonização do que é ser mulher: "*Cuida dos filhos, da família, trabalha o dia inteiro, do jeito que dá, tá ganhando o seu dinheiro. Faxineira, prostituta ou empresária, não desiste nunca, tá sempre na batalha.*" (Eu sou mulher, Visão Feminina. Junção das Gurias, vol.1, 2015).

Entre as questões do cotidiano, suas rimas distinguem a presença da mulher no rap gaúcho. Assim como os homens, elas utilizam expressões particularmente usadas nos pampas que remetem à luta e ao trabalho diário como peleia²⁶, guerreiro/a, gaudério/a²⁷, bagual²⁸ e outras gírias mais contemporâneas e da capital como “te

²⁶ *Briga, combate (CELPCYRO).*

²⁷ *Gaúcho de nascença, criado em galpão na estância (DICIONÁRIO INFORMAL).*

²⁸ *Potro ainda não domado. Diz-se de quem é pouco sociável, rude, de trato difícil (CELPCYRO).*

puxa²⁹”, “bah³⁰”, “tri³¹” e “a fu³²”. É o que observamos em *Rap de gaúcha*, de Vanessa Girl Love (Junção das Gurias, vol.1, 2015) e *Tradição dos pampas*, de Negra Jaque (Junção das Gurias, vol.1, 2015). Este rap traz uma introdução de milonga com acordeom e revela: “Sou dos pampas, sou do sul. Sou gaúcha, sou gaudéria”. Embora haja uma identificação com a cultura dos *pampas*, o protagonismo feminino e a negritude não são reconhecidos pelo tradicionalismo gaúcho. Esse é um conflito que vem sendo apresentado em recentes publicações, como *História regional da infâmia - O destino dos negros e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*, de Juremir Machado da Silva (L&PM Ed. 2010), que, entre outras histórias, expõe como a cultura gaúcha foi construída sobre mitos que excluem os negros (e as mulheres). O documentário “Manifesto Porongos³³”, assim como o rap homônimo de Rafuagi recontam a Batalha de Porongos, em que os lanceiros negros, divisão de frente da República Rio-Grandense, foram massacrados durante a Revolução Farroupilha. São esforços de reconstrução da história e da cultura gaúcha que buscam mostrar a importância da cultura negra para o estado.

Além da representatividade dos temas, a atuação das sujeitas como produtoras também está vinculada à procura por *beats* nas plataformas SoundCloud e YouTube e ao uso da memória do smartphone para armazenamento de *beats* e letras próprias, entre outras ações. Em contato com experiências culturais e midiáticas, as rapeiras gaúchas refletem sobre a apropriação, uma noção cara à teoria sociocultural do consumo, que assume que o consumo cultural é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos (GARCIA CANCLINI, 1991). Nesse sentido, no “ato de apropriar-se reside a ideia de reelaboração/modificação” (SCHMITZ, 2015) oriunda das práticas. Assim, o consumo de rap dessas artistas é uma maneira de pensar sobre o que se pode construir culturalmente e como adquirir as competências necessárias para participar da cena musical. Isso porque, segundo Martín-Barbero (2009, p. 292, grifo do autor):

O consumo não é apenas reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem

²⁹ *Do imperativo, tu te esforces, te dediques.*

³⁰ *Expressão de espanto ou admiração, diminutivo de barbaridade (DICIONÁRIO INFORMAL).*

³¹ *Indica intensidade. Substitui a palavra "muito", mas pode significar também legal. (DICIONÁRIO INFORMAL).*

³² *A “fudê”. Muito. Intenso. Remete ao esforço do trabalho ou a intensidade da identificação com a cultura gaúcha.*

³³ *Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=sPRxrjQ44pA>*

demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais.

As manifestações de consumo feminista entre as entrevistadas são mais um marcador social que organiza as rapeiras em rede, funcionando como expressões coletivas de mudança nos moldes que invisibilizam as mulheres como protagonistas das culturas juvenis. Com base em tais ações, as jovens vão reformulando suas identidades, de modo que passam a impor-se como coletivo feminino e feminista, ainda que não assumam claramente essa nomenclatura.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REDE DE MULHERES E A CENA RAP

Ao analisarmos as práticas culturais das jovens rapeiras na região metropolitana de Porto Alegre, vimos como as junções entre elas resultam em redes, em um movimento desde os exercícios comunicativos para se chegar aos processos sociais. Por isso, procuramos responder de que forma sua produção autoral colabora para que elas circulem na cena musical, (re)territorializando espaços urbanos, instituindo novas temáticas, integrando-se e se diferenciando na sociedade, a partir dos usos e apropriações que fazem do rap por meio das tecnologias de comunicação e da criação de novas práticas culturais.

Elas apontam que são representantes do rap gaúcho. Embora a questão da representação do rap do Sul seja ainda marginal nos raps das minas, ela faz parte da cena que tem a representatividade do gaúcho como objetivo comum. A própria definição do que é ser gaúcho precisa ser refletida, como apontamos. O que então dizer sobre a mulher negra rapeira gaúcha?

Sabemos que, além das entrevistadas, há muitas outras mulheres na cena rap que participam como protagonistas ou gostariam de estar mais engajadas nas atividades. As diferenças nas experiências de consumos culturais e a vivência na cidade resultam na necessidade de se organizarem, constituindo práticas cidadãs que expressam demandas por igualdade e conquista de espaços. O feminismo de desigualdades sociais, de classe, raça e etnia é encontrado na vivência das jovens, mas não claramente em seus discursos sobre a cena. A formação universal e generalizante do que é ser mulher praticante do rap domina as falas das entrevistadas, enquanto suas ações e suas letras relatam uma realidade distinta. As demandas são tão elementares, que parecem ser frágeis, ou até mesmo inocentes, diante das variáveis que elas devem enfrentar no cotidiano. Questões relacionadas à heteronormatividade e a sexualidade quase não são levantadas no rap da região metropolitana de Porto Alegre, nem mesmo entre as *gurias*. Pautas de pertencimento social na cultura marcam uma autoconstrução feminina das rapeiras em um contexto que ainda não questiona amplamente marcadores de raça ou classe,

mas que se justifica em razão de que as transformações sociais não são homogêneas. Isso não diminui o tensionamento que provocam na cena. Sua contribuição altera o reconhecimento das MC's e de outras jovens como agentes legítimas da cultura hip-hop por outros membros (homens) e por elas mesmas.

A reconfiguração de práticas de produção e escuta musical, assim como os usos dos lugares urbanos, das tecnologias de produção, divulgação, etc, apontam não apenas para a apropriação cultural de atividades que eram quase exclusivamente masculinas, mas para a criação de outras, no sentido mais amplo de apropriação, no qual se pode pensar que o consumo cultural é atuação para novas formas de produção e consumo. As jovens criam projetos e se articulam, oferecendo às mulheres em rede distintas competências culturais, buscando o fortalecimento de suas experiências na cena musical. As origens dessa conjunção remontam a própria formação musical do rap e suas hibridações.

As ações de mulheres em rede resultam na reconfiguração da cena rap porto-alegrense, uma vez que conferem aos espaços, práticas e agentes, outros discursos, propósitos e modos de execução. Para elas, fica evidente a necessidade de se organizarem em associações, nos quais se destacam experiências individuais e coletivas em processos comunicacionais de desenvolvimento, propondo “formas e modos sociais, culturais e individuais de co-construir um mundo compartilhado de experiências; de ver, ouvir, interagir e compreender como construímos – consciente e inconscientemente nossos contextos sociais” (VIZER, 2005, p. 2, trad. nossa, grifo do autor). Além disso, identificamos manifestações musicais feministas e práticas que reforçam a proposta organizativa da rede de rapeiras como âmbito de resistência e reinvenção.

Obviamente esse não é o único viés, já que o fenômeno estudado é marcado pelo prazer, pelo desejo, pela estética e gosto compartilhados, por características sócio-políticas interativas, de forma que os grupos competem pela apropriação do que é produzido socialmente, assim como por aspectos econômicos e por rituais. Entre as diferentes esferas, é possível identificar uma linha coexistente: na vida cotidiana, as jovens entendem no consumo cultural um modo de analisarem suas práticas e refletirem sobre a sua condição cidadã.

REFERÊNCIAS

- BENKLER, Yochai. **The wealth of networks**. How social production transforms markets and freedom. New Haven and London: Yale University Press, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **La era de la información**. Madrid: Alianza Editorial, 1997. v. 1.
- CELPCYRO. Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins. **Glossário**. SCHLEE, Aldyr Garcia (org.). Disponível em: <http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=251&Itemid=124> Acesso: 01 ago. 2017.
- DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>> Acesso: 01 ago. 2017.
- FOUCAULT, Michel. Uma estética da existência. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Ditos e escritos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. v. 5, p. 288-294.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. El consumo sirve para pensar. **Diálogos de la comunicación**, México, n. 30, 1991.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUC, 2008.
- JUNÇÃO Das Gúrias – Vol. 1 **Coletânea virtual**. Soundcloud, 2015. Disponível em: <<https://soundcloud.com/juncaodasguriasrs>> Acesso em: 15 ago. 2017.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MCROBBIE, Angela; GARBER, Jenny. Girls and subcultures. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (eds.). **Resistance through rituals**. Youth subcultures in post-war Britain. 2. ed. London: Routledge, 2006.
- MOIZES, Paula Schwambach. **“Meu rap é rap, mas eu sou mulher”**: estudo da experiência coletiva de consumo e produção musical em uma rede de rapeiras no sul do Brasil. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- NAVES, Santuza Cambraia. “Eu quero frátia”: a comunidade do rap. In: _____. **A canção brasileira**: leituras do Brasil através da música. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. p. 40-45
- PETERSON, Richard A.; BENNET, Andy. **Music scenes**: local, Trans-Local and Virtual. Nashville: University of Vanderbilt Press, 2004.
- RECUERO, Raquel. **Laços sociais e sites de redes sociais**. Blog Raquel Recuero, 2008. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2008/01/laos-sociais- e-1.html>> Acesso: 01 jul 2017.
- SÁ, Simone Pereira de. As cenas, as redes e o ciberespaço: sobre a (in) validade da utilização da noção de cena musical virtual. In: JANOTTI JR., Jeder (Org.). **Comunicações e territorialidades**: Cenas Musicais. Coleção comunicações e cultura. Guararema, SP: Anadarco, 2013. p. 29-39.
- SAFFIOTI, Heleieth B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986. p. 105-155
- SCHMITZ, Daniela Maria. Consumo, sentidos, usos e apropriações nas pesquisas de recepção: nem tão sinônimos, nem tão distantes. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 255-275, set./dez. 2015. Ed. especial 20 anos do PPGCOM UFRGS
- VIZER, Eduardo A. Aportes a una teoría social de la comunicación. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p. 1-14, jan./jun. 2005.

Era para ser sobre hip hop, mas tornou-se o espetáculo do popular: uma análise do documentário *Fala Tu*³⁴

Thífani Postali

O trabalho aborda a representação do hip hop no filme Fala Tu. Sua intenção é apresentar como os documentários podem transformar os territórios urbanos marginalizados em ambientes exóticos. Para tanto, utiliza-se de autores que discorrem sobre o cinema documentário, e identidade a partir dos Estudos Culturais. Como metodologia, apoia-se na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1994) para o exame de Fala Tu. Assim, este trabalho pretende apontar como o filme preserva as narrativas do popular espetacularizado, talvez, sem trabalhar a representação do hip hop de modo significativo.

³⁴Trabalho apresentado no GP Folkcomunicação, Mídia e Interculturalidade, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

Fala Tu (2003) é um documentário brasileiro cujo tema central é o cotidiano de três rappers cariocas. De modo geral, o rap é o elemento musical do hip hop, manifestação cultural que tem como uma de suas principais funções discursar sobre os problemas sociais que afligem os grupos urbanos marginalizados. Nas produções audiovisuais, a representação do hip hop sob a ótica feminina é quase nula, o que torna *Fala Tu* um objeto interessante, pois apresenta o movimento a partir de diferentes olhares, incluindo o de uma rapper. O trabalho teve como objetivos identificar que recortes os diretores escolheram para apresentar a relação dos três rappers com o hip hop e como trabalharam suas representações. Para tanto, teve como base a pesquisa bibliográfica, a partir das considerações de Hall (2009), Nichols (2005), Hamburger (2007) entre outros autores que julgamos essenciais para discorrermos acerca dos documentários sobre favelas e periferias. Para a análise do documentário, utilizamos como método a Análise de Conteúdo, a partir de Bardin (1994), identificando o tempo aproximado de exibição de cada ator social e quantidades de vezes que falam sobre o hip hop, além de refletirmos sobre outros discursos selecionados pelos diretores. Assim, pretendemos apontar como *Fala Tu* preserva as narrativas do popular espetacularizado, talvez, sem trabalhar a representação do hip hop de modo significativo.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL NOS DOCUMENTÁRIOS BRASILEIROS

Para analisarmos *Fala Tu* como produção cinematográfica que propõe abordar fragmentos de realidades, importa discorrermos sobre a ideia do documentário que, diferentemente das produções de ficção, visa à representação do mundo histórico, tornando visíveis os aspectos do mundo que vivenciamos (NICHOLS, 2005). Nichols destaca que o gênero documentário tem como principal função a representação social, ou seja, esse modo de filme busca a seleção e organização de elementos existidos no mundo histórico, por meio da observação e desejo do cineasta. Assim, o documentário oferece representações de fragmentos do mundo, o que pode resultar na ideia de que o que está sendo apresentado é verdade. Para Nichols (2005, p. 28) o argumento contido no documentário oferece uma forma distinta de pensar a realidade, já que “(1) uma imagem não consegue dizer tudo o que queremos saber sobre o que aconteceu, e (2) as imagens podem ser alteradas tanto durante como após o fato, por meios convencionais e digitais”.

Posto assim, torna-se importante destacar que, independente da boa intenção do cineasta, o documentário acaba representando situações com mais ou menos intensidade, que são resultantes de seu repertório e intenção. É por esse motivo que Nichols (2005) apresenta a importância de refletir sobre as questões éticas do cinema, já que no gênero documentário as pessoas apresentadas não são como os atores que trabalham mediante um contrato que regula o que devem ou não fazer, ao contrário, são atores sociais que devem levar a vida como se não estivessem sendo

registrados. Assim, a ética torna-se essencial para as negociações sobre o filme, pois a abordagem pode ter consequências tanto para os atores sociais quanto para os espectadores, situações que apontaremos na análise de *Fala Tu*.

Antes de refletirmos sobre o filme proposto, apresentaremos algumas considerações gerais sobre os diversos filmes nacionais que têm as favelas e periferias como tema central. Para tanto, nos basearemos em Postali e Akhras (2017), que discorrem sobre a representação dos territórios marginalizados no documentário nacional. De acordo com os autores, a história do cinema nacional não contempla a abordagem de elementos essenciais existidos nesses territórios, sobretudo dos tópicos culturais, reproduzindo, assim, o olhar taxativo existente no senso comum, nos dicionários e em diversos estudos acadêmicos

Segundo Hamburger (2007), desde o início do cinema brasileiro as representações, quando realizadas em espaços marginalizados, focam na representação de situações de pobreza e violência, independente dos tratamentos estéticos – da ficção ao documentário. Deste modo, a autora mostra que as produções sobre temas que abordam favelas e periferias tiveram, pelo menos, quatro momentos marcantes: (1) o cinema moderno, marcado pelo “romantismo simpático” sobre a favela; (2) o cinema novo, com um conteúdo político que destacou a violência como forma de questionar ideologias hegemônicas; (3) as produções de 1970 e 1980, tempo que o cinema sobre favelas e periferias urbanas ficou limitado a produções experimentais ou independentes, devido à censura da Ditadura Militar e consolidação da indústria televisiva; e (4) o cinema de retomada, que associa pobreza e violência, sobretudo, restringindo esses territórios à violência atrelada aos problemas decorrentes do tráfico de drogas.

A autora também acrescenta que, a partir dos anos 2000, algumas produções apresentaram situações menos generalizadoras, mas boa parte permaneceu com a temática sobre pobreza vinculada à violência. Bentes (2007) também aponta um caminho semelhante ao referir-se à história do cinema sobre favelas e periferias. Para a autora, o Cinema Moderno romantizou a miséria e o Cinema Novo criou a “pedagogia da violência”. Já o cinema contemporâneo apresenta a miséria e a violência como situações naturalizadas e independentes do sistema social. Bentes (2007) ressalta que o ano de 2001 foi um marco para o início das produções que generalizam a miséria como um problema insolúvel, o que, a nosso ver, oferece ao público uma sensação de conformismo e impotência diante do problema social. Segundo a autora, essa representação impede a intervenção no estado de pobreza, o que resulta na transformação da denúncia em uma banalidade.

Quanto a esse tratamento, Hamburger (2007) lembra que esse conjunto de filmes pode ser refletido à luz do conceito de “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 2002) cujos estímulos, provocados a partir do excesso de luzes e imagens, definem as regras sobre o que deve ser valorizado e, portanto, consumido. Para a autora, “o

espetáculo emerge no pensamento de Debord como noção que condensa a opressão nas sociedades contemporâneas”. Em suas considerações, Hamburger não desqualifica o fato de esses filmes trabalharem a gravidade das situações de pobreza e violência, mas sim questiona sua contribuição para a perpetuação dessas situações, a partir do espetáculo (POSTALI; AKHRAS, 2017).

A partir dessas colocações, torna-se viável considerarmos que os filmes brasileiros têm contribuído para a construção de um pensamento que associa a pobreza à violência, sustentando esse estigma. Bentes (2007) ainda chama a atenção para o fato de que grande parte desses filmes não relacionam os problemas dos territórios marginalizados com as elites, o que resulta na ausência de discursos políticos esclarecedores. Hamburger (2007) e Bentes (2007) também se aproximam ao ressaltarem que, nesses ambientes, emergem elementos culturais que têm ganhado visibilidade. Entre eles, destacam o hip hop como uma das produções culturais que promovem a cidadania frente ao sistema desgastado. Bentes (2007) sustenta que a musicalidade tem oferecido ao povo formas diferentes de representar seus espaços e cultura. A autora apoia que o hip hop reflete um contradiscurso aos conteúdos midiáticos institucionalizados por meio da grande mídia, especialmente, pelo jornalismo e cinema

HIP HOP: IDENTIDADE POLÍTICA E CONTESTATÓRIA

O hip hop é um movimento cultural criado por Áfrika Bambaataa³⁵, que une diferentes elementos artísticos tais como Dj, Grafite, música (rap) e dança (breaking), entre outras manifestações que estejam ligadas ao “conhecimento”, no que se refere à conscientização dos jovens com relação a questões sociais. Isso porque a principal função do hip hop é o uso de práticas culturais no lugar da violência e criminalidade (POSTALI, 2011). De acordo com o site da organização Universal Zulu Nation³⁶, o hip hop deve ser utilizado como uma forma de transferir conhecimentos, promover reflexão, igualdade, paz, amor, respeito e responsabilidade, por meio da união, ou seja, um significado que, muitas vezes, difere dos discursos midiáticos. Para Kellner (1995, p. 231), o rap transformou-se “num poderoso veículo de expressão política, traduzindo a raiva dos negros diante da crescente opressão e da diminuição das oportunidades de progresso, quando a simples sobrevivência passou a ser um grave problema”. Talvez, assim possamos afirmar que o hip hop é uma manifestação que reflete as condições sociais das sociedades “pós-coloniais”. Hall (2009, p. 79) lembra que “o liberalismo vem sendo incapaz de se conciliar com a diferença cultural ou garantir a igualdade e a justiça

³⁵ Pseudônimo de Kevin Donovan, DJ e fundador da Universal Zulu Nation.

³⁶ Organização não governamental que fundou o movimento hip hop.

para os cidadãos minoritários”. Assim, o autor sustenta que é por meio da cultura popular – cultura dos oprimidos – que o povo expressa a sua identidade cultural.

Pensando a partir dos Estudos Culturais, refletiremos sobre o hip hop como um elemento cultural cujo fim almeja apresentar uma identidade cultural. Para esse campo de investigação, a construção da identidade é tanto simbólica quanto conceitual e é desenvolvida, sobretudo, quando identidades estão em conflito. Deste modo, a identidade é marcada pela via do simbólico e procura estabelecer, em muitos casos, suas reivindicações por meio do apelo a antecedentes históricos, a fim de reafirmar identidades, num processo que acaba por produzir novas identidades. Hall (2009b) esclarece que o conceito de identidade não deve ser entendido como um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Para o autor, as identidades estão relacionadas com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura, com a finalidade de criar não o que “nós somos”, mas o que “nos tornamos”, portanto, tem na redescoberta do passado parte de seu processo de construção.

Hall (2009a) também apresenta um tipo de identidade produzida por sistemas de representação, como as produções midiáticas. Segundo o autor, essas produções estabelecem relações de poder e apontam, muitas vezes de forma ideológica, aquele que deve ser incluído ou excluído socialmente. Mas, esses sistemas de representação podem também oferecer conteúdos simbólicos capazes de provocar o questionamento das representações oferecidas, contribuindo, assim, para a criação de novas identidades políticas. Deste modo, torna-se possível pensar o hip hop como a busca de uma identidade política e contestatória, sobretudo, com relação à mídia que, tanto em produções jornalísticas quanto cinematográficas, oferece uma identidade para os negros atrelada à pobreza, em consonância com a violência.

A partir dessas considerações, apresentaremos o documentário *Fala Tu* como uma produção que foge, em alguns aspectos, da ideia de espetáculo sobre a pobreza relacionada à violência, apresentada por Hamburger e Bentes, mas que esbarra em outras questões, talvez, irrefletidas pelos diretores Guilherme Coelho e Nathaniel Leclery. Procuraremos identificar a representação do hip hop como identidade política e contestatória e também refletir as questões sobre ética com relação aos atores sociais.

FALA TU

Dirigido por Guilherme Coelho e com coprodução, roteiro e assistência de direção de Nathaniel Leclery, *Fala Tu* (2013) é um documentário que apresenta um recorte do cotidiano de três atores sociais que vivem em diferentes favelas do Rio de Janeiro. Além de viverem em territórios marcados por carências, essas pessoas têm em comum o trabalho subalterno e a composição de rap.

O documentário tem como base os padrões do Cinema Verdade e, como subgênero, o modo Participativo, no qual o documentarista vai a campo e participa do conteúdo mesmo que não apareça, por meio de entrevistas. Logo no início do filme, os diretores já apresentam o subgênero do documentário, pois Thogum, um dos atores sociais, dirige-se para a câmera dizendo “isso está engraçado”. É importante ressaltar que a ideia de Cinema Verdade se faz a partir da noção da verdade enquanto um encontro, no lugar de uma verdade absoluta ou não manipulada (NICHOLS, 2005).

Deste modo, “observamos como o cineasta e as pessoas que representam seu tema negociam um relacionamento, como interagem, que formas de poder e controle entram em jogo e que níveis de revelação e relação nascem dessa forma específica de encontro” (NICHOLS, 2005, p. 155). Essa observação pode ser bastante notada no documentário, pois, como veremos, é possível constatar diferenças de relacionamento entre os cineastas e os atores sociais.

Figura 1: Thogum, Macarrão e Combatente



Fonte: Papo de cinema. Disponível em: <<https://www.papodecinema.com.br/noticias/documentario-fala-tu-sera-exibido-na-escola-livre-de-cinema-de-nova-iguacu/>>.

Importa esclarecer que Guilherme Coelho e Nathaniel Leclery optaram por misturar as cenas com histórias dos atores sociais, de modo que a narrativa transita para um e outro com diversos cortes, muitas vezes, podendo levar o espectador a confundir as narrativas específicas sobre cada um. A seguir, juntaremos algumas tomadas de acordo com os atores, que discorrem direta ou indiretamente sobre o hip hop, finalizando cada uma com outros temas também significativos.

MACARRÃO

Macarrão é o ator social que mais se destaca na produção tendo, aproximadamente, 30 minutos de exposição. Morador do Morro do Zinco, é apontador do jogo do bicho e compositor de Gangsta Rap, um subgênero de rap que discorre sobre o cotidiano de pessoas que estão, de alguma forma, envolvidas com a criminalidade. A relação de Macarrão com o rap aparece em quatro momentos, sendo apresentadas três composições completas. O primeiro apresenta uma letra de música de macarrão que aborda as situações de humilhação vividas pelos visitantes dos presos nas penitenciárias.

O segundo ocorre com entrevista. O diretor pergunta a Macarrão se a música dele é coisa de bandido, e o rapper responde que não, que é apenas o tema que ninguém quer escutar; que não faz música de protesto e sim crônica do cotidiano sobre a agonia de gente que vive nessa situação. No terceiro momento, com tomada rápida, Macarrão fala sobre o hip hop brasileiro, que tem “a intenção de levar mensagens, de levar alento para o cara que vai escutar; tentar dizer para o cara que não é bem assim”. No quarto momento, Macarrão está em um estúdio de gravação e canta uma música. Ocorre um incidente com o DJ A, que está envolvido com o trabalho. Então, os diretores apresentam o problema do DJ, que teve a namorada assaltada, acompanhando todo o desenrolar do fato. Ele se torna um quarto ator social, descoberto no acaso da produção.

De todas as demais tomadas sobre Macarrão, aproximadamente 17, o conjunto que sobressai é o drama que envolve sua relação com a esposa, entre outros temas como religiosidade e trabalho. Sobre a relação do rapper com a esposa, sabe-se que ela está grávida e é bastante religiosa. Lamenta morar no Morro do Zinco, enquanto ele gosta.

Os recortes mais apresentados são os desentendimentos do casal, brigas por ciúme e por discordância de ideias. Detalhes apresentados pela câmera: becos, Macarrão se alimentando, roupas no varal, interior da casa, ou seja, ênfase em locais que representam a pobreza.

É importante destacar que a equipe, após finalizar as primeiras filmagens, retoma os trabalhos após oito meses. No caso de Macarrão, o tema apresentado é morte de sua esposa durante o parto. Na ocasião, Macarrão fala sobre os seus sentimentos e sobre como está perdido, tendo que trabalhar para sustentar os três filhos, com a ajuda da sogra com quem não tinha contato. A câmera dá ênfase à tristeza, com closes em Macarrão, no filho recém-nascido e na sogra que chora ao relatar o ocorrido.

A tomada com a sogra de Macarrão, inclusive, pode remeter a matérias jornalísticas sensacionalistas, pois apresenta a senhora constrangida, com um pano cobrindo o rosto para chorar. Ela ainda questiona porque o diretor não estava filmando na hora do parto, quem sabe, podendo evitar o ocorrido.

THOGUM

Thogum é o segundo ator social que mais se destaca no filme, tendo, aproximadamente, 23 minutos de exposição. Morador de Cavalcante, trabalha com representação de produtos esotéricos e é compositor de Rap Conscientização.

Com relação ao tema hip hop, Thogum aparece em três momentos, sendo apresentadas duas de suas composições completas. O primeiro acontece num estúdio, onde, antes de apresentar o trabalho do rapper, o diretor mostra a história sobre como ele conseguiu “enganar” o sistema de saúde para que o pai fosse atendido no hospital público e recebesse tratamento oncológico, já que não conseguia assistência. Logo após, aparece a gravação de uma de suas músicas, com falas que antecedem a letra da música, mostrando que Thogum utiliza o hip hop como instrumento de conscientização. Na letra, o rapper incentiva os jovens a procurar o caminho mais difícil, que é longe das drogas e da criminalidade, para ser bem-sucedido. Num segundo momento, mais para o final do documentário, Thogum aparece cantando outra música de conscientização. Nela, aborda questões sobre identidade e sobre a importância de reconhecer-se, criticando o grupo de pagode “Os Morenos”, famoso na década de 1990 pelo sucesso da música “Marrom bombom”. Para o rapper, essa atitude atrapalha a conscientização dos negros com relação a sua identidade. Ele também critica a música que, esvaziada de conteúdo sobre a cultura negra, alcançou a mídia.

No terceiro momento, Thogum fala sobre o desejo de cursar a faculdade de Jornalismo e Rádio, com a ideia de trabalhar na comunicação da polícia, até se tornar porta-voz da presidência da República. Diz que esse discurso faz com que os seus amigos zombem dele. Continua dizendo da importância do hip hop como manifestação de seu lado bom como pessoa. Conclui, chorando, ao dizer que teve que estudar para entender a exclusão social.

De todas as demais tomadas sobre Thogum, aproximadamente, onze, o tema que sobressai é sua relação com o pai. Na ocasião, o rapper não via o pai desde a infância e conta como o reencontrou em um ônibus. O pai de Thogum está com câncer e os diretores o acompanham em uma visita ao hospital público. Aqui há também abordagem sensacionalista, pois a câmera apresenta em detalhes o corpo do pai, que está bastante debilitado pela doença. Os diretores também apresentam o diálogo de Thogum em que pede ajuda para pagar os estudos, e o pai o questiona sobre cursar uma universidade pública, já que não tem dinheiro para ajudar. Thogum também aparece praticando o Budismo e explicando sua crença na filosofia oriental. Conta o sentimento pelo pai, sobretudo quando ele largou a mãe e os irmãos. Ao voltarem, após os oito meses, os diretores o questionam sobre a morte do pai, sobre o seu sentimento. Detalhes apresentados pela câmera: janelas e paredes quebradas, interior de sua casa, ou seja, referências sobre a pobreza.

COMBATENTE

Combatente é a que menos aparece sendo, aproximadamente, 14 minutos de exposição. Desse tempo, em algumas tomadas não há diálogo e presença da rapper. Moradora de Vigário Geral, trabalha como operadora de telemarketing e compõe rap. No entanto, o documentário não deixa claro qual estilo de rap produz. No início do filme, integra o grupo de hip hop Negativas, que se formou com a finalidade de dar voz às mulheres frente às atitudes machistas do movimento, informação não explorada pelos diretores. Ao contrário disso, os recortes de Combatente se resumem a temas como vaidade, religião e desentendimentos com o grupo.

Com relação ao tema hip hop, Combatente aparece em quatro momentos, sendo apresentadas duas estrofes de músicas diferentes e uma música completa. O primeiro momento exhibe as estrofes de músicas que abordam situações sobre o feminino com relação à vaidade e aos perigos do envolvimento com criminosos. No segundo, que é fragmentado em três partes, um dos diretores pergunta sobre a importância da rádio comunitária em que participa. A rapper conta como se sente e como o rap é importante para a reflexão da comunidade. Essa tomada emenda com o depoimento do locutor da rádio, que discursa sobre o mesmo viés. No terceiro momento, questionam Combatente sobre a possibilidade de o Gangsta Rap transformar a figura do criminoso em mocinho. A resposta da rapper não parece ser conclusiva – não detectamos se foi por falta de argumento da rapper ou edição do filme. No quarto momento, Combatente aparece em gravação num estúdio, registrando uma música de conscientização social.

De todas as demais tomadas, aproximadamente, oito, o tema que sobressai é o desentendimento do Grupo Negativas. Também é bastante explorada a religião Santo Daime, praticada pela rapper. Em tomadas aleatórias, aparecem imagens do culto, sem a presença de Combatente. O diretor explora sem pressa os detalhes, talvez na tentativa de dar ênfase ao que julga exótico. Não há diálogo. Em outro momento, o diretor retoma as imagens do culto do Santo Daime com a rapper participando. Não há diálogo, apenas imagens.

Para melhor visualização sobre a comparação dos três atores sociais, mostramos no Quadro 1 as principais características abordadas:

Quadro 1 – Comparação das abordagens dos três atores sociais

Atores sociais	Tempo total (aprox.)	Nº de vezes que aparece	Nº de vezes sem abordar Hip Hop	Nº de vezes que aborda o Hip Hop	Quantidade de composições	Tema mais destacado
Macarrão	30 min.	21	17	4	3 completas	Relação com a esposa

Thogum	23 min.	14	11	3	2 completas	Relação com o pai
Combatente	14 min.	14	8	4	2 estrofes 1 completa	Relação com o grupo Negativas

Fonte: Elaboração própria

O quadro nos permite constatar que a exposição de *Combatente* é significativamente menor, ao passo que *Macarrão* lidera. Apesar de *Combatente* aparecer a mesma quantidade de vezes que *Thogum*, o tempo total de exposição nos chama a atenção por ser bem menor. Outro ponto relevante é a quantidade de vezes que aparecem sem abordar o hip hop, tendo como os temas mais destacados os dramas pessoais de cada ator social. Nesse contexto, mais uma vez, *Combatente* é significativamente menos representada. Com relação à composição de rap, *Macarrão* apresenta três músicas completas, seguido de *Thogum*, com duas, e *Combatente*, com duas estrofes curtas de músicas diferentes e uma completa.

Ao analisar *Fala Tu* a partir da separação de seus recortes, é possível identificar a tentativa dos diretores de organizar as tomadas, seguindo os temas: trabalho subalterno, hip hop, religião, relação com a família e drama. Os diretores aparentemente buscam construir uma narrativa comparativa entre os olhares dos atores sociais, dando ênfase aos dramas que envolvem suas vidas, o que parece deixar a ideia do hip hop um tanto ofuscada, diante de tantas informações aleatórias. Mesmo que exista a organização por temas nas sequências, talvez seja possível perceber um esforço em querer que eles se encaixem, não possibilitando que os assuntos sejam explorados de modo mais reflexivo.

Apesar de a intenção inicial ser a de fazer um filme sobre a história do rap carioca, informação revelada por Nathaniel Leclery, em entrevista para Reuters³⁷, o que sobressai são os dramas dos três atores sociais. Se analisarmos separadamente as sequências sobre *Macarrão*, *Thogum* e *Combatente*, percebemos a diferença na relação dos diretores com os atores, ao comparar conteúdo, tempo e quantidades de exibição.

Macarrão é o que mais aparece, tanto em tempo de exibição quanto em seu trabalho como rapper; seguido de *Thogum* e, por último, *Combatente*, notadamente menos explorada.

Se pensarmos *Fala Tu* a partir das considerações de Hamburger (2007), podemos perceber que o documentário apresenta uma proposta menos generalizadora com

³⁷ *Fala Tu* destaca histórias humanas no mundo do rap. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2004/04/01/ult26u16310.jhtm>>. Acesso em: 9 maio 2016.

relação à pobreza vinculada à violência. Por outro lado, reproduz o tom do cinema contemporâneo sugerido por Bentes (2007), o qual apresenta a miséria como situação naturalizada. Por esse viés, podemos perceber que Macarrão é uma figura que já apresenta certa conformidade e frustração com a sua situação de vida; Thogum, que é o ator que mais apresenta perspectiva positiva sobre o seu futuro, comenta o quanto é difícil ter essa postura em seu meio, revelando que seus amigos o chamam de sonhador; Combatente afirma que quer viver da música, mesmo sabendo das dificuldades que terá com a sua escolha. Enquanto as falas acontecem, a câmera apresenta, talvez com espetáculo, as imagens sobre a pobreza de cada ator social, incluindo detalhes de suas casas, bairros, entre outras cenas reveladoras de espaços e situações miseráveis: exploração da imagem da sogra de Macarrão chorando a morte da filha; ênfase na imagem do pai de Thogum em situação frágil no hospital; a apresentação do exótico nas filmagens sobre o culto do Santo Daime.

Retomando as ideias de Hall (2009b) sobre identidade como conceito estratégico e posicional, talvez *Fala Tu* não explore a ideia do hip hop de modo claro. A tensão da construção da identidade aparece de forma mais objetiva em uma das letras de rap de Thogum, que apresenta recursos para a construção da identidade do negro. Por outro lado, percebemos um esforço em abordar a ideia do Gangsta Rap, devido à quantidade de vezes que os diretores questionam Macarrão, Combatente e os voluntários da rádio comunitária sobre o conteúdo dessas músicas. Apesar de os atores apresentarem a ideia da música como retrato do cotidiano de indivíduos infratores e suas consequências negativas, não fica claro e a intenção dos diretores é a desconstrução da relação do Gangsta Rap com a apologia ao crime ou se é apenas um esforço em trabalhar o que é mais exótico para o espectador. Em depoimentos nos bônus do DVD, os atores sociais se queixam das atitudes dos diretores e câmera. Macarrão diz que eles questionavam se sua música era “de bandido” por falta de conhecimento, ao mesmo tempo em que se queixa da ênfase dada a morte de sua esposa. Thogum reclama do câmera buscando o filmar nos momentos de tristeza enquanto tentava se esquivar das lentes; Durante as filmagens, Combatente estudava para o vestibular, questão não abordada no filme; DJA fala abertamente sobre a espetacularização do popular, dizendo que os diretores ficaram felizes com a sua tragédia no decorrer das filmagens.

Em geral, não há exploração mais reflexiva ou dialógica sobre a filosofia do hip hop, deixando recortes que, talvez, dificultem a interpretação dos espectadores acerca da identidade que o movimento propõe e seus significados. O filme apresenta momentos em que os atores sociais procuram explicar o significado do hip hop, mas que são inexplorados pelos diretores. Macarrão fala sobre o sucesso de sua música em outra comunidade; Thogum comenta que o rap mudou sua vida; o Grupo Negativas revela que sua intenção é combater o machismo existente no hip hop, mas, em nenhum dos casos, há desenvolvimento do assunto. Parecem frases soltas em meio a tantos outros assuntos. Um receptor que não tenha conhecimento prévio

sobre o conteúdo do hip hop, pode encontrar dificuldades para decodificar muitas das mensagens do filme.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, como lembra Nichols (2005), os documentários tratam as questões sociais e políticas, muitas vezes, apresentando os atores sociais como vítimas, e não agentes. Muitas das produções seguem como o jornalismo fomentando a “tradição de vítima”, que pode ser traduzido como uma forma de preconceito de classe. Mesmo que *Fala Tu* não apresente a pobreza atrelada à violência, é possível perceber contextos com ênfase na impotência de seus atores sociais, explorando pouco suas referências como ativistas sociais, que possibilitam visões discordantes dos discursos midiáticos acerca das favelas e periferias; referências que talvez pudessem contribuir de forma mais significativa e dialógica entre os espaços urbanos marginalizados e demais espaços sociais. É possível identificar a vontade dos atores sociais em falar sobre o hip hop e seus trabalhos enquanto são cortados a todo o momento. Neste sentido, o documentário apenas sustenta a visão tendenciosa dos diretores, ofuscando o potencial cultural apresentado pelos atores sociais. O hip hop, enquanto identidade política e contestatória fica ofuscada no documentário que mais procurou espetacularizar o popular.

Posto assim, talvez seja possível afirmar que *Fala Tu*, como tantas outras produções brasileiras, se perde no diferente, no exótico aos olhos daqueles que possuem o poder da câmera.

REFERÊNCIAS

BENTES, Ivana. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 242-255, jul./dez. 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contra-ponto, 2002.

FALA TU. Direção de Guilherme Coelho. Produção de Mauricio Andrade Ramos, Mano Tales, Nathaniel Leclery e Guilherme Coelho. Roteiro de Nathaniel Leclery. 2003. 1 DVD (74 minutos). 35 mm.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009a.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009b. p. 103-133.

HAMBURGER, Esther. Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: Reflexões sobre a idéia de espetáculo. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 78, p. 113 a 128, jul. 2007.

KELLNER, Douglas. **A cultura de mídia**. Bauru: EDUSC, 1995.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus, 2005.

POSTALI, Thífani. **Blues e hip hop**: uma perspectiva folkcomunicação. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2011.

POSTALI, Thífani; AKHRAS, Fábio. Reflexões sobre a representação dos territórios marginalizados no cinema nacional: cultura popular e identidades. **Tríade**: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia, Sorocaba, v. 5, n. 9, p. 222-237, jun. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/2744>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNIVERSAL ZUL NATION. Disponível em: <<http://www.zulunation.com/aboutzulunation/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

Do gênero à etnia/ raça

Igualdade de gênero em Ruanda

Domingos Sávio Gonçalves

Este texto aborda a questão do equilíbrio de gênero numa África pobre, mas rica em recursos naturais, em diversidade étnica, multilinguística, em movimento, e que já posiciona 4 países no top 20 da igualdade, só perdendo para a Europa Ocidental. Ruanda, que, no imaginário coletivo será por muito tempo associada ao genocídio, atingiu, já em 2016, a maioria dos objetivos do milênio, se classificando em 2016 na quinta posição em igualdade de gênero, atrás somente da Islândia, Finlândia, Noruega e Suécia. O grande destaque do país é o Empoderamento político das mulheres, conseguido graças a uma constituição contemporânea e progressista, bem como diversas medidas tomadas pelo Governo objetivando o crescimento da participação das mulheres na administração, na educação e nos conselhos governamentais em todos os níveis.

ÁFRICAS DE ÁFRICA

A África quase nunca é mostrada para nós brasileiros naquilo que ela tem de positivo, de bela, de diversa, dos seus bons dias e dos seus avanços. A imagem, dela projetada, quase sempre é apocalíptica: secas, fome, miséria, doenças, guerras inter-étnias, golpes de estado violentos, instabilidade política, corrupção etc. Tem tudo isso, mas não só isso. Há avanços significativos em alguns países, porém a maioria dos brasileiros e ocidentais conhece o continente, ou ouviu falar, pelo seu lado escuro, fatalista ou ainda pelos belos animais mostrados no cinema e na televisão ou em fotos de turistas em safáris nos países africanos do sul e leste. Para Moumouni (2003, p. 152), a África parece representar o apocalipse por suas catástrofes e imagens do fim do mundo. Também, o jardim do Éden por sua característica de primitiva, natural, zoológica e pré-moderna.

É preciso, a partir de experiência própria e de um acompanhamento do que acontece no continente, falar das coisas positivas da África, ainda que seja necessário, para melhor compreender, voltar a um passado recente de sua história de conflitos étnicos, da exploração ainda existente pelas potências coloniais, de sangue e de miséria. O continente, hoje com 54 países (48 continentais e 6 insulares), é dividido em duas regiões principais: África Subsaariana e a África do Norte. Ao sul do deserto do Saara, a região é caracterizada por ter uma população majoritariamente negra e uma maior diversidade étnica. Ao Norte desse mesmo deserto encontram-se as populações africanas árabes. A população está estimada em 1,2 bilhões de habitantes e uma projeção da ONU de 2015 revisada em 2017 indica que irá quadruplicar até 2100 quando terá cerca de 4 bilhões de pessoas (UNITED NATIONS, 2017). Um forte crescimento populacional pode contribuir para novas tensões sociais na maioria dos países, notadamente naqueles que herdaram fronteiras artificiais criadas pelas antigas potências coloniais que funcionam, ainda hoje, como verdadeiras bombas de retardamento.

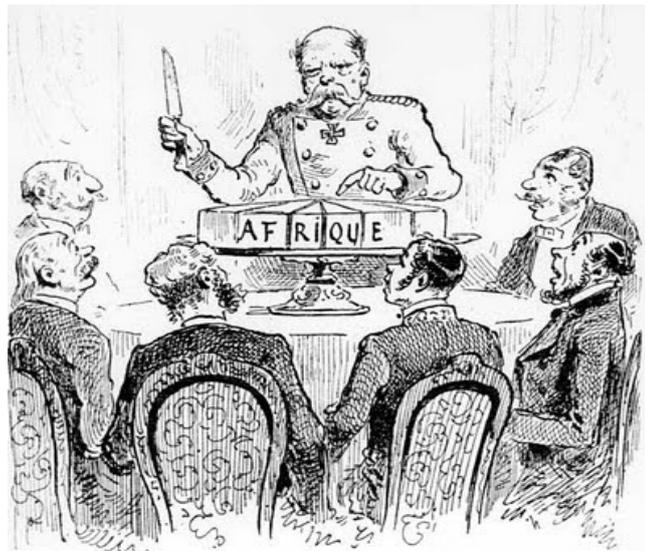
De acordo com Grousseau (2007), existem cerca de 2000 línguas faladas no continente, o que corresponde a cerca de 30% dos idiomas do mundo. Estão presentes também mais de oito mil dialetos. Essa rica diversidade linguística, explicada pelo longo tempo de isolamento de várias regiões, é uma característica medular do continente e a presença de inúmeras variantes dividindo os mesmos espaços de convivência acabam por proporcionar singulares e complexas formas de enxergar e interpretar o mundo (PEREIRA, 2017).

Cerca de vinte dessas línguas são consideradas transnacionais, pois são praticadas em países francófonos e anglófonos. O yorubá é falado no Togo, Gana, Nigéria, Chade, Benim, Togo e na República dos Camarões. Já o swahili é praticado no Quênia, Burundi, República Centro Africana e Congo (FIDANI, 2001).

Certas línguas contam com milhões de praticantes, embora, continuam localizadas em um só país como o wolof no Senegal, o bambara no Mali, o dioula na Costa do Marfim ou ainda o tiv em Camarões. Os linguistas observam que elas se disseminam com o crescimento da urbanização, pois quando deixam suas regiões de origem, os africanos adotam a língua mais falada nas cidades grandes, além evidentemente de sua língua materna (FIDANI, 2001).

A conferência de Berlim, que durou de novembro 1884 a fevereiro 1885, dividiu arbitrariamente o continente e definiu regras que deveriam nortear a colonização do continente pela Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Portugal, Espanha e Itália. A partilha ocorreu ao preço de guerras contra os reinos africanos, que terminaram vencidos, com desprezo pelos povos, pelas culturas, pelas línguas e o estabelecimento de um corte anárquico pelas potências colonizadoras. Para Grobli (2017), uma nova religião, uma nova língua e uma nova cultura foram impostas e a identidade do africano dissolveu-se a tal ponto que ele não se deu conta e acomodou.

Figura 1: Partilha da África



Fonte: Disponível em: <goo.gl/7L7Nqn>. Acesso em: 10 ago. 2017

De um lado, as fronteiras naturais antes definidas pelos grupos étnicos que compunham os diversos reinos que viviam em harmonia, apesar de haver algumas guerras entre eles, foram demarcadas arbitrariamente pelos colonizadores, não respeitaram as populações nativas. E tribos inimigas ficaram, muitas vezes, confinadas dentro dos mesmos territórios. De outro, grupos de uma mesma etnia foram separados de forma autoritária, sem significação e sem poder garantir a integridade das populações e a estabilidade no continente (GROBLI, 2017).

Ao implantar um sistema imperialista que não respeitava a cultura local, a diversidade étnica forçava os nativos a seguirem aspectos culturais da Europa. A justificativa dada pelos colonizadores era a de estarem levando progresso e a ciência para o continente. Essa ação dos países europeus, combinada a outros fatores, resultou em diferentes problemas econômicos, como: interrupções de fluxo de comércio, conflitos sociais e territoriais que impediram e, em muitos casos, ainda impedem o desenvolvimento autossustentado da África.

Não, os africanos não são malditos! Eles são desintegrados, partidos como é o seu continente. Sem saber, eles perderam sua identidade, a quintessência do seu ser. A história da independência da África parece uma alegoria do escravo liberto que vendo sua corrente ser retirada se crê livre quando na realidade ele continua preso dentro de uma prisão intangível: a prisão do condicionamento (GROBLI, 2017, tradução nossa).

E nos dias atuais como é a África? Na realidade, há muitas Áfricas nesse imenso continente, com países em bom estágio de desenvolvimento como a África do Sul e o Marrocos; alguns totalmente desintegrados como Somália, Sudão, Líbia e outros que passaram por guerras civis recentes como é o caso de Angola, Costa do Marfim e Líbia.

A paisagem, bela em todo o continente, passa do verde profundo ao amarelo intenso, a água é abundante em muitos países, alguns têm desertos implacáveis, muitos da África do Oeste e Central têm florestas tropicais intocadas e outras exploradas, inclusive de forma predatória. A África é oficialmente considerada, por todos os indicadores, como o continente mais pobre do mundo. Paradoxalmente, é um dos mais ricos em recursos naturais. Então, porque sendo tão rico o continente as pessoas são angustiantemente pobres? Quais são as causas?

Há, na África, muito ouro (40% das reservas mundiais), muito diamante, urânio, fósforo, petróleo (15% das reservas mundiais), carvão, algodão, café, cacau, gás. Muitas empresas europeias e asiáticas dependem, para seu funcionamento, de matérias primas dos países africanos. A título ilustrativo, 80% da eletricidade produzida na França provem do urânio produzido no Níger (MOCTAR, 2013).

Aqui temos um grande problema: os recursos naturais que fazem sua riqueza são explorados por empresas estrangeiras que pouco fazem pelas economias africanas. Lucram com uma mão de obra barata, pouco exigente e abundante. Gozam de incentivos fiscais que não guardam relação com seus grandes volumes de vendas/exportações. Quase sempre não transformam localmente seus produtos finais, que são depois revendidos aos africanos muito mais caro, após serem transformados no exterior.

Em muitos casos, as taxas pagas por explorações (royalties) de minerais aos estados e às cidades são desviadas por uma minoria, ficando as populações com insuficiência de alimentos, medicamentos e trabalho. Também, é importante frisar a existência, desde sempre, de conflitos étnicos, religiosos, guerras civis, instabilidade política que conduz a recorrentes golpes de estado. Isso leva as populações a fugir de seus países para se exilarem em campos de refugiados, na maioria das vezes em condições difíceis e quase desumanas.

Como se não bastasse esses fatores determinantes para a pobreza dos africanos, é preciso considerar as condições climáticas desfavoráveis uma vez que 80% das populações vivem da agricultura. Na região do Sahel e em países como Somália, Eritreia e Sudão do Sul, por exemplo, a insegurança alimentar é crônica e faz milhares de mortos e refugiados todos os anos.

Não obstante os progressos alcançados ao longo dos últimos anos na questão da saúde e da escolaridade, a desigualdade de gênero e a discriminação das mulheres continua sendo uma realidade no continente africano. 61% das mulheres trabalham, embora são vítimas da exclusão econômica já que o trabalho que efetuam são sub-remunerados e quase sempre exercidos na informalidade (CLARK, 2016).

O acesso à terra é o maior flagrante da desigualdade, pois as mulheres representam 70% da força agrícola total do continente e produzem cerca de 90% de todos produtos da alimentação. Em muitos casos, as mulheres africanas não podem possuir terras ou herdar terras, o que torna difícil o acesso aos empréstimos bancários. Como consequência, elas não têm os recursos para comprar as melhores sementes, os melhores adubos. Ou seja, as mulheres africanas trabalham muito duro e no final produzem menos (CLARK, 2016).

Mas, há avanços notáveis e o World Economic Forum no relatório de 2016 diz que a África subsaariana pode se orgulhar de ter quatro países ranqueados no Top 20 (só perde para a Europa Ocidental) da classificação mundial de igualdade de gêneros. E destaca Ruanda que se posiciona em quinto lugar (era sétimo em 2014, sexto em 2015), graças à progressão dos importantes pilares econômicos e políticos que empoderaram as mulheres e aceleram a igualdade (WEF, 2016 - 2017).

Os outros são o Burundi (12), Namíbia (14) e a África do Sul (15) que passou da posição 18, em 2014, para 17, em 2015, e está na atual graças ao progresso realizado na questão relativa à igualdade salarial. A Nigéria (118), país com 190 milhões de habitantes e primeira economia regional perdeu 7 posições, em 2015, por causa de maus resultados em quase todas as categorias, principalmente nos pilares econômicos e políticos. Os países menos performantes da região são a Costa do Marfim (posição 136) que passou recentemente por uma guerra civil, o Mali (138) e o Chade (140).

Ainda para o WEF (2016 - 2017), a região da África ao sul do Saara diminuiu quase 68% da desigualdade de gênero e dados sugerem que levará 60 anos para a paridade econômica ser alcançada o que é muito menos do que outras regiões mais desenvolvidas do mundo. Essa alta participação das mulheres na força de trabalho tende a ser em funções/postos de baixa qualificação, um fator a ser considerado para garantir que essa paridade se traduza em crescimento e inclusão.

De acordo com um relatório da Mckinsey Global Institute publicado, em 2015, se todos os países do mundo atingissem uma igualdade perfeita entre homens e mulheres, o crescimento mundial atingiria 26% (ou 28 trilhões de dólares), mas a parte do continente africano cresceria apenas 12%.

Para Helen Clark (2016), Diretora do PNUD, se a África ao sul do Saara conseguir diminuir a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, na educação, saúde e em outros aspectos, será possível acelerar a erradicação da fome e da pobreza. Quando não se aproveita o pleno potencial das mulheres isso tem um custo para as famílias, comunidades e os países. Esse custo é estimado em 95 bilhões de dólares em média por ano.

Para muitos, a igualdade de gênero é uma boa coisa, mas só quando se começa a falar em dinheiro, no sentido de custo, é que as pessoas dizem “Meu Deus, haverá consequências se nós não fizermos nada” (CLARK, 2016). O desenvolvimento da África será mais rápido se a igualdade entre homens e mulheres for atingida. E cita o exemplo de Ruanda, que apresenta taxas médias de crescimento de 8% nos últimos 15 anos, onde as mulheres passaram a ocupar muitos cargos de responsabilidade/decisão e 64% do parlamento (maior percentual do mundo).

RUANDA E A IGUALDADE DE GÊNERO

No imaginário coletivo da África e talvez do mundo, Ruanda ainda será por muito tempo associada ao genocídio. Vinte e três anos depois desse trágico acontecimento, esse país de 11 milhões de habitantes, símbolo de resiliência, sai do inferno e avança de forma espetacular no que diz respeito à educação, equilíbrio de gênero, infraestrutura, meio ambiente e saúde. Seu crescimento impressiona as organizações internacionais e multilaterais. O Banco Mundial, em seu relatório *Doing Business*, o classifica como um dos mais reformadores no mundo em termos de ambiente econômico, que privilegia a economia baseada no conhecimento e nas novas tecnologias.

A história política movimentada e trágica de Ruanda, que teve seu ápice no genocídio de 1994, não impediu o país de realizar avanços rápidos e importantes em relação aos direitos das mulheres. Ruanda atingiu em 2015 a maioria dos objetivos do milênio para o desenvolvimento. O forte crescimento econômico foi

acompanhado de uma significativa melhora das condições de vida, de uma redução de 2/3 da mortalidade infantil e o país quase atingiu plenamente o objetivo de uma educação primária universal. O Banco Mundial constata que a taxa de pobreza baixou de 60%, em 2001, para 45%, em 2011, e a desigualdade (coeficiente de GINI) baixou de 0,52, em 2006, para 0,49, em 2011, e 0,45, em 2014. O Brasil alcançou um coeficiente de GINI de 0,51, em 2014 (WB, 2017). Para essa instituição multilateral, o significativo progresso do acesso aos serviços e indicadores de desenvolvimento humano ocorre porque o país prioriza as políticas públicas, a igualdade de gênero e outras iniciativas endógenas (melhora do que já existe).

Os dias seguintes ao genocídio foram particularmente difíceis para as duzentas e cinquenta mil mulheres vítimas de estupro. A mobilização delas, por todo o país, está produzindo frutos, pois vários projetos políticos foram iniciados desde 2001 objetivando avanços importantes em matéria de igualdade de direitos. As políticas governamentais adotadas no país se manifestam em três campos:

- 1) *Uma nova constituição*: a nova carta magna do país, promulgada em 2003, estipula no artigo 10 do Preâmbulo que fica assegurado a igualdade de direitos entre os Ruandeses e entre homens e mulheres, sem trazer prejuízo ao princípio da abordagem 'gênero'. No artigo 9, alínea 4, assegura que essa igualdade deve ser refletida na atribuição de no mínimo 30% dos cargos em instâncias de decisão para as mulheres (CRR, 2003).
- 2) *Escolaridade das mulheres*: para ajudar as mulheres não escolarizadas, o país criou centros de formação profissionais em todos os setores. Uma atenção particular foi dada às mulheres mais jovens (jeunes filles) através de uma campanha intensiva assegurada pelo PNUD com o objetivo de encorajar a escolarização entre elas. Bolsas e premiações de excelência são atribuídas anualmente às alunas que fazem por merecer.
- 3) *Discriminação positiva*: Em Ruanda, a candidatura de uma mulher tem prioridade sobre a de um homem. Essa discriminação positiva permite que as mulheres estejam presentes em quase todos os setores da economia, notadamente nas instâncias com poder de decisão.

A Constituição, promulgada em 2003, apresenta vários artigos cujo objetivo é o de assegurar a igualdade de condições entre homens e mulheres na sociedade ruandesa. Ela é uma das mais progressistas em matéria de gênero.

Essa mesma Constituição, em vários de seus dispositivos, estipula claramente a igualdade de acesso das mulheres e dos homens na questão dos mandatos eleitorais e nas funções onde se exige uma eleição. Reserva vinte e quatro cadeiras às mulheres na Câmara dos Deputados, à razão de duas cadeiras por província e a capital Kigali. Esse direito das mulheres, estando consagrado na carta magna e nas leis eleitorais, cabe a elas desfrutá-lo mediante competição.

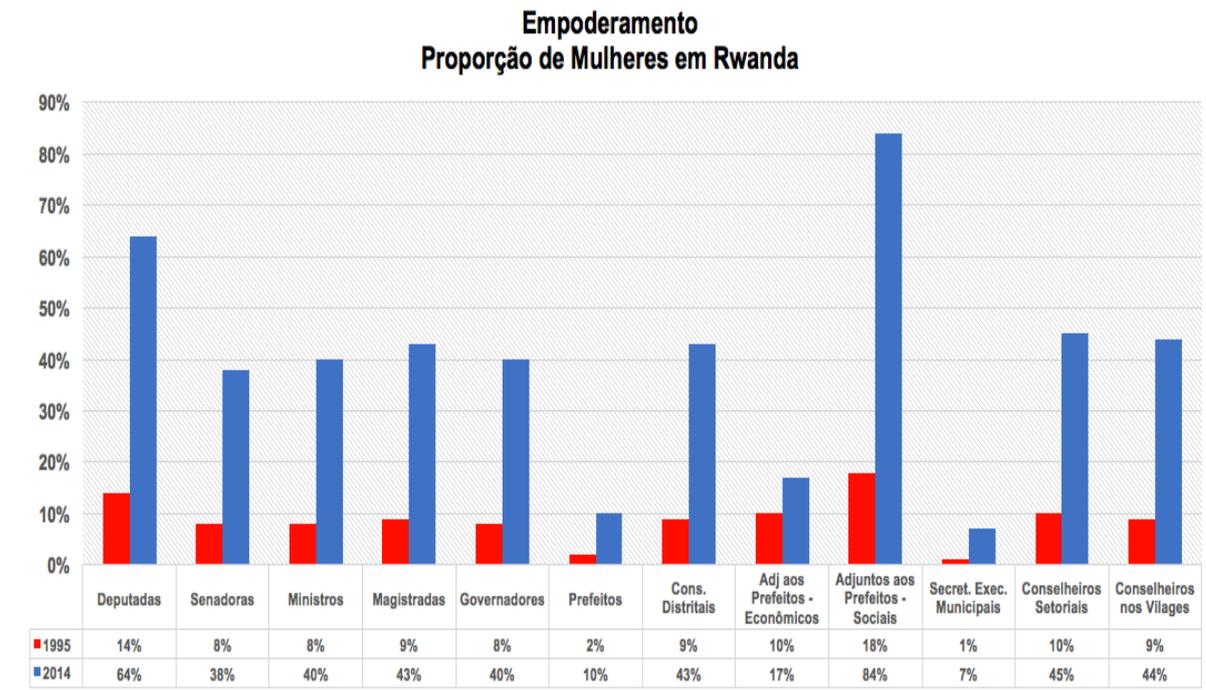
O artigo 26, alínea 1, exprime o princípio segundo o qual toda pessoa do sexo feminino ou masculino só pode contrair matrimônio se for de sua livre vontade e, concede ao casal, direitos e deveres iguais durante o casamento e no momento de sua dissolução, se houver. Por sua vez, a legislação que trata do casamento prevê a igualdade de direitos de rapazes e moças em caso de sucessão, mas concede às mulheres a propriedade dos bens em caso de dissolução do matrimônio. A legislação de 2009, relativa às sociedades de comércio, permite às mulheres o exercício das atividades comerciais, sem precisar solicitar a autorização direta do marido.

Também previsto na Constituição, um sistema de assistência jurídica foi instalado no país para permitir aos grupos vulneráveis o acesso à “Casa de Justiça”. Essas Casas, que existem em todos os municípios e distritos, dispõem de serviços especializados para tratar de incidentes de violência sexista e aqueles ligados aos direitos das crianças. Nesses casos, um decreto dispensa de pagamento das despesas da justiça.

Dos atuais 32 Ministérios, 13 ou 40% são ocupados por mulheres, sendo que um deles tem o sugestivo nome de Ministry of Gender and Family – ou Ministério de Gênero e Família – e tem por missão promover a igualdade e equidade entre homens e mulheres, assegurar o empoderamento feminino nos diferentes processos de desenvolvimento e promover a família como base natural e cultural da sociedade (RG, 2017).

O governo estabeleceu que o Ministério deve assegurar às mulheres o pleno exercício de seus direitos, promover a participação delas no desenvolvimento durável da sociedade, minimizar os riscos e a vulnerabilidade associados ao gênero, minimizar o impacto das desigualdades na sociedade e prevenir qualquer forma de violência baseados na questão de gênero. O artigo 16 da constituição proíbe e pune qualquer forma de discriminação baseada na questão de gênero, assegura às mulheres o pleno exercício de seus direitos e oferece um ambiente condizente com o desenvolvimento global da nação (RG, 2017).

Gráfico 1 – CEDAW (2015) - Empoderamento das mulheres em Ruanda



Fonte: Disponível em: <goo.gl/pPdCPq>. Acesso em: 10 ago. 2017.

O gráfico acima, que compara o ano 1995 (pós genocídio) com 2014, indica o empoderamento das mulheres na vida política, social e na administração pública do país, desde 1995 (CEDAW/ONU, 2015).

A Convenção para a Eliminação de qualquer forma de discriminação em relação às mulheres da ONU diz, em seu relatório de 2015, que o governo de Ruanda continua muito ligado à causa da igualdade de gêneros e à autonomia das mulheres previstas na Constituição de 2003, na Política Nacional de Gênero, na ratificação do CEDAW (Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação em relação às mulheres), na implementação do seu programa Visão 2020 e de sua estratégia de desenvolvimento econômico e redução da pobreza (SDERP II), que realçam a transversalidade das questões relativas à igualdade entre os sexos. E acrescenta: Ruanda, por intermédio de seus diferentes programas e políticas, mostrou sua vontade de trabalhar para a redução das desigualdades baseadas no sexo e à promoção da paridade e igualdade de gêneros em todos os campos. É um modelo para a África no que diz respeito à participação das mulheres na vida política (CEDAW/ONU, 2015).

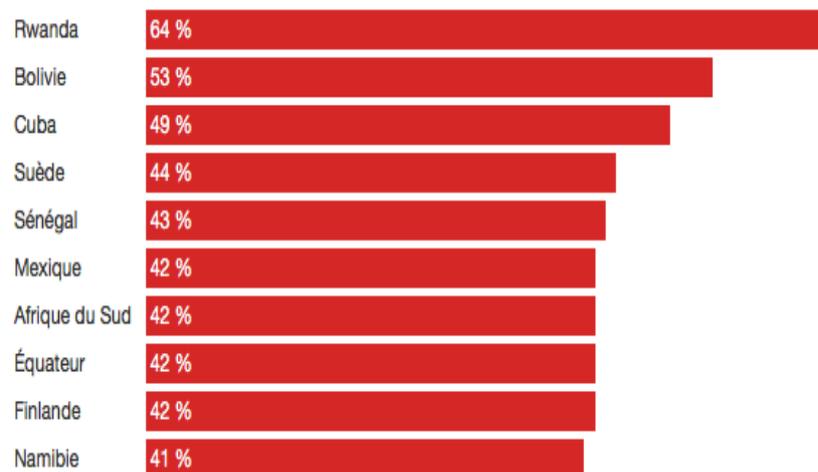
A Suíça, com sua democracia consolidada e alto índice de desenvolvimento, festejou, em 2016, os vinte anos de sua lei sobre a igualdade entre homens e mulheres, fundamentalmente declarativa, mas cujos efeitos concretos continuam modestos. De acordo com Musadaki (2016), as diferenças salariais entre os sexos diminuem a conta gotas (21% em 20 anos). As mulheres suíças representam apenas 29% nas

Câmaras federais, E ¾ dos cargos de pesquisadores nas Universidades são ocupados por homens.

A Suíça, com um índice de 0,785 (onde 1 é a paridade), não parece um bom aluno em termos de igualdade de gêneros, muito embora mudanças rápidas sejam possíveis como, por exemplo, em Ruanda que, em 15 anos passou de um pequeno país rural de estruturas tradicionais ao quinto lugar na classificação mundial na relação/diferença entre gêneros (índice de 0,800) realizada pelo Fórum Econômico Mundial. Os quatro países que antecedem esse pequeno, pobre e enclavado país africano são Islândia, Finlândia, Noruega e Suécia. O Brasil figura na posição 79 com um score de 0,687 (WEF, 2017).

No pilar Empoderamento Político, que analisa a participação das mulheres no Parlamento, em posições Ministeriais e nas funções de Presidente/Primeira Ministra, a desigualdade de gênero é muito grande no mundo. Entretanto, é exatamente nesse importante pilar que Ruanda avançou rapidamente a partir de 2003 e hoje ocupa a posição número 8 e o Brasil 86. Olhando apenas o Parlamento (lugar onde se fazem as leis) Ruanda ocupa a posição número 1 desde 2008 (64% mulheres) e o Brasil a 120 (10%).

Gráfico 2 – Top 10 - Mulheres no Parlamento no mundo



Fonte: WEF - World Economic Forum. Reports. 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/africa-competitiveness-report-2016-e-2017>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

Na questão relativa à igualdade de participação no mercado de trabalho, Ruanda apresenta, em 2016, uma situação melhor que a de muitos países. Comparando com o Canadá, Estados Unidos e Brasil, por exemplo, 88% das mulheres de Ruanda participam do mercado de trabalho contra 74% no Canadá, 66% nos Estados Unidos e 62% no Brasil. Por cada dólar que ganha uma mulher de Ruanda, um homem

ganha 1,22. No Canadá essa relação é 1,52 e nos Estados Unidos 1,54. No Brasil a situação é pior, pois um homem ganha 1,73 por cada 1,00 que ganha uma mulher.

Mas nem tudo é bonito, pois ainda permanece em vigor algumas leis com caráter de discriminação, notadamente a lei penal relativa ao estupro conjugal, que o considera menos grave que o estupro ocorrido fora do casamento. Essa diferenciação é anormal e um expert da ONU estima que o estupro entre marido e mulher deveria ser considerado uma circunstância agravante. A menor sanção do estupro conjugal é reflexo da cultura patriarcal que prevalece no país e a violência conjugal parece aceitável por uma parte da sociedade (CEDAW/ONU, 2015).

Figura 2 – foto de Mulher com pano na cabeça



Fonte: Disponível em: <goo.gl/SUytTBcontent_copy>. Acesso em: 10 ago. 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em boa parte da minha vida trabalhei e vivi na África ao sul do Saara e as necessidades profissionais me permitiram conhecer profundamente, nos mais de 14 anos, mais da metade dos países do continente. Não conheci Ruanda. Acompanhei e, muitas vezes, passei por países em guerras civis, em processos violentos de passagem de ditaduras para governos aparentemente democráticos e até senti medo por ter como vizinho um ditador sanguinário de nome Jean Bedel Bokassa da República Centro Africana que, nos anos 80, vivia escondido como exilado na Costa do Marfim.

Confesso: nunca vi tanta violência, crueldade, selvageria e indiferença do mundo nos noventa dias em que mais de milhão de pessoas foram assassinadas em Ruanda a golpes de facão e milhares de mulheres violadas sob o olhar complacente da França e das Nações Unidas, principalmente. O tecido social do país foi totalmente destruído em muito pouco tempo.

Vinte e três anos depois Ruanda é um país ressuscitado, em vias de normalização, que procura um futuro melhor com igualdade de direitos para todos os seus habitantes. A paz e a estabilidade conseguidas desde 1995 tornou possível o retorno de milhões de refugiados. Já os instigadores e executores do genocídio foram e estão sendo julgados pelos Tribunais.

O atual governo – no poder desde 1995 e reeleito recentemente – tem enfatizado a reconciliação e parece forjar um sentimento de identidade nacional em lugar da identidade étnica. As estruturas autocráticas e desiguais, que negavam voz política às minorias, foram substituídas, notadamente através da criação de conselhos que envolvem as comunidades nas decisões.

A pobreza é ainda muito forte, como na maioria dos países africanos. Porém, as políticas de igualdade de gênero, de empoderamento político das mulheres, de acesso à educação em todos os níveis, de liberdade econômica e estabilidade social favorecem o crescimento econômico elevado, desde 1995, e estão fazendo a diferença.

Vinte e três anos é pouco tempo para esquecer e muito tempo para avançar na vida. Vinte e três anos depois, a dor deve estar presente em Ruanda. A chuva também. E quando a chuva cai, deve trazer à memória de muitos as imagens de um caudaloso rio carregando consigo milhares de corpos sem vida em direção ao Lago Kivu, na fronteira com o Congo. Essas imagens de um rio e de muita chuva, de um genocídio à época ‘sem importância’ para a França e a ONU, ainda devem assombrar a vida de homens e mulheres que eram meninos e meninas em 1994. Eu, que já não era menino nessa época e que vi tudo pela TV, ainda me assombro quando as revejo nos dias de hoje.

Hoje, a chuva cai sobre uma terra diferente, deixa marcas de esperança e para Ruanda o futuro, com igualdade de oportunidade, está apenas começando.

REFERÊNCIAS

- CEDAW/ONU. **Committee on the elimination of discrimination against women**. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/CEDAWIndex.aspx>>. Acesso em: 3 ago. 2017.
- CLARK, Helen. **Quand les inégalités homme-femme compromettent l'avenir de l'Afrique (rapport PNUD)**. 2016. Disponível em: <<http://www.financialafrik.com/2016/08/29/quand-les-inegalites-homme-femme-compromettent-lavenir-de-lafrique-rapport-pnud/#.WZRhNcbOrBI>>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- CRR - Constitution de la République du Rwanda. **WIPO**. 2003. Disponível em: <<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/fr/rw/rw002fr.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- FIDANI, Geneviève. **Diversité culturelle: um combat francofone**. Ainsiparmentles francofones. 31. ago. 2001. Disponível em: <<http://www1.rfi.fr/fichiers/MFI/CultureSociete/222.asp>>. Acesso em: 6 ago. 2017.
- GROBLI, Matthieu. **Partage de l'Afrique (1884-1885) par les Européens a la conférence de Berlin**. 2017. Disponível em: <<http://afrikhepri.org/balkanisation-de-lafrique-1884-1885/>>. Acesso em: 1 ago. 2017.
- GROUSSON, M. **À La découverte des langues africaines**. 2007. Disponível em: <<http://www.savoirs.essonne.fr/thematiques/les-hommes/ethnologie/a-la-decouverte-des-langues-africaines/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **How advancing women's equality can add \$12 trillion to global growth**. 2015. Disponível em: <<http://www.mckinsey.com/global-themes/employment-and-growth/how-advancing-womens-equality-can-add-12-trillion-to-global-growth>>. Acesso em: 6 ago. 2017.
- MOCTAR, Le Panafricain. **L'Afrique est riche, mais pourquoi les africains sont pauvres?**. 22 abr. 2013. Disponível em: <<http://jeunessafricaine.blogspot.com.br/2013/04/lafrique-est-riche-mais-pourquoi-les.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.
- MOUMOUNI, Charles. **L'Image de l'Afrique das les medias occidentaux**. 2003. On-line. Disponível em: <https://www.com.ulaval.ca/fileadmin/contenu/Cahiers_Journalisme/PDF/12/10_Moumouni.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.
- MUSADAKI, Mouhamed. **Le Rwanda, paradis de l'égalité entre les genres?** 2016. Disponível em: <https://www.lecourrier.ch/142717/le_rwanda_paradis_de_l_egalite_entre_les_genres>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- PEREIRA, Flora. **A diversidade linguística africana e suas heranças na formação do português no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/diversidade-linguistica-africana-e-suas-herancas-na-formacao-portugues-brasil/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.
- RG - Rwanda Government. **Ministry of Gender and Family**. Disponível em: <<http://www.gov.rw/home/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- UNITED NATIONS. **World populations prospects**. 2017. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wpp/graphs/>>. Acesso em: 03 ago. 2017
- WB - World Bank. **Overview Rwanda**. 2017. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/rwanda/overview>>. Acesso em: 3 ago. 2017.
- WEF - World Economic Forum. **Reports**. 2016 - 2017. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_Annual_Report_2016_17.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2017.

Afoxé, vivência e tecnologia: um modo de viver e um modo de dançar

Renata Rocha Ferraz

Este trabalho aborda o afoxé, expressão artístico-religiosa originária dos terreiros de candomblé. Os registros encontrados concentraram-se no estado da Bahia e Pernambuco. Neste artigo, teremos aspectos como origem dos afoxés, conceitos etimológicos, componentes do cortejo, religiosidade e dança. Como produto vivo, e contribuição para pesquisa, será abordado a experiência do Afoxé na cidade de Sorocaba, por meio de vivências corporais, bem como um estudo sobre a presença da tecnologia dessa expressão artístico-religiosa.

Este texto é fruto de um caminho construído dentro das casas de terreiro, na tentativa de entender e combater marcas históricas tão presentes em nossa vida cotidiana como o: desrespeito religioso, o racismo, o preconceito e o silêncio declarado de nossos formadores. Trata de conteúdos da história e cultura afro-brasileira e africana.

Sou artista e me denomino como tal, por entender que a arte é integrada. Vivemos num sistema que corrobora e fragmenta esse processo. Meu lugar de fruição, experimentação e criação está neste campo. Em 2015, com a proposta de desenvolver um diálogo entre comunidades de terreiro, crio o Projeto Firmamento, proposta essa em que, a partir de uma performance, problematizo o desrespeito religioso sofrido pelas religiões de matriz africana e proponho uma roda de conversa com o povo de terreiro.

Neste processo, me deparo com o afoxé e seu discurso de exaltação e defesa do povo preto, que, por meio de cantos, danças, batuques, afirmam a história, a identidade, a religiosidade, a alegria e o axé desses povos. Elaboro, então, o projeto contemplado pelo Programa de extensão (PROBEX) da Universidade de Sorocaba (UNISO) chamado: “Terreiro de Respeito”. Por meio do afoxé, vivencia-se aspectos culturais como a dança, o toque e a musicalidade, numa perspectiva autoidentitária e educativa.

Santos (2006), em seu livro *Corpo e ancestralidade: uma proposta pluricultural de dança-arte-educação*, não dissocia o trabalho artístico, cênico que permeia a mitologia dos orixás e dos povos da Nigéria, de um contexto pedagógico e educacional. Utiliza como experiência de ensino na Universidade de Ibadan na Nigéria. As experiências dos dois projetos e as luzes de autores que dialogam com o fazer artístico, o processo criativo, a expressividade cênica, também, no âmbito da educação são terreno fértil para este trabalho e sua continuidade.

POSSÍVEIS ORIGENS

Entre os pesquisadores que dissertaram sobre o Afoxé, sendo alguns deles: Vieira Filho (1998), Lody (1976) e Carneiro (1974), construindo possíveis origens e registros, foi possível observar sua maior concentração, nos estados da Bahia e Pernambuco. Como descritos nos parágrafos abaixo.

Barbosa (2010) afirma que os primeiros registros de afoxés na Bahia ocorreram no final do século XIX, em 1895, quando clubes negros instituições carnavalescas formalizadas, começaram a ser solicitadas pelos Afoxés em relação aos seus direitos jurídicos e visibilidade. Lody (1976) situa geograficamente o surgimento do afoxé em Salvador em 1895 mas, em determinada altura do seu livro, nos chama atenção para

festas públicas para Oxum³⁸, denominada de Domurixá ou festa da rainha, cortejos realizados no mês de Janeiro na África. Para Lody (1976), essa manifestação teria ganhado repercussão aqui no Brasil, se concretizando no que ele chama de “primitivos afoxés” do fim do século XIX.

Já Lima (2009) apresenta dados de que o Afoxé pernambucano surgiu no final dos anos 70 e início dos anos 80, chamado de Ilê África, fato este contraditório surgindo outros possíveis afoxés pioneiros como: Ara Odé, Odolu Pandá e o Axé Nagô. Para além dessa afirmação, Lima (2009) propõe pensarmos o Afoxé intimamente ligado aos terreiros de candomblé. Porém, não estagnado historicamente, como pesquisadores da época o retrataram, mas sim ao considerar suas transformações históricas.

O grupo apresenta uma organização interna entre os Afoxezeiros pernambucanos, que não legitimam a pouca bibliografia antiga que retrata suas histórias. Esses afoxezeiros são os participantes do afoxé, que dançam, cantam ou tocam instrumentos da bateria.

Barth (2000, p. 111 apud LIMA, 2009, p. 153) afirma a importância de construirmos nossa própria visão sobre as coisas, sem que as visões antropológicas nos atrapalhem. Pensar em origem não deve nos atrapalhar em estudar o nosso objeto de estudo.

Guerra Peixe (1980), principal referência entre os folcloristas, pesquisador do maracatu-nação, apresenta uma nova origem para os afoxés pernambucanos, afirmando que no passado eles já existiram, desaparecendo com o passar dos anos.

No momento, porém, é oportuno revelar que em nossas indagações num maracatu, assinalamos a palavra “afoxé” ou melhor, “afoxé de África”, como remoto designativo do folguedo – expressão hoje apenas lembrada por alguns participantes dos mais entendidos. Sabemos que o vocábulo “afoxé” – do sudanês àfohsheh – indica, na Bahia, a espécie de maracatu salvadoreense (sic) e nomeava, como explica Arthur Ramos, as festas profanas dos terreiros baianos. A palavra apareceu no Recife, certamente, em virtude da influência religiosa que os sudaneses exerceram sobre os bantos. “Nação” seria, então, o designativo do grupo admi- Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 146-159. 151 Afoxés em Pernambuco: usos da história na luta por reconhecimento e legitimidade Ivaldo Marciano de França Lima ministrado por governador negro; “afoxé”, ou “afoxé de África”, a festa profano-religiosa efetuada pela nação no momento oportuno. Os autores que se ocuparam

³⁸ *Orixá Oxum é símbolo focal do panteão afro-brasileiro, a grande mãe zeladora de gestantes e crianças, que também pode se apresentar como a iabá sedutora, coquete e vaidosa.*

do maracatu recifense não registram “afoxé” nos seus apontamentos, fazendo-nos supor que a expressão se tenha restringido ao âmbito dos seus participantes (PEIXE, 1980, p. 25-26)

Outra abordagem problematizada por Lima (2009) é da falta de material que apresente consistência histórica, em relação aos Afoxés no século XIX, tanto na Bahia, como em qualquer outro lugar que possa ter existido. VIEIRA FILHO (1998, p. 50) faz uma análise crítica em relação aos jornalistas da época, ao dissertar sobre o Afoxé:

Quanto aos afoxés, pouco sabemos de seus desfiles no período estudado, pois os jornalistas não tinham nenhuma preocupação em descrever as suas passeatas, principalmente por recair sobre esse tipo de manifestação as maiores críticas das elites da época (VIEIRA FILHO, 1997, p.50).

Apresentando visões diversificadas sobre as possíveis origens do afoxé, temos semelhanças históricas e singularidades, poucos registros, com pouco aprofundamento e poucos intelectuais contemporâneos estudando o afoxé.

O AFOXÉ

O Afoxé possui diversos significados, entre os pesquisadores da época que tentaram classificá-lo. Para Barbosa (2010), a definição da palavra afoxé é múltipla, os estudiosos da época deixaram registros concisos quanto ao termo, por ter uma abrangência conceitual. Ou seja:

Afoxé é uma manifestação carnavalesca composta pelo ritmo ijexá, cânticos, indumentárias, instrumentos musicais, e ritual. Todos esses itens, conjuntamente, formam o que chamamos de Desfile de Afoxés, cortejo de rua que sai durante o carnaval (BARBOSA, 2010, p. 28).

Nina Rodrigues (2011), diferentemente de alguns pesquisadores que dissertaram sobre as possíveis origens e características dos afoxés, afirma negativamente que os afoxés seriam a reprodução da África inculta escravizada, vinda para o Brasil. Seus estudos colocam o povo preto como seres inferiores, utilizando de teorias do cientificismo da época.

Para Sodré (2010, p. 50), o Afoxé possui diversos significados:

Bom, vamos começar pela palavra do produto, pela palavra afoxé. Nós temos várias versões sobre esse termo. Uma das versões que eu sei é que esse termo significa um instrumento musical, que mais tarde foi chamado também de xequerê. Por outro lado, dentro das conversas no campo das religiosidades baiana, nos terreiros de candomblé, nós sabemos que aí “tão” incorporado duas palavras importantes, a força e o axé. Então, o afoxé na verdade, ele vai pra rua levando a força do candomblé no espaço de rua. Mas, enganam-se aqueles que dizem que o afoxé é um candomblé de rua, não existe candomblé de rua, existe candomblé situado num determinado espaço territorial e existe o afoxé que vai pra rua lembrar que, se a proposta do candomblé é você vivê-lo aqui e agora é no espaço da alegria do carnaval que o afoxé, ou seja, a força do axé, que é à força da vida e da alegria vai pra rua. Então, do ponto de vista etimológico, a palavra tem uma origem yoruba, mas no ponto de vista da interpretação toda oportunidade que você vir no afoxé você vai verificar que ele é um sinônimo de força, de alegria e de poder.

Cotidianamente, o afoxé foi denominado como “candomblé de rua” por estar ligado aos terreiros de candomblé, mas partilho do entendimento de Sodré ao colocar em seus devidos lugares o candomblé e o afoxé, são perspectivas diferentes, apesar de serem da mesma família, o primeiro leva a matriz religiosa como carro chefe, já o segundo introduz elementos culturais da cultura afro-brasileira e africana inclusive a religiosidade.

As considerações do afoxé feitas por Barbosa (2010) e Sodré (2010) complementam-se ressaltando aspectos culturais, artísticos e históricos do afoxé, ao evidenciar enorme contraste.

Nina Rodrigues (2011), com sua teoria eugenista de melhoramento da raça a partir do embranquecimento, onde homens de tons “escura” não cabiam em seu conceito de valorização, disserta a respeito do afoxé de forma estigmatizada e taxativa, passando longe de construir um entendimento sobre o afoxé e a história e cultura do povo preto.

DANÇA E CORTEJO

Partindo da discussão proposta da relação do afoxé e religião, vimos que o candomblé é um elemento fundante do afoxé. Pensar a dança sem os demais

componentes do Afoxé é inviável. Para a dança existir, a charanga³⁹ tem de tocar para que as alas correspondentes tanto da dança como outras possam sair em movimento.

Em se tratando da dança, Lody (1976) descreve aspectos da dança dos afoxés afirmando que possuem muitas referências nas danças dos orixás e não existe grande complexidade. São simplificações dos passos e das gesticulações dos orixás.

Trazendo uma visão contemporânea de pessoas inseridas no Afoxé Omo Dada, localizado na cidade de São Paulo, em conversa com Carol Rocha Ewaci – integrante deste afoxé. Omo Dada apresenta a dança dos orixás como matriz, para a criação da dança nas alas, pelos componentes terem formação em diversas linguagens das artes. De acordo com o depoimento de Ewaci:

A dança ela é inspirada na movimentação dos orixás mesmo, tanto de quem sai naquela ala que eu te falei Omo Adeleque, como na nossa, como quando eu era rainha era inspirada na movimentação de orixá, como agora na nossa ala que chama guardiões do estandarte, só que como é uma ala formada por artistas, então a gente tem as nossas formações em dança ,em teatro então acaba sendo a movimentação dos orixás, uma matriz mesmo pra gente criar, a gente vem na avenida improvisando em cima da temática das músicas, então se a música fala de Ogum a gente se inspira na movimentação de Ogum e vai se improvisando na avenida, a gente tem algumas coisas marcadas mais o resto é meio que a gente vai olhando, sintonia mesmo de todo mundo e vai criando ali na hora em cima da matriz.

Percebe-se em Lody (1976) os afoxés antigos que reproduziam a movimentação dos orixás. Já o afoxé contemporâneo apropria-se dessa matriz e cria outras possibilidades coreográficas. Logo, o afoxé segue as mudanças de seu tempo, a partir dos sujeitos inseridos nessa história.

Os ensaios são realizados nas sedes dos afoxés, começando a composição coreográfica no formato circular e todos dançam acompanhando os movimentos da roda. Os passos nesse primeiro momento são individualizados não havendo entrosamento entre os demais parceiros da roda. As cantigas são cantadas e os demais dançarinos vão executando as coreografias preestabelecidas pelas danças dos orixás.

³⁹ Nos afoxés mais antigos duas formações instrumentais eram observadas. O conjunto tradicional, constituído por instrumentos de percussão de influência africana. Essa formação era popularmente conhecida como charanga. [...] Atualmente a denominação charanga não é muito utilizada. O conjunto constituído de cabaças, ilus, atabaques e agogôs não recebeu ainda a nova denominação. Geralmente as pessoas chamam por conjunto do afoxé (LODY,1976, p. 18).

E o lugar do dançarino em muitos afoxés vai depender do tempo dele no afoxé ou no terreiro. Esse critério passa despercebido aos olhos do público, tendo em vista os que podem dançar (LODY,1976, p. 15).

O porta-estandarte dança no centro da roda, é um personagem de destaque. Leva o nome e o axé do pavilhão, pois realiza passos especiais correspondentes a sua função. Em grupos que existiam reis, rainhas e o Babalotim⁴⁰. A lógica é a mesma as coreografias eram específicas. E os instrumentistas responsáveis e condutores das charangas (bateria do afoxé) também possuem coreografias, simples por estarem portando os instrumentos.

No carnaval, os afoxés se colocam em fileiras, em que as alas, os personagens de destaque, o porta estandarte, a charanga e os cantores são posicionados em seus devidos lugares. No contexto de desfile, os movimentos coreográficos são reduzidos. O que se dança nos ensaios é repetido no cortejo, com algumas adaptações.

A música nos afoxés possui características específicas dos rituais dos terreiros de candomblé, reelaboradas, exaltam com frequência os orixás e a cultura afro-brasileira e africana. As letras têm como língua principal o Yorubá (LODY, 1976, p. 16).

Já os instrumentos do afoxé são:

- *Afoxé*: instrumento composto por uma cabaça (fruto vegetal), tecido por uma rede (linha) com sementes ou miçangas.
- *Ilu*: termo genérico para designar atabaques. Mas, cada ilu é utilizado para um fim. Lody (1976) afirma que, no caso dos afoxés, os *ilus* são de tamanho reduzido, possuindo encoramento em ambas as bocas do instrumento.
- *Agogô*: Instrumento no formato de sino, um menor em cima e outro maior embaixo, que dita as fórmulas rítmicas básicas, seguidas pelos demais instrumentos.

O movimento de mudança inserido nos afoxés, com novas abordagens que transcendem a matriz da dança dos orixás e de sua mitologia, pode ser observado a partir do mito Batá, de tradição religiosa Yourubá. De origem Nigeriana, esse mito possui tambores consagrados pelo orixá Xangô e aos ancestrais: os eguguns. Para além do mito e das questões religiosas, Santos (2006, p. 31) propôs transcender esse contexto.

⁴⁰ *Entre os muitos grupos de Afoxés de Salvador, os Africanos em Pândega possuía o Babalotim, boneco pintado de preto que vestia roupa de cetim, medindo cerca de cinquenta centímetros. Esse boneco não era apenas mais uma alegoria para enfeitar o cordão. O Babalotim era antes de mais nada uma divindade, um totem, possuidor de atribuições mágicas. Feito em madeira, com articulações nos braços e nas pernas, o Babalotim era carregado no cortejo por uma criança do sexo masculino (LODY,1976).*

Aprendendo e atualizando esse universo mítico na busca da potencialização da força espiritual criativa e física no desempenho da expressão cênica, procurei avançar na reflexão no que se refere à questão do universo que envolve a mitologia dos orixás no contexto artístico e educacional brasileiro. Portanto, ao formular o resultado desse processo na expressão cênica, mostro o desdobramento dessa tradição no contexto contemporâneo.

VIVÊNCIA: DANÇAS E CANTOS DOS AFOXÉS

Em Sorocaba, cidade do interior de São Paulo, o movimento artístico da cultura afro-brasileira e africana ganha espaço em ritmo de cidade de interior. Há a presença de expressões artístico-culturais, como o Maracatu, o Jongo, a Capoeira, a Dança afro e o Afoxé. Em se tratando de expressões artístico-culturais que tem ligação direta com a religião de matriz africana, o Afoxé assume seu posto, junto com os Maracatus Nação. A experiência de viver no corpo a musicalidade, a dança e a percepção rítmica do Afoxé, nessa região geográfica, está proposta.

São trabalhados na vivência movimentos dos orixás, redesenhados nos corpos dos aprendizes, cantigas que na sua grande maioria, exaltam a cultura e religiosidade de matriz africana. Essa vivência foi pensada para ser trabalhada em terreiros, com crianças e jovens mas, de fato, ainda não adentrou nesses espaços.

A proposta dessa vivência entre danças e cantos dos Afoxés é aberta ao público de qualquer área ou idade, embora há a predominância de artistas participarem com mais assiduidade, por se tratar de arte.

DO AFOXÉ ÀS TECNOLOGIAS

Ao escrever sobre Afoxé, abordar seu contexto histórico e exemplificar uma experiência dessa expressão artístico religiosa em Sorocaba, sendo praticada e pesquisada em forma de vivência corporal, convido o leitor a construir um caminho de leitura e análise, em que a tecnologia pode ser vista ou inserida no Afoxé. Na contemporaneidade, as inovações tecnológicas têm um impacto sobre a arte que se apropria desse recurso.

Vivemos um momento cultural amplamente permeável, em que a exploração das possibilidades de comunicação e de expressão artística é infinita, potencializando a interação dicotômica entre arte/ciência, arte/tecnologia e arte/comunicação que aponta para um amplo espaço de investigação, experimentação e desenvolvimento das linguagens artísticas (AMORIM, 2009, p.1).

Viver em sociedade já nos coloca numa condição de usar do aparato da tecnologia, o universo das culturas tradicionais, por mais genuína que seja sua forma de se expressar ao mundo, a tecnologia já faz parte de sua vida. Seja pelo advento de usar óculos, roupas e demais produtos construídos por meio de tecnologia.

Promover um diálogo de preservação a cultura tradicional brasileira, indígena e africana, sem apropriação indevida, onde um dos lados se beneficia e outro é sugado, deve ser recorrente. Devemos nos apropriar, sim, de saberes construídos por grupos que compõem a sociedade brasileira, mas não nos esquecermos de que aquele bem material ou imaterial vem da cultura de um povo e este povo deve ser referendado e seu saber perpetuado para que mais pessoas possam propagar esse saber.

O Afoxé que nasce dentro dos terreiros e vai pra avenida, se agrega a esse contexto tecnológico e mediático. Aparição que dura as noites de carnaval o depois é resistência e luta para manter o Afoxé vivo na vida dos adeptos, crianças e jovens. Contudo, a crítica feita à invisibilidade dos Afoxés no contexto social e midiático é assunto pra ser estudado, ser colocado na pauta do dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho compartilha um olhar sobre o Afoxé como expressão artística religiosa originária nos estados de Bahia e Pernambuco. Foi abordado seu contexto histórico e a prática dessa expressão na cidade de Sorocaba em forma de vivência. Disso surge uma possível contribuição para a sociedade brasileira, bem como a provocação de tecnologias nessa expressão artístico-religiosa.

Acredito ter possibilitado material para o conhecimento do leitor acerca do Afoxé e provocado interesse em possíveis pesquisas futuras, pois o Afoxé compõe a história da comunidade preta brasileira. Ou seja, a história do Brasil precisa ser melhor estudada para que perpetue o sentimento de pertença, empoderamento e sociabilidade pelo povo preto nos mais variados espaços de atuação.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Belkiss. Dança contemporânea e tecnologia digital: novos suportes técnicos, novas configurações artísticas profissionais. In: REUNIÃO DA ABRACE, 5., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ECA-USP, 2009. Disponível em: <http://www.portalabrace.org/vreuniao/textos/processos/Belkiss_Amorim_-_Danca_Contemporanea_e_Tecnologia_Digital.pdf> Acesso em: 20 ago. 2017.
- BARBOSA, Magnair. Estudo histórico. **Desfile de afoxés**. Salvador: Fundação Pedro Calmon; IPAC, 2010.
- CARNEIRO, Edison. **Folguedos tradicionais**. Rio de Janeiro: Conquista, 1974.
- LIMA,IVALDO. M.F. de. **Afoxés em Pernambuco**: usos da história na luta por reconhecimento e legitimidade. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 146-159. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v10n19/2237-101X-topoi-10-19-00146.pdf>> Acesso em 23 Nov. 2017.
- LODY, Raul Giovanni. **Afoxé**. Cadernos de Folclore 7. Rio de Janeiro, MEC/Funarte/CDFB, Maio 1976.
- PEIXE, Guerra. **Maracatus do Recife**. 2. ed. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Irmãos Vitale, 1980.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf> > Acesso em: 28 ago. 2017.
- SANTOS, I. F. **Corpo e ancestralidade**: uma proposta pluricultural de dança-arte-educação. 2. ed. São Paulo: Terceira Imagem, 2006.
- SODRÉ, Jaime. Etimologia. IN Bahia. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC. **Desfile de Afoxés**. Caderno do IPAC 4. Salvador: Fundação Pedro Calmon; IPAC, 2010.
- VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. Folguedos negros no carnaval de Salvador (1880-1930). In: SANSONE, Lívio & SANTOS, Jocélio Teles dos (Orgs). **Ritmos em trânsito: sócio-anthropologia da música baiana**. São Paulo/Salvador: Dynamis Editorial/ Programa A cor da Bahia/ Programa S.A.M.B.A, 1997.

Uma leitura sobre o homem negro

Jefferson Monteiro

O presente texto consiste em uma reflexão sobre a negritude, em especial o papel do homem negro brasileiro. Trata-se de uma identidade étnico-racial, com a valorização da cultura Afrobrasileira, do homem negro e suas igualdades. Com isso, este trabalho provoca uma pergunta específica: Como pensar e escrever a respeito da identidade étnico-racial, com a valorização da cultura Afro-brasileira, do homem negro diante do processo de exclusão com as desigualdades econômicas e/ou sociais? A música 8, do rapper paulistano Emicida, serve como exemplificação.

**A minha pele de ébano é
A minha alma nua
Espalhando a luz do sol
Espelhando a luz da lua [...]
Eu sou o sol da Jamaica
Sou a cor da Bahia
Eu sou você (sou você)
E você não sabia
(Lazzo Matumbi)**

A música *Alegria da cidade* (1990), do compositor baiano Lazzo Matumbi, destaca-se como uma canção afirmativa para as comunidades afrodescendentes no Brasil, pois traz o poder da miscelânea étnico-racial que só pode ser encontrada em nossa diversidade. Embora a população brasileira seja constituída em sua maioria por negros e mestiços, para além da situação dessa parcela de indivíduos apresente alguma melhoria desde a abolição da escravatura, ainda existe no país uma relativa segregação étnico-racial disfarçada. A população negra continua enfrentando preconceitos, discriminação e injustiça com as condições sociais inferiores, ao restante da população.

A referida letra musical aborda a sensação de resgate de nossa raiz africana, de pertencimento e auto-estima. Nesse caso, seria a autoafirmação do sujeito negro no Brasil e no mundo, com uma poesia visceral e distante de obviedades. Porque Matumbi faz poesia. Ainda assim, é um produto cultural comunicativo, embalado pelo ritmo de atabaques e outros instrumentos musicais que remetem às festas de matrizes africanas, de lugares como a Jamaica ou a Bahia.

Portanto, felizes são aqueles que assumem sua negritude e se superam. Provam que a cor da pele não pode definir o caráter de uma pessoa ou classificar um grupo social como superior a outro. Acredito que boa parte da música popular brasileira não existiria sem a contribuição do negro, visto que muitos elementos trazidos pelos africanos foram incorporados na construção dos vários gêneros musicais, que só existem em no país.

O presente texto aborda uma reflexão sobre a negritude, em particular o homem negro brasileiro. É desse lugar que pretendo assumir uma posição como homem negro da periferia do extremo-leste da cidade de São Paulo. O processo de identificação étnico/racial, que serve como instrumento de empoderamento, resistência e afirmação do afrodescendente, que busca igualdade na sociedade que historicamente sempre o subjugou. Isso solicita um posicionamento criterioso.

Portanto, a justificativa aqui mostra a questão da reafirmação da identidade étnico-racial da negritude, de como o homem negro brasileiro lida com o preconceito e discriminação cotidiana. E a música 8 do rapper Emicida pode ser agente

transformador, visto que representa uma parcela da população das periferias das grandes cidades, e são os que mais sofrem com as mazelas sociais de gênero e raça.

Com isso, este trabalho provoca questionamentos: Como pensar e escrever a respeito da identidade étnico-racial, com a valorização da cultura Afro-brasileira, do homem negro diante do processo de exclusão com as desigualdades econômicas e/ou sociais? Como pensar sobre ritmos, danças e outras manifestações culturais características de matriz africana, marcada pela diversidade étnico-racial?

Diante dessas considerações iniciais, o presente trabalho divide-se em três tópicos: *O tema: negritude; O sujeito: homem negro; e A música: 8, do Emicida*. Dessa forma, são três instantes que se possibilitam apresentar algumas ideias e pontos de vistas, sobretudo a música em apoio ao debate proposto.

O TEMA: NEGRITUDE

Quando alguém menciona o termo negritude, muitos o associa à superioridade da etnia negra sobre as demais, o que por certo seria um pensamento equivocado. O emprego deste termo reafirma a identidade do povo negro no processo de aquisição de uma consciência racial. É a tendência de valorização de manifestação cultural de matriz africana. Dessa forma, negritude pode ser considerada como a autoafirmação de identificação étnica. Para Munanga (1988), a negritude afirma o negro pela valorização de sua própria cultura, dotada de uma variedade étnica e racial de diferentes estoques e experiências africanas, o que implicaria uma variedade de manifestações e expressões.

A questão da identidade negra é tema recorrente nas reflexões diárias da sociedade brasileira, por ser complexo e ter a necessidade de estudos mais avançados, com a finalidade de romper alguns preconceitos. Por se tratar de um movimento de identificação característico dos povos afrodescendentes, destaca-se por trazer uma postura de emancipação e empoderamento, para fazer frente e combater qualquer forma de discriminação, preconceito e desigualdade que a sociedade culturalmente possa querer impor. Segundo Ferreira (2000, p. 41):

[...] a identidade da pessoa negra traz do passado a negação da tradição africana, a condição de escravo e o estigma de ser um objeto de uso como instrumento de trabalho. O afrodescendente enfrenta, no presente, a constante discriminação racial, de forma aberta ou encoberto e, mesmo sob tais circunstâncias, tem a tarefa de construir um futuro promissor.

Como processo complexo de construção social do sujeito humano, a noção de identidade não pode ter uma única definição, exclusiva, uma vez que sua composição está associada ao meio em que cada indivíduo está inserido. O conjunto de aspectos individuais – que caracterizam uma pessoa como aspecto plural, constituído a partir das relações sociais permanentemente versáteis – pode obter bases fundamentadas em fatores culturais, econômicos, étnicos, políticos e geográficos. Dito de outro modo, a identidade implica traços identitários.

É necessário que se (re)conheça a contribuição africana na formação da sociedade brasileira e mundial. Independente das características afrodescendentes, a população brasileira é produto dessa mestiçagem de raças e etnias, principalmente os afrodescendentes que se apresentaram em grande número.

Desse modo, os discursos sobre negritude podem ser observados de maneira positiva, ao serem utilizados nos processos de autoafirmação, mesmo considerando o preconceito e a discriminação, que ocorrem contra a população afrobrasileira. Como herança histórica dessa sociedade, esse processo gera, através dos tempos, situações de humilhação e desprestígio pessoal. Ferreira afirma (2002, p. 71):

a população negra encontra-se submetida a um processo em que as condições de existência e o exercício de cidadania tornam-se muito mais precários com relação à população considerada branca. Em decorrência, a construção de uma identidade positivamente afirmada, requisito necessário para as pessoas se engajarem em políticas efetivas voltadas para a melhoria de suas condições sociais, torna-se um processo dificultado.

A imagem dos afrodescendentes no Brasil depende muito mais da posição que ocupam na sociedade e, muitas vezes, se mostra sem força para angariar um espaço que represente vantagem. Ou, ainda, gerar algo que possa modificar/estabelecer sua imagem positiva da negritude como valor humano. Ao negro (re)cai diretamente um olhar de descrença ou desvalorização. Assim, inúmeras outras características são postas de lado diante da lembrança de sua identidade étnico-racial.

A escravidão africana estabelecida em solo brasileiro perpetuou uma triste ideia que sobrevive até hoje, em que se acredita que as tarefas braçais e subalternas são de responsabilidade dos negros. Mas esse cenário vem mudando, em função de ações afirmativas, as quais fazem com que os afrodescendentes (re)ocupem seu lugar na sociedade. Essas ações trazem a oportunidade de mostrar o valor e a representatividade que a cultura de matriz africana traz, além de conceder aos afrodescendentes condições igualitárias para exercer sua cidadania.

O SUJEITO: HOMEM NEGRO

Enquanto homem negro, morador da periferia do extremo-leste da cidade de São Paulo, a mais rica do país, sinto que ser negro no Brasil é indiscutivelmente uma das condições mais complicadas para exercer a plena cidadania. Ao defender minha negritude, é certo que assumo também os riscos que isso acarreta. Os estereótipos e os estigmas sociais, que os enormes conglomerados midiáticos fazem acerca dos afrodescendentes, acabam criando uma cultura que classifica o homem negro como: o bandido, o vagabundo, o moleque, o bêbado, o estuprador etc. Apesar de ser a maioria da população, historicamente não possuem acesso às mesmas oportunidades que outros grupos sociais. Para Scherer-Warren (2010, p. 23):

[...] enquanto imigrantes europeus tiveram terras, mercados para seus produtos, trabalho e acolhimento, nos primórdios da colonização, estendendo-se em muitos casos à contemporaneidade, negros, indígenas e seus descendentes não tiveram nem terra, nem possibilidade concreta de trabalho livre e, menos ainda, reconhecimento social e político, com implicações na autoestima.

A questão do negro no país não passa apenas pela esfera econômica, mas passa pela cor da pele. O problema da desigualdade começa pela questão de renda e o acesso à educação, que a maioria da população não consegue ter e manter por escassez de recursos. Porém, é nítido que essa contrariedade mascara uma sociedade que insiste em acreditar não haver racismo e discriminação no país. Ferreira e Mattos destacam (2007, p. 41):

apesar dos negros serem personagens fundamentais na construção e no desenvolvimento de nosso país, houve um processo de desqualificação sistemática deles, criaram-se referências estigmatizantes de ordem física, intelectual e social associadas à pessoa negra. Essas referências passaram a ser consideradas socialmente legitimadas, tornando-se “verdades” compartilhadas e difundidas pela maioria da população.

A discriminação racial está espalhada pelo Brasil como a desigualdade social. A escola e os meios midiáticos apresentam um modelo europeu de valorização. Além de discriminado e não ter o devido reconhecimento em suas atividades, o homem negro tem sua arte considerada de má influência.

O rap – rihythm and poetry – é um exemplo de resistência e identidade negra, música que cada vez mais atrai os jovens periféricos, assim como os de classe média. As letras do rap expressam a respeito da condição do negro no Brasil e o crime na favela, outros versos sobre o cotidiano da vida na periferia, com problemas, personagens e situações. Muitos trazem a autovalorização negra, mostrando que é possível propor uma reflexão sobre a realidade. Shusterman afirma (1998, p. 143):

[...] o rap é um dos gêneros de música popular que mais se desenvolve atualmente, mas também um dos mais perseguidos e condenados. Sua pretensão ao status artístico submerge numa inundação de críticas abusivas, atos de censura e recuperações comerciais. Isto não é de surpreender. Pois as raízes culturais do rap e seus primeiros adeptos pertencem à classe baixa da sociedade negra norte-americana; seu orgulho negro militante e sua temática da experiência do gueto representam uma ameaça para o status quo complacente da sociedade. Dado esse incentivo político, é fácil encontrar as razões estéticas para desacreditar o rap enquanto forma legítima de arte.

O rap oferece à juventude excluída da periferia uma forma de expressão. Expõe como a vida acontece nas regiões menos abastadas dos grandes centros urbanos, onde a violência, o desrespeito aos direitos dos cidadãos, a opressão, o racismo e a falta de futuro são temas que alimentam versos musicais.

O ato de cantar rap desloca desenvoltura em uma teia cultural própria, que inclui uma série características culturais. Mano Brow, Emicida, MV Bill, Criolo e Rael, entre tantos outros, são considerados referências (pensadores) contemporâneas que utilizam o rap como vertente reflexiva e política. A música popular brasileira sempre teve uma relação com o subúrbio, a inscrição da periferia, pois desses territórios e saíram boa parte dos músicos que se destacaram no cenário nacional. Como Cartola, Pixinguinha, Aniceto do Império entre tantos outros, mais recente como Seu Jorge entre tantos.

Assim, desperta a luta do homem negro para se estabelecer na sociedade atual. E que as desigualdades sociais e étnico-raciais não possam ser empecilho para que haja oportunidades iguais. São articuladores que manifestam não somente das mazelas vividas pelos menos abastados na periferia da cidade, pois propagam ideias criativas sobre igualdade, educação etc.

A MÚSICA: 8, DO EMICIDA

Nos trechos destacados da música 8, Emicida derrama a cultura acumulada durante o tempo em que trabalhava desempenhando diversos serviços de suas viagens a diversos países do continente africano. O rapper afirma ter encontrado suas raízes com experiências gastronômicas, culturais e musicais.

Vale destacar a relação abrangente da música e sua poesia com a realidade do nosso cotidiano. Das ruas brasileiras surgem temas multiculturais que servem de pano de fundo sobre a condição afrodescendente.

Tipo central do Brasil, eu vou sozin'
O espaço é o que faz o caminho
Louvou pixaim, axé Ossaim
A trilha dos outro vai só até onde os outro já foi
De oreia seca à oreia quente
Saudade de passar batido, tipo a morte dos inocente
Cabeça fria, coração fervente
Há trinta ano todo ano é ano da serpente
Não era amor, era cilada
As voz que não era nós levou multidão por nada
O fardo é foda, não é conta de fada
Combinação explosiva, mente subversiva
Mas cor de madrugada, terra do 'alise, tinge'
Finge que segregação é ficção tipo Fringe
Assim 'rancaram o nariz da esfinge
Maluco, 'cabo essa porra de
"O que vem de baixo não te atinge"
Truco!

(Entre o sucesso e a lama)
O que que é isso aqui loucura
(Entre o sucesso e a lama)
Pobre nasci com pouca sorte
(Entre o sucesso e a lama)
O preto vê mil chances de morrer
(Entre o sucesso e a lama)
Quem não se acostumar com sistema enfrenta ele

Se pã, meninos perdidos, Peter Pan
Num tempo de consumo absurdo ninguém é de ninguém
Todo mundo quer tudo
Gente, cês ainda são um Auto do Gil Vicente

Na matilha os lobo chega, uiva Queda da Bastilha, o sangue brilha igual o pelo das ruivas
Na falta de Machado de Assis, de Xangô
Vai sobrar martelo de juiz, de doutor
A tristeza deforma os rosto aqui
Aqui, entre o que não te deixa sonhar
E que não te deixa dormir
Cicatriz, Doctor Doom, gibi
Criei meu mundo tipo Raphael Draccon e sumi
Nós nunca entendeu essa história manca
Sangue índio, suor preto e as igreja branca
Jogando na retranca querendo que os menó respeita
Os professor que polícia espanca

(Entre o sucesso e a lama)
O que que é isso aqui loucura
(Entre o sucesso e a lama)
Pobre nasci com pouca sorte
(Entre o sucesso e a lama)
O preto vê mil chances de morrer
(Entre o sucesso e a lama)
Quem não se acostumar com sistema enfrenta ele

Salve quebrada, século XXI chegamos, mas quem diria
Na era da informação a burrice dando as carta, a ignorância dando as carta
Vamô buscar se informar, mano
Calma o jogo, entender o que tá acontecendo ao nosso redor, tá ligado, mano?
Unido a gente fica em pé, nunca se esqueça disso, entendeu?
A rua é nós!

De suas múltiplas citações, na música 8 há passagens instigantes. Do escritor Machado de Assis – jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo e fundador da Academia Brasileira de Letras – relaciona-se o orixá Xangô. Trata-se de importante rei de Oyó nas religiões de matriz afrobrasileira, considerado na mitologia africana como Deus da justiça, dos raios, dos trovões e do fogo, além de ser conhecido como protetor dos intelectuais.

Já o Martelo de Juiz – também chamado de malhete – é a balança da justiça, um dos mais fortes e conhecidos símbolos do direito. A sentença e o equilíbrio dependem desse objeto.

Em sangue Índio, anotam-se as desigualdades coloniais com os primeiros contatos entre brancos e índios foram amigáveis. Mais tarde, quando teve início a exploração agrícola, passaram a ser forçados a trabalhar na lavoura. Muitos índios foram massacrados pelo colonizador, que lhes roubava a terra e atacava suas mulheres. De modo geral, a escravidão dos indígenas acontecia principalmente nas áreas mais pobres.

Do suor preto, negros foram trazidos ao Brasil a fim de atender às necessidades de mão-de-obra e às atividades mercantis. O comércio de escravos africanos para o Brasil teve início na colonização. Aprisionados e/ou trocados, os africanos eram marcados pela escravidão do seu próprio corpo com ferro em brasa e trazidos para o Brasil nos porões dos navios negreiros (tumbeiros).

As igrejas brancas remetem ao poder que tinha apenas dois objetivos: o doutrinário e o econômico com a exploração da mão de obra indígena e, depois, a africana no período colonial no Brasil.

Do popular, “Jogando na retranca” – expressão bastante utilizada no futebol – seria uma metáfora de procurar defender-se a qualquer custo, diante das dificuldades. Assim como, “os menó” é uma gíria usada na periferia das grandes cidades brasileiras, que se refere àqueles que, ainda, não atingiram a maioridade, crianças e adolescentes. Por isso, cometem infrações graves, sem poder ser julgado pela justiça comum – dos adultos.

As comunidades e periferias são ocupadas por maioria negra ou parda, que dispõem de poucos recursos para se manter. Aqueles que se destacam enfrentam barreiras no caminho para arranjar um emprego.

Dessa história manca, qualquer fato histórico pouco convincente contém lados obscuros, os quais não condizem com a verdade. Da tristeza que deforma os rostos, refere-se à dor que pode transformar a vida de um indivíduo.

E a educação é uma das armas mais fortes para combater da discriminação, o preconceito, a injustiça social e a desigualdade. Na música 8 os professores agredidos pela polícia em uma manifestação no Estado do Paraná são lembrados,

como as pessoas que exercem a missão de ensinar possam ser tratados como bandidos.

Além disso, chama a atenção ao povo para o que domina a era da informação com as tecnologias digitais, em que fatos e notícias são propagadas sem qualquer filtro e/ou apuração. Sendo assim, a letra da música deixa o seguinte recado: se informe, procure saber, fique atento.

As perspectivas étnico-raciais empregadas pelo sistema fizeram com que o negro fosse associado às características nocivas do caráter humano no sistema social. A partir da elaboração de tal perspectiva, iniciou-se a história dos afrodescendentes para conseguir sua liberdade e, conseqüentemente, se desvincular de situações embaraçosas e desconfortáveis em decorrência da sua cor ou raça.

Em complemento a isso, Carneiro (2003) considera que tanto o homem negro quanto o mestiço dificilmente conseguiam igualar-se ao branco. Com a escravidão dos negros africanos, o "mundo da senzala" sempre esteve em um posicionamento muito distante da casa grande. Ou seja, são universos distintos em sua realidade.

Para alcançar alguma regalia, por menor que fosse, como escravo ou homem livre, os negros precisavam esconder os traços identitários e/ou socioculturais característicos de sua africanidade, uma vez que o homem branco era apresentado como padrão ideal de beleza e moral.

Atualmente, essa situação tem se modificado, pois os afrodescendentes vêm lutando e assumem cada vez mais seu papel na sociedade, não apenas como trabalhadores braçais, mas em posições de destaque. Enfrentam com coragem as barreiras impostas pela discriminação.

Emicida encera essa música, com uma frase que serve de ponto de partida para a questão de igualdade: *Unido a gente fica em pé.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lutei contra a dominação branca, e lutei contra a dominação negra, eu tenho prezado pelo ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual as pessoas possam viver juntas com iguais oportunidades. É um ideal pelo qual espero viver. Mas, caso seja necessário, é um ideal pelo qual estou pronto para morrer (Nelson Mandela).

No decorrer deste trabalho foi assinalada a relevância dos afrodescendentes assumirem sua negritude e como isso se traduz enquanto ato de resistência, orgulho e

pertencimento. Apesar das dificuldades historicamente impostas e do ambiente desfavorável, verifica-se o respeito de uma parcela da sociedade, assim como os que lutam pela conquista de espaço.

Mesmo com a implantação de políticas públicas de reparação, a situação dos negros brasileiros, ainda, não é das melhores. Embora obter acesso à escola, universidade ou cursos técnicos, o número de negros em cargos de chefia em grandes corporações, no país, está muito abaixo do esperado. Essa realidade deve ser enfrentada por milhares de negros no Brasil. Apesar dessas contrariedades, o afrodescendente assume, cada vez mais, seu papel.

É preciso que haja conscientização da raça negra e de sua cultura na formação do povo brasileiro. Vivencia-se uma sociedade multicultural, onde convivem inúmeras etnias e raças. Portanto, não se pode aceitar que a ótica e os conhecimentos proporcionados pela visão de mundo eurocêntrica, branca, católica e masculina seja referência na educação e no mercado.

Conhecer melhor a história das culturas de matriz africana seria respeitar os afrodescendentes, ao concentrar esforços para ampliar o olhar que vai além do negro escravo. Seria reconhecer o valor daqueles que contribuíram para o crescimento do país, em segmentos como: literatura, música, artes cênicas, artes plásticas, ciências, medicina, jornalismo, diplomacia etc.

Enfim, seria esclarecer sobre a contribuição do negro para a cultura, que luta em prol de uma sociedade mais igualitária. Essa contribuição aponta para a diversidade cultural que se traduz pela diferença. A cor da pele não pode condenar alguém à inferioridade seja ela de ordem social, financeira ou intelectual. Como canta Matumbi:

**A minha pele de ébano é
A minha alma nua**

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, L.T. Maria. **O racismo na história do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente**: identidade em construção. Rio de Janeiro: Palas, 2000.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 69-86, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a05.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2017.

FERREIRA, Ricardo Franklin; MATTOS, R. M. O afro-brasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 46-63, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n1/v27n1a05.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pos-colonialíssimo na América Latina. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n.1, p.18-27, 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/167> Acesso em: 20 jul. 2017.

SHUSTERMAN, Richard. **Vivendo a arte**: o pensamento pragmatista e a estética popular. São Paulo: Ed. 34, 1998. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/525/477>> Acesso em: 26 ago.2017

Bonus track

Ensaio

Desigualdade, diversidade e direitos humanos na pesquisa em comunicação e cultura⁴¹

Wilton Garcia

Este ensaio contextualiza desigualdade, diversidade e direitos humanos, ao desafiar a agenda acadêmica, científica e tecnológica da pesquisa em comunicação e cultura. Ensañar exercita a reflexão e a escrita. Ao realizar uma leitura crítico-conceitual a respeito do videoclipe Boa esperança (2015), com o rapper Emicida, o debate tangencia a solidariedade, a visibilidade e as ações afirmativas em prol da diversidade (étnico-racial, religiosa, sexual e de gênero). O foco deste texto indica os estudos contemporâneos.

⁴¹ Este texto faz parte da pesquisa *A emergência da diversidade na comunicação e na cultura: estudos contemporâneos (2017-2018)*.

**Por mais que você corra irmão
Pra sua guerra vão nem se lixar
Esse é o xis da questão
Já viu eles chorar pela cor do orixá?
(Emicida; Nave, 2015).**

Para enfrentar algumas mazelas da vida, vale caminhar de cabeça erguida, a enfrentar os problemas sem medo. Por isso, força, coragem e determinação devem conciliar as adversidades que surgem ao longo da caminhada. Pode não haver diálogo com o/a outro/a, dependendo de sua crença – vide a epígrafe deste texto. Parece que a vida está (ou fica) vazia de sentido: vive-se uma divagação, uma separação. Vive-se, de fato, a segregação: o apartheid.

A força de combate (enfrentamento) e segurança (defesa) está na atitude para solucionar problemas que fazem o sujeito (re)alinhar-se no mundo. E essa força, sim, faz o mundo se mover. Das injustiças sociais, transformações são agenciadas/negociadas ao cotidiano do nosso viver. Transformações (re)formulam o espaço-tempo. Por isso, as mudanças lidam com alternativas estratégicas do sujeito contemporâneo.

Para tangenciar vozes plurais – comprometidas com a inclusão de minorias no Brasil e no mundo – este ensaio contextualiza desigualdade, diversidade e direitos humanos, ao desafiar a agenda acadêmica, científica e tecnológica da pesquisa em comunicação e cultura. Incluir não implica apenas considerar o/a outro/a. Mais que isso, seria respeitar a diferença, ao reconhecer a distinção da diversidade.

De um lado, a desigualdade equaciona alteridade e diferença, em substratos (re)eleitos no movimento da vida. De outro, a diversidade amplia as condições do sujeito hoje, ao estratificar o ambiente. E os direitos humanos jamais devem ser visto/lido como mero pedido de socorro, mas a mensagem que alerta o viver. A pauta dos direitos humanos não pode se apenas uma proposição escrita, pois deve estar em prática no cotidiano.

Ao realizar uma leitura crítico-conceitual a respeito do videoclipe Boa esperança (2015), com direção de Katia Lundum & João Wainer, da música composta por Emicida e Nave, o debate tangencia a solidariedade, a visibilidade e as ações afirmativas em prol da diversidade (étnico-racial, religiosa, sexual e de gênero). A narrativa audiovisual exhibe a dura rotina de um grupo de empregados/as domésticos/as, que contestam os abusos dos donos de uma mansão. Do ponto de vista sociocultural, torna-se imprescindível (re)considerar a força humana.

Figura 1 – foto still do videoclipe



Fonte: [www. http://www.laparola.com.br/](http://www.laparola.com.br/)

Figura 2 – foto still do videoclipe



Fonte: <https://pensadoranonimo.com.br/emicida-seu-clipe-tapa-na-cara-boja-esperanca/>

Portanto, trata-se de um exercício reflexivo – em formato ensaio como método de investigação (GARCIA CANCLINI, 2016) – a debater a respeito da sociedade atual. Como já dito, ensaiar exercita a reflexão e a escrita. Os critérios para o desenvolvimento desta proposta ensaística, assim, amparam-se na linguagem que tange o afeto. Ou seja, é a sensibilidade extrínseca do afetar (o tocar) o/a outro/a.

Nessa perspectiva, este trabalho visa a produzir o pensar – pautado por substratos da diferença (GARCIA, 2014) –, que constitui posicionamentos teóricos e políticos

como produção de conhecimento, subjetividade e informação. Diante disso, estratégias discursivas privilegiam possibilidades, especialmente inclusivas no campo contemporâneo da comunicação e da cultura. E o foco deste texto indica os estudos contemporâneos (BAUMAN, 2015; GARCIA CANCLINI, 2016; GUMBRECHT, 2015; OLIVEIRA, 2016; PIKKETY, 2015; PRECIADO, 2014). Tais estudos (re)formulam enlaces dos estudos culturais e com as tecnologias emergentes e comportam as noções de atualização e inovação.

A partir das anotações predispostas, o referido texto divide-se em três partes: Um Contexto (Cidade Contemporânea); Um Objeto (Música); Uma constatação (Desigual). De modo indiscutível, são partes distintas que se complementam e (re)formulam circunstâncias e derivações paradoxais. Aos poucos, essas partes em consonância (re)integram à composição tática de ideias e imagens.

UM CONTEXTO _ : CIDADE CONTEMPORÂNEA _

Na sociedade atual, os meios de produção e os meios de informação são situações complexas que coordenam o mercado-mídia. A cidade contemporânea abriga essas situações que solicitam maior atenção. Já os meios de produção equivalem-se com os meios de informação para a efetivação do consumo, o que indica tendências do capitalismo (OLIVEIRA, 2016). E experiências mercadológico-midiáticas (cinema, internet, jornal, publicidade, revista, TV, vídeo, entre outros) incentivam múltiplas abordagens, ainda mais do ponto de vista comunicacional.

De acordo com Masi (2017, p. 321), “na sociedade industrial, o poder derivava da propriedade dos meios de produção; na sociedade pós-industrial, o poder deriva da propriedade dos meios de informação”. A dinâmica do poder afirma sua força e assegura um lugar no espaço-tempo, em que passado, presente e futuro estariam (inter)conectados (GUMBRECHT, 2015). Poder na ordem capital tem a ver com os processos de manufatura, distribuição e comercialização de produtos, marcas e serviços propostos por empresas, organizações e/ou instituições governamentais, mistas ou privadas. Mas, isso é uma falácia, pois o poder jamais foi autossuficiente, uma vez que possui uma dependência relacional para com o/a outro/a. Se, por um lado, a noção de poder estabelece um conjunto de valores, por outro, esses valores são questionáveis (FOUCAULT, 2011). O valor do poder é transitório, transferível.

Agora, lugares sociais e posições do sujeito são tão questionáveis, como a metrópole. Afinal, não mais interessa o hegemônico, visto que a diversidade permeia “novas/novas” diretrizes bem mais instigantes e compreendem as características do periférico, em qualquer sistema (des)centralizado. As margens geográficas provocam um caldeirão de produções culturais efervescentes. Surgem ideias que retratam mais e melhor a cultura periférica, abastecendo-se de uma realidade insólita muito própria da sociedade em que se vivencia. O local fala a língua local, o que legitima e

fortalece uma condição fundante, menos abstrata e mais coerente com determinada realidade.

A política enquadra a fluidez da polis – na articulação da cidade e seus habitantes, uma vez que respiram, possuem diferenças e conseqüentemente consomem de formas diferentes. A cidade contemporânea (re)vela detalhes.

UM OBJETO_: MÚSICA_

No primeiro instante, o plano geral de uma cena aérea projeta a mata fechada, estrada de terra, fumaça subindo e pessoas correndo. Fica o deleite pela astúcia de uma imagem cinematográfica – vista do alto para baixo. Isso dinamiza uma grandeza visual. Ilusão agradável. Distorsão. Percebe-se um estado de sítio, como se fosse campo de guerra com pessoas fugindo, talvez, sem direção. A cena inicia e encerra a trama, em uma narrativa circular.

Ao fundo sonoro, um canto intenso repete um quase-silêncio poético, como a voz de quem murmura as dores da vida. Escravo/a. Navio negreiro. Essa sonoridade é executada ao longo da batida tecnológica do rap – *rihythm and poetry*. De fato, o som triste de lamento anuncia, reitera e serve de alerta para o que vem pela frente. Logo após, os créditos do audiovisual aparecem discretos. A câmera aproxima-se dos personagens e passa a acompanhá-los na velocidade da corrida, como um bando à procura de uma saída.

Em memória (homenagem) à Dona Gracinha (1947-2015), *Boa esperança* (2015) apresenta a música composta por Emicida e Nave, ao tematizar dificuldades conflitantes dos/as empregados/as de uma mansão na zona sul da cidade de São Paulo. As imagens predominantes afloram um sentimento de catarse, ao exibir cenas de uma realidade inóspita. Destaca com veemência a revolta contra as atrocidades dos patrões. Algo reticente ocorre.

Nesse caso, os personagens do enredo estão divididos em dois grupos distintos: de um lado, há os brancos, em uma atmosfera extravagante de riqueza, são os donos da casa e seus visitantes. De outro, divergem-se de maneira nítida dos/as demais trabalhadores/as pobres, os negros. Ou seja, aqueles uniformizados que servem como motorista, porteiro, cozinheira, copeira etc. Representem a servidão humana.

Ao separar, dividir ou apartar (*apartheid*) uma classe econômica e social com privilégios, verifica-se a necessidade de compensação nesse desequilíbrio a se considerar o favorecimento e a vantagem de um sujeito sobre os demais (BAUMAN, 2015). Apartar certos grupos estimula fragilidades, como a privação dos direitos elementares do bem-estar, bem como o preconceito e a discriminação racial, sexual, de gênero ou religiosa. Por isso, jamais se deve propor tal inicitativa, pelo contrário, vale a pena a (re)união das pessoas.

Figura 3 – foto still do videoclipe



Fonte: <https://www.czarnobialy.pl/2016/05/11/emocida-boa-esperanca/>

O vídeo ilustra situações desagradáveis: uma empregada almoça arroz com salsicha, sendo o mesmo cardápio do cachorro da casa. A patroa vigia o serviço, ordenando – apenas com o olhar de reprovação – a qualquer tipo de anormalidade e/ou desgosto. A implicância da senhora com o batom vermelho e exigência do uso de touca na cabeça – contra o cabelo (afro) solto da copeira – para servir a mesa. Em outra passagem, a chave do carro é atirada no chão pelo convidado, de maneira proposital, para o motorista abaixar o corpo e pegá-la para manobrar; o olhar sedutor (de luxúria) do anfitrião em direção à copeira. São muitos e graves os abusos, deslizes e excessos...

De modo impactante, há uma reviravolta. Explosão. A rebelião acontece de pronto. Domínio geral. O movimento tem desfecho singular. Inicia-se na hora do almoço quando o sino da mesa chama para servirem o prato principal. As empregadas gospem na tigela que leva uma parte do gosto ácido de vingança. Talvez, seria uma busca por recompensa. E continua ao longo da noite. A revolta termina somente na madrugada, no outro dia, quando os/as trabalhadores/as fogem pela mata fechada, conforme descritivo videográfico.

A obra impacta uma resposta visceral. É uma ruptura político-social à opressão, a partir de destratos intensos por parte daqueles/as que estão sendo servidos para com os que servem. A luta voraz contra a subalternidade destaca-se diante da opressão e o empoderamento (*NOIZ*) recorrente.

Foto 4 – foto still do videoclipe



Fonte: <http://trabalhosujo.com.br/emicida-2015-bomba-relogio-prestes-a-estourar/>

Por mais que você corra irmão
 Pra sua guerra vão nem se lixar
 Esse é o xis da questão
 Já viu eles chorar pela cor do orixá?
 E os camburão o que são?
 Negreiros a retraficar
 Favela ainda é senzala jão
 Bomba relógio prestes a estourar

Aí
 O tempero do mar foi lágrima de preto
 Papo reto, como esqueletos, de outro dialeto
 Só desafeto, vida de inseto, imundo
 Indenização? Fama de vagabundo
 Nação sem teto, Angola, keto, congo, soweto
 A cor de eto'o, maioria nos gueto
 Monstro sequestro, capta três, rapta
 Violência se adapta, um dia ela volta pu cêis
 Tipo campos de concentração, prantos em vão
 Quis vida digna, estigma, indignação
 O trabalho liberta, ou não
 Com essa frase quase que os nazi, varre os judeu? Extinção
 Depressão no convés
 Há quanto tempo nóiz se fode e tem que rir depois

Pique jack-ass, mistério tipo lago ness, sério és
 Tema da faculdade em que não pode por os pés
 Vocês sabem, eu sei
 Que até Bin Laden é made in USA
 Tempo doido onde a KKK, veste Obey (é quente memo)
 Pode olhar num falei?
 Nessa equação, chata, polícia mata? Plow!
 Médico salva? Não! Por que? Cor de ladrão
 Desacato invenção, maldosa intenção
 Cabulosa inversão, jornal distorção
 Meu sangue na mão dos radical cristão
 Transcendental questão, não choca opinião
 Silêncio e cara no chão, conhece?
 Perseguição se esquece? Tanta agressão enlouquece
 Vence o Datena, com luto e audiência
 Cura baixa escolaridade com auto de resistência
 Pois na era cyber, ceis vai ler
 Os livro que roubou nosso passado igual
 Alzheimer, e vai ver
 Que eu faço igual Burkina Faso
 Nóiz quer ser dono do circo
 Cansamos da vida de palhaço

É tipo Moisés e os hebreus, pés no breu
 Onde o inimigo é quem decide quando ofendeu
 (cê é loco meu)
 No veneno igual água e sódio
 Vai vendo sem custódio
 Aguarde cenas no próximo episódio
 Cês diz que nosso pau é grande
 Espera até ver nosso ódio

Por mais que você corra irmão
 Pra sua guerra vão nem se lixar
 Esse é o xis da questão
 Já viu eles chorar pela cor do orixá?
 E os camburão o que são?
 Negreiros a retraficar
 Favela ainda é senzala jão
 Bomba relógio prestes a estourar

website: <<http://www.vagalume.com.br/emicida/boa-esperanca.html#ixzz3i8669p1N>>

A letra da música tem uma mensagem contundente, cujo videoclipe traz o próprio rapper Emicida como também os filhos de Mano Brown: Domenica e Jorge Dias, com outros/as participantes que antes já exerceram tais profissões.

E, no conjunto, há um ódio tenaz por parte dos que parecem estar cansados/as de sofrer a violência de patrão/a contra empregado/a. Isso (re)dimensiona a opressão irritante em qualquer atividade de trabalho mais humilde, no Brasil e no mundo. Aqui, a subalternidade clama sua voz, seu lugar no mundo e a manifestação do/a outro/a tenta apagar arestas. Longe de conseguir silenciar o/a subalterno/a, as bordas limítrofes derramam o protagonismo cultural das margens periféricas (GARCIA CANCLINI, 2016), em desatino.

Há, então, uma atitude transgressora como resposta à não servidão; o que provoca um estardalhaço, algo explosivo contra a indignação violenta. No roteiro antropofágico – de canibalizar: devorar o/a outro/a –, a consciência e a revolta contagiam os/as empregados/as. Um ato físico emerge e liberta-os/as como devolução das agressões. Tal descrição videográfica promove um posicionamento crítico contra tamanha humilhação. É algo inesquecível. Nas cenas, a resposta é bastante surpreendente. Rebelam-se em razão dos maus-trados, pois são humilhados/as como trabalhadores/as dedicados/as à casa.

Com o desrespeito à dignidade humana, surge a expressão viva na dor da ofensa. Em desacato como resistência, os/as empregados/as realizam uma devolutiva brutal: bagunçam o almoço, cospem na tigela, colocam fogo na casa, batem correntes na mesa, ameaçam, agredem e humilham os brancos. Também, fumam charuto como entidades religiosas do candomblé, usam as roupas da senhora, beijam a filha do patrão etc. Ou seja, profanam. Aproveitam e se vingam dos horrores. Em uma tomada de decisão, vão à forra, descontam, aprontam. Incremetam suas ações com comportamentos inimagináveis.

No final da história, o audiovisual retoma a cena aérea inicial como eixo estruturante de uma narrativa cíclica. Eis a metáfora que isso, ainda, pode se repetir, por camadas. A câmara capta o grupo rebelido em fuga – como negro escravo que foge

da senzala em busca da liberdade do cativo para o quilombo – em direção da mata próxima da cidade de São Paulo. Depois do dilúvio a bonança. Agora, é possível avistar a metrópole, os prédios, a cidade...

UMA CONSTATAÇÃO_: DESIGUAL_

Em muitas situações, a cidade contemporânea convida a população às manifestações públicas a reivindicar um (de)marcação mais coerente com as condições humanas. Mas, não basta lutar ou apenas agitar palavras de ordem. Seria fundamental (re)pensar as estratégias que constituem as discursividades de uma política da diversidade. A agudeza dessa exemplificação elege um devorar violento – portanto, visceral antropofágico. Assim, este produto cultural contribui para a abordagem que acena diversidade e direitos humanos, em sintonia com a desigualdade social, sobretudo no Brasil.

Do luxo ao lixo, o videoclipe *Boa esperança* (2015) registra uma discrepante desigualdade de classe econômica e social no país e no mundo. Portanto, promove uma discussão complexa sobre diferentes níveis de classes (econômica e social), no tratamento desumano que culmina no desigual. Esse último evita (re)equiparar realidades em diversas perspectivas econômicas e/ou sociais (BAUMAN, 2015). Consequentemente, tenta eliminar a oportunidade de diálogo e/ou compreensão acerca do/a outro/a.

Ilustrando o debate da diversidade e dos direitos humanos, os/as trabalhadores/as são exemplo para se pensar acerca da desigualdade recorrente com as desproporcionalidades que assustam e assolam os/as desfavorecidos/as humilhados/as em cena. E a forma de exploração gera uma reviravolta imediata perante as transversalidades adversas.

A diversidade comporta fatores da desigualdade como desequilíbrio e disparidade, sem buscar uma completude, em sua máxima intensidade de exaustão e/ou esgotamento. Desse modo, a desigualdade aproxima e/ou equaciona variantes como alteridade e diferença. A ausência de equidade distancia as condições ideais de relacionamentos entre variáveis.

O videoclipe propõe uma reflexão proeminente a respeito de desigualdade, diversidade e direitos humanos. Esse contexto solicita um posicionamento crítico sobre a desigualdade social, ainda mais no Brasil. Tal ambientação prolifera o empoderamento do sujeito e requer o alargamento da experiência humana para “novas/outras” possibilidades, as quais atravessam e confrontam o sistema hegemônico em sua convencionalidade.

Do ponto de vista tecnológico, qualquer videoclipe aborda a produção cultural entre música e audiovisual como correspondência à vida. Num processo coletivo, o roteiro

foi elaborado após conversas entre o rapper e empregadas domésticas que vivenciam a cozinha.

Para além da denúncia, sua poética subscreve uma mensagem radical, capaz de exemplificar um foco brutal de resistência como a emergência do debate intelectual e político mais consistente com a realidade. A radicalidade está na resposta como os/as protagonistas, os/as assalariados/as, tomam conta da cena com a revolta pelos destrados. É uma (re)solução bastante eloquente, pois esses/as trabalhadores/as viram protagonistas (OLIVEIRA, 2016). Contudo, há excessos em ambas as partes.

Figura 3 – foto still do videoclipe



Fonte: <https://goo.gl/ALu1pJ>

Conforme Piketty (2015), a desigualdade social retrata a disparidade econômica do capital – do padrão de vida –, diante das consequências que assolam a distribuição de renda no mundo globalizado, inclusive no país. A desigualdade afere o desequilíbrio e prejudica o status de certas nações. Entre países desenvolvidos e/ou subdesenvolvidos, a desigualdade torna-se recorrente no cotidiano do mundo globalizado.

Partindo desse pressuposto, as desigualdades econômicas entrecruzam-se com outras desigualdades culturais, sociais e/ou de gênero, que são negligenciadas pela sociedade, como a exclusão. O reconhecimento das dimensões das desigualdades de gênero (BUTLER, 2008; SALIH, 2015, PRECIADO, 2014) precisa ser investigada tendo em vistas os “novos/outros” temas que se apresentam, para além do lugar comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço empolgante dos/as envolvidos/as na trama expõe certa revange. E a flexibilidade faz-se necessária para que se pense sobre as coisas no mundo contemporâneo. Diante da perplexidade assinada pelo videoclipe, refletir a respeito de parâmetros artísticos, estéticos, poéticos e tecnológicos abastece a produção de conhecimento, subjetividade e informação.

Inevitavelmente, o rapper Emicida apresenta um efeito espetacular, pois tem um toque peculiar (único). No videoclipe e na música, o preconceito étnico-racial e de gênero não é velado, pelo contrário, a discriminação é tão cruel quanto as diretrizes político-empresariais do Brasil. Como efeito simbólico, trata-se de uma ficção paradoxal, muito embora se torce para que fosse verdade. Dessa maneira, deixaria de apenas causar efeito, mas fazer sentido com o ressarcimento da vida tolhida. Por isso desenfria-se tal cena.

E as resultantes emblemáticas destacam uma perspectiva crítica. Cada vez mais, a diversidade contagia-se de alternativas temáticas para agilizar um modo de viver. A diversidade, então, se traduz em uma fonte rica de discussão mediante a fragilidade de Ser/Estar do sujeito, a prevalecer os direitos humanos. É fundamental pensar sobre solidariedade, visibilidade e ações afirmativas em prol da diversidade (étnico-racial, religiosa, sexual e de gênero).

Desse paradigma, resistir não deve ser apenas uma resposta simples ao sistema, pois significaria escutar aquele/a que oprime. Muito mais que isso, seria combater as dificuldades, de forma articulada e inteligente, a partir de estratégias discursivas. No âmbito da comunicação e da cultura, uma voz clama algo – para além da mera denúncia a esse tipo de situação. Contraditória à subalternidade e à opressão, deve haver uma resistência mais sólida acerca de desigualdade, diversidade e direitos humanos.

A agenda acadêmica, científica e tecnológica da pesquisa em comunicação e cultura, no nosso país, está bastante atrasada quanto ao empoderamento das pessoas. Contudo, esse tipo de reflexão deve vincular-se às ações que se fortaleçam com a sociedade. Superar conflitos implica ultrapassar desafios cotidianos. Seria confrontar ideias como tecimento de possibilidades que se cruzam, costuram, suturam... Um (re)existir!

Afinal, quem se importa contigo ou comigo?!

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zigmunt. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- EMICIDA; NAVE. **Boa esperança.** Direção de Katia Lundum e João Wainer. Produção de BigBonsai & Laboratório Fantasma, 2015. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/emicida/boa-esperanca.html#ixzz3i8669p1N>> Acesso em: 01 ago. 2017
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- GARCIA, Wilton. Prefácio. In: SANTOS, Rick. **Poética da diferença: um olhar queer.** São Paulo: Factash, 2014. p. 15-19.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. **O mundo inteiro como lugar estranho.** São Paulo: EdUSP, 2016.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea.** São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
- MASI, Domenico de. **Alfabeto da sociedade desorientada.** São Paulo: Objetiva, 2017.
- OLIVEIRA, Dennis. Novos protagonismos midiáticos-culturais: a resistência a opressão da sociedade da informação. **REGIT** – Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia, Itaquaquecetuba, v. 6, n. 2, p. 17-37, jul/dez, 2016. Disponível em: <http://fatecitaqua.edu.br/revista/index.php/regit/article/view/ART5/pdf_57> Acesso em: 27 nov. 2016.
- PIKKETY, T. **A economia da desigualdade.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual.** São Paulo: N-1 edições, 2014.
- SALIH, Sarah. **Judith Butler e a teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Entrevista



© Archivio Carol Rama, Torino e Pino Dell'Aquila

Corrado Levi entrevista Carol Rama

*AN INTERVIEW WITH CAROL RAMA with
Corrado Levi and Filippo Fossati. (Torino, Carol's
Studio, september 1996)*

*Courtesy of Filippo Fossati, Impresa per
l'Arte Contemporanea, Torino and Esso
Gallery, New York 1996.*

*Tradução para o português: Carlos
Fernando Leite*

Corrado Levi: Gostaria de perguntar a Carol Rama, o que menos lhe interessa na vida?

CL: O que mais lhe interessa?

CL: O que você mais gosta na vida?

CL: O que mais teme na vida?

Carol Rama: É a primeira vez que alguém me faz uma pergunta tão estúpida quanto essa. Qual seria, assim, essa coisa que gosto menos?

CR: Sempre tive que pensar no que gostava mais... o que gosto menos... Comer por exemplo... não, isso não é verdade, se houver algo que gosto, sou capaz de comer mais e sentir-me mal. Uma coisa que não gosto é a altivez nas pessoas, quando nem sequer sabem como valorizar as pessoas, e quando elas emitem comentários ofensivos a você a cazzo di cane⁴⁶. Tal como: este foi refeito fisicamente, ficou sem bunda. Aquele tem um pau pequeno. Aquele não vale nada. Aquele é um punheteiro. Aquele é um merda. Como se estivéssemos na frente da televisão. Infelizmente, estar na frente da televisão é muito constante... mas não queremos que seja... assim. Quando estou na frente da televisão, prefiro saber que não há um canal decente... isso me ofende, sou uma pessoa simples e não sou instruída. Mas, felizmente, há coisas que me irritam. Este é o meu trabalho.

CR: pintar, desenhar, escrever sobre a ideia que desenvolvi por meio de uma notícia... Por exemplo, a última, acho, que gostei muito, esse drama que foi feito sobre a vaca louca. Isso me fez trabalhar de maneira extraordinária. Também porque representei isso tão intelectualmente, e por pouco que possa, eroticamente, poderia prever que a vaca louca sou eu. E isso me deu uma alegria, uma alegria extraordinária.

CR: Receio mais um acidente. Temo muito estar ferrada na UTI. O que mais temo é não ser capaz de comunicar-me com alguém... Temo falar com um idiota... Isso é uma coisa que para mim não seria nem mesmo marchetta⁴⁷. Este é o mínimo que se pode pensar, nem mesmo de um objeto, nem

mesmo do prazer. Mas você pensa em um idiota, você acha que ele faz amor bem? Não! não acredito nisso. Os idiotas, os idiotas. No entanto, eles estão ainda mais apavorados do que nós. Bastaria que um idiota entrasse aqui e dissesse "o que é isso?" ele já me apavoraria. Se ele vir meu acervo. O idiota é uma pessoa frágil, Cristo.

CL: O que faz você rir mais na vida?

CR: As situações absurdas que ocorrem comigo. Tendo sido muito pobre, sempre tive a capacidade de rir, por esse motivo: se eu comprasse algo e depois chegasse em casa e não gostasse, mas me dissesse: "Trei amanhã para trocar isso". E quando fizesse a troca, eu recebesse uma coisa pior do que a primeira, então, a trocava pela que comprei primeiro. Porém, já não estaria mais lá, havia sido comprada. Essa é uma das faces da tristeza: não saber como comprar coisas. Para saber como comprar, você precisa ter comprado muitas coisas, de modo que no final, eu rio. Também ouvir as críticas dos meus amigos sobre todos, isso me diverte muito. Tinha uma amiga, que era muito amável, mais culta do que eu, graças a Deus. Graduada em caligrafia mesmo. Ela disse em todos os sentidos que Parietti⁴⁸ tinha lábios refeitos. Não estes aqui, mas estes aqui. Ri uma noite, pois não acreditava que pudesse haver uma graduação em estupidez.

CL: O que te faz chorar?

CR: Não é que choro, às vezes tenho uma angústia selvagem e tenho ciúmes, invejo aquelas mais afortunadas do que eu: mais bonitas, mais jovens. Embora é ciúme, raiva. E quando você é mais feio, é que você mais se sente assim. Isso não é um mal, você vê um dos mais bonitos... E, finalmente, você não está mais com ciúme... O ciúme é selvagem, porque o ciúme é para quem é mais culto, mais preparado... Essas coisas me dão muita alegria. Não sei, quando vejo você ou vejo Edoardo e você fala de coisas extraordinárias, você fala sobre

coisas inconcebíveis. Sempre estou apaixonada. Pronta para me despir. Isso lhe dá um medo inicial... É um risco, hein!

CL: De que cor você mais gosta?

CR: Vermelho! E preto... Vai fazer trinta anos que me visto de preto. Vermelho por causa de algo que sempre quis ter sido: um toureiro. Para ser homem. Bonita. Irritar a todos: homens, mulheres, crianças, velhos, velhos que duelam para mim... É louco! Preto porque sempre gostei de mim mesma em preto. Um travesseiro preto. Mesmo quando era jovem, costumava andar a cavalo e ensinei as crianças a fazerem os primeiros obstáculos, no manuseio. Sempre usava uma camisa preta, pois me dava a ideia de que essa minha feiura tinha um ar misterioso. O de uma aproveitadora, o de uma mulher mortal. Isso era no mínimo cinquenta por cento, a mulher mortal vale metade. É louco.

CL: Qual é a forma que você mais gosta?

CR: O pau. Porque também me há dado muito prazer.

CL: Qual é o material que você mais gosta?

CR: Um material que é uma folha muito macia ou uma tela muito dura. Rochoso. Um material versificado. Os pneus não-me dado muita alegria. Os pneus me lembram de meu pai, a fábrica, eles me lembram do poder. Mas isso não é totalmente verdadeiro, porque eram pneus de bicicleta, sem importância. Para mim, trabalhar sempre foi uma coisa que me possibilitou sentir-me menos infeliz, menos pobre, menos feia, sim, sim, sim, e menos ignorante também. Não queria estudar, não queria aprender, eu cabulava. Ia a todos os lugares. É importante não estudar. Então, naturalmente, houve um momento em que me arrependi porque meus pais me protegeram matriculando-me em Berkeley. Depois de dez dias, larguei a escola, no nível fundamental, no ensino médio, na faculdade. Frequentei todas as escolas,

*exceto a escola de guerra, pois você precisava ser homem. Mas abandonava, visitava os meus amigos. Lá encontrava os merdas, os idiotas. Os idiotas que estavam fazendo um móvel, um papel colado na parede. E eles costumavam fazer-me desenhar esboços no banheiro dos criados, era sexy. Havia sempre uma vagina e um pênis, uma vagina e pênis, um mictório ou uma pia. Havia sempre uma cadeira onde o cara com as pernas abertas assistia a filmes, porém estava excitado. É por isso que tinha as pernas abertas. E gostava de fazer essas coisas... Na verdade, roubaram todos os esboços daquele tempo e não os tenho mais. Quando os faço agora, há tanta alegria em mim que me sinto jovem por um momento. Então minha mão fraqueja... Depois de um tempo. Graças a Deus, agora estou velha. Cristo! Acho isso extraordinário, mas pelo trabalho que fiz e como o fiz. Pintei um quadro depois de assistir a um filme, um filme repugnante, em que havia um idiota semelhante a Quasimodo, que tocava piano. Era um filme mudo, e isso aconteceu na Via Garibaldi, onde havia banheiros que cheiravam tanto a urina que não havia necessidade de esgoto. E havia pessoas que riam. Elas se masturbavam. Jogavam os chapéus. Tropeçavam umas nas outras e chamavam Mariu (da canção *Parlami d'amore Mariù*, de 1932) de um lado para o outro. Saí dali com a sensação de que parecia que alguém tentara tocar minha bunda, cheguei em casa e trabalhei. Essa era a obrigação.*

CL: Qual é a direção que você mais gosta? De cima para baixo, da direita para a esquerda, a diagonal ascendente, a diagonal à direita, a diagonal descendente?

CR: Você fala como um arquiteto, como uma pessoa culta.

CL: Falo como um oficial de trânsito.

CR: Continue, você fala como se fosse Mies Van Der Rohe. Mas que agente de trânsito? Não acredito em você... A direção?

CL: Sim, a direção.

CR: Ah, sempre o pênis, o pênis ou o cérebro, para mim há o pênis, o número um e depois a inteligência.

CL: Subir? Descer?

CR: Não, não descer, na verdade não.

CL: Na verdade não, então ele muda de direção. Com quais dimensões você mais gosta de trabalhar?

CR: Não sei, 50 por 70, 70 por 1 metro, 2 metros por 2 metros, mas me exauri. Não é por causa do tamanho, mas por uma razão que não conheço. Loucura com certeza. Em um pequeno papel, poderia fazer um grande desenho e em uma grande pintura, poderia fazer um desenho muito pequeno. Há uma linha de loucura na minha família, da qual minha mãe foi curada e nunca fui. Você não sabe, por exemplo, que se sentir como a vaca louca cria uma espécie de segurança extraordinária...

CL: Qual é o lugar que você mais gostaria para trabalhar? O espaço, um lugar, uma galeria, um museu, uma casa. Ou seja, qual é o lugar, o site?

CR: Em um museu, mas se houver a possibilidade de se sentar em frente a alguma coisa, ir lá para passar alguns dias da velhice... Desejaria apenas, um banquinho, com um encosto, com 78 anos de idade... Eh, em um museu, maldito seja, sim. Quando era mais jovem, teria dito que havia urinóis de ferro. Um mictório. Porque costumava circundar os mictórios e olhar para ver se havia meninos bem apessoados. E não poderia dizer isso se não tivesse 78 anos. Porque costumava passar de uma maneira exagerada com a qual nem mesmo estou familiarizada, das estações às igrejas, aos mictórios de rua e lá podia enxergar visíveis, as plumas dos chapéus da polícia. Estes foram os primeiros esboços que fiz, sim, as plumas da polícia sem o urinol, nu. Com o chapéu e o nu. E os vendi imediatamente. Vendi a um idiota que me

disse que ele era um topógrafo e, por isso, queria que ficasse atenta e ele era o redator de Canzoniere⁵⁰ para Sipra⁵¹, isso era na década de trinta.

CL: Quem é o dono da sua foto que você mais gosta?

CR: Você.

CL: Sim e, então, quem mais?

CR: Então, sempre você... Se você tivesse uma galeria, Carol Rama pensa que você, pobre homem pequeno, você teria comido o pouco que você tem. Maldito seja, oh não, porca madonna é a única coisa que você pode dizer, agora.

CL: Gostaria que, em cinquenta anos, seus quadros fossem raros e valorizados como os de Van Gogh, dos quais um custa dezenas de milhões de dólares...

CR: Não.

CL: Ou como as de Egon Schiele, que são um pouco mais?

CR: Sim, como Schiele, como Schiele... Eles não precisam custar muito, porque devem andar. Acho que tenho uma qualidade tão irritante que é semelhante a todos, você não precisa ser Berlitz... Realmente acredito que isso seja tolerado por todo mundo.

CL: Você acredita que em cinquenta anos, os jovens, os velhos, os de meia idade gostarão do seu trabalho? O que você acha que eles apreciarão em seu trabalho?

CR: Os trabalhos serão apreciados por aqueles que sofreram e não sabiam como se salvar do sofrimento. Porque, havendo internado minha mãe em uma clínica psiquiátrica e havendo estado lá, eu mesma, me sentia à vontade naquele ambiente. Foi lá que comecei a adquirir modos e educação sem preparação ou etiqueta cultural. Acredito que todos amarão mais esses modos, pois são modos que, por razões que não ousou dizer, pertencem a todos. A loucura está próxima a todos e há alguns que refutam absolutamente isso, e aqueles que o refutam são apenas loucos, melancólicos, tristes, inacessíveis. É como a cultura. A cultura é um privilégio. Poderia ter feito isso também, embora sempre me senti mais atraída ao desenho, a uma imagem, a uma história, a uma redação.

CL: Tente pensar que em cinquenta anos haja um amarelo, um homem amarelo, um menino amarelo, um negro da África.

CR: Sim.

CL: Um jovem de nossa cultura.

CR: Sim.

CL: Um viking.

CR: Sim.

CL: Um mulato.

CR: Sim.

CL: Você acha que eles vão sentir-se diferentes em relação às suas pinturas?

CR: Não sei o que eles sentem... transaria com todos os cinco. Porque instinto e prazer são universais.

CL: Você acredita que um animal gostaria de suas pinturas?

CR: Mas com tantos homens que podem ser chamados por esse familiar nome, acredito que não. Infelizmente. Gosto da vaca, ela é uma lunática, faz gestos eróticos como louca e tem semelhanças extraordinárias conosco... pelo menos comigo.

CL: Em que paisagem aberta você gostaria de ver suas pinturas?

CR: Uma paisagem aberta?

CL: Uma selva, um deserto, um cais, uma geleira.

CR: Uma geleira, uma geleira, porque ela é singular por transformar-se em pouco tempo... Uma geleira.

CL: Você gostaria de fazer uma pergunta à Carol Rama?

CR: Ah, para atribuir-me minha loucura de maneira extraordinária. Enquanto isso, acredito que somos todos loucos, mas para mim, racional como eu, é raro. Porque sou realmente uma lunática premeditada, sim. Sem dúvida, quando volto para casa depois de passar uma noite com amigos, não aqueles dois ou três que são excepcionais... me digo que estou cercado por lunáticos. Mas também sou!

Filippo Fossati: Por que você escolheu uma maneira tão profundamente radical de ser artista?

Mas diferente, porque a minha é uma loucura treinada, e sei que não devo valer-me de... isto é, não devo aproveitar o desejo de me levar, não sei, à masturbação. Diferente disso, sinto o desejo de morrer masturbando-me, quero dizer, o desejo de ir ao cinema. Então, vou a um, depois a outro... nem mesmo assisto aos filmes que eles exibem. Isso não significa nada... É essa louca mania que sempre tive, de me repetir em gestos... Então, às vezes, tento ser racional, prestar mais atenção... Para mim e para o meu corpo.

CL: Que ruído você gostaria para suas pinturas?

CR: O ruído é talvez a única coisa que não suporto, porque às vezes acontece... às vezes, cada um de nós ouve barulhos, como aqueles que você ouve quando eles reparam as ruas. Bem recentemente eles estavam instalando linhas de cabos para o que, não sei. Talvez para o telefone. E houve barulho que não era apenas como o caminhão do lixo, que depois de quinze minutos vai embora, mas um barulho por dias. E então, tomei alguns tranquilizantes e coloquei tampões nos ouvidos, e então, quando coloquei os tampões dos ouvidos e tomei os tranquilizantes, ouvi, porque que me deu uma raiva que nem sei, considerando que esteja aflita por não ter dinheiro para pagar o aluguel. Então, fui para a cama, fingi que não existia, não abri a porta... Isso é covardia. Não, então espero vender uma coisa pequena e me organizar. O ruído é um exemplo de algo que não consigo suportar.

CL: O que você acharia se suas pinturas fossem transportadas por um motorista?

CR: Não, ele pode me transportar! Uma limusine com um motorista que é a pessoa mais culta que conheço. Apreciar vê-lo por trás, pela frente, passar na frente, passar por trás. Também queria dirigir, aprender a dirigir, maldito seja, finalmente... Com o chapéu do motorista, me sinto tão jovem que poderia morrer... Em vez disso, agora que estou velha, tenho que tomar cuidado, para não tropeçar ou ir para no hospital. Não ser como aquelas pessoas que, quando telefonam, tenho que inventar alguma doença. Ela me diz que seus pés doem e digo a ela que minha bunda dói, digo que tenho um coração ruim, ela me fala sobre seu ombro, depois da cervical. Você entendeu. Então continuamos com essa discussão... No final, estou doente. E quando estou um pouco doente, isso me deixa com medo, mesmo uma pequena doença, e já me vejo no meu caixão... Faço a curva na escada para me retirar, e fico chateada por deixar essa merda de estúdio... Hei estado aqui há sessenta anos.

CL: Existe uma pintura que você nunca pintou e que você gostaria de fazer?

CR: A próxima.

CL: Se você pudesse presentear a pessoa que você mais gosta com suas pinturas, e você pudesse doar um período de seu trabalho, não uma pintura, mas muitas, o que você daria?

CR: A vaca louca. Para mim, estes são autorretratos extraordinários. Extraordinários, não porque são lindos, a ideia dessas tetas e pintos de touro, essa maneira de ver a anatomia de todos em partes compartilhadas, extremas.

⁴⁶ Literalmente quer dizer fazer algo "no" pau do cachorro. Todavia, é uma expressão utilizada para situações em que se fala de maneira áspera ou inapropriada de alguém. (nota do tradutor)

⁴⁷ Dinheiro pago a uma prostituta por serviços. (nota do tradutor)

⁴⁸ Anfitriã italiana. (nota do tradutor)

⁴⁹ Programa televisivo que busca pessoas desaparecidas. (nota do tradutor)

⁵⁰ O coro para o governo publicitário aprovado em rádio e televisão. (nota do tradutor)

⁵¹ Expressão comum de enfado com alguma coisa ou pessoa. (nota do tradutor)

Sobre os autores

André Luiz Sueiro

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Sorocaba, graduação em Teologia pelo Instituto de Teologia João Paulo II e mestrado em Filosofia pela Faculdade de São Bento/USP de São Paulo. Atualmente é professor e coordenador do curso de Filosofia da Universidade de Sorocaba - UNISO

Anderson Almeida da Silva

Mestrando do Programa de Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes – UMC, Especialista em Direito Público, Bacharel em Direito, Licenciado em História e Defensor Público do Estado de São Paulo. E-mail: almeida.anderson@bol.com.br

Aroldo Santos Fernandes Júnior

Professor do DCHL -Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB, Colegiado de Dança. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia - PPGAC/UFBA. Coordenador do GAP-M: Grupo de Ações Performativas - Motus/UESB. Coreógrafo, Performer, Pesquisador e Co-Diretor Artístico do Grupo HIS-Contemporâneo de Dança.

Daniel Marcelino dos Santos

Mestrando do Programa de Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes – UMC, Especialista em Educação Especial, Bacharel em Fisioterapia, Professor de Educação Básica com atuação na Educação Especial. E-mail: dan.marc@hotmail.com

Darcy Mitiko Mori Hanashiro

Doutora em Administração de Empresas pela FEA/USP. Professora no PPGA-Mackenzie. Líder do Grupo de Pesquisa de Diversidade e Cultura nas Organizações. Atua na linha de Gestão Humana e Social, nos temas de pesquisa: diversidade e inclusão no ambiente organizacional, estudos cross-cultural, cultura brasileiras, identidade e cultura nas organizações. Contato: darcyhanashiro@gmail.com.

Débora Mestre

Mestranda em Comunicação e Cultura pela Uniso. Graduação em Biblioteconomia pela PUC-Campinas. E-mail: dmr Mestre@gmail.com

Deborah Ramos da Silva

Jornalista pela Faculdade Paulus de Comunicação. Especialista em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Universidade de São Paulo, discente do mestrado em Comunicação da Universidade Júlio de Mesquita Filho e pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, com o projeto de pesquisa “Mídia, Política e Ideologia na Sociedade do Espetáculo. E-mail: deborahmel@gmail.com.

Diego Santos Vieira de Jesus

Doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio e docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa da ESPM-Rio. É membro do Laboratório de Cidades Criativas (LCC) da mesma instituição.

Domingos Sávio Gonçalves

Mestre em Comunicação e Cultura pela Uniso. Graduação em Gestão Ambiental pelo IFSP-São Roque. Diretor do Banco Real Abnamro, como Superintendente Executivo (1973 à 2003). E-mail: goncalves.domingos@gmail.com

Dulce Mazer

Jornalista, Mestre em Comunicação e doutoranda no PPG em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), email: mazerdulce@yahoo.com.br

Felipe Parra

Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba (UNISO). E Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela mesma Instituição. E-mail: parra.profissional@gmail.com

Felipe Tavares Paes Lopes

Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba. Possui auxílio pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, email: lopesftp@gmail.com

Gean Oliveira Gonçalves

Jornalista e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: geangoncalves@usp.br.

Jefferson Monteiro

Especialização em Gestão de Conteúdo em Comunicação pela UMESP. Graduação em Gestão Comercial pela Fatec Itaquaquetuba. E-mail: jefferson.montesan33@gamil.com.br

Júlia Rinaldi

Mestre em Linguagens, Mídia e Arte pela PUC-Campinas. Graduada em Publicidade e Propaganda pela mesma instituição.

Laís Santana Falcão

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Feira de Santana, BA e Mestre no Programa de Mestrado em Habitação: Tecnologia e Planejamento, IPT-SP. Email: lsantanafalcao@gmail.com.

Luci Mendes de Melo Bonini

Docente e Pesquisadora no Programa de Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes e no Programa de Mestrado em Habitação: Tecnologia e Planejamento, IPT-SP, Doutora em Comunicação pela PUC-SP. E-mail: lucibonini@gmail.com

Mara Rovida Martini

Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, mestre em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero (2010), graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Faculdade Anglo Latino (2005). Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso)

Mariah Christine Rafael Guedes da Silva

Mestranda na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) sob orientação da professora Dra. Nízia Villaça.

Michel Mott Machado

Doutor em Administração de Empresas pelo PPGA-Mackenzie. Professor na Universidade de Mogi das Cruzes e Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba. Pesquisador do Grupo de Pesquisa de Valores, Dignidade e Gestão. Temas de interesse: dignidade humana e organizacional; diversidade e inclusão nas organizações; organizações e interculturalidade. Contato: michelmottmachado@gmail.com

Paula Keiko Iwamoto Poloni

Advogada graduada em Direito pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Especialista em Direito Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em Direito Processual Civil pela Universidade Cidade de São Paulo, em Gestão Pública pela Universidade Federal de São Paulo e cursando Gestão Pública Municipal pela Universidade Tecnológica Federal de São Paulo. E-mail: pkiwamoto@gmail.com

Paula Schwambach Moizes

Bacharel em Jornalismo pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação / UFRGS, email: paulinhamoizes@gmail.com

Paul Parra

Mestrando em Comunicação e Cultura pela Uniso. Graduação em Zootecnia pela USP. E-mail: paul.parra@icloud.com

Paulo Celso da Silva

Professor titular na Universidade de Sorocba, Programa de Mestrado em Comunicação e cultura.doutor em Ciências – Geografia Humana. E-mail: paulo.silva@prof..uniso.br

Rachel Alves de Aguiar

Mestra em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba (UNISO), bolsa taxa da CAPES, e-mail: rachel.alvesdeaguiar@gmail.com.

Renan Antônio da Silva

É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP - Araraquara. Pesquisador no Grupo de Pesquisa SexualidadeVida/USP-CNPq. Pesquisador do Grupo de Estudos Tecnologias e Processos de Subjetivação e do Grupo Interdisciplinar em Educação e Saúde (UNESP). E-mail: lepp@rc.unesp.br

Renata Jimenez de Almeida-Scabbia

Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e docente no Programa de Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes. E-mail: renatascabbia@hotmail.com

Renata Rocha Ferraz

Graduanda do curso de Arte Educação-Dança da Uniso, é Graduada em Serviço Social pela PUC-SP. Especialista em Estudos Contemporâneos da Dança pela UFBA e em Ciências da Religião do Instituto de Pós Graduação COGEAE-PUC-SP. Pesquisadora das religiões afro-brasileiras, afro-indígenas e africanas. E-mail: renataferrazrocha@gmail.com

Roger dos Santos

Doutorando do Curso de Multimeios da Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Comunicação e Cultura pelo PPGCC-Uniso. Professora de cursos de Graduação da Uniso. E-mail: roger.santos@prof.uniso.br

Rosália Maria Netto Prados

Docente e Pesquisadora no Programa de Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes – UMC, Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela USP. Pós-Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. E-mail: rosalia.prados@gmail.com.

Tarcisio Torres Silva

Professor pesquisador da PUC-Campinas. Docente do mestrado em Linguagens, Mídia e Arte na mesma instituição. Doutor em Artes Visuais (UNICAMP), com estágio no departamento de Estudos Culturais, Goldsmiths College, Universidade de Londres.

Tarcyanie Cajueiro dos Santos

Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, email: tarcyanie.santos@prof.uniso.br.

Telma Maria Vieira

Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Docente da FATEC de Itaquaquecetuba-SP. E-mail: telma.mv@uol.com.br

Thifani Postali

Doutoranda do Curso de Multimeios da Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Comunicação e Cultura pelo PPGCC-Uniso. Professora de cursos de Graduação da Uniso. E-mail: thifanipostali@hotmail.com

Wilton Garcia

Professor da Fatec Itaquaquecetuba e do Mestrado em Comunicação e Cultura da Uniso, Doutor em Comunicação e Estética Audiovisual pela ECA/USP e Pós-Doutor em Multimeios pelo IA/UNICAMP. E-mail: 88garcia@uol.com.br



EDUNISO

2017